

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MELINA MÖRSCHBÄCHER

A CIÊNCIA E A POLÍTICA DA CIÊNCIA

PLURALISMO INTELLECTUAL E DIVERSIDADE PROFISSIONAL
NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA

PORTO ALEGRE

2018

MELINA MÖRSCHBÄCHER

A CIÊNCIA E A POLÍTICA DA CIÊNCIA

PLURALISMO INTELECTUAL E DIVERSIDADE PROFISSIONAL
NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em Ciência Política.

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO SÉRGIO PERES

PORTO ALEGRE

2018

Mörschbacher, Melina.

A Ciência e a Política da Ciência: Pluralismo Intelectual e Diversidade Profissional na Ciência Política Norte-Americana / Melina Mörschbacher – Porto Alegre, 2018.

246 f.

Orientador: Paulo Sérgio Peres

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2018.

1. História da Ciência Política. 2. Ciência Política Norte-Americana. 3. Hierarquias do Conhecimento. 4. Pluralismo na Ciência. 5. Diversidade na Ciência. I. Peres, Paulo Sérgio, Orientador. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Melina Mörschbacher

A CIÊNCIA E A POLÍTICA DA CIÊNCIA

PLURALISMO INTELECTUAL E DIVERSIDADE PROFISSIONAL
NA CIÊNCIA POLÍTICA NORTE-AMERICANA

Tese de doutorado defendida para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: _____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (Orientador) – PPGCP/UFRGS

Prof. Dr. Pablo Alberto Bulcourf – UNQ

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves – UFRGS

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de tese é resultado de um longo processo de amadurecimento pessoal e profissional. Estudar e escrever sobre a política da ciência durante anos e especializar-se em uma área de pesquisa consiste, algumas vezes, em uma tarefa difícil e solitária. Entretanto, vivenciei a tese especialmente como um processo coletivo, no qual pude contar com o suporte, a parceria, a amizade e o carinho de muitas pessoas inspiradoras. Nas próximas linhas espero ser capaz de expressar brevemente a minha gratidão aos espaços de pesquisa, aos pesquisadores, aos familiares e aos amigos que tornaram a conclusão da tese possível.

Primeiramente, quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pelas oportunidades de ensino e pesquisa. Agradeço aos professores que contribuíram substantivamente para a minha formação e ao meu orientador de pesquisa. O Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres me apresentou os desafios da área de história e metodologia da Ciência Política e, desde o mestrado, acompanhou o meu trabalho trazendo contribuições e estabelecendo colaborações que resultaram em publicações e aprendizados importantes.

Agradeço à minha família por todo o amor e paciência possíveis e necessários que fizeram me acompanhar nesse processo. À minha mãe Eloisa, ao meu pai Jorge e às minhas irmãs Larissa e Bianca dedico esse trabalho com a certeza que o mérito é em grande parte deles. Agradeço ao Enzo, por ser uma segunda família em todos esses anos, tornando-se mais do que o melhor parceiro de pesquisa que eu poderia querer, mas também o melhor amigo. Os ensinamentos, os compartilhamentos e o carinho dessa relação foram decisivos para a realização da pesquisa e para o meu próprio entendimento como pesquisadora. Agradeço ao Júlio, por estar ao meu lado em todos os momentos, segurar a minha mão e insistir que eu deveria seguir em frente. Não sou capaz de encontrar definições para essa relação de parceria e afeto. Agradeço à Carol, por estar presente de corpo e coração na conclusão de todo esse processo de dedicação e cumplicidade que iniciamos juntas, muito antes, no mestrado. Agradeço ao Bruno pelo companheirismo e a assertividade nas horas mais difíceis de finalização da pesquisa. O compartilhamento de sentimentos contraditórios em relação ao espaço acadêmico me permitiu um olhar crítico e uma postura mais forte frente aos desafios enfrentados. Agradeço a Tahina pela paciência e carinho. A dedicação em compreender o meu processo de escrita, a sensibilidade e a empatia dessa amizade superaram qualquer fronteira entre diferentes áreas do conhecimento.

E agradeço, por fim, a todos que me acompanharam nesse percurso, aqui representados nos nomes de Natália, Sara, Roberta, Diego, Marcus, Cristiane, Sílvia, Silvana, Amanda, Luciana, Malú, Gabriela, Míriam, Carol, Francine, Yasnaya, Felipe, Ana Paula, Isadora, Renata e Neli. Muito obrigada por todas as palavras de apoio e incentivo e, especialmente, pelos momentos compartilhados.

*¿A dónde va la ciencia política? No lo sé [...]
Se me pide hacer de historiador de mi propio presente.
Probaré, pero no sin antes haber metido las manos al fuego.
Tengo un consuelo: Se me ha pedido lo imposible.*

*Giovanni Sartori
Dove va la Scienza Política, 1984*

RESUMO

A Ciência Política norte-americana tem grande relevância em sua área disciplinar, visto a dimensão da sua comunidade de pesquisadores, a organização das suas instituições acadêmicas e o impacto dos seus estudos. Desde cedo, estabeleceu uma tradição de pesquisa e debates sobre a sua própria trajetória, o que fez com que leituras divergentes fossem atribuídas a ela: por um lado, existem fortes críticas à área e à organização profissional naquele país em relação ao dogmatismo expresso em seus espaços de produção e reprodução do conhecimento; por outro, se argumenta que existe uma ciência plural e nela convivem diferentes subcomunidades de pesquisa. Em que medida, portanto, pode-se afirmar que a Ciência Política nos Estados Unidos é dogmática ou plural? Compreendo que é difícil que uma comunidade disciplinar encontre-se em um desses extremos, visto que a imposição de um único ideal de ciência exigiria significativo consenso entre os seus membros. Desse modo, espera-se que ela se situe dentro do contínuo entre os polos, demonstrando-se mais ou menos coesa ao longo da sua trajetória. A minha proposta é averiguar a posição da Ciência Política nos Estados Unidos diante no debate de hierarquias do conhecimento na ciência, enfocando seus graus de pluralismo e diversidade. Trata-se de uma problemática complexa que possui variáveis, espaços de expressão e graus de intensidade distintos. Portanto, estruturo a pesquisa em torno de dois eixos, quais sejam: 1. produção intelectual; e 2. representatividade profissional. Em ambos, observam-se distintas hierarquias que se referem a predileções sobre temas, teorias e métodos; e a visibilidade profissional de determinados grupos de pesquisadores em detrimento de outros, com enfoque nas variáveis de gênero, raça e localidade. Neste sentido, defendo a tese de que a Ciência Política norte-americana estrutura-se por diversas manifestações de desigualdades persistentes no tempo e resistentes aos discursos de mudança. Trata-se, portanto, de examinar como se faz Ciência Política e quais perspectivas prevalecem em seus espaços de produção e reprodução do conhecimento. Em termos metodológicos, a análise se concentra na *American Political Science Association*, tendo como material empírico os discursos proferidos pelos presidentes da associação, os artigos publicados em suas revistas e os seus encontros anuais, de 1990 até 2016. A abordagem recorre à reconstrução histórica, análise documental e classificação tipológica dos textos. Do ponto de vista teórico, a tese se insere nos debates sobre hierarquias do conhecimento, reconhecendo o próprio fazer científico como uma atividade também política.

Palavras-chave: História da Ciência Política. Ciência Política Norte-Americana. Hierarquias do Conhecimento. Pluralismo na Ciência. Diversidade na Ciência.

ABSTRACT

American Political Science has great relevance in its disciplinary area, considering the size of its community of researchers, the organization of its academic institutions and the impact of its studies. From its early days, it has established a tradition of research and debate on its own trajectory, which led to divergent understandings about its development: on the one hand, there are strong criticisms about the area and the professional organization in the United States of America in respect to the dogmatism expressed in its spaces of production and reproduction of knowledge; on the other hand, it is argued that there exists a plural science, where different research subcommunities coexist. To what extent, then, can one say that Political Science in the United States is dogmatic or plural? I understand that it is difficult for a disciplinary community to fall into one of these extremes, since the imposition of a single ideal of science would require significant consensus among its members. Thus, American Political Science is expected to be located within the continuum between these extremes, being more or less cohesive throughout its trajectory. My goal is to ascertain the position of Political Science in the United States in the debate of hierarchies of knowledge in science, focusing on its degrees of pluralism and diversity. It is a complex problem that displays different variables, spaces of expression and degrees of intensity. Therefore, I structure the research around two axes, namely: 1. intellectual production; and 2. professional representativeness. In both axes, various hierarchies that refer to predilections on themes, theories and methods; and the professional visibility of certain groups of researchers to the detriment of others, with a focus on the variables of gender, race and region operate. In this sense, I advance the thesis that US Political Science is structured by several manifestations of persistent inequalities in time, which are resistant to discourses of change. I examine how Political Science is done and what perspectives prevail in its spaces of production and reproduction of knowledge. In methodological terms, the analysis focuses on the American Political Science Association, resorting as empirical material to the speeches given by the presidents of the association, articles published in their journals and annual meetings, from 1990 to 2016. The approach draws on historical reconstruction, documentary analysis and typological classification of texts. From a theoretical standpoint, the thesis is based on the debates on hierarchies of the knowledge, recognizing the own scientific endeavour as an academic activity, but also political.

Keywords: History of Political Science. American Political Science. Hierarchies of Knowledge. Pluralism in Science. Diversity in Science.

RESUMÉN

La Ciencia Política estadounidense tiene una gran relevancia en su área disciplinaria, dado el tamaño de su comunidad de investigadores, la organización de sus instituciones académicas y el impacto de sus estudios. Desde sus primordios, ella ha establecido una tradición de investigación y debate sobre su propia trayectoria, lo que ha llevado a interpretaciones divergentes sobre su desarrollo: por un lado, existen fuertes críticas sobre el área y la organización profesional en los Estados Unidos de América con respecto al dogmatismo expresado en sus espacios de producción y reproducción del conocimiento; por otro lado, se argumenta que existe una ciencia plural, donde coexisten diferentes subcomunidades de investigación. ¿Hasta qué punto, entonces, se puede decir que la Ciencia Política en los Estados Unidos es dogmática o plural? Comprendo que es difícil para una comunidad disciplinaria situarse en uno de estos extremos, ya que la imposición de un ideal único de ciencia requeriría un consenso significativo entre sus miembros. Por lo tanto, se espera que la Ciencia Política estadounidense se ubique dentro del continuo entre estos extremos, siendo más o menos cohesiva a lo largo de su trayectoria. Mi objetivo es determinar la posición de la Ciencia Política en los Estados Unidos en el debate de las jerarquías del conocimiento en la ciencia, centrándose en sus grados de pluralismo y diversidad. Es un problema complejo que muestra diferentes variables, espacios de expresión y grados de intensidad. Por lo tanto, estructuro la investigación en torno a dos ejes, a saber: 1. producción intelectual; y 2. representatividad profesional. En ambos ejes, operan varias jerarquías que se refieren a preferencias por temas, teorías y métodos; y la visibilidad profesional de ciertos grupos de investigadores en detrimento de otros, con un enfoque en las variables de género, raza y región. En este sentido, defiendo la tesis de que la Ciencia Política de Estados Unidos está estructurada por varias manifestaciones de desigualdades persistentes en el tiempo, que son resistentes a los discursos de cambio. Examinó cómo se hace ciencia política y qué perspectivas prevalecen en sus espacios de producción y reproducción del conocimiento. En términos metodológicos, el análisis se centra en la *American Political Science Association*, recurriendo como material empírico a los discursos pronunciados por los presidentes de la asociación, artículos publicados en sus revistas y reuniones anuales, de 1990 a 2016. El enfoque se basa en la reconstrucción histórica, análisis documental y clasificación tipológica de textos. Desde un punto de vista teórico, la tesis se basa en los debates sobre las jerarquías del conocimiento, reconociendo el propio esfuerzo científico como una actividad académica, pero también política.

Palabras-clave: Historia de la Ciencia Política. Ciencia Política Estadounidense. Jerarquías de Conocimiento. Pluralismo en la Ciencia. Diversidad en la Ciencia.

LISTA DE FIGURA, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 – Hierarquias do conhecimento na Ciência Política	67
Gráfico 1 – Artigos publicados na APSR por subáreas da Ciência Política [1990-2016].....	99
Gráfico 2 – Evolução histórica do número de artigos de teoria publicados na APSR [1990-2016].....	108
Gráfico 3 – Artigos publicados na APSR por abordagem metodológica [2000-2016].....	122
Gráfico 4 – Presença de mulheres na presidência da APSA [1903-2016; 1990-2016].....	141
Gráfico 5 – Proporção do total de autores que publicaram na APSR por gênero [1990-2016].....	146
Gráfico 6 – Total de artigos publicados na APSR por gênero e colaboração [1990-2016] ...	147
Gráfico 7 – Proporção do total de autores que publicaram na POP por gênero [2003-2016].....	148
Gráfico 8 – Total de artigos publicados na POP por gênero e colaboração [1990-2016]	148
Gráfico 9 – Total de artigos sobre gênero publicados na APSR por gênero e colaboração [1990-2016].....	152
Gráfico 10 – Total de artigos sobre gênero publicados na POP por gênero e colaboração [1990-2016].....	153
Gráfico 11 – Presença de pesquisadores negros na presidência da APSA [1903-2016; 1990-2016].....	160
Gráfico 12 – Evolução da porcentagem de artigos publicados na APSR e na POP sobre raça e etnia [1990-2016]	167
Gráfico 13 – Perfil de formação dos presidentes da APSA [1903-2016].....	173
Gráfico 14 – Número de artigos publicados na APSR em coautoria por nacionalidade de origem institucional [1990-2016]	180
Gráfico 15 – Número de artigos publicados na POP em coautoria por nacionalidade de origem institucional [1990-2016]	181
Quadro 1 – Conceito de instituições nas abordagens do Neoinstitucionalismo	42
Quadro 2 – Síntese das características dos paradigmas da Ciência Política norte-americana .	45
Quadro 3 – Categorias e critérios de análise dos dados	70
Quadro 4 – Discursos da APSA analisados [1990-2016].....	73
Quadro 5 – Revistas da APSA analisadas [1990-2016]	76

Quadro 6 – Síntese dos procedimentos metodológicos	84
Quadro 7 – Seções de Pesquisa da APSA	89
Quadro 8 – Temas dos encontros anuais da APSA [1990-2016]	97
Quadro 9 – Simpósios publicados nas revistas da APSA sobre história da Ciência Política ou estado da disciplina [1990-2016].....	102
Quadro 10 – Divisões de grupos de trabalho de teoria política nos encontros da APSA.....	106
Quadro 11 – Simpósios e seções especiais publicados nas revistas da APSA sobre teoria e filosofia [1990-2016].....	107
Quadro 12 – Categorias e critérios de classificação de artigos por metodologia de pesquisa utilizados pela literatura.....	113
Quadro 13 – Seções de pesquisa de metodologia da APSA.....	115
Quadro 14 – Edições temáticas publicadas na PA	117
Quadro 15 – Simpósios temáticos publicados na <i>QMMR Newsletter</i>	119
Quadro 16 – Simpósios publicados na PS sobre metodologia [1990-2016]	123
Quadro 17 – Programas de diversidade e inclusão promovidos pela APSA.....	132
Quadro 18 – Mulheres nomeadas presidentes da APSA [1903-2016]	142
Quadro 19 – Mulheres nomeadas editoras-chefes nas revistas da APSA [1990-2016]	144
Quadro 20 – Simpósios publicados nas revistas da APSA sobre gênero [1990-2016]	150
Quadro 21 – Pesquisadores negros nomeados presidentes da APSA [1903-2016].....	161
Quadro 22 – Simpósios publicados nas revistas da APSA sobre raça [1990-2016]	165
Quadro 23 – Presidentes da APSA de nacionalidade não norte-americana [1903-2016]	172
Tabela 1 – Artigos das revistas da APSA categorizados [1990-2016].....	82
Tabela 2 – Instituições representadas pelos presidentes da APSA durante o período de mandato [1903-2016]	174
Tabela 3 – Porcentagem de artigos publicados na APSR por região [1990-2016]	176
Tabela 4 – Porcentagem de artigos publicados na POP por região [1990-2016]	177
Tabela 5 – Instituições de origem dos autores que publicaram artigos na APSR e na POP [1990-2016].....	178

LISTA DE SIGLAS

AAHS	African American History and Studies
AAPS	African Association of Political Scientists
ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ACCPOL	Asociación Colombiana de Ciencia Política
AEA	American Economic Association
AHA	American Historical Association
AJPS	American Journal of Political Science
ALACIP	Associação Latino-Americana de Ciência Política
ANU	Australian National University
APCG	African Politics Conference Group
APSA	American Political Science Association
APSR	American Political Science Review
ASA	American Sociological Association
ASA	African Studies Association
ASBWP	Association for the Study of Black Women in Politics
CP	Comparative Politics
CSES	Comparative Study of Electoral Systems
CSBP	Committee on the Status of Blacks in the Profession
CSWP	Committee on the Status of Women in the Profession
DA-RT	Data Access and Research Transparency
EJPR	European Journal of Political Research

ICPSR..... Inter-university Consortium for Political and Social Research

IO..... International Organization

IPSA International Political Science Association

IPSR..... International Political Science Review

ISQ..... International Studies Quarterly

ISSP International Social Survey Programme

IUPERJ Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro

JEPS..... Journal of Experimental Political Science

JETS Journal Editors' Transparency Statement

JOP Journal of Politics

JPS Journal of Political Science

JPSE..... Journal of Political Science Education

JREP Journal of Race, Ethnicity, and Politics

JSTOR Journal Storage

JTP..... Journal of Theoretical Politics

LGBT..... Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender

MIT..... Massachusetts Institute of Technology

MFP Minority Fellowship Program

MSRP Minority Students Recruitment

NCBCP..... National Coalition on Black Civic Participation

NCBS..... National Council for Black Studies

NCOBPS..... National Conference on Black Political Scientists

NPSR National Political Science Review

NSF..... National Science Foundation

ONU Organização das Nações Unidas

PA..... Political Analysis

POP..... Perspectives on Politics

PS..... Political Science and Politics

PSQ..... Political Science Quarterly

QMMR Qualitative and Multi-Method Research

QMMRS Qualitative and Multi-Method Research Section

RBSI Ralph Bunche Summer Institute

REP..... Race, Ethnicity and Politics

SPM Society for Political Methodology

TPM..... The Political Methodologist

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USBC..... U.S. Bureau of the Census

UFMG..... Universidade Federal de Minas Gerais

UNB..... Universidade de Brasília

WCPS Women’s Caucus for Political Science

WP World Politics

WWS..... World Values Survey

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A CIÊNCIA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEBATES RECENTES	22
2. 1 INTRODUÇÃO	22
2. 2 TRADIÇÃO DE AUTORREFLEXÃO DISCIPLINAR	23
2. 3 NARRATIVA HISTÓRICA DA CIÊNCIA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS ..	28
2. 3. 1 Antigo Institucionalismo.....	30
2. 3. 2 Comportamentalismo.....	35
2. 3. 3 Neoinstitucionalismo	41
2. 4 DEBATES RECENTES	46
3 A POLÍTICA DA CIÊNCIA POLÍTICA: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	51
3. 1 INTRODUÇÃO	51
3. 2 THOMAS KUHN E A COMUNIDADE DE CIENTISTAS POLÍTICOS NOS ESTADOS UNIDOS	52
3. 2. 1 Teoria Sócio-histórica da Ciência	54
3. 2. 2 Críticas e Limites da Teoria Kuhniana	60
3. 3 HIERARQUIAS DO CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS SOBRE A ACADEMIA	65
3. 4 METODOLOGIA DE PESQUISA: DADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE ..	69
3. 4. 1 Dados e Procedimentos	70
3. 4. 2 Discursos Presidenciais da APSA	71
3. 4. 3 Revistas Oficiais da APSA	74
3. 4. 4 Encontros Anuais da APSA.....	84
3. 4. 5 Estrutura da análise	86
4 HIERARQUIAS DO CONHECIMENTO NO EIXO DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL.....	87
4. 1 INTRODUÇÃO	87
4. 2 PRODUÇÃO INTELLECTUAL POR TEMÁTICA.....	93

4. 2. 1 Estado da Área e Contexto do Debate.....	94
4. 3 PRODUÇÃO INTELLECTUAL POR TEORIA.....	103
4. 3. 1 Estado da Área e Contexto do Debate.....	103
4. 4 PRODUÇÃO INTELLECTUAL POR METODOLOGIA.....	109
4. 4. 1 Estado da Área e Contexto do Debate.....	110
4. 5 ANÁLISE CRÍTICA	128
5 HIERARQUIAS DO CONHECIMENTO NO EIXO DA REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL	131
5. 1 INTRODUÇÃO	131
5. 2 REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL POR GÊNERO.....	135
5. 2. 1 Estado da Área e Contexto do Debate.....	136
5. 3 REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL POR RAÇA E ETNIA	153
5. 3. 1 Estado da Área e Contexto do Debate.....	154
5. 4 REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL POR LOCALIDADE	168
5. 4. 1 Estado da Área e Contexto do Debate.....	168
5. 5 ANÁLISE CRÍTICA	182
6 CONCLUSÃO.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
ANEXO 1 – Transcrição do Manifesto de Popayán.....	226
ANEXO 2 – Transcrição do e-mail anônimo de “Mr. Perestroika”	228
ANEXO 3 – Transcrição da petição para adiar a implementação da DA-RT.....	230
APÊNDICE 1 – Presidentes da APSA [1903-2016]	232
APÊNDICE 2 – Editores das revistas da APSA [1990-2016]	236
APÊNDICE 3 – Artigos sobre gênero publicados na APSR [1990-2016].....	237
APÊNDICE 4 – Artigos sobre gênero publicados na POP [1990-2016]	239
APÊNDICE 5 – Artigos sobre raça e etnia publicados na APSR [1990-2016]	241
APÊNDICE 6 – Artigos sobre raça e etnia publicados na POP [1990-2016].....	245

1. INTRODUÇÃO

“Apesar de algumas lamentações que vocês possam ter ouvido sobre o declínio das ligas de boliche na América, a adesão à APSA e a participação na convenção de 2002 se aproximaram dos máximos históricos. Nós, pelo menos, estamos jogando boliche juntos”¹ (PUTNAM, 2003, p. 249, tradução própria). A afirmação de Robert Putnam² no 98º Encontro Anual da Associação Norte-Americana de Ciência Política (APSA) aponta para uma característica importante da disciplina, qual seja: seu entendimento como comunidade, que possui padrões próprios de socialização. Os cientistas políticos compartilham valores, ideais e estruturas de agência, os quais transformam o próprio fazer científico em uma atividade também política. Não por acaso, este tema é estudado por diversas áreas nas ciências sociais, visando a entender a ciência tanto pelo seu aspecto epistemológico de produção de conhecimento, como pelas dinâmicas subjacentes ao caráter comunitário da mesma.

A ciência como atividade comunitária é objeto de estudo da Ciência Política norte-americana desde a sua fundação (ALMOND, 1998; EASTON, 1985; FARR; DRYZEK; LEONARD, 1995; GOODING; KLINGEMANN, 1996; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS, 1967). O estabelecimento da APSA como instituição representativa dos cientistas políticos daquele país demarcou o momento de desenvolvimento e consolidação não só da disciplina, como também da comunidade científica em si. Foi por meio dela que a profissão e as agendas de pesquisa se estabeleceram, distinguindo-se das outras ciências sociais. No final do século XIX e início do XX, as ciências sociais estavam tomando forma e se autonomizando especialmente em relação à filosofia. Naquele contexto, isso ocorreu por meio da formação de associações acadêmico-profissionais.

Em termos metodológicos, o debate disciplinar nos Estados Unidos desenvolveu-se em torno de referenciais clássicos da Filosofia da Ciência, tais como Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Karl Popper (WALKER, 2010). Em virtude disso, não existe uma única narrativa sobre o desenvolvimento da disciplina, mas sim várias que, por vezes, são divergentes. Dentre elas, todavia, aquela que é mais disseminada como narrativa oficial ampara-se na teoria

¹ “Despite some jeremiads that you may have heard about the decline of bowling leagues in America, APSA membership and attendance at the 2002 convention have neared all-time highs. We, at least, are bowling together”.

² A frase faz referência à reconhecida obra de Robert Putnam na Ciência Política, intitulada *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community* (2000), escrita a partir do seu ensaio *Bowling Alone: America's Declining Social Capital* (1995). O autor analisa as recentes transformações sociais e o declínio do capital social nos Estados Unidos.

kuhniana de ciência. Assim, de maneira geral, a Ciência Política apropriou-se da noção de desenvolvimento da ciência pela sucessão de *paradigmas hegemônicos* e foram identificados pela literatura especializada ao menos três principais: Antigo Institucionalismo, Comportamentalismo e Neoinstitucionalismo (ALMOND, 1990, 1996; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; MILLER, 1997; PERES, 2008a, 2008b; PETERS, 1999; SOMIT; TANENHAUS, 1967).

A narrativa e o conceito de *paradigma* constituem-se ainda hoje temas de controvérsia para a comunidade, mesmo quando questionada ou criticada. A partir disto surgem duas leituras divergentes: a primeira compreende que a Ciência Política nos Estados Unidos tornou-se uma disciplina dogmática, ou seja, que privilegia o consenso e a homogeneidade. Essa perspectiva é compartilhada tanto por quem reconhece a importância desse modelo de ciência como por aqueles que o criticam em favor de uma ciência mais plural. A segunda perspectiva defende que na disciplina há um espaço plural, no qual convivem diferentes subcomunidades de pesquisa. Por um lado, argumenta-se que é impossível o predomínio da homogeneidade no fazer científico; por outro, entende-se que o pluralismo que caracteriza a disciplina é uma conquista comunitária baseada em diálogos, iniciativas institucionais e compartilhamento de espaços. Nos Estados Unidos, esse debate esteve presente em vários momentos da história disciplinar, tendo como protagonista a APSA e o seu papel na produção e reprodução do conhecimento da área. As críticas direcionadas à existência de critérios de inclusão e exclusão de pesquisas e pesquisadores dizem respeito à estrutura e ao perfil de universidades, associações profissionais e revistas especializadas.

Diante dessa controvérsia cabe questionar qual narrativa é a mais acurada. Ou seja, em que medida é possível afirmar, com base em dados empíricos, que a Ciência Política nos Estados Unidos é dogmática ou plural? Em princípio, compreendo que é difícil que uma comunidade disciplinar encontre-se em um desses dois polos, visto que a imposição de um único ideal de ciência exigiria significativo consenso entre os membros de uma comunidade. Desse modo, espera-se que uma área disciplinar se situe em algum ponto dentro do contínuo entre os polos dogmatismo-pluralismo, mostrando-se mais ou menos coesa. Com essa perspectiva, a tese se alinha com os estudos de história e metodologia da Ciência Política sobre hierarquias do conhecimento. Trata-se do conflito entre percepções sobre o dever ser da ciência, especialmente no que diz respeito ao acesso desigual aos espaços de produção e reprodução do conhecimento. Isto implica nas atribuições de maior e menor valor, prestígio e influência, reflete estruturas de poder na academia e estimula um grande número de debates a

esse respeito, bem como iniciativas voltadas à identificação do perfil da comunidade profissional de cientistas políticos e à proposição de medidas de mudança e inclusão.

Diante disso, minha proposta nesta tese é analisar as hierarquias do conhecimento na Ciência Política norte-americana, manifestas pelas preferências por temas, teorias e métodos de um lado; e de representatividade de gênero, raça e localidade por outro. Estas desigualdades, quando entendidas em sua transversalidade, indicam como a distribuição de poder, prestígio e reconhecimento na disciplina seguem uma lógica hierárquica, que privilegia determinados modos de produção de conhecimento e grupos de pesquisadores em detrimento de outros. Neste sentido, defendo a tese de que a Ciência Política norte-americana estrutura-se por diversas manifestações de desigualdades persistentes no tempo e resistentes aos discursos de mudança. Trata-se, portanto, de examinar como se faz Ciência Política e quais perspectivas prevalecem em seus espaços de produção e reprodução do conhecimento.

Com esse objetivo, identifico no âmbito da APSA, qual o estado da estrutura disciplinar e quais têm sido os embates em voga a esse respeito. Para tanto, estruturo a tese em seis capítulos. No capítulo dois, *Contextualização Histórica e Debates Recentes*, trato da tradição de autorreflexão disciplinar e da narrativa histórica da Ciência Política nos Estados Unidos. Justifico a importância de estudos na área de história e metodologia da Ciência Política e descrevo iniciativas e práticas que fizeram com que esta assumisse uma posição central na academia norte-americana desde a sua constituição até o período recente. Ademais, faço referência a outros estudos que abordam comunidades de outros países e regiões, ampliando as perspectivas de análise e identificando problemáticas que são comuns à disciplina como um todo. Em seguida, apresento a narrativa daquela que, dentre uma historiografia diversa, é reconhecida como a história oficial da Ciência Política nos Estados Unidos. Segundo ela, desde a fundação da APSA, em 1903, a disciplina foi consolidando-se por um processo que se caracterizou pela sucessão de três *paradigmas hegemônicos*: o Antigo Institucionalismo, o Comportamentalismo e o Neoinstitucionalismo. Por fim, identifico questões recentes que mobilizam o debate entre cientistas políticos e direcionam críticas a determinados espaços ou práticas disciplinares, a exemplo do Movimento Perestroika e da política editorial *Data Access and Research Transparency* (DA-RT).

No capítulo três, *Enquadramento Teórico e Metodológico*, discuto como a Ciência Política nos Estados Unidos vem sendo abordada pela história e sociologia das ciências enquanto uma disciplina acadêmica e uma atividade profissional para, em seguida, apresentar a metodologia utilizada. Na primeira seção trato da relação entre a história disciplinar daquele país e a abordagem kuhniana de ciência. Apresento o modo como esse referencial teórico,

adotado ou criticado por pesquisadores da área, permite que se evidencie o conflito entre percepções sobre o dever ser da ciência, especialmente no que diz respeito às estruturas de poder que retratam um acesso desigual aos espaços de produção e reprodução do conhecimento. Tais questões dizem respeito ao que nesta tese denomino como hierarquias do conhecimento. Na seção seguinte, argumento que as hierarquias do conhecimento no contexto da Ciência Política norte-americana, manifestam-se em dois eixos: da produção intelectual e da representatividade profissional. Estes, por sua vez, englobam diversas problemáticas, dentre as quais destaco: temática, teoria e metodologia, no primeiro eixo, e gênero, raça e localidade, no segundo. Com vistas à análise destas seis categorias, desenvolvo na seção final a metodologia do estudo. Apresento o conjunto de dados utilizado, que se refere a espaços institucionais da principal associação profissional do país, a APSA. Este material empírico consiste em discursos proferidos pelos presidentes da associação, artigos publicados em suas revistas e em seus encontros anuais no período de 1990 a 2016. A descrição é acompanhada pelas considerações metodológicas adotadas para o tratamento próprio de cada conjunto de dados.

No capítulo quatro, *Eixo da Produção Intelectual*, inicio a exposição e análise dos dados coletados. Abordo questões de hierarquias do conhecimento na produção de pesquisas e trabalhos acadêmicos da área. Apresento três seções de análise de dados: *Temática*, *Teoria* e *Metodologia*. Na seção *Temática*, trato dos temas e objetos compreendidos como centrais na disciplina e debates relativos à sua relevância. Na seção *Teoria*, trato da relação entre teoria política e Ciência Política, destacando pesquisas de teoria e filosofia política e pesquisas de teoria formal. Na seção *Metodologia* trato de métodos e técnicas de análise defendidos e/ou utilizados no conjunto de materiais, identificando especialmente a tensão que existe entre orientações quantitativas e qualitativas de pesquisa e iniciativas para superá-la.

No quinto capítulo, *Eixo da Representatividade Profissional*, abordo questões de hierarquias do conhecimento na composição da academia de cientistas políticos. Apresento três seções de análise de dados: *Gênero*, *Raça* e *Localidade*. Na seção *Gênero*, trato da diversidade de gênero na composição do grupo responsável pela liderança, publicação e divulgação de conhecimentos na área, especialmente no que diz respeito à inclusão das mulheres, e de como os temas a esse respeito são tratados na Ciência Política. Na seção *Raça*, trato da diversidade racial na composição do grupo responsável pela liderança, publicação e divulgação de conhecimentos na área, especialmente no que diz respeito à inclusão de pesquisadores negros e pesquisadoras negras, e de como os temas a esse respeito são tratados. Na seção *Localidade*, trato da origem institucional e de nacionalidade do grupo responsável

pela liderança, publicação e divulgação de conhecimentos na área, bem como a percepção a respeito de uma Ciência Política mais autocentrada em problemas nacionais ou mais globalizada; ainda, como esses temas aparecem em publicações.

Na *Conclusão* ressalto a compreensão de que o debate sobre hierarquias do conhecimento é uma problemática complexa, composta por variáveis, espaços de expressão e graus de intensidade diversos. A partir disto, indico os pontos comuns que perpassam as diferentes categorias identificadas nesse debate, quais sejam: o confronto entre diferentes visões de ciência; a estrutura hierárquica do espaço acadêmico; e a relação entre a Ciência Política e a própria política. Defendo ainda que os eixos de análise apresentados nessa tese não se restringem ao estudo da Ciência Política ou mesmo da ciência praticada no contexto norte-americano. O modelo de análise desenvolvido na tese é aplicável ao estudo da atividade científica em outros países, inclusive em perspectiva comparada.

2. A CIÊNCIA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEBATES RECENTES

2.1 INTRODUÇÃO

A política como objeto de análise não é um achado da sociedade contemporânea. Ela remonta a tradições antigas de pensamento, que encontram referências desde a Grécia Antiga em Sócrates, Platão e Aristóteles, passando por pensadores modernos como Hobbes e Montesquieu. A reflexão sobre a política na ciência tampouco é nova, uma vez que existia na Europa pelo menos desde o século XI e estava ligada às mais diversas áreas do conhecimento, tais como a Filosofia e o Direito (SPELLMAN, 2011). Entretanto, a sua independência e autonomia como área de conhecimento é um fato recente. A Ciência Política enquanto disciplina acadêmica, ou seja, uma área específica e autônoma, que forma profissionais específicos, dentro das universidades, surge apenas no final do século XIX nos Estados Unidos³. Desde então, passa-se a conceber um *corpus* de conhecimento e um vocabulário próprio para a disciplina, a serem compartilhados por uma comunidade acadêmica que possui padrões particulares de socialização.

Esse aspecto demarcatório da criação de uma disciplina e a significação desse momento como um divisor de águas na compreensão de determinada área do conhecimento é uma pauta que se impõe não só à Ciência Política, mas a qualquer ciência. Essa pauta caracteriza-se pela disposição e pelos esforços de reconstrução de trajetórias históricas, visando a enquadrar escolhas e debates atuais. O reconhecimento destes esforços conduz ao argumento de que não existe ciência isenta ou dissociada de sua trajetória histórica e de que sua compreensão contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico.

A Ciência Política nos Estados Unidos tem como tradição a valorização de estudos de história e metodologia da disciplina (ALMOND, 1990, 1996; DRYZEK, 2006; DRYZEK; LEONARD, 1988; EASTON, 1985; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS, 1967). Estes estudos consistem na reconstrução da história disciplinar, na caracterização de uma teoria ou de um

³ Apesar da Ciência Política como disciplina autônoma e especializada ter surgido nos Estados Unidos, foram estudiosos e estudos europeus que orientarem os primeiros debates da área naquele país. Tanto intelectuais europeus foram responsáveis pelas suas primeiras cátedras, quanto foi no exterior que se formaram a maioria dos primeiros pesquisadores da área (ALMOND, 1990).

conjunto de teorias, na problematização de questões referentes à comunidade de cientistas políticos e em pesquisas de caráter bibliométrico. A partir destes estudos constituíram-se diversas narrativas sobre a história e a identidade da disciplina no país, de modo que há um debate permanente quanto às suas questões mais fundamentais.

Portanto, objetivando justificar a relevância de pesquisas sobre história e metodologia da Ciência Política e apresentar a literatura sobre o tema nos Estados Unidos, organizo este capítulo em três seções: tradição de autorreflexão disciplinar; narrativa histórica da Ciência Política nos Estados Unidos; e debates recentes. Inicialmente trato da tradição de autorreflexão disciplinar. Para tanto, apresento o perfil dos estudos realizados e as suas contribuições para o desenvolvimento da disciplina. Em seguida, identifico iniciativas e práticas que incentivaram a valorização de estudos na área de história e metodologia da disciplina. Neste sentido faço referência a outras academias e aos estudos que estas têm desenvolvido na área, tanto em relação ao seu entendimento sobre a Ciência Política nos Estados Unidos quanto em relação aos seus próprios contextos. Desse modo, é possível identificar problemáticas comuns e, portanto, caminhos de pesquisa. Na seção seguinte, abordo a constituição de narrativas sobre a história da disciplina e apresento aquela que é reconhecida como a história oficial da Ciência Política nos Estados Unidos. Segundo ela, a disciplina se consolidou por um processo que se caracteriza pela sucessão de três *paradigmas hegemônicos*: Antigo Institucionalismo, Comportamentalismo e Neoinstitucionalismo. Portanto, apresento a disciplina de acordo com essa estrutura e identifico as características-chave de cada *paradigma*, bem como seus marcos históricos, seu desenvolvimento institucional e o protagonismo de pesquisadores durante cada um desses períodos. Por fim, trato de debates recentes que mobilizam os cientistas políticos e direcionam críticas a determinados espaços e práticas disciplinares. Nessa seção parto do movimento de protesto Perestroika para discutir sobre os conflitos relativos à inclusão e à exclusão de pesquisas e pesquisadores na Ciência Política norte-americana.

2. 2 TRADIÇÃO DE AUTORREFLEXÃO DISCIPLINAR

Na Ciência Política dos Estados Unidos há uma forte tradição de autorreflexão disciplinar e de reconstrução de sua história (ALMOND, 1990, 1996; DRYZEK, 2006; DRYZEK; LEONARD, 1988; EASTON, 1985; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS,

1967). Percebe-se um constante esforço no que se refere ao exame comparado das teorias e métodos, assim como de suas lógicas internas. Essa tradição, todavia, não decorre apenas de seu tempo de existência como se poderia supor, mas antes de um incentivo bastante prematuro por parte daquela comunidade de cientistas a respeito de tal prática. Se comparada com a disciplina em outros países como a Inglaterra, que possui tempo semelhante de existência, é possível perceber que o incentivo à reflexão disciplinar nos Estados Unidos ocorreu como consequência de uma série de iniciativas institucionais e contextuais⁴. No âmbito da academia podem ser mencionados: 1. espaço para a publicação de estudos e reflexões sobre a história e a metodologia da Ciência Política em periódicos reconhecidos da área;⁵ 2. tradição da realização anual de um discurso do presidente da APSA voltado ao desenvolvimento da disciplina e da academia de cientistas políticos;⁶ 3. reivindicações por espaços permanentes para debate por parte da comunidade acadêmica e seus principais representantes;⁷ e 4. iniciativas como a de Gunnell (2004a), responsáveis por promoverem o estudo da história disciplinar como uma subárea especializada dentro da Ciência Política.

Nesse sentido, estudos sobre história e metodologia da disciplina têm sido desenvolvidos com diversas perspectivas. Numa delas, mais histórica, estudiosos concentram-se na reconstrução do desenvolvimento disciplinar. Para tanto, identificam instituições, iniciativas, obras e atores-chave na trajetória da Ciência Política considerando os seus processos de formação, profissionalização e especialização. Ainda, estabelecem periodizações a partir de critérios como marcos históricos ou períodos de predominância de determinados conjuntos de teorias e métodos (ALMOND, 1990, 1996; DRYZEK, 2006; DRYZEK; LEONARD, 1988; EASTON, 1985; GOODING; KLINGEMANN, 1996; GUNNELL, 2004a; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Relacionados a essa linha de pesquisa, são produzidos estudos voltados à análise e à revisão de autores e obras que protagonizaram o processo de desenvolvimento da disciplina. Utter e Lockhart (2002), por exemplo, organizaram um livro onde listam nomes de quase 200

⁴ Trato aqui do entendimento da Ciência Política enquanto uma disciplina autônoma com delimitação de área dentro da ciência. Cabe a ressalva, entretanto, de que o entendimento do estudo da política como parte de uma ciência é distinto dentro de cada trajetória histórica de estudos e, mesmo hoje, há academias que identificam a área não como Ciência Política, mas, por exemplo, como “Estudos Políticos”.

⁵ Destaca-se a edição especial da *American Political Science Review*, denominada *The Evolution of Political Science Essays*, Vol. 100, No. 4, 2006.

⁶ Os discursos são realizados nos encontros anuais da associação e divulgados, no ano seguinte, em uma de suas revistas oficiais. Além disso, os textos são comumente utilizados em universidades como bibliografia de disciplinas introdutórias da área de Ciência Política.

⁷ A *Political Science and Politics* (PS), uma das revistas oficiais da APSA, ocupa-se prioritariamente de debates profissionais e dedica significativo espaço em suas páginas a simpósios, diálogos e reflexões sobre a disciplina e sua comunidade de cientistas.

importantes cientistas políticos norte-americanos do final do séc. XIX até a atualidade. São apresentadas suas principais contribuições, bem como a relação estabelecida entre diferentes autores. Ainda, o livro traz diversas referências de obras biográficas e de análises referentes aos autores listados. Outros estudos concentram-se na caracterização e análise de determinadas teorias ou métodos. Neste caso, estudiosos preocupam-se em estabelecer os princípios epistemológicos e metodológicos de dada corrente do conhecimento. Para tanto, identificam autores representativos das teorias ou métodos analisados e elencam suas obras. Estes estudos podem assumir um caráter de revisão, de crítica ou de defesa em relação ao seu objeto de análise (COX, 1999; DAHL, 1961; DREWRY, 1996; EASTON, 1962; FARR, 1995; GREEN; SHAPIRO, 1994; HALL; TAYLOR, 2003; KIRKPATRICK, 1968; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; PETERS, 1999; RHODES, 2006; RIKER, 1990; ROTHSTEIN, 1996; SANDERS, 2006; SHEPSLE, 2006).

Somam-se a esses estudos esforços de sistematização de caminhos de pesquisa e técnicas metodológicas em manuais e livros de consulta. A obra *The Oxford Handbook of Political Methodology*⁸ (2008), editada por Box-Steffensmeier, Brady e Collier pode ser mencionada como exemplo. Ela se propõe a apresentar diferentes modos de se fazer pesquisa, englobando análises quantitativas e qualitativas, bem como a incentivar uma maior articulação entre elas. Também, indica atualizações disciplinares a partir de programas contínuos de pesquisa e treinamento metodológico desenvolvidos pela *Political Methodology Society* e pelas seções de pesquisa da APSA.

Além de pesquisas referentes ao conhecimento produzido por cientistas políticos norte-americanos, têm sido realizadas pesquisas sobre a sua comunidade acadêmica em termos de diversidade e inclusão. Nesse sentido, trabalha-se com o perfil dos cientistas políticos, seu acesso e permanência na academia. Estas pesquisas tendem a focar critérios especialmente de gênero, mas, também, de raça e localidade (ACKELSBURG et al., 2004; APSA, 2005, 2011a; BECKWITH, 2015; BRANDES et al., 2001; CARROLL; ZERILLI, 1993; HARRIS-LACEWELL, 2005; HERO, 2015; MANSBRIDGE, 2013; MERSHON; WALSH, 2015a, 2015b; MONROE, 2002; MONROE et al., 2008; PINDERHUGHES; KWAKWA, 2017; SHAMES, 2010; SINCLAIR-SHAPMAN, 2015; TEELE; THELEN, 2017; TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006).

⁸ Os livros *The Oxford Handbook of Political Theory* (2008), organizado por Dryzek, Honig e Phillips e *The Oxford Handbook of Political Institutions* (2008), organizado por Binder, Rhodes e Rockman, trazem uma proposta semelhante. O primeiro abordando a teoria política em suas várias direções e o segundo os estudos sobre instituições políticas.

Por fim, questões teóricas e metodológicas e a composição profissional da academia de cientistas políticos têm sido tratadas a partir de sua presença e relevância em espaços institucionais reconhecidos da área, tais como revistas científicas. Estudos de caráter bibliométrico têm possibilitado, por exemplo, a identificação de quais os métodos predominantes em revistas da área e qual o gênero dos pesquisadores que publicam nas mesmas. Por vezes, propõem a associação entre essas variáveis, buscando elucidar a transversalidade de preferências metodológicas e as categorias de gênero e raça, por exemplo (BREUNING; SANDERS, 2007; ISHYAMA, 2015; JACOBY et al., 2017; NORRIS, 1997; TEELE; THELEN, 2017).

É importante ressaltar, ainda, que a construção de uma literatura sobre história e metodologia da Ciência Política nos Estados Unidos e a promoção de debates em relação a questões centrais da disciplina têm, recentemente, recebido significativas contribuições por parte de pesquisadores de outros países. Na maioria dos casos, evidentemente, o processo de reconstrução da história da Ciência Política local ainda está em desenvolvimento e, por vezes, restrito a poucos estudos ou a um pequeno grupo de investigadores. Um exemplo disso é a constituição de uma literatura sobre história e metodologia da Ciência Política em países da América Latina. A Ciência Política latino-americana é considerada uma disciplina relativamente recente e a reflexão sobre a sua própria história também é nova. Contudo, nos últimos anos, houve um significativo aumento de estudos sobre a temática (BARRIENTOS DEL MONTE, 2013; BULCOURF, 2007, 2012; BULCOURF; MARQUEZ; CARDOZO, 2015; BUQUET, 2012; LEITE, 2015, 2018; LESSA, 2010; MADEIRA; MARENCO, 2016; MARENCO, 2014, 2015; RAVECCA, 2010, 2014, 2016a, 2016b, 2018; ROCHA CARPIUC, 2012, 2014). Estes são em grande parte resultantes de incentivos institucionais e pesquisas colaborativas. Os incentivos institucionais dizem respeito à abertura de espaço para pesquisas e debates em eventos acadêmicos e periódicos da área.

No caso do Brasil, o estudo da política sempre foi tema presente na literatura e, especialmente, em estudos de caráter ensaístico e histórico, que remontam suas origens coloniais (FURTADO, 1974; HOLANDA, 1978; PRADO JUNIOR, 1969). O estudo sistemático da Ciência Política enquanto disciplina acadêmica autônoma também é recente (AMORIM NETO; SANTOS, 2005, 2015; AVRITZER; MILANI; BRAGA, 2016; FORJAZ, 1997; LAMOUNIER, 1982; LEITE, 2015, 2016; LESSA, 2010; MADEIRA; MARENCO, 2016; MAGLIA, 2016; MARENCO, 2014, 2015; MICELI, 1995; QUIRINO, 1994; REIS, 1993; SOARES, 2005; TRINDADE, 2007, 2012). O início da história da Ciência Política brasileira como disciplina autônoma data dos anos 1960, quando foram criados dois

programas de pós-graduação pioneiros na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Contudo, foi no ano de 2013 que a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), com apoio da Fundação Ford, lançou o projeto “Ciência Política no Brasil: História, Conceitos e Métodos”⁹, com o intuito de “ir além de onde se encontra a literatura atual sobre o tema, e impulsionar [...] um processo de história e memória da Ciência Política no Brasil que tenha uma dimensão ao mesmo tempo biográfica, metodológica e conceitual”¹⁰ (ABCP, 2018).

Outro espaço que se tornou um fórum permanente de estudos e debates sobre a história e metodologia da Ciência Política é o encontro bienal realizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Nele há mesas temáticas direcionadas a pesquisas com esse perfil, com possibilidade de troca e colaboração entre pesquisadores de vários países. Inclusive, seus encontros deram origem ao *Grupo de Investigación en Historia de la Ciencia Política en América Latina*. A partir disso, várias associações nacionais também têm incorporado mesas temáticas e fóruns voltados a esse assunto. Em 2014, durante o *III Congreso de Ciencia Política de la Asociación Colombiana de Ciencia Política (ACCPOL)*, especialistas na história da disciplina estabeleceram o *Manifiesto de Popayán* (ANEXO 1), cujo objetivo central consiste em aprofundar esforços para estudar e compreender a história da Ciência Política da América Latina (BULCOURF; MÁRQUEZ; CARDOZO, 2015).

A literatura sobre história e metodologia da Ciência Política na América Latina tem se formado a partir de linhas de pesquisa semelhantes às mencionadas no caso dos Estados Unidos – reconstrução histórica, análise de teorias e metodologias específicas, análise da diversidade profissional e estudos bibliográficos. Todavia, uma particularidade a ser mencionada é que os pesquisadores latino-americanos têm estudado desde cedo as matrizes da constituição da disciplina em seus países com o intuito de compreender trajetórias e valorizar produções próprias ou adequadas aos seus contextos particulares. Nesse sentido vêm sendo realizadas pesquisas sobre a história da Ciência Política nos Estados Unidos, visto que parte dos estudos da região, bem como as estruturas institucionais das associações de Ciência Política e das revistas da área também foram influenciadas pelas epistemologias e metodologias desenvolvidas nos Estados Unidos (BAQUERO; ESCOBAR, 2013;

⁹ Como um dos resultados dessa iniciativa, em 2016 foi lançada a antologia *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015* (AVRITZER; MILANI; BRAGA, 2016), na qual distintos autores contribuem com perspectivas acerca do desenvolvimento da disciplinas no país.

¹⁰ Apresentação do projeto disponível no *site* <<http://memoria.cienciapolitica.org.br/sobre/objetivos/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BAQUERO; NOGUERA, 2013; RAVECCA, 2014; ROCHA CARPIUC, 2014; TORRES-RUIZ; RAVECCA, 2014).

Parte dessa literatura compartilha das duras críticas que o cientista político italiano Giovanni Sartori direcionou à Ciência Política norte-americana e, particularmente, à APSA, em seu artigo *¿Hacia dónde va la ciencia política?* (2004). Adota-se uma postura crítica quanto ao dogmatismo observado naquela comunidade, atualmente voltada à quantificação e à formalização matemática. Em *La muerte de la ciencia política* (2008), César Cansino retoma a crítica de Sartori direcionando-a à grande parte da Ciência Política. Ele defende a ideia de que estudos teóricos e filosóficos foram abandonados no processo de busca pela cientificidade associada a pesquisas de caráter quantitativo. Essencialmente, essa literatura traz reflexões acerca das estruturas de poder na disciplina e do colonialismo do saber (BULCOURF; MÁRQUEZ; CARDOZO, 2015). Estas críticas são importantes porque vão ao encontro da própria literatura de história e metodologia da Ciência Política norte-americana, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre a disciplina e sobre problemas em voga nos Estados Unidos.

Em suma, o estudo da história e metodologia da Ciência Política tem o potencial de promover a autorreflexão e a autocrítica, a compreensão da relação que a ciência estabeleceu com a sociedade além de contribuir para a construção do conhecimento em outras áreas especializadas dentro da disciplina na medida em que há uma reconstrução de debates e a indicação de obras fundamentais do pensamento sobre o Estado, o governo, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e a cultura política de vários países. Além de que, o esforço em elencar técnicas e estratégias de pesquisa permite que os pesquisadores se deparem com uma série de instrumentos dentre os quais podem encontrar aquele mais adequado ao seu objeto e objetivo de pesquisa.

2. 3 NARRATIVA HISTÓRICA DA CIÊNCIA POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS

A historiografia que se formou sobre a Ciência Política nos Estados Unidos é diversa, de modo que existe uma pluralidade de narrativas e identidades atribuídas à disciplina (ALMOND, 1998). Destacam-se, todavia, duas leituras: a primeira, amplamente reconhecida e considerada como sua história oficial, compreende que, desde a fundação da APSA, em 1903, a Ciência Política desenvolveu-se e se consolidou por meio da sucessão de *paradigmas hegemônicos* (ALMOND, 1990, 1998; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH;

OLSEN, 2006, 2008; MILLER, 1997; PERES, 2008a; PETERS, 1999; SOMIT; TANENHAUS, 1967). A segunda, por sua vez, associa o desenvolvimento da disciplina às reflexões sobre a política norte-americana, especialmente no que diz respeito à democracia (DRYZEK, 2006; FARR; DRYZEK; LEONARD, 1995; GUNNELL, 2004a, 2004b). Apesar de convergirem em alguns pontos, tais leituras se contrapõem em questões essenciais, que resultam em discordâncias não apenas quanto ao desenvolvimento histórico da disciplina, mas também em relação ao “dever ser” da ciência.

Nesta seção apresento a narrativa mais difundida acerca do desenvolvimento da disciplina – seus marcos históricos, seu desenvolvimento institucional e o protagonismo de pesquisadores. A narrativa da Ciência Política como uma sucessão de *paradigmas hegemônicos* compreende sua história como um processo caracterizado pelo que Thomas Kuhn (2013) chamou de *revolução científica*. Ou seja, pelo estabelecimento de um *paradigma hegemônico*, caracterizado como um período de *ciência normal*, seguido por um período de *anomalias empíricas* que conduziriam à *crise* do *paradigma hegemônico* e, finalmente, pela imposição de um novo *paradigma hegemônico*.¹¹ Essa estrutura teria resultado na ocorrência de três períodos identificados pela hegemonia de um único *paradigma* em cada um deles: Antigo Institucionalismo, Comportamentalismo e Neoinstitucionalismo (ALMOND, 1990, 1998; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; MILLER, 1997; PERES, 2008a; PETERS, 1999; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Apresento a narrativa histórica pela perspectiva da sucessão de *paradigmas hegemônicos* por duas razões: a primeira diz respeito ao reconhecimento nacional e internacional da mesma; a segunda deve-se ao fato dessa leitura da Ciência Política norte-americana ainda ser central no debate disciplinar sobre hierarquias do conhecimento, seja enquanto marco teórico, seja enquanto ponto de partida para questionamentos e críticas (WALKER, 2010).

¹¹ Thomas Kuhn e os pressupostos de sua teoria do desenvolvimento da ciência pela sucessão de *paradigmas hegemônicos* são abordados no capítulo seguinte.

2. 3. 1 Antigo Institucionalismo

O desenvolvimento do primeiro *paradigma* reconhecido pela literatura historiográfica da Ciência Política norte-americana está associado à formação e à institucionalização da disciplina. Ele se situa no contexto mais amplo de consolidação das ciências sociais nos Estados Unidos, assim como da ampliação dos espaços acadêmicos de produção do conhecimento (ROSS, 1991). Tal contexto envolve continuidades e rupturas em relação ao pensamento europeu – por um lado os europeus formaram os primeiros mestres e ofereceram as matrizes teóricas do ambiente científico norte-americano, por outro lado, enquanto disciplina acadêmica autônoma, a Ciência Política aparece como um produto da cultura moderna do país, propagadora de valores nacionais e progressistas, como a defesa de ideais pluralistas e da democracia de massas (GUNNELL, 2004a).

Nesse sentido, estabelece-se a relação entre os problemas que motivaram a criação da Ciência Política como uma disciplina acadêmica e o pensamento político dos chamados “pais fundadores” da república – John Adams, Thomas Jefferson, Alexander Hamilton e James Madison. Já naquele momento, a questão do “excepcionalismo americano” adquiria relevância, pois os Estados Unidos percebiam como excepcional sua situação frente a outros países, em virtude do seu processo de independência e do estabelecimento de sua inovadora constituição. Esta percepção não ficou restrita àquele período, visto que continuou a ser tema de debate, crítica e reflexão no desenvolvimento da disciplina, a ponto de dividir opiniões dos próprios presidentes da APSA (HERRING, 1953; LASSWELL, 1956; ODEGARD, 1951; OGG, 1942). O ideal de uma sociedade destinada à transformação de toda uma civilização, a ser “líder do mundo livre”, amparada na valorização de uma herança política distinta, tem impacto direto no ideal de ciência da política defendido, assim como nos objetivos práticos atribuídos à disciplina (GUNNELL, 2004a).

Assim, o pensamento político dos “pais fundadores” serviu de referência para os debates substantivos e o modelo de Ciência Política que se estabeleceu no século XIX e que perdurou até suas últimas décadas. Seu caráter era essencialmente constitucionalista, seguindo a tradição de reflexão filosófica e moral em torno do contrato social e do jusnaturalismo (MERRIAM, 1920). Os problemas centrais diziam respeito aos direitos individuais, os limites da soberania e os pesos e contrapesos necessários à garantia dos princípios gerais que regem as instituições. Num primeiro momento, essas reflexões ficaram a cargo de filósofos e juristas de universidades tradicionais, como Yale, Princeton e Harvard, mas logo vieram a ganhar espaço dentro da recém criada disciplina de Ciência Política, mesmo encontrando resistência

por parte de uma nova geração que defendia a adoção de novas abordagens sobre os fenômenos políticos (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Nesse contexto, o desenvolvimento acadêmico da Ciência Política ocorreu por meio dos programas de pós-graduação, criados no último quarto do século XIX acompanhando uma ampla reestruturação do ensino norte-americano promovida nesse período, conhecido como a Era Progressiva (ROSS, 1991). A autonomização acadêmica e a especialização disciplinar foram acentuadas principalmente nas ciências sociais, resultando no surgimento de associações profissionais, a exemplo da *American Historical Association*, AHA (1884); *American Economic Association*, AEA (1885) e *American Sociological Society*¹² (1903). Em seguida, essas associações lançaram seus periódicos acadêmicos oficiais. No caso da Ciência Política, a criação da *American Political Science Association*, APSA (1903), deu origem à *American Political Science Review*, em 1906 (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Inicialmente, o propósito da criação de uma nova associação científica, no início do século XX, visou ao atendimento da demanda crescente por estudos voltados a princípios e formas do governo nacional e ao papel de liderança científica em assuntos públicos. A partir disto, a primeira ideia, no ano de 1902, foi a criação da “Sociedade Americana de Legislação Comparada”. Todavia, logo no ano seguinte, realizou-se uma segunda reunião, na qual se chegou ao consenso de que a nova associação deveria atender a pretensões mais amplas, assim como era adequado o momento para os Estados Unidos reorientarem os estudos sobre a política. Desse modo, em 1903 – principalmente devido ao empenho de William Willoughby –, teve origem a APSA.

De início, a formação específica dos primeiros cientistas políticos norte-americanos se deu principalmente nos programas de pós-graduação do exterior, prioritariamente nas universidades da Alemanha, onde a disciplina estabelecia uma relação estreita com a História e a Filosofia do Direito (SOMIT; TANENHAUS, 1967). A figura de maior destaque daquele período na Alemanha era o jurista Johann Bluntschli¹³, que reivindicava uma Ciência Política como uma *Staatswissenschaft* – uma ciência do Estado. Em seu livro *The Theory of the State* (2000), originalmente publicado no ano de 1875, o autor apresenta a seguinte definição de *Staatswissenschaft*:

¹² Atualmente denominada *American Sociological Association* (ASA).

¹³ Johann Caspar Bluntschli (1808-1881), suíço com carreira de professor e pesquisador na Alemanha, especialmente nas universidades de Munique e Heidelberg, dedicou-se à Ciência Política e à jurisprudência alemã. Seus estudos tiveram preocupação fundamental com a formulação de uma teoria geral do Estado, que deveria adotar uma abordagem tanto filosófica quanto histórica.

A Ciência Política (*die Statswissenschaft*) é, em seu sentido próprio, a ciência preocupada com o Estado, que se empenha para entender e compreender o Estado em suas condições (*Grundlagen*), em sua natureza essencial (*Wesen*), em suas várias formas ou manifestações (*Erscheinungsformen*), em seu desenvolvimento. Portanto, muitas ciências que por vezes são consideradas como ciências políticas, não são realmente, embora façam referência ao Estado e, naturalmente, devam ser consideradas como auxiliares¹⁴ (p. 12, tradução própria).

Consequentemente, os primeiros passos para o estabelecimento da disciplina no país orientaram-se por essa perspectiva. Inclusive, foi esse modelo de Ciência Política, bastante crítico em relação ao contratualismo, que Francis Lieber¹⁵, um imigrante alemão formado naquele ambiente acadêmico, introduziu e colaborou para fazer predominar nos Estados Unidos no final do século XIX. Lieber afirmava que ele mesmo, Bluntschli e o francês Edward Laboulaye¹⁶ compunham a tríade responsável pela disseminação dessa nova ciência da política.

Em 1857, Lieber estabeleceu-se na Universidade de Columbia como o primeiro cientista político a ter reconhecimento profissional no país, ocupando uma cadeira dedicada exclusivamente à disciplina. Seguindo a orientação geral da nova ciência da política defendida por Bluntschli (2000), Lieber deu início à estruturação acadêmica da disciplina, seu escopo, metodologia e problemas de investigação (SOMIT; TANENHAUS, 1967). Em 1876, com a criação da Universidade Johns Hopkins¹⁷, inspirada nas universidades de pesquisa alemãs, surge uma iniciativa importante para a Ciência Política, qual seja, a criação de um programa de pós-graduação na área, amparado fortemente na figura de Herbert Baxter Adams¹⁸, doutor pela universidade alemã de Heidelberg.

¹⁴ “The Political Science (*die Statswissenschaft*) in the proper sense is the science concerned with the State, which endeavours to understand and comprehend the State in its conditions (*Grundlagen*), in its essential nature (*Wesen*), its various forms or manifestations (*Erscheinungsformen*), its development. Thus many sciences, which are sometimes regarded as political sciences, are not really such, although they relate to the State and must of course be taken account of as auxiliary”.

¹⁵ Francis Lieber (1800-1872), alemão nascido em Berlim, refugiou-se nos Estados Unidos onde viria a se consagrar como professor e pesquisador da área de Ciência Política. Ele exerceu grande influência no processo de institucionalização da disciplina, publicando trabalhos sob uma dupla influência: por um lado da *Staatswissenschaft* alemã e, por outro, da dinâmica e ideais da política norte-americana (BIANCHI, 2011).

¹⁶ Édouard René de Laboulaye Lefèvre (1811-1883) foi um jurista e professor francês que dedicou seus estudos à história e ao sistema constitucional dos Estados Unidos. Além de uma carreira acadêmica, Édouard construiu uma trajetória de intensa participação na política francesa.

¹⁷ Outras universidades destacaram-se pela tentativa de implantação de programas semelhantes ao de Johns Hopkins: Harvard, Pensilvânia e Michigan (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

¹⁸ Herbert Baxter Adams (1850-1901) foi um historiador e cientista político norte-americano. Formou-se na universidade de Heidelberg, sob orientação de Johann Caspar Bluntschli, e atuou na Universidade Johns Hopkins. Seus trabalhos destacavam-se pela forte relação estabelecida entre as áreas de História e Ciência Política, de modo a influenciar toda uma geração de pesquisadores interessada no estudo da política institucional.

Em 1880, surge a primeira escola de Ciência Política, na Universidade de Columbia. John Burgess¹⁹, professor de Ciência Política e Direito Constitucional, esteve à frente desse projeto. Mesmo com certa resistência, Burgess alcançou o objetivo de estabelecer um programa de pós-graduação, inspirado nas estruturas curriculares alemãs e francesas, incentivando uma relação mais próxima com o Direito e a História²⁰, especialmente na sua vertente comparativa (SOMIT; TANENHAUS, 1967). Entretanto, as principais inovações trazidas por Burgess foram a orientação empírica e o ideal de rigor metodológico na formação dos pesquisadores. Columbia foi a principal instituição formadora da geração que ajudaria a promover o desenvolvimento acadêmico da disciplina e da profissão, pois lançou as diretrizes e agendas de pesquisa para os anos seguintes (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Enquanto a Ciência Política de John Burgess e Herbert Baxter Adams era marcada pela análise histórica e estrutural-funcionalista do Estado, a geração seguinte – Woodrow Wilson, James Bryce e Lawrence Lowell, por exemplo – mostrou-se ainda mais preocupada com a empiria ou o realismo dos fatos políticos. As universidades Johns Hopkins e Columbia, em conjunto com o primeiro periódico de Ciência Política da época, *Political Science Quarterly* (PSQ)²¹, abriram assim o espaço para o reconhecimento da Ciência Política como uma disciplina autônoma nos Estados Unidos. De fato, parte da literatura afirma que tratava-se, na verdade, do reconhecimento de um *paradigma*, rotulado posteriormente como Antigo Institucionalismo .

O Antigo Institucionalismo, segundo historiadores da disciplina, tem suas raízes na tradição europeia do final do século XIX e início do século XX (RHODES, 2006), e se concentra no estudo da formação, evolução e funcionamento das instituições políticas, entendidas como a estrutura do Estado e seu desenho constitucional. Em linhas gerais, o Antigo Institucionalismo é caracterizado por: 1. utilizar o estudo formal das instituições políticas com fins à explicação dedutiva do comportamento político; 2. adotar uma abordagem histórica e estrutural-funcionalista; 3. analisar estruturas, regras e funções do Estado; e 4. preocupar-se com a prescrição de modelos constitucionais ideais, sob uma ótica normativa do que seria um bom governo. Em decorrência desse enfoque, é definido como jurídico-formal,

¹⁹ John Burgess (1844-1931) formou-se na Alemanha, onde teve contato com estudos históricos e jurídicos da época. Tais influências determinaram os moldes do curso criado na Escola de Columbia, após uma tentativa sem sucesso da implantação do mesmo na Universidade de Amherst.

²⁰ A relação da Ciência Política com a História foi tema recorrente no período. Os protagonistas desse debate foram Herbert Baxter Adams, Munroe Smith, Jesse Macy e Simeon Baldwin.

²¹ O periódico PSQ foi lançado em 1886 por John Burgess, na Universidade de Columbia. Este teve um papel fundamental para o período de formação da disciplina nos Estados Unidos, sendo reconhecido ainda hoje por publicar artigos voltados ao estudo do governo e de políticas públicas.

vindo a ser conhecido nos Estados Unidos como “arquitetura constitucional” (PETERS, 1999; ROTHSTEIN, 1996). Woodrow Wilson²² e Walter Bagehot²³ são autores de obras exemplares desse *paradigma*, referentes, respectivamente, às descrições da política norte-americana (*Constitutional Government in the United States*, 1908) e inglesa (*The English Constitution*, 1867).

No entanto, a literatura aponta que a hegemonia desse *paradigma* começa a ser questionada já nos anos 1920. Fenômenos como o nazismo e o fascismo não puderam ser explicados pelas abordagens institucionalistas tradicionais (ALMOND, 1998). Na Alemanha, mesmo com a elogiada constituição democrática de Weimar, o partido nazista obteve desempenho eleitoral crescente a ponto de ocupar posições centrais no parlamento e abrir caminho para o seu líder chegar ao controle do Estado. Na Itália, a unificação nacionalista antiliberal promovida pelos fascistas tinha no Estado totalitário seu ator principal, em clara oposição aos desenhos constitucionais dos Estados Unidos e da Inglaterra. A atuação dos grupos, dos partidos, dos sindicatos, das associações e dos movimentos sociais, como as sufragistas, por exemplo, não podiam ser compreendidos por meio da teoria formalista e estruturalista dos institucionalistas.

Assim, o Antigo Institucionalismo passou a ser questionado quando suas previsões falharam, especificamente quando modelos institucionais semelhantes promoveram resultados institucionais notadamente diferentes. Nesse cenário, cresceram demandas por uma Ciência Política metodologicamente mais rigorosa, voltada à análise empírica e comprometida em dar respostas aos problemas políticos práticos de seu tempo. Lentamente, o Antigo Institucionalismo entrou em crise, abrindo espaço para a emergência de uma nova visão de ciência que iria se estabelecer mais fortemente nos anos 1950 (ALMOND, 1998). Dava-se início ao que ficou conhecido na literatura como a Revolução Comportamentalista, que se constituiu em oposição a grande parte das pesquisas realizadas até aquele momento. Segundo Dahl (1961),

Historicamente falando, a abordagem comportamental era um movimento de protesto dentro da Ciência Política. Por meio do uso dos partidários, em parte como um epíteto, termos como comportamento político e abordagem

²² Woodrow Wilson (1856-1924) foi um acadêmico e político norte-americano. Como acadêmico obteve seu título de doutorado pela Universidade Johns Hopkins e chegou a ser aluno de Herbert Baxter Adams. Também ocupou a presidência da APSA entre os anos de 1909 e 1910. Dois anos depois, em 1912, tornou-se o 28º presidente dos Estados Unidos, tendo realizado o seu mandato pelo partido Democrata durante o período da Primeira Guerra Mundial.

²³ Walter Bagehot (1826-1877) foi um jornalista e pesquisador britânico. Realizou pesquisas nas áreas de economia e política, sendo reconhecido especialmente por sua obra *The English Constitution* (1867).

comportamental passaram a estar associados a uma série de cientistas políticos, principalmente americanos, que compartilhavam um forte senso de insatisfação com as conquistas da Ciência Política convencional, particularmente aquelas associadas a abordagens históricas, filosóficas e institucionais-descritivas e a uma crença de que métodos e abordagens adicionais existiam ou poderiam ser desenvolvidos para ajudar a fornecer à Ciência Política proposições empíricas e teorias de caráter sistemático, testadas de forma mais aproximada, com observações mais diretas e rigorosamente controladas dos eventos políticos²⁴ (p. 766, tradução própria).

2.3.2 Comportamentalismo

Segundo a literatura, a transição para o Comportamentalismo ocorreu gradativamente, tendo como espaço central das controvérsias metodológicas a APSA e, como base experimental da formação do novo *paradigma*, a chamada Escola de Chicago (ALMOND, 1998; DAHL, 1961; HEANEY; HANSEN, 2006; SOMIT; TANENHAUS, 1967). A ruptura com o Antigo Institucionalismo iniciou-se com o deslocamento do objeto de estudo da Ciência Política: em vez de análises centradas em instituições formais, o novo *paradigma* direcionava a pesquisa ao comportamento de indivíduos e grupos. Neste contexto, a figura de Charles Merriam²⁵ foi de fundamental importância. Ele contribuiu tanto para a ascensão da escola de Chicago como para a disseminação de novas metodologias de pesquisa. Merriam abriu espaço para uma série de estudos voltados à cultura, à socialização política e à educação cívica (ALMOND, 1998).

Parte essencial das propostas de Merriam aparece em sua obra-manifesto intitulada *The Present State of the Study of Politics* (1921), na qual o autor propõe duas atitudes como base para a renovação dos estudos da área de Ciência Política: a exploração da Psicologia e Sociologia do comportamento dos atores e a introdução de métodos quantitativos na análise dos dados. Merriam trata da distinção entre as ciências sociais e as ciências da natureza e

²⁴ “Historically speaking, the behavioral approach was a protest movement within political science. Through usage by partisans, partly as an epithet, terms like political behavior and the behavioral approach came to be associated with a number of political scientists, mainly Americans, who shared a strong sense of dissatisfaction with the achievements of conventional political science, particularly through historical, philosophical, and the descriptive-institutional approaches, and a belief that additional methods and approaches either existed or could be developed that would help to provide political science with empirical propositions and theories of a systematic sort, tested by closer, more direct and more rigorously controlled observations of political events”.

²⁵ Charles Merriam (1874-1953) é reconhecido por sua grande contribuição para a formação do *paradigma* comportamentalista na Ciência Política, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Obteve seu título de doutor na Universidade de Columbia e, posteriormente, atuou a maior parte de sua vida na Universidade de Chicago, onde deixou seu legado para a disciplina. Destaca-se, também, o fato de que Merriam tornou-se presidente da APSA no ano de 1924.

afirma que é possível e necessário um estudo da política com o uso de instrumentos mais elaborados de observação social. Ele afirma que

Para os nossos propósitos, não é necessário ou possível ler o futuro da ciência social ou política. Basta dizer que podemos aperfeiçoar de forma clara e mensurável a abrangência e precisão de nossa observação dos fenômenos políticos e que os processos de controle social e político podem ser muito mais suscetíveis à adaptação e reorganização humana do que agora são. Aqui, somos confrontados, no entanto, como em outros pontos, pela urgente necessidade prática de uma melhor organização da nossa própria pesquisa profissional²⁶ (MERRIAM, 1921, p. 183-184, tradução própria).

Seguindo essas diretrizes, traduzidas numa grade curricular original implantada no programa de pós-graduação da Universidade de Chicago, uma nova geração de cientistas políticos foi formada. Essa geração levaria os preceitos do Comportamentalismo a outros departamentos e programas. Merriam e seus alunos promoveram uma grande mudança na Ciência Política a partir da década de 1920²⁷ e, portanto, foram fundamentais na operacionalização de princípios do novo *paradigma*, fornecendo-lhe tanto o terreno teórico-metodológico como o material humano (EASTON, 1985). Como resultado, surgiu uma série de novos objetos de pesquisa, tais como comportamento eleitoral, política urbana, psicologia política, administração pública e metodologia. Nessas agendas, somam-se a Merriam pesquisadores como Harold Lasswell, Harold Gosnell, Key Quincy Wright, Leonard D. White, Carroll Hill Woody, Herman Beyle, Rodney Mott, Louise Overacker, Gabriel Almond, Herman Pritchett, Herbert Simon, Avery Leiserson e David Truman (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Segundo Almond (1998), houve um grande avanço em “rigor de investigação empírica, poder inferencial no estudo de questões políticas e inovação institucional”²⁸ (p. 66, tradução própria). Os estudos empíricos foram incentivados por uma estratégia de investigação interdisciplinar e pela introdução de novas metodologias de análise. Estas metodologias de caráter quantitativo são desenvolvidas especialmente por meio de modelos

²⁶ “For our purposes it is not necessary or possible to read the future of social or political science. It is sufficient to say that we may definitely and measurably advance the comprehensiveness and accuracy of our observation of political phenomena, and that the processes of social and political control may be found to be much more susceptible to human adaptation and reorganization than they now are. Here we are confronted, however, as at other points by the urgent practical necessity for better organization of our own professional research”.

²⁷ Neste período destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Harold Gosnell, com o primeiro programa de investigações importante a respeito de atitudes em relação ao voto (GOSNELL, 1927; MERRIAM; GOSNELL, 1924), e Harold Lasswell, com seu interesse pela psicologia política (LASSWELL, 1936, 1938).

²⁸ “[...] empirical investigative rigor, inferential power in the study of things political, and in institutional innovation”.

estatísticos a partir da utilização do *survey* como técnica de coleta de dados (ALMOND, 1998; DAHL, 1961; KIRKPATRICK, 1962; SIBLEY, 1962). Essa técnica passou a ser amplamente utilizada, tornando-se a responsável pela elaboração de densos bancos de dados. Desse modo, agências de pesquisa e equipes de pesquisadores passaram a fazer coletas sistemáticas de dados sobre o comportamento político e social a partir de critérios pré-estabelecidos que permitiriam a comparação. Outra técnica de pesquisa desenvolvida e utilizada nesse período foi a Análise de Conteúdo. O estabelecimento de categorias analíticas permitiu a quantificação de elementos textuais e, desse modo, documentos oficiais, discursos políticos, propagandas e entrevistas passaram a ser analisados a partir de procedimentos de seleção e extração de informações (LASSWELL, 1938).

Somado a esse panorama acadêmico, havia um contexto social propício à mudança, marcado por dois grandes cenários: de um lado, um conjunto complexo de tendências e condições sociais da política interna norte-americana, o qual envolve um momento de crescimento industrial e concentração populacional; de outro, a nova dimensão da política externa norte-americana no contexto das duas Guerras Mundiais e de parte do período de Guerra Fria (ALMOND, 1998; EASTON, 1985). Nesse cenário, o governo norte-americano atribuiu relevância aos cientistas políticos como profissionais capazes de assumir posições oficiais ou de consultoria para auxiliar em sua política externa – por exemplo, na análise das causas da guerra e os efeitos das propagandas nazistas, para a compreensão dos complexos processos da geopolítica da Guerra Fria, na identificação da cultura política dos países do terceiro mundo e das políticas de desenvolvimento mais favoráveis aos interesses norte-americanos. O estímulo à pesquisa foi proporcionado pelo financiamento dirigido a universidades com vistas a uma relação mais estreita entre ciência e política, objetivando a resolução de conflitos do país²⁹. De acordo com Almond (1998, p. 68),

A Segunda Guerra Mundial revelou-se um laboratório e uma importante experiência de treinamento para muitos estudiosos que semearam a "Revolução Comportamental". Os problemas referentes a como garantir a alta taxa de produção agrícola e industrial por parte de uma mão-de-obra reduzida, como recrutar e treinar soldados, marinheiros e aviadores, e depois como dispensá-los e devolvê-los à vida civil, como vender títulos de guerra, como controlar o consumo e a inflação, como monitorar a moral interna e as atitudes dos aliados e inimigos, criou uma demanda por pesquisadores da área de ciências sociais em todos os ramos dos serviços militares e civis. O

²⁹ Nesse processo foi fundamental a disponibilização de recursos para aquelas ciências reconhecidas como "ciências do comportamento". As fundações em geral, e particularmente a Fundação Ford, contribuíram para a viabilização de novas pesquisas e, conseqüentemente, o direcionamento das agendas disciplinares (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

esforço de guerra criou conjuntos de competências em ciências sociais que, na conclusão da guerra, foram devolvidos às crescentes instituições acadêmicas das décadas do pós-guerra³⁰ (tradução própria).

Dessa forma, o Comportamentalismo se estabelece em um contexto de amadurecimento da disciplina nos Estados Unidos. Ele surgiu na década de 1940 e adquiriu hegemonia entre as décadas de 1950 e 1960 (EASTON, 1962). A consolidação da APSA, a divulgação de encontros e revistas, assim como um contexto acadêmico e político propícios redirecionaram a prática disciplinar³¹. Assim, a partir da década de 1950, pelo menos quatro elementos tornam-se basilares em grande parte dos estudos dos fenômenos políticos: 1. comportamento dos atores individuais e coletivos como variável explicativa de fenômenos políticos; 2. abordagem multidisciplinar (Psicologia, Sociologia, Antropologia e Comunicação); 3. estudos indutivos visando à generalização empírica; e 4. defesa da neutralidade axiológica, do rigor metodológico e da quantificação (KIRKPATRICK, 1962).

Assim, o comportamento dos atores seria a unidade de análise fundamental a ser explicada por um conjunto de variáveis sociais e psicológicas. No que tange à abordagem multidisciplinar, sua relevância se percebe tanto em termos de orientações teóricas como metodológicas (DAHL, 1961; MERRIAM, 1924) – a aproximação das outras ciências foi resultante de incentivos contextuais, como já mencionado, e também do diálogo entre as comunidades científicas de diversas áreas. Em defesa do compartilhamento de conhecimentos, cientistas políticos reforçaram o contato com diferentes disciplinas, a exemplo da Biologia. Houve, inclusive, a pretensão de se criar uma grande área unificada, denominada “ciências do comportamento”, que englobaria a Ciência Política. Por sua vez, a orientação empírica decorreria desse caráter multidisciplinar, assim como da tentativa de se voltar à análise da política real, dos seus processos concretos, em detrimento do caráter especulativo atribuído ao *paradigma* anterior. Os comportamentalistas passaram a considerar

³⁰ “World War II turned out to be a laboratory and an important training experience for many of the scholars who would seed the “behavioral revolution.” The problems of how to insure the high rate of agricultural and industrial production on the part of a reduced labor force, how to recruit and train soldiers, sailors and airmen, and later how to discharge and return them to civilian life, how to sell war bonds, how to control consumption and inflation, how to monitor internal morale and the attitudes of allies and enemies, created demand for social science personnel in all the branches of the military and civilian services. The war effort created pools of social science expertise which, on the conclusion of the war, were fed back into the growing academic institutions of the post-war decades”.

³¹ Apesar de ter sido influenciado pelo behaviorismo da Psicologia, delineado por John Watson no artigo-manifesto de 1913, *Psychology as the Behaviorist Views It*, o comportamentalismo da Ciência Política possui características particulares. Em virtude disso, David Easton (1962) sugeriu a distinção entre os termos *Behaviorism* e *Behavioralism*, sendo o segundo um movimento próprio da Ciência Política.

que a quantificação e a generalização empírica são capazes de descobrir e propor as leis do movimento social, ou seja, do comportamento.

Finalmente, as preocupações metodológicas quanto à objetividade, rigor metodológico e neutralidade axiológica estão relacionadas a uma tendência particular da época, qual seja, o cientificismo. Segundo os críticos, houve uma tentativa de emulação das ciências sociais em relação às ciências naturais, com vistas ao reconhecimento do *status* de ciência conferido a estas últimas³². O ideal de ciência pura era um dos objetivos a ser perseguido e, frequentemente, a Física era utilizada como referência modelo para a Ciência Política³³, sob o argumento de que somente assim a intervenção social seria possível (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

Ademais, a Revolução Comportamental foi um movimento acadêmico-político concreto (SIBLEY, 1962). Naquele momento, um grande número de universidades fez uso dos preceitos do Comportamentalismo na formulação de seus planos disciplinares. Dentre as instituições universitárias, a Universidade de Michigan foi uma das principais responsáveis pela propagação do modelo de ciência desenvolvido pela Escola de Chicago nos anos 1920³⁴. Nesse ambiente intelectual, a área de estudos comparados desenvolveu-se fortemente (ALMOND, 1998). Em outra esfera, ressalta-se que a APSA, por meio da manifestação de seus protagonistas e meios de produção do conhecimento, foi responsável pela expansão e atribuição de relevância ao Comportamentalismo³⁵ (ALMOND, 1998).

O novo *paradigma* garantiu as bases teórica e metodológica para o desenvolvimento de importantes linhas de pesquisa da Ciência Política, com destaque a Análise de Sistemas, Comportamento Eleitoral e Cultura Política. Inclusive, em determinado momento, ele se tornou responsável pela ascensão de uma corrente contestadora, a Teoria da Escolha Racional. Essa, por sua vez, estimularia posteriormente a ascensão do novo *paradigma* a partir da crise do Comportamentalismo, que se iniciou em meados da década de 1960 (HALL; TAYLOR, 2003). Mesmo antes de existir uma consciência quanto ao que estava por vir para substituí-lo,

³² Dentre os críticos do cientificismo na Ciência Política podem ser mencionados William Yandell Elliott, Luther Gulick, Walter Shepard, James Hart, Mark Jacobsen e Charles Beard (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

³³ Tal relação foi abordada por William Bennett Munro em seu discurso presidencial da APSA intitulado *Physics and Politics – An Old Analogy Revisited* (1928).

³⁴ Outras instituições de formação que merecem destaque no contexto pós-guerra são Yale, Harvard, Wisconsin, Minnesota, Stanford, Princeton, Johns Hopkins, MIT, etc (ALMOND, 1998).

³⁵ É importante ressaltar, entretanto, que o período comportamental não garantiu um purismo de orientação de pesquisa, coexistindo análises institucionais no momento de predominância da abordagem comportamental, a exemplo dos estudos consagrados de Maurice Duverger, Reinhard Bendix, Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (ROTHSTEIN, 1996).

já se falava em uma Revolução Pós-Comportamentalista. Foi o que David Easton³⁶, um dos referenciais do *paradigma* até então dominante, anunciou em seu discurso presidencial no encontro anual da APSA (EASTON, 1969, p. 1061). Segundo ele,

Está claro que tempos de mudança requerem repensar radicalmente o que somos e o que queremos ser tanto como disciplina, como profissional. O pós-comportamentalismo é hoje uma tendência intelectual penetrante, que revela um grande esforço para fazer justamente isso. Sua própria característica de ser penetrante impede-o de se tornar a posse de qualquer grupo ou qualquer ideologia política. Ele apoia e amplia os métodos comportamentais e técnicas, buscando fazer as suas implicações substantivas mais convincentes acerca dos problemas do nosso tempo. O pós-comportamentalismo é, portanto, a mais recente contribuição para o nosso patrimônio coletivo. Por isso mesmo, como uma tendência intelectual, ele não é uma ameaça nem o perigo que alguns parecem temer. Em vez disso, nas grandes perspectivas históricas de nossa disciplina, a revolução pós-comportamental representa uma oportunidade para as mudanças necessárias³⁷ (tradução própria).

Apesar de anunciar o novo, o autor não deixou de assegurar que alguns dos ganhos obtidos pela disciplina no período comportamentalista não estavam sob ameaça e consistiam em contribuições duradouras. Desse modo, as críticas teóricas e empíricas direcionadas ao Comportamentalismo – relação entre teoria e método, insuficiências analíticas, pretensão de neutralidade e distanciamento de problema políticos e sociais práticos – permitiram reformulações que se somaram a um resgate de parte dos preceitos da abordagem institucional da política.

³⁶ David Easton (1917-2014) é reconhecido especialmente pelas suas contribuições na Teoria de Sistemas. O cientista político canadense recebeu seu doutorado na Universidade de Harvard em 1947 e, nesse mesmo ano, passou a atuar na Universidade de Chicago. Destaca-se, ainda, que em 1968 Easton ocupou a presidência da APSA.

³⁷ “It is clear that changing times require radical re-thinking of what we are and what we want to be both as a discipline and as a professional. Post-Behavioralism is a pervasive intellectual tendency today that reveals a major effort to do just this. Its very pervasiveness prevents it from becoming the possession of any one group or any one political ideology. It supports and extends behavioral methods and techniques by seeking to make their substantive implications more cogent for the problems of our times. Post-behavioralism stands, therefore, as the most recent contribution to our collective heritage. For that very reason, as an intellectual tendency it is not the threat and danger that some seen to fear. Rather, in the broad historical perspectives of our discipline, the post-behavioral revolution represents an opportunity for necessary change”.

2. 3. 3 Neoinstitucionalismo

A retomada da centralidade das instituições políticas como variáveis explicativas não ocorreu como um simples retorno ao Antigo Institucionalismo³⁸. A volta das instituições se deu em um contexto em que o Comportamentalismo já estava consolidado. Com isso, a objetividade na observação, o rigor metodológico, a quantificação, a orientação empírica e a neutralidade axiológica seguiram como as diretrizes de uma herança cientificista mesmo no âmbito do novo *paradigma*, o Neoinstitucionalismo. Ainda, esse processo de volta das instituições não consistiu um ato isolado dentro da Ciência Política, pois a Economia, por exemplo, também discutia, nesse período, o papel das instituições. No caso da Ciência Política, este *paradigma* se tornaria hegemônico nas décadas de 1980 e 1990 (HALL; TAYLOR, 2003; REZENDE, 2012; SHEPSLE, 2006), combinando o foco nas instituições políticas com princípios trazidos à Ciência Política pela Revolução Comportamentalista (PERES, 2008a).

Internamente, o Neoinstitucionalismo não se caracteriza como uma corrente unificada de abordagens, seja em termos teóricos ou metodológicos. Hall e Taylor (2003), por exemplo, afirmaram que o novo *paradigma* se subdivide em, pelo menos, três escolas de pensamento distintas: 1. Institucionalismo da Teoria da Escolha Racional, 2. Institucionalismo Histórico e 3. Institucionalismo Sociológico. Se por um lado as três correntes convergem no que diz respeito ao objetivo de “elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 164), por outro, diferem em seus conceitos, epistemologias e, principalmente, métodos de análise. Essa classificação, porém, não esgota as possibilidades de entendimento do novo *paradigma* – há diversas outras classificações³⁹, dentre elas podem ser identificados diferentes critérios e nomenclaturas, tais como Institucionalismo Normativo, Institucionalismo Construtivista, Institucionalismo Feminista, Institucionalismo Discursivo, etc.

³⁸ Embora análises sobre instituições não tivessem deixado de ser desenvolvidas durante o período comportamental, algumas obras foram fundamentais para que tais pesquisas voltassem a ocupar uma posição central na Ciência Política. As obras *The Theory of Political Coalitions* (1962) de William Riker e *Bringing the State Back in* (1985), editada por Skocpol, Evans e Rueschemeyer demarcaram esse processo. A primeira sobre uma perspectiva da Escolha Racional e a segunda sobre uma perspectiva histórico-sociológica, têm como característica comum a identificação de problemas focados nas instituições propondo novos caminhos de pesquisa dentro da disciplina.

³⁹ Outros trabalhos que fizeram esforços com vistas à classificação da variedade de abordagens neoinstitucionalistas foram apresentadas por Kato (1996), Norgaard (1996) e Peres (2008b).

Assim como a classificação das correntes teóricas do Neoinstitucionalismo não é consensual, tampouco há um único conceito de instituições dentro do *paradigma*. Nesse sentido, pode-se adotar como uma divisão inicial entre os distintos institucionalismos o critério de formalidade das instituições. Segundo esse critério, instituições podem ser formais, no sentido de que estão codificadas ou representadas por procedimentos claros e objetivos, como no sistema eleitoral, nas regras da câmara contidas em seu regimento interno, na competição entre partidos, na formulação e implementação de políticas públicas; ou informais, podendo referir-se a normas, comportamentos, crenças e qualquer referencial que constrange a ação dos indivíduos, ou, de forma mais delimitada, aos procedimentos e normas que perduram e se retoalham à medida que o tempo passa. No Quadro 1, apresento uma síntese da visão de instituições dentro do Neoinstitucionalismo a partir da proposta classificatória de Hall e Taylor (2003).

Quadro 1 – Conceito de instituições nas abordagens do Neoinstitucionalismo

ABORDAGEM	CONCEITO DE INSTITUIÇÕES
RACIONAL	Conjunto de regras que resolvem problemas de ação coletiva, reduzindo custos de transação e assimetria de informação. Fundam-se no pressuposto de racionalidade e do cálculo estratégico.
HISTÓRICA	Procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política e que persistem no tempo.
SOCIOLÓGICA	Sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que fornecem padrões de significação que guiam a ação humana.

Fonte: Elaboração própria.

Partindo desses conceitos distintos, uma ampla literatura foi produzida. O tratamento sociológico dado inicialmente às instituições parece haver sido melhor adaptado pelo institucionalismo histórico, razão pela qual as classificações tendem a convergir para duas vertentes principais: a racional e a histórico-sociológica (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2017; MAHONEY; THELEN, 2010; PERES, 2008b; SANDERS, 2006; SHEPSLE, 2006). No caso da vertente racional formou-se uma literatura significativamente diversa, abarcando autores como Kenneth Shepsle, Gary Cox, Margaret Levi, entre outros; na vertente histórico-sociológica observa-se uma marcante colaboração e diálogo entre os seus principais autores, quais sejam: James Mahoney, Kathleen Thelen, Theda Skocpol, Paul Pierson, Sven Steinmo, Wolfgang Streeck e Dietrich Rueschemeyer (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2017).

Parte da literatura argumenta que o Neoinstitucionalismo da Escolha Racional tem sido a abordagem predominante nas principais revistas de Ciência Política dos Estados Unidos no período recente (GREEN; SHAPIRO, 1994). Este trata-se de um desdobramento da Teoria da Escolha Racional desenvolvida pela Economia Neoclássica e seu desenvolvimento na disciplina se deu como resposta a problemas identificados no *paradigma* comportamentalista (PERES, 2008a). Suas limitações foram apontadas por Kenneth Arrow⁴⁰ a partir do paradoxo das decisões coletivas. Em sua teoria – mais precisamente, por meio do teorema da impossibilidade – o autor afirmou que as decisões políticas, diferentemente das decisões de mercado, não podiam ser concebidas como tomadas de decisão individuais, sem levar em consideração os constrangimentos institucionais e os mecanismos sociais de agregação da racionalidade individual em resultados coletivos (ARROW, 1951).

A partir do entendimento de que as decisões políticas são decisões coletivas, o teorema de Arrow levou ao argumento de que, na esfera pública, as decisões individuais devem ser agregadas de forma a constituírem uma vontade majoritária. A partir disso, ele deduziu que decisões racionais do ponto de vista individual não produzem resultados racionais do ponto de vista coletivo, a menos que sejam considerados os efeitos das regras institucionais que constroem o processo decisório. Essa mudança de perspectiva manteve o foco no individualismo metodológico, mas demandou a reconsideração da importância das instituições políticas na agregação das decisões individuais e, portanto, na mudança de comportamento dos atores em favor de ações estratégicas (PERES, 2008a). Essa nova versão da Teoria da Escolha Racional contou com a contribuição de William Riker⁴¹ na Ciência Política, sob a denominação de Teoria da Escolha Social (RIKER, 1980, 1990, 1997). Desse modo, a Teoria da Escolha Racional, ou Teoria da Escolha Social, corresponde a uma vertente do Neoinstitucionalismo, cuja característica distintiva em relação à versão tradicional, comportamentalista, é a consideração dos mecanismos institucionais de agregação das decisões individuais em resultados coletivos⁴².

⁴⁰ Kenneth Joseph Arrow (1921-2017), economista formado na Universidade de Columbia, é reconhecido como um dos fundadores da Economia Neoclássica. Premiado com o Nobel de Economia em 1972, destacam-se suas contribuições à Teoria da Escolha Social e seu teorema da impossibilidade.

⁴¹ William Harrison Riker (1920-1993), formado na Universidade de Harvard em 1948, atuou como professor e pesquisador no departamento de Ciência Política da Universidade de Rochester. Seus trabalhos a respeito da Teoria da Escolha Social e, especialmente, teoria dos jogos, incentivaram uma nova perspectiva de análise na disciplina. Destaca-se ainda, que no período de 1982 a 1983, Riker ocupou a presidência da APSA.

⁴² A Teoria de Escolha Racional combina as ações de indivíduos em determinados papéis (prisioneiro, legislador, ativista, firma, etc.) com o contexto institucional em que estão inseridos. A abordagem do Institucionalismo da Escolha Racional preocupa-se em entender o papel das instituições na escolha das estratégias dos atores. Por esse motivo a teoria dos jogos é amplamente utilizada em trabalhos de Escolha Racional. E devido a esta combinação

Devido aos trabalhos de Kenneth Arrow, uma nova agenda de pesquisas se desenvolveu com o objetivo de avaliar os distintos desenhos institucionais e seus efeitos nos fenômenos políticos. As obras de Anthony Downs (1999), William Riker (1962) e Mancur Olson (1971) criaram um novo referencial conceitual para diversas áreas de pesquisa, que envolvem sistemas eleitorais, sistemas partidários, estudos legislativos, entre outras, tendo em comum as seguintes características: 1. instituições políticas como variáveis explicativas de fenômenos políticos, 2. abordagem econômica (Economia Neoclássica); 3. Estudos dedutivos visando ao teste empírico e 4. modelo descritivo pautado por objetividade, rigor, neutralidade, quantificação e formalização matemática.

No caso do Institucionalismo Histórico-sociológico, os estudos se voltam para a explicação do surgimento, do desenvolvimento e das mudanças institucionais (SANDERS, 2006). Com isso, recupera-se parte da herança de análises históricas do período de formação da disciplina. Essa corrente vem ganhando espaço na comunidade acadêmica e, há alguns anos, apresenta-se como alternativa – e, por vezes, aliada – ao Neoinstitucionalismo da Escolha Racional (MAHONEY; RUESCHEMEYER, 2003; MAHONEY; THELEN, 2010; PIERSON, 2000, 2004; THELEN; STEINMO, 1992; THELEN, 1999).

Thelen e Steinmo (1992) apresentam estudos sobre as origens e trajetórias do Neoinstitucionalismo e estabelecem relações tanto com uma vertente sociológica como com a Teoria da Escolha Racional e sua vertente institucional. Os autores consideram que o conceito de racionalidade fundamenta ambas as vertentes, de modo que há um pressuposto de que os indivíduos possuem uma razão instrumental. Identificam divergências, entretanto, na abordagem de fenômenos políticos. A vertente histórico-sociológica possui uma abordagem voltada à História, visando a compreender o contexto que dá sustentação à racionalidade mencionada, bem como à formação de preferências e escolhas dos atores no espaço institucional.

A partir disto, Thelen e Steinmo (1992) iniciam uma nova agenda de pesquisa. Nesta, a história é fundamental para a compreensão do desenvolvimento das instituições e seus processos de mudanças. Esta compreensão deu base à formação da literatura de pesquisa do Neoinstitucionalismo Histórico-sociológico. Os autores se propuseram a desenvolver não apenas pesquisas empíricas, mas também teóricas. Desse modo, outros autores somaram-se a eles no desenvolvimento dos mecanismos e técnicas de análise das instituições políticas.

Como exemplo, é possível mencionar os estudos de Mahoney e Rueschemeyer (2003), Pierson (2003, 2004), Thelen e Streeck (2005) e Mahoney e Thelen (2010), como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Síntese das características dos paradigmas da Ciência Política norte-americana

PARADIGMAS		CARACTERÍSTICAS
ANTIGO INSTITUCIONALISMO		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições políticas (desenho institucional) como foco explicativo de fenômenos políticos; ▪ Abordagem disciplinar histórica e estrutural-funcionalista; ▪ Estudo das estruturas, regras e funções do Estado; ▪ Modelo prescritivo.
COMPORTAMENTALISMO		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comportamento como foco explicativo de fenômenos políticos; ▪ Abordagem multidisciplinar (Psicologia, Biologia, Comunicação); ▪ Estudos indutivos visando à generalização empírica; ▪ Modelo descritivo pautado por objetividade, rigor, neutralidade e quantificação.
NOVO INSTITUCIONALISMO		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições políticas e sociais como foco explicativo de fenômenos políticos; ▪ Abordagem disciplinar sociológica e histórica; ▪ Estudos indutivos visando à generalização; ▪ Modelo descritivo pautado por objetividade, rigor, neutralidade e quantificação (estatística como complemento).
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituições políticas como foco explicativo de fenômenos políticos; ▪ Abordagem disciplinar econômica (Economia Neoclássica); ▪ Estudos dedutivos visando ao teste empírico; ▪ Modelo descritivo pautado por objetividade, rigor, neutralidade, quantificação e formalização matemática.

Fonte: Elaboração própria.

Mahoney e Rueschemeyer (2003) contribuíram com o estabelecimento de uma distinção entre Institucionalismo Histórico e História comparada. Pierson (2003, 2004), por sua vez, formulou ferramentas analíticas para o desenvolvimento de estudos de caso e apresentou a ideia de *feedback* positivo e seus usos para a compreensão da dependência da trajetória (*path dependence*)⁴³. Thelen e Streeck (2005) e Mahoney e Thelen (2010)

⁴³ *Feedback* positivo trata-se da “retroalimentação de processos a partir de um processo inicial que se auto reforça com o passar do tempo” (LIMA, MÖRSCHBÄCHER, 2017, p. 109). O *feedback positivo* está relacionado à dependência de trajetória. Este segundo conceito, por sua vez, trata da relação entre fatos históricos. Todavia, possui uma série de significados atribuídos a ele, tais como a ênfase em retornos crescentes na economia, custos de reversão de decisões históricas e constrangimentos às mudanças institucionais. Para

propuseram pesquisas centradas no papel dos agentes como fomentadores da mudança institucional (LIMA; MÖRSCHBÄCHER, 2017). Estas são algumas dentre as contribuições dessa agenda de pesquisas, que tem desenvolvido atualmente métodos e teorias próprias,

Já o Neoinstitucionalismo Histórico-sociológico tem desenvolvido estudos voltados a sequências de eventos, mudanças institucionais e conjunturas críticas por meio da conceituação de tempo, agente e dependência de trajetória. Apesar do aumento da literatura e da sua orientação em várias frentes de pesquisa, a vertente mantém em comum as seguintes características: 1. instituições políticas e sociais como foco explicativo de fenômenos políticos; 2. abordagem sociológica e histórica; 3. estudos indutivos visando à generalização; 4. modelo descritivo pautado por objetividade, rigor, neutralidade e quantificação.

A ideia da predominância de determinadas teorias e métodos na Ciência Política é recorrente nos Estados Unidos. Isto resulta da leitura histórica da evolução da disciplina pela sucessão de *paradigmas hegemônicos*. Apresento no quadro 2 uma síntese da caracterização de cada um desses *paradigmas* identificados pela literatura de acordo com a narrativa disciplinar apresentada.

2. 4 DEBATES RECENTES

O questionamento em relação à suposta hegemonia do Neoinstitucionalismo, especialmente em sua vertente da Teoria da Escolha Racional, tem orientado grande parte dos debates disciplinares na Ciência Política norte-americana. As críticas se direcionam especialmente à excessiva quantificação e formalização nas análises políticas. Por um lado, afirma-se que há uma predileção das principais revistas por pesquisas com dados e técnicas quantitativas; por outro, que o uso da modelagem matemática levou os pesquisadores a um distanciamento da realidade e dos problemas sociais, isolando a comunidade científica em uma espécie de debate fechado e, portanto, sem relevância social.

As recorrentes reivindicações por maior pluralismo teórico-metodológico, compartilhadas por vários grupos dentro da academia, consolidaram-se a partir do Movimento Perestroika⁴⁴, desencadeado no início dos anos 2000 (CATERINO; SCHRAM, 2006;

Pierson (2000), essa abrangência do termo tem provocado o seu esticamento conceitual, de modo a limitar a sua capacidade explicativa.

⁴⁴ Gunnell (2015) esclarece que o Movimento Perestroika originou-se como uma demanda por maior tolerância ao pluralismo na APSA. O domínio de determinadas orientações e técnicas de pesquisa foi associado ao elitismo

FLYVBJERG, 2006; JACKSON, 2006; MARSH; SAVIGNY, 2004; MONROE, 2005; SCHRAM, 2006; SCHWARTZ-SHEA, 2006; SHAPIRO, 2004; SHAPIRO; SMITH; MASOUD, 2004; SIL, 2004; WARREN, 2005). Um remetente anônimo, autodenominado “Mr. Perestroika”, enviou um *e-mail*⁴⁵ (ANEXO 2) à direção e aos membros da APSA com uma série de perguntas que, na prática, pontuavam as principais insatisfações de parte da comunidade de cientistas políticos em relação ao perfil de liderança da associação e de sua principal revista, a APSR.

Com a pretensão de “desmantelamento do sistema orweliano” encontrado na associação, o *e-mail* é estruturado a partir de 11 questionamentos. Estes apresentam críticas dirigidas especialmente ao uso excessivo de técnicas de análise quantitativas e de formalização matemática no âmbito da teoria dos jogos e outros referenciais teóricos ligados à Economia. Também, além das críticas direcionadas ao conhecimento produzido e reproduzido no âmbito da associação, são formuladas críticas em relação à dinâmica da comunidade como um todo, incluindo o perfil de seus profissionais. Dentre estas, destacam-se:

2. Por que a maioria dos cientistas políticos que estuda política comparada ignora a APSA e a APSR e vão às reuniões regionais e leem revistas de associações regionais [...]?⁴⁶

3. Por que uma "coterie" da faculdade domina e controla a APSA e o conselho editorial da APSR [...]. Dou prêmio a seu aluno de Harvard e você dá ao o meu de Duke ou Columbia. Em suma por que os "Brâmanes da Costa Oeste" controlam a APSA?⁴⁷

7. Por que a assinatura da APSR não é separada da associação da APSA para que a APSR torne-se verdadeiramente representativa de uma "coterie" que governa a APSA enquanto o resto dos verdadeiros cientistas políticos podem dedicar seu dinheiro à compra de revistas regionais mais importantes. [...] você encontrará uma queda acentuada na assinatura da APSR assim que a APSR for desvinculada da associação da APSA⁴⁸.

na organização da associação. Nesse sentido, a nomenclatura “Perestroika”, utilizada antes como pseudônimo do remetente do *e-mail* anônimo enviado aos membros da associação, faz referência à reestruturação soviética. Naquele contexto, a Perestroika, junto com a Glasnost, pautou-se por um discurso voltado a pluralização, democratização e transparência, visando a mudanças na estrutura do sistema político e econômico.

⁴⁵ O documento mencionado pode ser encontrado por meio do seguinte endereço eletrônico: <<https://archive.org/details/OnTheIrrelevanceOfApsaAndApsrToTheStudyOfPoliticalScience>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

⁴⁶ “Why do a majority of political scientists who do comparative politics ignore APSA and APSR and go to their regional meetings and read regional association journals [...]?”

⁴⁷ “Why does a ‘coterie’ of faculty dominate and control APSA and the editorial board of APSR [...] I give award to your student from Harvard and you give mine from Duke or Columbia, in short why do the ‘East Coast Brahmins’ control APSA?”

⁴⁸ “Why isn’t APSR subscription made separate from the APSA membership so that APSR becomes truly representative of a “coterie” that rules APSA while the rest of the true political scientists can devote their money

8. Por que a esmagadora maioria dos presidentes da APSA ou do conselho editorial membros da APSR é branca e masculina? Onde estão os afro-americanos, os hispânicos, as mulheres, gays, asiáticos – em suma, onde está a diversidade dos Estados Unidos e do mundo que a APSA "finge" estudar [...]?⁴⁹

9. Por que todos os artigos da APSR são da mesma metodologia – estatísticas ou teoria dos jogos – com um artigo "simbólico" na Teoria Política que muitas vezes é uma peça que foi rejeitada pela revista *Political Theory*? Onde está a história política, história internacional, sociologia política, metodologia interpretativa, construtivistas, estudos de área, teoria crítica e por último, mas não menos importante, o pós-modernismo [...]?⁵⁰

O *e-mail* desencadeou um manifesto, reconhecido como Manifesto Perestroika, que passou a ganhar cada vez mais adeptos. Os responsáveis pelo manifesto se opuseram ao que consideraram ser o caráter fechado da principal associação representativa da comunidade norte-americana de Ciência Política. O compartilhamento de ideias e debates resultou na formulação de uma carta aberta assinada por mais de 225 cientistas políticos, dentre eles Peter Hall, Ian Shapiro, Charles Tilly e Theda Skocpol. A carta corroborou as críticas já mencionadas, foi entregue à diretoria da APSA e publicada pelo *The New York Times* (MONROE, 2005).

Com o intuito de oferecer uma resposta ao movimento, a APSA criou, em 2003, uma nova revista, a *Perspectives on Politics* (POP), com um estilo de publicação alegadamente mais flexível e plural do ponto de vista teórico-metodológico. Também é relevante que signatários da carta passaram posteriormente a expressar seus posicionamentos por meio de publicações individuais e a ocupar espaços de destaque na associação, chegando Theda Skocpol, Susanne Hoerber Rudolph e Jennifer Hochschild à presidência da APSA em 2002, 2003 e 2015. O Movimento Perestroika continuou sendo pauta de debate entre os cientistas políticos, dedicados tanto a compreender suas motivações e sua constituição quanto a apontar seus limites de mudança na disciplina. Dois seminários publicados em revistas da APSA reúnem estudos e posicionamentos relevantes sobre o tema: o primeiro foi realizado pela revista PS na ocasião do 10º aniversário do *e-mail* que impulsionou o Movimento

to buying the more important regional journals. [...] you will find a sharp drop in APSR's subscription as soon as APSR is delinked from the membership of APSA".

⁴⁹ "Why are the overwhelming majority of Presidents of APSA or editorial board members of APSR white and male? where are the African-Americans, Hispanics, women, Gays, Asians – in short, where is the diversity of united States and the world that APSA "pretends" to study [...]?"

⁵⁰ "Why are all the articles of APSR from the same methodology – statistics or game theory – with a "symbolic" article in *Political Theory* that is often a piece that has been rejected by the journal "Political Theory". Where is political history, international history, political sociology, interpretive methodology, constructivists, area studies, critical theory and last but not the least – post modernism [...]?"

Perestroika⁵¹ e o segundo foi realizado pela POP⁵² em 2015, sob a proposta de apresentar um balanço crítico do debate.

Contudo, mais recentemente, outra iniciativa tem motivado estudos e debates a respeito das estruturas de poder e as conseqüentes hierarquias do conhecimento na disciplina. A política editorial *Data Access and Research Transparency* (DA-RT)⁵³ promoveu uma discussão acerca da necessidade de se garantir mais transparência e acesso aos dados das pesquisas publicadas nas revistas de Ciência Política (GOLDER; GOLDER, 2016; LUPIA; ELMAN, 2014; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). A controversa política, que será abordada de forma mais aprofundada na seção de metodologia, no capítulo 4, resultou na retomada de debates metodológicos na disciplina a respeito de metodologias quantitativas e qualitativas e a distinção entre suas abordagens dos fenômenos políticos, bem como suas relações com dados de pesquisa.

Os questionamentos decorrentes do Movimento Perestroika e, posteriormente, do DA-RT, têm gerado debates e pesquisas que dão substância a demandas de vários grupos de cientistas políticos norte-americanos e de outras academias. Desse modo, mais do que apenas um ataque ao Neoinstitucionalismo enquanto *paradigma* ou ao quantitativismo e à formalização como abordagens metodológicas, a crítica direciona-se à estrutura e à dinâmica da comunidade acadêmica. A APSA, a APSR e outras grandes revistas da área continuam no centro desse debate na medida em que elas possuem meios de produção e reprodução do conhecimento e que a relevância das publicações em seus espaços é decisiva em currículos e, portanto, para a inserção e a progressão profissional na área.

Contudo, é importante destacar que o movimento por mudanças na estrutura da academia de Ciência Política norte-americana não tem suas pautas associadas apenas a questões de produção intelectual, mas também de representatividade profissional. Uma série de questionamentos tem sido direcionada ao perfil social um tanto restrito dos cientistas políticos. Alguns estudos comprovam que tais cientistas têm gênero, raça e localidade privilegiados (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; ALEX-ASSENSOH et al., 2005; ARDS;

⁵¹ O seminário foi intitulado *Perestroika in Political Science: Past, Present, and Future* (2010) e contou com as contribuições dos seguintes pesquisadores: Timothy W. Luke e Patrick J. McGovern; Gregory J. Kasza; Dvora Yanow e Peregrine Schwartz-Shea; Lloyd I. Rudolph e Susanne Hoerber Rudolph; Kamal Sadiq e Kristen Renwick Monroe; Joanna Vecchiarelli Scott e Rogers M. Smith; e Brian Caterino.

⁵² A partir de um artigo publicado por John Gunnell (2015), *Pluralism and the Fate of Perestroika: A Historical Reflection*, outros seis cientistas políticos – James Farr, Robert Keohane, David Laitin, Kristen Renwick Monroe, Anne Norton e Sanford Schram – manifestaram-se com o intuito de contrapor ideias e percepções a respeito da relevância e significado desse movimento para a Ciência Política.

⁵³ A política editorial DA-RT será abordada de forma mais aprofundada na seção 4 do capítulo 4.

WOODARD, 1992, 1997; ÁVALOS, 1991; BECKWITH, 2015; HARRIS-LACEWELL, 2005; MARTINEZ-EBERS et al., 2000; MCCORMICK, 2012; NORRIS, 1997; RICH, 2007; SINCLAIR-CHAPMAN, 2015; TEELE; THELEN, 2017; TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006). Desse modo, vários fóruns próprios vêm sendo criados para compartilhar dados e experiências a esse respeito e têm direcionado uma série de demandas à própria APSA.

Movimentos por maior pluralismo de abordagens científicas na Ciência Política – ou, ainda, para que o pluralismo característico das ciências humanas tenha reflexo em suas instituições profissionais – têm se somado a demandas por diversidade, tais como uma maior inclusão e representatividade social no espaço acadêmico. O estado da área e o contexto do debate sobre hierarquias do conhecimento em suas distintas manifestações serão abordados nos capítulos de análise. Para tanto, retomo partes da história da disciplina e as pautas e implicações do Movimento Perestroika em cada uma das categorias estabelecidas.

3. A POLÍTICA DA CIÊNCIA POLÍTICA: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

3.1 INTRODUÇÃO

A área de estudos de história e metodologia da Ciência Política apresenta um duplo desafio ao pesquisador. O primeiro consiste em justificar-se quanto à relevância da pesquisa e o segundo em assumir uma postura quanto à compreensão da natureza da ciência e da atividade científica e, mais especificamente, do próprio espaço disciplinar. O primeiro desafio foi abordado na introdução, na qual defendi a importância da reconstrução da história do conhecimento. O argumento foi que o modo como fizemos ciência (nosso passado disciplinar) tem efeitos na ciência produzida no agora e essa, por sua vez, terá efeitos na ciência produzida no futuro. Além disso, compreender os processos, instituições e atores envolvidos na academia possibilita a autorreflexão, que é a base para a manutenção e a mudança da ciência.

O segundo desafio parte do entendimento de que a ciência e a prática científica podem e devem ser analisadas com base em diferentes enfoques e aspectos. Nesse sentido, defendo que a prática científica não se constitui como uma atividade neutra, visto que a ciência é um espaço de disputas e conflitos. Os cientistas se organizam em comunidades que têm sua dinâmica própria e são permeadas por valores, ideais e estruturas que condicionam a ação. Assumo a perspectiva de que há uma política da Ciência Política a ser estudada⁵⁴. Ainda, que a evolução de uma área disciplinar é influenciada tanto pelo contexto político e social de sua época, como também possui uma dinâmica interna que lhe é própria⁵⁵.

Estudos sobre a ciência têm-se utilizado de vários referenciais teóricos, atualmente valorizando aqueles que consideram os aspectos comunitários de uma disciplina. Nos Estados Unidos, como já mencionado, o debate desenvolveu-se em torno de referenciais clássicos da Filosofia da Ciência: Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Karl Popper⁵⁶. Especialmente em relação

⁵⁴ A expressão “política da ciência” tem sido amplamente utilizada em debates da disciplina. Ele refere-se aos eixos tratados nessa tese no que tange a questões de produção do conhecimento e representatividade profissional. Exemplo recentes de uso dessa expressão pode ser encontrado nos trabalhos sobre metodologia de Fujii (2016) e Schwartz-Shea e Yanow (2016) e nas pesquisas de Paulo Ravecca (2010, 2014, 2016b, 2018).

⁵⁵ Alguns autores têm utilizado as terminologias “história externa” e “história interna” como dimensões para a análise da história disciplinar, ressaltando a relação de dialética entre desenvolvimento científico e contexto político e social (BULCOURF; JOLIAS, 2016).

⁵⁶ Apesar de nos Estados Unidos o debate sobre ciência centrar-se nesses três autores, ou por vezes em uma mistura dos três (WALKER, 2010), em outros países há uma maior variedade de referenciais. Destaca-se, por

a Kuhn, a Ciência Política apropriou-se da noção de desenvolvimento da ciência pela sucessão de *paradigmas hegemônicos*, como indicado na narrativa apresentada. Essa narrativa e o próprio conceito de *paradigma* constituem-se ainda hoje temas de controvérsia para a comunidade de cientistas norte-americanos. Neste capítulo trato da compreensão da ciência e da atividade científica no espaço disciplinar da Ciência Política nos Estados Unidos. Localizo a tese nos debates sobre comunidade acadêmica, espaço científico e hierarquias do conhecimento para, em seguida, apresentar o enquadramento metodológico da mesma.

3. 2 THOMAS KUHN E A COMUNIDADE DE CIENTISTAS POLÍTICOS NOS ESTADOS UNIDOS

A compreensão do desenvolvimento científico por meio da noção de sucessão de *paradigmas hegemônicos* e de aspectos de interação, acordo e confronto existentes na comunidade acadêmica, teve papel relevante na história da Ciência Política nos Estados Unidos. A formação da APSA e o seu protagonismo no desenvolvimento da área são fatores que motivaram reflexões sobre a disciplina e seu *status* de ciência. Nesse sentido, a teoria de Kuhn tornou-se referência recorrente em análises de cientistas políticos (POLSBY, 1998), por meio de artigos científicos de história e metodologia da disciplina e do espaço dedicado ao tema dos encontros anuais da associação (ALMOND, 1966; DEUTSCH, 1970; TRUMAN, 1965).

Inicialmente, o conceito de *paradigma* foi utilizado com a finalidade de demarcar um momento distintivo na história da disciplina, decorrente de sua profissionalização e progressiva especialização. David Truman, em seu discurso presidencial *Disilusion and Regeneration: A Quest for a Discipline* (1965), faz referência à obra de Kuhn (2013) ao afirmar que a disciplina direcionou-se ao estabelecimento de uma *ciência normal*, em que “os trabalhos da maioria dos cientistas políticos apresentaram uma série de qualidades comuns que serviram para identificar a natureza do acordo geral e a forma e o caráter da disciplina”⁵⁷ (1965, p. 866, tradução própria). A partir disto, Truman defende a importância de consensos na comunidade acadêmica, sob o argumento de que esta deve tornar-se capaz de utilizar “um

exemplo, o uso da teoria de Pierre Bourdieu e sua noção de campo científico no estudo da história da Ciência Política como um referencial importante para o debate (BOURDIEU, 2003, 2004).

⁵⁷ “[...] the works of most political scientists had a number of qualities in common that serve to identify the nature of the general agreement and the form and character of the discipline”.

investimento adicional de energia com o qual se possa encorajar o crescimento de [...] habilidades coletivas”⁵⁸ (1965, p. 873, tradução própria).

No ano seguinte, Gabriel Almond (1966) também em ocasião do seu discurso presidencial reforça a utilidade e aplicabilidade do conceito de *paradigma* para a análise da história da Ciência Política nos Estados Unidos. Apesar de ponderar as diferenças entre ciências sociais e ciências da natureza, compartilha da percepção de que a disciplina tornava-se uma ciência madura a partir das “mudanças na magnitude, estrutura, distribuição de idade e ambiente intelectual da profissão de Ciência Política” (p. 869, tradução própria)⁵⁹. Sua abordagem sobre uma “sociologia da Ciência Política”, entretanto, concentra-se na identificação de momentos-chave de transformação da disciplina, fazendo o uso dos conceitos de *anomalias e revoluções científicas*.

A partir desse entendimento, a própria comunidade de cientistas políticos norte-americanos parece ter estabelecido o marco teórico que acreditava ser capaz de compreender a história e evolução da disciplina de Ciência Política naquele país. Apropriaram-se de conceitos kuhnianos e assumiram a narrativa da sucessão de *paradigmas hegemônicos*. Desde aquele momento, como já mencionado algumas vezes, foram identificados ao menos três *paradigmas*: Antigo Institucionalismo, Comportamentalismo e Neoinstitucionalismo⁶⁰ (ADCOCK; BEVIR, 2005; ALMOND, 1990, 1998; DRYZEK, 2006; EASTON, 1969, 1985; FARR, 1995; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; MILLER, 1997; PERES, 2008a, 2008b; PETERS, 1999; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS, 1967; WAHLKE, 1979).

Segundo Walker (2010), as ideias e conceitos de Kuhn ainda permanecem relevantes para a Ciência Política por pelo menos duas razões: porque são utilizados como referencial teórico (ALMOND, 1966; BALL, 1976; CHERNOFF, 2004; DESSLER, 2003; DICICCO; LEVY, 1999; ELMAN; ELMAN, 2003; TRUMAN, 1965; VASQUEZ, 2003; WALTZ, 2003) e porque, ao mesmo tempo, são criticados como referencial teórico (BENNETT, 2003; FARR, 1983; HIRSCHMAN, 1970; KATZENSTEIN; SIL, 2008; MONROE, 2005; SCHRAM, 2006; SIL, 2000; WALKER, 2010). Portanto, para compreender a história da

⁵⁸ “[...] a further investment of energy those most likely to encourage the growth of [...] collective capabilities”

⁵⁹ “[...] changes in the magnitude, structure, age distribution, and intellectual environment of the political science profession”

⁶⁰ O conceito de *paradigma* na Ciência Política é geralmente utilizado em referência às três correntes mencionadas – Antigo Institucionalismo, Comportamentalismo e Neoinstitucionalismo. Todavia, em alguns casos tem sido utilizado em referência a áreas específicas que, a princípio, são englobadas por uma das três grandes correntes. Por exemplo, Gary Cox (1999) utiliza o termo *paradigma* para se referir a Teoria da Escolha Racional e teoria dos jogos.

Ciência Política nos Estados Unidos é fundamental compreender a teoria da ciência de Kuhn. Ainda, essa relação permite questionamentos a respeito de 1. como a concepção de evolução da ciência pela sucessão de *paradigmas* orientou os debates da área e 2. em que medida as críticas direcionadas à Ciência Política nos Estados Unidos se equiparam às críticas direcionadas à teoria kuhniana.

Por essas razões, apresento a seguir a teoria da ciência de Thomas Kuhn. Em um primeiro momento, abordo as suas ideias – contribuições ao estudo do espaço científico, concepção de desenvolvimento da ciência e principais conceitos – e, em seguida, apresento algumas das principais críticas à sua obra, especialmente no que tange à sua validade histórica e às suas consequências para a Ciência Política nos Estados Unidos.

3. 2. 1 Teoria Sócio-histórica da Ciência

A obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*⁶¹ de Kuhn, publicada originalmente no ano de 1962, representou um marco na filosofia e história da ciência no século XX e constituiu-se como uma referência fundamental para o debate contemporâneo sobre a produção do conhecimento⁶². Por meio desta, o autor introduziu diversos conceitos que são de aplicação corrente nos estudos sobre ciência, tais como *paradigma*, *ciência normal*, *anomalias*, *crises* e *revoluções científicas* (ECHEVERRÍA, 2003). Suas contribuições são reconhecidas por diferentes áreas disciplinares e impactaram o comportamento dos próprios cientistas, que passaram a ressignificar suas práticas e relações no espaço acadêmico. Dentre essas contribuições destaco a importância de sua obra em pelo menos três sentidos: 1. valorização de estudos de caráter histórico sobre a ciência, especialmente em relação ao modo como teorias científicas são construídas e aceitas pelos cientistas⁶³; 2. reconhecimento do espaço

⁶¹ Utilizo como referência para a construção desse capítulo a obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2013) visto que é a partir dela que a teoria de Kuhn é compreendida pela maioria dos cientistas, inclusive na área da Ciência Política. Algumas revisões e reflexões posteriores do autor em relação à sua obra serão apontadas em notas de rodapé e, na seção seguinte, retomadas com base na abordagem de seus críticos.

⁶² Há debates a respeito da obra de Kuhn tratar-se de uma obra de história ou filosofia da ciência. O autor formou-se em física pela universidade de Harvard e trouxe contribuições importantes para ambas as áreas. Se inicialmente apresentou-se como historiador da ciência, destacando sua filiação à *American Historical Association*, no decorrer de sua carreira reconheceu progressivamente os interesses filosóficos de sua obra (HACKING, 2013). Ainda, devido ao reconhecimento da teoria de Kuhn vários autores propuseram-se a apresentar e analisar a sua obra. Dentre estes se destacam: Alexander Bird (2000), Ana Rosa Pérez Ransanz (1999) e Paul Hoyningen-Huene (1993).

⁶³ A obra “*A Estrutura das Revoluções Científicas*” (2013) é repleta de exemplos históricos do desenvolvimento da ciência nas áreas de Física e Química. Estes são mobilizados por Kuhn para embasar a sua teoria.

científico como um espaço de disputas, marcado por consensos e dissensos; e 3. compreensão do desenvolvimento da ciência como um processo não cumulativo.

A teoria sócio-histórica de Kuhn foi desenvolvida no contexto de surgimento da “nova filosofia da ciência”, influenciada pela Sociologia e pela “nova historiografia da ciência” (HOYNINGEN-HUENE, 1993; PÉREZ RANSANZ, 1999). Kuhn (2013) destaca que a prática científica observada no espaço acadêmico não corresponde à abordagem idealista e formal das teorias tradicionais, essencialmente filosóficas. Para o autor, estudos anteriores preocupavam-se em estabelecer um “ideal de ciência”, apresentando princípios e critérios adequados à prática dos cientistas. Em contrapartida, sua proposta é observar a história de uma comunidade de cientistas a partir de suas relações e estrutura reais. Na história encontram-se os elementos fundamentais para o estudo da ciência desde que consideradas as especificidades particulares de cada disciplina em perspectiva com seu próprio tempo e contexto. Para o autor

[...] a investigação histórica cuidadosa de uma determinada especialidade num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação (KUHN, 2013, p. 115).

A observação do comportamento de uma comunidade de cientistas indica que sua organização é semelhante à de qualquer outra comunidade e o seu desenvolvimento é marcado por consensos e dissensos. Esse desenvolvimento ocorre em duas fases⁶⁴: uma de imaturidade e outra de maturidade. A primeira fase diz respeito ao momento de formação de uma área disciplinar. Esta é marcada pelo dissenso, em um cenário onde cientistas apresentam perspectivas diversas em relação a temas, teorias e métodos. Os debates disciplinares são frequentes, porém os cientistas estão preocupados em definir escolas, de modo que não é possível um acordo sobre os compromissos básicos da comunidade. Nesse sentido, a mudança de fase parte do acordo. Segundo o autor:

⁶⁴ A noção da teoria kuhniana como um “modelo de fases” está presente na obra *Reconstructing scientific revolutions: Thomas Kuhn's philosophy of Science* de Hoyningen-Huene (1993). A ideia de uma fase pré-paradigmática e uma fase paradigmática foi mais tarde repensada por Kuhn em *Second Thought on Paradigms* (1977b) e aparece no posfácio da segunda edição de seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2013). O autor afirma que “os membros de todas as comunidades científicas, incluindo as escolas do período pré-paradigmático, compartilham os tipos de elementos que rotulei coletivamente de um paradigma. O que muda com a transição à maturidade não é a presença de um paradigma, mas antes a sua natureza. Somente depois da transição é possível a pesquisa normal orientada para a resolução de quebra-cabeças” (KUHN, 2013, p. 285).

Quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente. Seu desaparecimento é em grande parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma (KUHN, 2013, p. 82).

A segunda fase, também reconhecida como fase paradigmática, diz respeito inicialmente à formação de um consenso disciplinar, resultando na coesão de uma comunidade de cientistas em torno de valores e crenças. Estes passam a ser compartilhados e levam os cientistas a constituírem uma percepção do mundo de forma pré-determinada. Kuhn (2013) afirma que no momento em que uma área disciplinar atinge a fase madura o seu desenvolvimento pode ser descrito como uma sucessão de períodos de consenso intercalados por curtos períodos de dissenso (GUITARRARI, 2004).

O conjunto de valores e crenças de uma comunidade de cientistas determina o padrão de investigação científica que será seguido pelos seus membros. Esse comprometimento refere-se à adesão da comunidade a um *paradigma*. De acordo com Kuhn (2013), os *paradigmas*⁶⁵ são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante um certo período, fornecem problemas e soluções-modelo para uma comunidade de especialistas” (p. 13). Eles definem os temas, teorias e métodos legítimos, bem como os problemas, as perguntas, as hipóteses, os dados empíricos e os critérios de validação de uma pesquisa científica. Na medida em que permanece o consenso em torno de um *paradigma*, ele se torna hegemônico e os pesquisadores passam a se dedicar à prática da *ciência normal*. Nas palavras do autor:

[...] “ciência normal” significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior (KUHN, 2013, p. 71).

⁶⁵ A definição de *paradigma* que apresento é a mais reconhecida e utilizada, todavia é possível encontrar diversas definições para a palavra *paradigma* na obra de Kuhn (MASTERMAN, 1979). O autor, reconhecendo posteriormente a possibilidade de divergências na compreensão do conceito utilizou-se de novos espaços para retrabalhá-lo, dentre os quais se destacam os seus ensaios *Reflection on My Critics* (1979) e *Second Thoughts on Paradigms* (1977a) e o posfácio da segunda edição de seu livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” (1969).

Essa prática é característica de uma ciência madura. É o momento em que os pesquisadores podem aprofundar-se em questões previamente determinadas por um *paradigma*. Nessa fase a ciência é cumulativa. Para isso, entretanto, assume um caráter dogmático e conservador. Os cientistas não buscam a inovação teórica e também são intolerantes com inovações propostas por outros cientistas. O autor reconhece que “talvez essas características são defeitos” e que essa prática “restringe drasticamente a visão do cientista”. Todavia, argumenta que “essas restrições, nascidas da confiança no *paradigma*, revelaram-se essenciais para o desenvolvimento da ciência” (KUHN, 2013 p. 89).

Portanto, Kuhn (2013) não apenas descreve o fenômeno da *ciência normal*, mas também justifica que esta possibilita a prática mais eficiente de produção do conhecimento. Na medida em que os cientistas ignoram ou não são capazes de perceber problemas fora do quadro de referência determinado pelo *paradigma*, eles podem dedicar-se integralmente ao mesmo. Desse modo, a prática dos cientistas não é dedicada à falsificação de suas teorias⁶⁶, mas sim ao aprofundamento ou especialização. A prática da *ciência normal* pode ser descrita como uma atividade rotineira de resolução de “quebra-cabeças”⁶⁷. Segundo o autor

Resolver um problema de pesquisa normal é alcançar o antecipado de uma nova maneira. Isso requer a solução de todo tipo de complexos quebra-cabeças instrumentais, conceituais e matemáticos. O indivíduo que é bem sucedido nessa tarefa prova que é um perito na resolução de quebra-cabeças. O desafio apresentado pelo quebra-cabeça constitui uma parte importante da motivação do cientista para o trabalho (KUHN, 2013, p. 105).

A *ciência normal* evolui historicamente na medida em que é capaz de se reproduzir, ou seja, na medida em que é capaz de conquistar novos membros para a comunidade. Para tanto, é necessário que esses novos membros sejam socializados a partir dos valores e crenças determinados pelo *paradigma hegemônico*⁶⁸. Essa socialização exige o reconhecimento da autoridade dos pesquisadores mais antigos da comunidade, o domínio da linguagem disciplinar e o respeito a regras formais e informais de comportamento. Desse modo, o pertencimento a uma comunidade demanda um processo de iniciação no qual se demonstram relevantes a participação de cientistas em associações disciplinares e a produção de manuais e

⁶⁶ Nesse ponto Kuhn (2013) estabelece debates relevantes com Karl Popper (1993). Afirma que ele apresenta uma perspectiva significativamente distinta da sua na medida em que Popper “nega qualquer procedimento de verificação” e “ênfatiza a importância da falsificação, isto é, do teste que, em vista de seu resultado negativo, torna inevitável a rejeição de uma teoria estabelecida” (KUHN, 2013, p. 244).

⁶⁷ A compreensão da atividade científica como a resolução de “quebra-cabeças” refere-se à busca pela adequação da realidade a teorias aceitas pela comunidade de cientistas (KUHN, 2013).

⁶⁸ Destaca-se que esse processo de socialização não se baseia necessariamente em regras explícitas.

outros tipos de publicações. Isto porque há uma mudança no próprio padrão de comunicação ao qual os novos cientistas devem adaptar-se. Para Kuhn:

Quando um cientista pode considerar um paradigma como certo, não tem mais necessidade, nos seus trabalhos importantes, de tentar construir seu campo de estudos começando pelos primeiros princípios e justificando o uso de cada conceito introduzido. Isso pode ser deixado para os autores de manuais (2013, p. 83).

As ciências maduras são ciências que se estruturam a partir de um *paradigma hegemônico*. Portanto, são dogmáticas e resistentes à inovação e ao pluralismo. Questionamentos aparecem apenas quando o *paradigma* está em *crise*, em decorrência de *anomalias*⁶⁹, ou seja, quando o cientista se depara com fenômenos ou problemas não contemplados pelo *paradigma*. As *anomalias* podem ser compreendidas de formas diferentes ou mesmo não serem reconhecidas por parte da comunidade. Um período de *crise* gera um estado de insegurança e tensão⁷⁰ aos pesquisadores da área que, inicialmente, tentam atribuir as falhas de pesquisa ao pesquisador e a sua incapacidade de resolver quebra-cabeças.

Há uma resistência à mudança, de modo que um *paradigma* passa a ser recusado pela maioria da comunidade de pesquisadores apenas no momento em que “existe uma alternativa disponível para substituí-lo” (KUHN, 2013, p. 160). É necessária a apresentação de um novo conjunto de valores e crenças disciplinares⁷¹, um novo *paradigma*. Este processo de transição, portanto, ocorre apenas a partir de uma *revolução científica* que, para Kuhn, pode ser comparada a uma revolução política. Segundo o autor:

As revoluções políticas iniciam-se com um sentimento crescente, com frequência restrito a um segmento da comunidade política, de que as instituições existentes deixaram de responder adequadamente aos problemas postos por um meio que ajudaram em parte a criar. De forma muito semelhante, as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma (KUHN, 2013, p. 178).

⁶⁹ Kuhn (2013) ressalta que nem toda a anomalia provoca uma *crise* do *paradigma*. Em geral, questões não previstas pelo *paradigma* são ignoradas ou consideradas como um quebra-cabeça mais difícil.

⁷⁰ A tensão essencial no período de transição entre dois *paradigmas* também é abordada por Thomas Kuhn em *The Essential Tension: Tradition and Innovation in Scientific Research* (1977a).

⁷¹ Kuhn (2013) afirma que a rejeição de um *paradigma* por uma comunidade de cientistas sem que este seja, em seguida, substituído por outro equivale à rejeição da própria ciência.

O período de *crise* é semelhante ao que Kuhn (2013) definiu inicialmente como período imaturo ou pré-paradigmático. Ele é marcado pelo dissenso gerado a partir da persistência das *anomalias* e pela disputa entre diferentes escolas. Nesses momentos de *crise* a *ciência normal* é substituída por uma ciência extraordinária, na qual há espaço para manifestações e críticas, bem como para a apresentação de novas teorias. Esse período tem duração curta e a crise pode ser resolvida de duas formas: o antigo *paradigma* se demonstra capaz de responder às *anomalias* ou a crise persiste com progressivo aumento até um novo candidato a *paradigma* ser considerado pela comunidade. No caso da emergência de um novo *paradigma*, inicia-se um processo de transição, caracterizado pela busca de um novo acordo em torno de novos valores. Estes são necessariamente incompatíveis com aqueles que foram determinados pelo *paradigma* anterior. Sendo assim,

[...] a transição de um paradigma em crise para um novo, no qual pode surgir uma nova tradição e ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido por meio de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações (KUHN, 2013, p. 169).

A compreensão do desenvolvimento da ciência a partir da substituição de *paradigmas* implica ainda em outro aspecto importante: a noção de incomensurabilidade do *paradigma*. O autor argumenta que "quando mudam os paradigmas muda com eles o próprio mundo" (KUHN, 2013, p. 201). Isto quer dizer que a seleção de temas, teorias e métodos de um *paradigma* não pode ser comparada à seleção de outro, visto que não é possível a compreensão mútua e sequer a comunicação nos mesmos termos. Dessa forma, um cientista pode esperar contribuições significativas para a sua pesquisa apenas por parte de cientistas que compartilham do seu mesmo conjunto de valores e crenças.

Tal como apresentado na seção anterior, a teoria kuhniana foi mobilizada para o estudo da história da Ciência Política nos Estados Unidos a partir da consideração de seus aspectos mais fundamentais, como o reconhecimento da ciência como prática comunitária e espaço de disputas e a compreensão do seu desenvolvimento pela sucessão de *paradigmas* *hegemônicos*. Na narrativa apresentada, os *paradigmas* Antigo Institucionalismo, Comportamentalismo e Neoinstitucionalismo são reconhecidos como períodos de consenso – caracterizados pelo dogmatismo – intercalados por períodos de dissenso – que abrem espaço à pluralidade científica. Os debates recentes também fazem referência a acordos, a

compromissos e ao padrão de investigação científica promovidos pela principal associação disciplinar do país, a APSA. Nesse sentido, a teoria de Kuhn possibilita uma melhor compreensão da perspectiva pela qual foi registrada a história da disciplina nos Estados Unidos.

3. 2. 2 Críticas e Limites da Teoria Kuhniana

A teoria sócio-histórica da ciência de Kuhn é amplamente reconhecida e tem sido debatida e criticada por importantes nomes das áreas de Filosofia, Sociologia e História do Conhecimento. O próprio autor teve a oportunidade de participar de debates sobre suas ideias, formular respostas e, por vezes, reformular sua teoria a partir das críticas recebidas⁷². Uma ocasião em que o confronto entre concepções de ciência demonstrou-se especialmente estimulante trata-se do *Seminário Internacional sobre a Filosofia da Ciência*⁷³, presidido por Karl Popper em Londres no ano de 1965. Este resultou posteriormente na publicação de um livro organizado por Imre Lakatos e Alan Musgrave: *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento* (1979)⁷⁴. Kuhn e outros sete autores foram reunidos com a proposta de apresentar suas análises a partir da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas*⁷⁵.

Neste seminário foram expostos questionamentos que até hoje recaem sobre a teoria kuhniana. De modo geral, os autores partiram dos pontos de convergência entre as suas obras para, em seguida, apresentar críticas ou ajustes necessários à teoria da ciência de Kuhn. Quanto ao acordo, destacam-se as seguintes ideias: 1. a história é uma importante fonte de pesquisa para a compreensão do “processo dinâmico por meio do qual se adquire o conhecimento científico”, de modo que os autores consideram os fatos e a dinâmica da “ciência real” como dados de pesquisa; e 2. a ciência não se constitui como uma prática neutra

⁷² Em 1969, Thomas Kuhn incluiu um posfácio em seu livro *A estrutura das Revoluções Científicas*. Neste o autor aborda vários pontos de seu trabalho à luz de críticas e daquilo que considera “mal-entendidos gratuitos” gerados a partir da “formulação inicial” de sua obra (KUHN, 2013, p. 279).

⁷³ O seminário foi organizado pela *Sociedade Britânica de Filosofia da Ciência* e pela *London School of Economics and Political Science*, com o apoio da Divisão de Lógica, Metodologia e Filosofia da Ciência da União Internacional de História e Filosofia da Ciência.

⁷⁴ No original, *Criticism and the Growth of Knowledge*.

⁷⁵ Os textos que compõem o livro *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento* são os seguintes: *A Lógica da Descoberta ou Psicologia da Pesquisa?* (Thomas Kuhn); *Contra a “Ciência Normal”* (John W. N. Watkins); *É Adequada a Distinção entre Ciência Normal e Ciência Revolucionária?* (Stephen E. Toulmin); *Ciência Normal, Revoluções Científicas e História da Ciência* (Leslie Pearce Williams); *A Ciência Normal e seus Perigos* (Karl Popper); *A Natureza de um Paradigma* (Margaret Masterman); *O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica* (Imre Lakatos); *Consolidando o Especialista* (Paul K. Feyerabend); *Reflexões sobre os meus Críticos* (Thomas Kuhn).

pautada exclusivamente pela busca da verdade devido à relação estabelecida entre a observação e a teoria científica, e, portanto os autores negam as principais teses do positivismo clássico (KUHN, 1979, p. 6).

Em relação às críticas destaco a definição do conceito de *paradigma* e o caráter prescritivo da teoria kuhniana. A primeira diz respeito às múltiplas definições do conceito central da obra de Kuhn: *paradigma científico*. Segundo Masterman (1979) é possível contabilizar pelo menos 21 definições distintas⁷⁶ para o conceito na obra *A estrutura das Revoluções Científicas* (2013). Entretanto, a autora ressalta que “nem todos os sentidos de ‘paradigma’ são incompatíveis entre si” (p. 79), de modo que é possível sintetizá-los em três grupos principais: 1. *paradigmas metacientíficos*, referentes a uma noção mais ampla como um conjunto de crenças ou um novo modelo de ver, 2. *paradigmas sociológicos*, referentes a realizações científicas aceitas ou conjunto de instituições, e 3. *paradigmas de artefato ou de construção*, referentes a um emprego mais concreto como manual ou fornecedor de instrumentos e instruções. Segundo Walker (2010) as indefinições conceituais contribuem para desentendimentos importantes entre os cientistas, que questionam inclusive se o *paradigma* se trata de teoria, de método ou de um pouco dos dois.

A segunda crítica refere-se ao entendimento de que Kuhn (2013), ao apresentar sua teoria, não apenas descreve o desenvolvimento da história da ciência, mas também prescreve o comportamento a ser adotado pelos cientistas. Essa crítica se demonstra evidente no debate que o autor estabelece com Popper. As ideias desses autores são confrontadas em diversos aspectos e dividem grupos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Popper (1993) apresenta uma visão de ciência denominada de racionalismo crítico. Para o autor, todo o conhecimento científico deve ser baseado na observação e na teoria e, portanto, não pode constituir-se como uma verdade absoluta. Uma teoria científica é considerada válida até o momento em que é refutada por observações e testes mais extensivos. A refutabilidade de teorias, assim, é essencial à ciência, de modo que uma teoria apenas pode ser considerada científica se for falseável.

⁷⁶ No livro “A estrutura das Revoluções Científicas” *paradigma* é definido como 1. realização científica universalmente reconhecida, 2. mito, 3. “filosofia” ou constelação de perguntas, 4. manual ou obra clássica, 5. toda uma tradição e, em certo sentido, um modelo, 6. realização científica, 7. analogia, 8. especulação metafísica bem sucedida, 9. dispositivo aceito na lei comum, 10. fonte de instrumentos, 11. ilustração normal, 12. expediente ou tipo de instrumentação, 13. baralho de cartas, 14. fábrica de máquinas-ferramentas, 15. figura de *gestalt* que pode ser vista de duas maneiras, 16. conjunto de instituições políticas, 17. “modelo” aplicado à quase-metafísica, 18. princípio organizador capaz de governar a própria percepção, 19. ponto de vista epistemológico geral, 20. novo modo de ver e 21. algo que define ampla extensão de realidade (MASTERMAN, 1979).

No que diz respeito à questão da prescrição da atividade de pesquisa, é importante ressaltar que, independentemente de os autores partirem de concepções distintas sobre o desenvolvimento da ciência, eles estão de acordo quanto ao comportamento de parte dos cientistas, qual seja: alguns deles são reprodutores de conhecimento avessos a inovações. Seu ponto de desacordo encontra-se na análise em relação a esse fenômeno. Nas palavras de Popper

A ciência normal, no sentido de Kuhn, existe. É a atividade do profissional não-revolucionário, ou melhor, não muito crítico: do estudioso da ciência que aceita o dogma dominante do dia; que não deseja contestá-lo; que só aceita uma nova teoria revolucionária quanto quase toda a gente está pronta para aceita-la – quando ela passa a estar na moda, como uma candidatura antecipada vitoriosa a que todos, ou quase todos, aderem. Resistir a uma nova moda exige talvez tanta coragem quanto criar uma. [...]. Vocês talvez digam que, ao descrever dessa maneira a ciência “normal” de Kuhn, eu o estou criticando implícita e sub-repticiamente. Afiançarei, portanto, mais uma vez, que o que Kuhn descreveu existe, e precisa ser levado em consideração pelos historiadores da ciência. O fato de tratar-se de um fenômeno que eu não gosto (porque o considero perigoso para a ciência), ao passo que Kuhn, aparentemente, não desgosta dele (porque o considera “normal”) é outro assunto; assunto aliás, muitíssimo importante) (POPPER, 1979, p. 64-65)

Enquanto Kuhn (2013) afirma que o comportamento dogmático do cientista é essencial para que uma área disciplinar torne-se ciência e seja capaz de produzir conhecimento especializado, Popper acredita que este representa um ensino que não deu certo. Para o autor o ensino universitário – e, na medida do possível, o ensino básico – deve consistir no estímulo constante ao pensamento crítico. Ele afirma que o espírito dogmático é consequência da doutrinação e serve apenas àquele que “se contenta em resolver enigmas”⁷⁷ (POPPER, 1979, p. 65). Watkins (1979) trata do confronto entre essas duas visões do “dever ser” da ciência indicando que a primeira apresenta uma ideia de comunidade acadêmica como sociedade fechada e a segunda como sociedade aberta, na qual nenhum *paradigma*, conforme os termos de Kuhn, é concebido como sagrado.

Este debate crítico, em um primeiro momento, ocorreu especialmente no âmbito das ciências exatas e da natureza e foi protagonizado pelos cientistas dessas áreas, às quais a

⁷⁷ Popper (1979) afirma que a distinção entre uma *ciência normal* e outra revolucionária, nos termos de Kuhn, não lhe parece tão clara quanto o autor sugere. Todavia, tal distinção traz à tona questões importantes. A *ciência normal* de Kuhn diz respeito às atividades não revolucionárias ou não críticas dos cientistas. Ele menciona que isso é característico de áreas de ciência aplicada, a exemplo da Engenharia, porém que esse comportamento não estaria restrito apenas a essas áreas.

narrativa de Thomas Kuhn foi endereçada. Em seguida, a teoria passou a lograr reconhecimento na academia em suas demais áreas, chegando às ciências sociais. Contudo, há uma discordância quanto à validade do uso da teoria kuhniana para este segundo conjunto de ciências. De um lado, conforme anteriormente mencionado, posicionam-se autores que utilizam a noção da sucessão de *paradigmas* nas ciências sociais⁷⁸ (ALMOND, 1966; BALL, 1976; CHERNOFF, 2004; DESSLER, 2003; DICICCO; LEVY, 1999; ELMAN; ELMAN, 2003; LIJPHART 1974; TRUMAN, 1965; VAZQUEZ, 2003; WALTZ, 2003). Por outro lado, há autores que se opõem ao uso da teoria kuhniana (BENNETT, 2003; FARR, 1983; HIRSCHMAN, 1970; KATZENSTEIN; SIL, 2008; MONROE, 2005; SCHRAM, 2006; SIL, 2000; WALKER, 2010). Thomas Walker, em seu artigo *The Perils of Paradigm Mentalities* (2010), ressalta que “Kuhn nunca endereçou suas ideias para as ciências sociais”⁷⁹ (p. 433). Em vez disso preocupou-se em demarcar a distinção destas frente às ciências naturais, caracterizando as primeiras por seus “desentendimentos fundamentais sobre a natureza dos problemas e métodos científicos legítimos”⁸⁰ (KUHNS *apud* WALKER, 2010, p. 433).

Walker (2010) acredita que o uso da teoria de Kuhn na Ciência Política está associada a um desejo de melhora de *status* da área disciplinar, ao simular uma aproximação entre as ciências sociais e as ciências da natureza. Este argumento já havia sido apresentado por Feyerabend (1979) na ocasião do debate entre Kuhn e seus críticos. Ele ressaltou o quanto a teoria kuhniana da ciência se apresenta de forma ambígua e, em decorrência disso, teve o efeito de fazer com que cientistas sociais, por exemplo, tenham encontrado nela a fórmula para aprender a “transformar seu campo em ciência” (FEYERABEND, 1979, p. 243). Em contrapartida, a posição de Kuhn foi negar qualquer intenção nesse sentido, argumentando da seguinte forma:

[...] não reivindico nenhuma terapêutica para auxiliar a transformação de uma protociência numa ciência, nem suponho que se possa obter alguma coisa nesse sentido. Se, como sugere Feyerabend, alguns cientistas sociais me atribuem o parecer de que podem melhorar o *status* do seu campo legislando primeiro um acordo no que tange aos seus aspectos fundamentais e depois se entregam à solução de enigmas, estão interpretando de maneira muito errônea o meu ponto de vista (KUHNS, 1979, p. 302).

⁷⁸ Os autores que utilizam a teoria de kuhniana não deixam de apresentar ponderações ou adaptações que consideram necessárias.

⁷⁹ “Kuhn never intended his ideas for the social sciences”.

⁸⁰ “[...] fundamental ‘disagreements’ over the nature of legitimate scientific problems and methods”.

A ideia de distorção da teoria kuhniana é destacada por Schram (2006). O autor afirma que os cientistas sociais ignoram, no âmbito da análise de Kuhn, a existência de uma grande realização científica como condição necessária para o estabelecimento de um *paradigma*. Esses fariam uma leitura equivocada do *paradigma* como algo que pode simplesmente ser “imposto socialmente”⁸¹.

Em geral, as críticas à teoria da sucessão de *paradigmas* aplicada à Ciência Política nos Estados Unidos vão ao encontro das críticas de Mastermann (1979), Popper (1979) e Watkins (1979), já apresentadas. No que diz respeito ao caráter prescritivo da teoria kuhniana ressalta-se que a compreensão da evolução da ciência como sucessão de *paradigmas* gera um efeito real na comunidade de cientistas, o que Walker (2010) denomina de “mentalidade de paradigma”. O surgimento dessa mentalidade resulta em “abordagens de pesquisa estreitas, rígidas, altamente especializadas e conservadoras que suprimem alternativas”⁸² (WALKER, 2010, p. 434, tradução própria). Segundo o autor, tem como efeito dividir a disciplina no sentido descrito por Almond em 1990: os cientistas passam a sentar em mesas separadas. O autor faz referência à análise de Almond na qual ele afirma que “[a]s várias escolas e seitas da Ciência Política sentam agora em mesas separadas, cada uma com sua própria concepção de Ciência Política, mas cada uma protegendo uma ilha secreta de vulnerabilidade”⁸³ (p. 828, tradução própria).

Essa insatisfação com a falta de comunicação entre os cientistas e com os “desenvolvimentos autoritários dentro da disciplina”⁸⁴ teria resultado no Movimento Perestroika (p. 445, tradução própria). Tratou-se de um ataque ao *paradigma hegemônico* e de um apelo à abertura da disciplina, de uma crítica compartilhada ao “paroquialismo estreito e ao viés metodológico favorável às abordagens quantitativas, comportamentais, da Teoria da Escolha Racional e de modelagem formal na Ciência Política norte-americana”⁸⁵ (MONROE, 2005, p. 1, tradução própria). Nesse sentido, cientistas passaram a defender maior pluralismo na disciplina. Katzenstein e Sil (2008) propuseram uma “teorização eclética”, segundo a qual a perspectiva dogmática deve ser substituída por uma perspectiva de ciência que valorize

⁸¹ Lakatos teve uma reação semelhante em relação aos cientistas sociais que aplicavam sua noção de programas de pesquisa científica. Ele se referiu a alguns desses esforços como pouco mais do que “falsas corroborações” (LAKATOS apud WALKER, 2010).

⁸² “[...] leads to narrow, rigid, highly specialized, and conservative research approaches that suppress alternatives”.

⁸³ “The various schools and sects of political science now sit at separate tables, each with its own conception of proper political science, but each protecting some secret island of vulnerability”.

⁸⁴ “[...] authoritarian developments within the discipline”.

⁸⁵ “[...] narrow parochialism and methodological bias toward quantitative, behavioral, rational choice, statistical, and formal modeling approaches in American political science”.

“pesquisas orientadas por problemas e não orientadas para o paradigma” (p. 110). Em relação à comunicação entre os pesquisadores da Ciência Política, e mesmo de outras áreas, surgem defesas de uma linguagem mais acessível na divulgação de conhecimentos (HOCHSCHILD, 2003; JOHNSON, 2006).

Enfim, estes embates permeiam o que nesta tese denomino hierarquias do conhecimento. Elas se consistem em manifestações dos conflitos e das diferentes posições de poder dentro da academia. Na seção seguinte identifico os eixos que existem nesse debate e as problemáticas que eles englobam no contexto da Ciência Política norte-americana.

3. 3 HIERARQUIAS DO CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS SOBRE A ACADEMIA

O debate sobre hierarquias do conhecimento⁸⁶ não possui uma teoria definida ou um conjunto de categorias pré-estabelecidas nos Estados Unidos. Ele se desenvolve a partir do compartilhamento de diferentes leituras do que é a Ciência Política e da identificação das diferentes desigualdades que permeiam a disciplina. Desse modo, se expressa a partir de questionamentos direcionados a determinados espaços ou práticas disciplinares, tais como: Qual deve ser o objeto da Ciência Política? De que modo a política deve ser estudada? Como deve ser a sua relação com a sociedade e os problemas políticos reais? Existe uma política da ciência que orienta a prática disciplinar?

Tais questionamentos tornam importante a identificação de diferentes posições e demandas dentro da comunidade de cientistas. As críticas direcionadas à existência de critérios de inclusão e exclusão de pesquisas e pesquisadores partem do entendimento de que as ciências, especialmente as ciências humanas, não devem atuar de modo dogmático. O dogmatismo consiste no consenso com pouco espaço para desvios e evidencia-se na estrutura acadêmica em seus espaços de produção e reprodução do conhecimento, a exemplo de universidades, associações profissionais e revistas especializadas. Nos Estados Unidos, essa crítica esteve presente em vários momentos da história disciplinar e, atualmente, é direcionada à sua própria narrativa oficial.

⁸⁶ O termo hierarquias do conhecimento tem sido utilizado na literatura de história e metodologia da Ciência Política na caracterização de desigualdades de poder e acesso no espaço disciplinar. Recentemente, na ocasião do 24º Encontro Anual da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), foi utilizado para nomear um painel de pesquisa referente a metodologias de pesquisa. Este foi intitulado *The Politics of Political Science: Pluralism or Hierarchies of Knowledge?*.

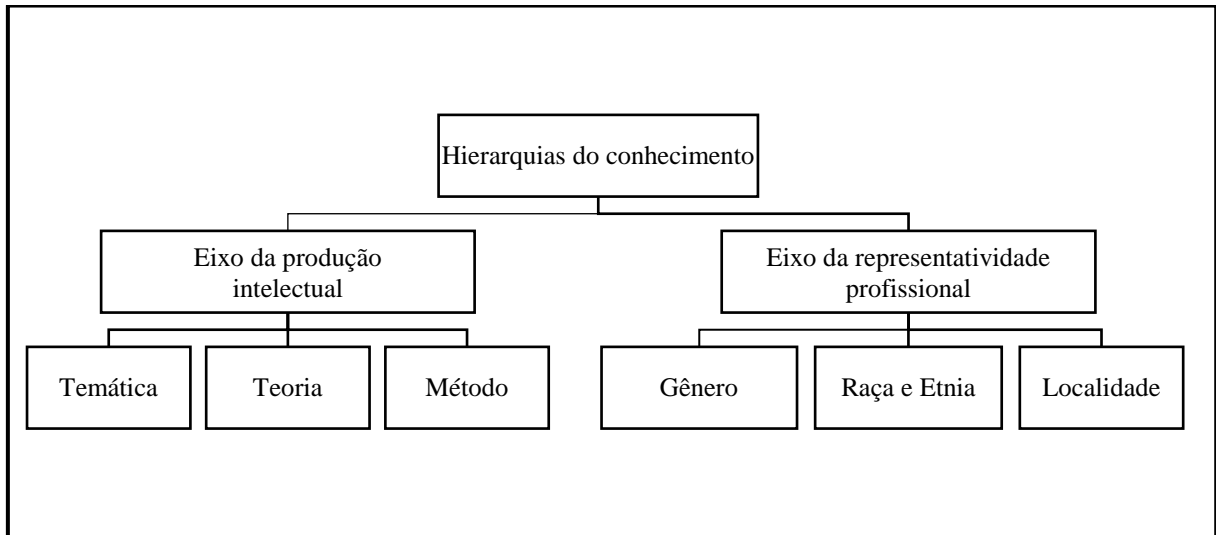
Nesse contexto, duas reivindicações por mudanças tornaram-se importantes. A primeira diz respeito ao pluralismo intelectual e defende a convivência de diferentes modelos de produção do conhecimento na disciplina. Ela parte do argumento de que pesquisas não devem ser avaliadas pelo o critério de um modelo ideal de ciência, em termos de teoria e método. Pesquisadores insatisfeitos com a estrutura da principal associação profissional do país e de sua principal revista alegam a invisibilização e desincentivo a determinados modelos de se fazer e pensar a ciência. O debate tomou significativas proporções a partir de iniciativas como o Movimento Perestroika.

As reivindicações no âmbito da produção intelectual motivaram questionamentos acerca da falta da pluralidade de perspectivas na disciplina. Compreendia-se que uma Ciência Política mais plural não se limitava tão somente à problemática teórico-metodológica, mas também a outros elementos relacionados à diversidade dos perfis sociais e profissionais da comunidade de cientistas políticos. Reflexões sobre gênero e raça, por exemplo, permeiam esses debates no sentido de epistemologias, visibilidade e espaços acadêmicos. Trata-se de uma reivindicação por diversidade profissional. Nesse sentido, o mapeamento de grupos minoritários na Ciência Política norte-americana foi uma das primeiras iniciativas para diagnosticar o problema.

Portanto, o problema das hierarquias do conhecimento manifesta-se nas dimensões da estrutura e do agente no espaço disciplinar. Nesta tese, conforme já salientado, analiso esse problema em dois eixos: *da produção intelectual* e *da representatividade profissional*. O primeiro abrange os debates clássicos da ciência, concentrados no conhecimento produzido e reproduzido e que diz respeito às demandas por pluralismo. As hierarquias neste eixo correspondem à estrutura de formação dos cientistas políticos, ao acesso a espaços de produção e divulgação do conhecimento, à construção do currículo profissional e à inserção no mercado/academia. Identifico três categorias de análise: temática, teoria e método. O segundo, que se tornou tema da agenda de pesquisa mais recentemente, vem ao encontro das demandas sociais mais amplas por representatividade e democratização, que reivindicam maior diversidade de perspectivas na academia e na produção do conhecimento. As hierarquias neste eixo implicam em acesso, legitimação e representatividade de determinados grupos na academia de Ciência Política. No caso dos Estados Unidos, identifico três

categorias de análise: gênero, raça e localidade⁸⁷. A Figura 1 apresenta, de forma esquemática, a estrutura descrita.

Figura 1 – Hierarquias do conhecimento na Ciência Política



Fonte: Elaboração própria.

No *eixo da produção intelectual*, a categoria *temática* refere-se aos temas e objetos de estudo considerados legítimos na disciplina. Ela retoma um questionamento central: o que deve ser estudado pela Ciência Política? Nesse sentido, duas questões são relevantes. A primeira diz respeito à identificação dos principais temas de pesquisa da área e aqueles que demandam maior espaço e reconhecimento na academia. Mais especificamente, trato aqui do debate sobre a importância de uma ciência orientada pela temática ou problema de pesquisa. O segundo diz respeito à relação da disciplina com a sociedade e os problemas políticos reais, referindo-se a questões do contexto político imediato e, especialmente, daquelas consideradas as mais urgentes.

A categoria *teoria* refere-se à presença e ao perfil de artigos teóricos na disciplina e da relação entre teoria política e Ciência Política. Esta questão suscita debates sobre o modo como a política deve ser estudada pela disciplina. Existem distinções em relação a estudos de teoria e filosofia política e estudos de teoria formal. Portanto, os debates tem como foco o espaço dedicado a determinado perfil de estudo, a exemplo da hegemonia de um conjunto específico de teorias. Pesquisadores reconhecidos da área geralmente manifestam-se em

⁸⁷ É importante notar que os eixos e as categorias descritos não esgotam as possibilidades de tratar das hierarquias do conhecimento. Outras abordagens são possíveis, porém o recorte ao qual recorro está alinhado com a literatura que trata do tema, embora a mesma o faça geralmente de maneira difusa.

relação à análise de teorias, avaliando se estas são capazes de dar respostas a problemas políticos reais. Recentemente, o debate tem se centrado nas teorias formais, que se utilizam da modelagem matemática para desenvolver modelos teóricos.

A categoria *metodologia* corresponde à presença e ao perfil dos métodos e técnicas de análise. Assim como a categoria teoria, a metodologia suscita debates sobre o modo como a política deve ser estudada pela Ciência Política. São relevantes, nesse sentido, os debates a respeito de orientações de pesquisa quantitativas, qualitativas e interpretativas e, mais recentemente, iniciativas voltadas aos multimétodos. Ademais, são consideradas as justificativas utilizadas na defesa do uso de determinado método ou técnica de análise. A metodologia tem sido a pauta mais debatida no âmbito das hierarquias do conhecimento nos Estados Unidos, de modo que há um significativo conteúdo produzido sobre as problemáticas que abrange: artigos científicos, ensaios analíticos, simpósios e mesas de debate. As revistas científicas reconhecidas na área são comumente mencionadas como um indicador fundamental da existência de predileções metodológicas.

No *eixo da representatividade profissional*, a categoria *gênero* refere-se à presença de homens e mulheres em espaços de liderança, publicação e divulgação dos conhecimentos da área, especialmente no que diz respeito à inclusão das mulheres. A representatividade em espaços de poder como diretoria de associações e equipes editoriais, bem como a publicação de artigos em revistas reconhecidas da área, tem sido considerada uma variável relevante no debate disciplinar. Também têm sido investigado o perfil e o conteúdo da produção intelectual das mulheres na Ciência Política.

De forma semelhante, a categoria *raça* refere-se à existência de uma representatividade racial na área, especialmente no que diz respeito à inclusão de homens negros e mulheres negras, mas, também, pesquisadores de origem latina, asiática, entre outros. Apesar de muitos estudos enfocarem a importância da representatividade em espaços de poder disciplinares, a variável mais relevante do debate tem sido a presença de temáticas raciais e étnicas em estudos da Ciência Política. Tanto as questões de gênero como as de raça e etnia têm sido mapeadas na disciplina por iniciativa de grupos minoritários organizados em comissões e grupos de pesquisa.

A categoria *localidade* refere-se à origem institucional e à nacionalidade de grupos responsáveis pela liderança, publicação e divulgação dos conhecimentos da área. Ademais, questões de localidade perpassam os debates sobre o próprio perfil de Ciência Política nos Estados Unidos. Por um lado, questiona-se a restrição da produção de conhecimentos a alguns poucos centros acadêmicos; por outro, questiona-se a abrangência dos estudos realizados, se

estes assumem uma perspectiva nacional ou internacional, estabelecendo relações com outras academias.

3. 4 METODOLOGIA DE PESQUISA: DADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Como mencionado anteriormente, adoto como objeto de estudo a Ciência Política nos Estados Unidos, expressa por meio de sua principal associação profissional, a *American Political Science Association* (APSA). O objetivo principal é compreender o desenvolvimento da disciplina e os principais debates em voga na área em termos de hierarquias do conhecimento, enfocando seus graus de pluralismo e diversidade. Para tanto, parto do entendimento de que as publicações e os encontros anuais da APSA são meios pelos quais os valores científicos considerados legítimos são sinalizados para a comunidade de cientistas políticos norte-americanos. Nesse sentido, critérios de predileção teórico-metodológica, bem como critérios de inclusão e exclusão de pesquisadores, podem ser observados nesses espaços.

Em termos metodológicos recorro à reconstrução histórica, análise documental e classificação tipológica de textos. Utilizo como horizonte temporal para a coleta de dados o período recente da história da disciplina, de 1990 a 2016. Justifico esse recorte com base na literatura da área, que identifica nesse período a consolidação do *paradigma* disciplinar mais recente nos Estados Unidos, o Neoinstitucionalismo (ALMOND, 1998; DRYZEK, 2006; HALL; TAYLOR, 2003; REZENDE, 2012), e a intensificação de importantes debates críticos, que acabam por desencadear o Movimento Perestroika nos anos 2000 (CATERINO; SCHRAM, 2006; FLYVBJERG, 2006; JACKSON, 2006; MARSH; SAVIGNY, 2004; SCHRAM, 2006; SCHWARTZ-SHEA, 2006; SHAPIRO; SMITH; MASOUD, 2004; SHAPIRO, 2002; SIL, 2004).

Adicionalmente, utilizo dados e informações anteriores a esse período como forma de enquadrar os debates recentes. Os dados e análises dos últimos anos frequentemente se constituem como respostas, reações e retomadas de questões que se apresentam desde o surgimento da associação nos Estados Unidos. Em outras palavras, as maiores problemáticas da área mantêm-se as mesmas com o passar do tempo – o que é a disciplina, seus objetivos, seus meios e seu papel de compreensão e/ou intervenção na sociedade –, e o que se altera são as soluções ofertadas pela comunidade de pesquisadores.

3. 4. 1 Dados e Procedimentos

As publicações e os espaços de interação disciplinar da APSA se constituem como os principais materiais empíricos da tese. O material corresponde a quase três décadas de análise, a partir de três fontes de dados: 1. os discursos presidenciais, 2. os periódicos oficiais – *American Political Science Review* (APSR), *Political Science and Politics* (PS), *Perspectives on Politics* (POP) e *Journal of Political Science Education* (JPSE) – e 3. os encontros anuais da associação. Analiso esse material documental a partir das categorias e critérios especificados no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias e critérios de análise dos dados

CONJUNTO DE DADOS	DESCRIÇÃO	VARIÁVEIS
DISCURSOS PRESIDENCIAIS	Dados sobre o perfil acadêmico dos presidentes da associação e conteúdos dos seus discursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil dos presidentes ▪ Perfil dos discursos ▪ Predileção temática, teórica e metodológica ▪ Representatividade profissional
PERIÓDICOS ACADÊMICOS	Dados sobre o perfil das notas editoriais e dos artigos publicados nos periódicos acadêmicos da associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil dos autores ▪ Perfil dos artigos ▪ Predileção temática, teórica e metodológica ▪ Representatividade profissional
ENCONTROS ANUAIS	Dados sobre o perfil da estrutura, debates e resoluções dos encontros anuais da associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perfil dos encontros ▪ Predileção temática, teórica e metodológica ▪ Representatividade profissional

Fonte: Elaboração própria.

As categorias e critérios de análise se apresentam de formas distintas nos três conjuntos de dados, demandando tratamento específico. Nos discursos presidenciais considero informações sobre os presidentes da associação, sua formação e atuação intelectual, e a abrangência e conteúdo dos seus discursos; nos periódicos considero o corpo editorial, as notas editoriais, o formato dos artigos publicados e seus conteúdos; e nos encontros anuais, analiso os dados relativos à organização, interação e participação dos profissionais da área.

Ademais, argumento que cada conjunto de dados apresenta um viés distinto da problemática, não necessariamente convergindo em seus achados. Por exemplo, os discursos presidenciais são um espaço que permite uma abordagem e uma defesa mais diretas de determinados ideais científicos, a exemplo da indicação de objetos de estudo para a área ou de um enquadramento teórico e metodológico específico; as revistas, por sua vez, permitem uma observação mais consistente sobre predileções metodológicas, por meio das decisões

editoriais em termos de conjuntos de dados e técnicas de pesquisa; e os encontros anuais se constituem como um espaço inerentemente mais plural, devido à participação mais ampla da comunidade de cientistas, fomentando questionamentos e críticas sobre a disciplina.

3. 4. 2 Discursos Presidenciais da APSA

Os discursos presidenciais (*presidential address*) são uma tradição mantida desde a criação da APSA. Eles são proferidos na ocasião da reunião anual e publicados, no primeiro número do ano seguinte, em um dos periódicos acadêmicos da associação – até 2003, exclusivamente na APSR, quando então passaram a ser publicados na POP. Sua função principal, aos moldes do discurso do primeiro presidente eleito, em 1903, Frank Goodnow, é apresentar reflexões relevantes ao desenvolvimento da disciplina. Este, em seu primeiro discurso, assumiu a tarefa de indicar “qual é o escopo da Ciência Política a que a APSA deve se dedicar”⁸⁸ (GOODNOW, 1904, p. 37, tradução própria).

O papel dos discursos de presidentes da associação tem sido considerado significativo no desenvolvimento da Ciência Política nos Estados Unidos, bem como referenciado de forma constante em debates da área. Além de tratarem de temas caros à Ciência Política enquanto disciplina, eles têm sido utilizados para reforçar um senso de comunidade na associação, como se pode perceber nas palavras de William Anderson em seu discurso presidencial na reunião da APSA do ano de 1942.

O costume tem decretado que o presidente dessa associação, como quase seu ato final antes de deixar o gabinete que ocupara brevemente, deve entregar um discurso para aqueles seus colegas que são resistentes o suficiente para se reunir para ouvi-lo. Neste discurso ele se esforça para dar algo de seu melhor pensamento a respeito de alguma questão política. Por isso, ele geralmente intenta, também, transmitir aos seus colegas algo de um sentimento de unidade corporativa e um senso de direção profissional⁸⁹ (ANDERSON, 1943, p. 1, tradução própria).

⁸⁸ “[...] what is the scope of the Political Science to which the political science association should devote itself”.

⁸⁹ “Custom has decreed that the president of this association, as almost his final act before leaving his briefly-held office, shall deliver an address to those of his colleagues who are hardy enough to assemble to hear him. In this address he endeavors to give something of his best thought concerning some political question. Thereby he generally contrives, also, to convey to his fellow-members something of a feeling of corporate unity and a sense of professional direction”.

Além disso, os presidentes da associação assumem um papel de protagonismo na disciplina não apenas pela qualidade de suas produções, mas, também, devido ao seu ativismo na área, ao se envolverem nos principais debates sobre o rumo da APSA e da Ciência Política⁹⁰. Isto se evidencia nas páginas das principais revistas, bem como na frequente presença de ex-presidentes em simpósios de história e metodologia da disciplina⁹¹. Inclusive, muitos deles são protagonistas de debates entre os associados, a exemplo do Movimento Perestroika e, mais recentemente, da política editorial DA-RT.

Os discursos anuais da associação têm o potencial de demarcar momentos e questões fundamentais na história disciplinar, bem como sinalizar tendências da área a partir de sua época e contexto. Em contrapartida, segundo Dryzek e Leonard (1988), os discursos representam o modo como a história da Ciência Política nos Estados Unidos tem sido contada de forma perspectivista. Eles afirmam que nesse material, amplamente divulgado e muitas vezes utilizado como meio de introdução a alunos iniciantes na área, os autores “usam a reconstrução histórica para justificar uma perspectiva particular”⁹² (DRYZEK; LEONARD, 1988, p. 1246, tradução própria). Ou seja, os fatos invariavelmente convergem na defesa de determinado ideal de ciência ou profissão.

A associação já teve 114 presidentes⁹³ em seus 115 anos de existência (APÊNDICE 1). O período analisado nessa pesquisa corresponde ao mandato de 26 presidentes. Os documentos envolvem aproximadamente 350 páginas distribuídas em discursos presidenciais que variam entre 7 e 22 páginas. No quadro 4, indico os pesquisadores que ocuparam o cargo a partir da década de 1990 até o ano de 2016, bem como seus períodos de mandato e a instituição onde atuavam e a qual representavam.

⁹⁰ Na primeira reunião da APSA, em 1904, na lista dos cerca de 200 membros já se encontram os nomes de 27 cientistas políticos que viriam se tornar presidentes da associação até a década de 1960 (SOMIT; TANENHAUS, 1967).

⁹¹ Um exemplo a ser mencionado é o simpósio *Who Knows What, When, and How?* (HOCHSCHILD, 2005), organizado pela revista POP. Este teve como proposta levantar questões-chave da disciplina a 12 ex-presidentes da associação – Ira Katznelson, Margaret Levi, Susanne Hoerber Rudolph, Robert D. Putnam, Robert Jervis, Robert O. Keohane, Matthew Holden, Jr., M. Kent Jennings, Elinor Ostrom, Arend Lijphart, Sidney Verba, Charles O. Jones e Lucius J. Barker.

⁹² “[...] use historical reconstruction to warrants one particular perspective”.

⁹³ O único presidente a ocupar dois mandatos foi Frank Goodnow, o primeiro presidente da associação.

Quadro 4 – Discursos da APSA analisados [1990-2016]

MANDATO	PRESIDENTE	UNIVERSIDADE
1990-1991	Theodore J. Lowi	Universidade Cornell
1991-1992	James Quinn Wilson	Universidade da Califórnia – Los Angeles
1992-1993	Lucius Jefferson Barker	Universidade Stanford
1993-1994	Charles O. Jones	Universidade de Wisconsin
1994-1995	Sidney Verba	Universidade de Harvard
1995-1996	Arend Lijphart	Universidade da Califórnia – San Diego
1996-1997	Elinor Ostrom	Universidade de Indiana
1997-1998	M. Kent Jennings	Universidade da Califórnia – Santa Barbara
1998-1999	Matthew Holden Jr.	Projeto de Estudos Isaiah T. Montgomery
1999-2000	Robert Owen Keohane	Universidade Duke
2000-2001	Robert Jervis	Universidade de Columbia
2001-2002	Robert David Putnam	Universidade de Harvard
2002-2003	Theda Skocpol	Universidade de Harvard
2003-2004	Susanne Hoerber Rudolph	Universidade de Chicago
2004-2005	Margaret Levi	Universidade de Washington – Seattle
2005-2006	Ira Katznelson	Universidade de Columbia
2006-2007	Robert Axelrod	Universidade de Michigan
2007-2008	Dianne Pinderhughes	Universidade de Notre Dame
2008-2009	Peter Katzenstein	Universidade Cornell
2009-2010	Henry Brady	Universidade da Califórnia – Berkeley
2010-2011	Carole Pateman	Universidade da Califórnia – Los Angeles
2011-2012	G. Bingham Powell Jr.	Universidade de Rochester
2012-2013	Jane Mansbridge	Universidade de Harvard
2013-2014	John Aldrich	Universidade Duke
2014-2015	Rodney E. Hero	Universidade da Califórnia – Berkeley
2015-2016	Jennifer Hochschild	Universidade de Harvard

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados divulgados no *site* institucional da APSA (2018).

Nesta tese faço o uso da Análise de Conteúdo, que geralmente é utilizada para o exame das mensagens emitidas, com vistas ao reconhecimento de suas condições de produção e recepção⁹⁴ (BARDIN, 1977). A organização e categorização dos textos foi processada pelo

⁹⁴ Os procedimentos de análise envolvem técnicas de organização e tratamento do material selecionado, úteis à construção de indicadores tanto quantitativos como qualitativos, e são compartilhados por diversas disciplinas acadêmicas, a exemplo da Linguística, Psicologia e Comunicação Social (BARDIN, 1977).

software Nvivo⁹⁵. A ferramenta auxiliou na procura, extração e recuperação de informações, gerando alguns resultados panorâmicos iniciais. Entretanto, a identificação da frequência dos termos e expressões não foi quantitativamente significativa para as mensagens analisadas, principalmente porque os discursos não repetiram diversas vezes os mesmos termos. Sua relevância consiste no argumento e na legitimidade daquele que direcionou o discurso para a comunidade de cientistas. Diante disto, concentro a análise em elementos predominantemente qualitativos e interpretativos, com atenção individual a cada discurso.

Como alguns dos próprios presidentes da APSA destacaram (BROOKS, 1941; KEY, 1958), os discursos presidenciais podem ser enquadrados em dois perfis: especializado e universal. O primeiro, denominado nesse estudo tema de especialização, aborda temas específicos referentes a uma área de especialização. O segundo, tema de interesse geral, diz respeito a preocupações com questões próprias da disciplina e da comunidade de cientistas políticos, refletindo o estado mais amplo da academia, sua natureza, objetivos e finalidades. Essa distinção permite a identificação dos discursos que trataram diretamente do problema analisado neste trabalho e, portanto, sua análise mais aprofundada.

Apresento no decorrer do texto trechos de discursos, com a finalidade de referenciar posições de defesa e crítica ao debate sobre hierarquias do conhecimento. Porém, também considero de fundamental interesse a essa pesquisa a identificação do perfil dos presidentes eleitos na APSA⁹⁶. O padrão de lideranças é expressivo em termos de temas, postura teórico-metodológica e representatividade profissional. Especialmente no que tange a esse conjunto de dados, retomo informações sobre discursos anteriores ao período selecionado para a pesquisa, com vistas à comparação e verificação do progressivo aumento da representatividade de grupos minoritários em espaços de liderança.

3. 4. 3 Revistas Oficiais da APSA

Com relação aos periódicos acadêmicos, recorro à análise das quatro revistas da APSA: a *American Political Science Review* (APSR), a *Political Science and Politics* (PS), a

⁹⁵ NVIVO é um *software* utilizado para a coleta e tratamento de informações de pesquisa. Esse *software*, enquanto um ordenador, é amplamente utilizado nas ciências humanas, assim como outros programas, como NUD*IST, ATLAS*ti e MAXqda.

⁹⁶ Para a pesquisa biográfica sobre os cientistas políticos que protagonizaram o debate disciplinar nos Estados Unidos utilizei como referência o livro *American Political Scientists* (2002) de Glen H. Utter e Charles Lockhart, bem como informações disponíveis em currículos profissionais e *sites* de institutos e universidades.

Perspectives on Politics (POP) e a *Journal of Political Science Education* (JPSE). Sendo essas publicações oficiais, refletem posicionamentos da associação. Além disso, por ser uma associação profissional de grande importância, e que exerce influência não apenas no contexto doméstico, mas, também, internacional, é possível dizer que as revistas da APSA se apresentam como um dos mais relevantes meios de divulgação científica. Suas linhas editoriais expressam valores e orientações científicas a partir da seleção dos artigos considerados mais adequados e representativos da área. Como destaca um dos ex-editores da POP, James Johnson (2006),

As revistas profissionais fornecem uma ferramenta crucial para a comunicação de nossas ideias. Elas determinam em grande parte o alcance daqueles a quem falamos e os termos em que nós falamos. Entre as grandes tarefas de edição de um periódico [...] está a determinação do público o qual a publicação pode alcançar. A quem a revista pretende falar? Qual o tipo de fórum que esperamos que ela forneça?⁹⁷ (p. 241, tradução própria).

Tendo em vista os perfis editoriais diferenciados, as revistas podem representar posturas distintas frente aos ideais de ciência defendidos em outros espaços. A partir disso se configuram relações de poder e disputas entre grupos por espaço institucional. Essas questões se fazem presentes desde a composição editorial e notas dos editores, até a seleção e publicação de artigos. Nesse sentido, as pesquisas e os pesquisadores que publicam em cada edição das revistas são dados para a identificação e análise de hierarquias do conhecimento na disciplina. Em relação às revistas analisadas – indicadas no Quadro 5 –, destaco seu contexto de criação, seu reconhecimento na área, seu escopo, sua estrutura e seu conteúdo. Por fim, localizo-as no debate disciplinar da Ciência Política.

Nos Estados Unidos se encontram algumas das revistas de Ciência Política mais referenciadas no mundo todo⁹⁸, dentre elas a APSR. Essa revista foi o primeiro periódico oficial criado pela APSA, no ano de 1906, três anos após a fundação da associação, e permaneceu como o seu único periódico até a década de 1960, quando criada a PS. Por isso, alguns autores identificam a criação e desenvolvimento da revista com o desenvolvimento da associação e da Ciência Política nos Estados Unidos (SIGELMAN, 2006).

⁹⁷ “Professional journals provide one crucial tool for communicating our ideas. They largely determine the range of those to whom we speak and the terms in which we speak to them. Among the daunting tasks of editing a journal [...] is determining who the audience for the publication might be. To whom is the journal meant to speak? What sort of forum do we hope it will provide?”

⁹⁸ A revista com maior fator de impacto atualmente nos Estados Unidos é a *American Journal of Political Science* (AJPS), que possui fator de impacto 4.515. Esta se concentra especialmente em artigos de caráter quantitativo e formalizações matemáticas.

Quadro 5 – Revistas da APSA analisadas [1990-2016]

REVISTAS DA ASSOCIAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	FATOR DE IMPACTO ⁹⁹
<i>American Political Science Review</i> [APSR]	1906	3.444
<i>Political Science and Politics</i> [PS]	1968	0.708
<i>Perspectives on Politics</i> [POP]	2003	2.462
<i>Journal of Political Science Education</i> [JPSE]	2005	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados divulgados no *site* institucional da APSA (2018) e no relatório do *Journal Citation Reports* (2016).

A própria associação, em seu *site* institucional (APSA, 2018), aponta a APSR como “o primeiro periódico de pesquisa acadêmica da Ciência Política”¹⁰⁰. Em termos de proposta, abrange as áreas de “teoria política, política americana, política pública, administração pública, política comparada e relações internacionais”¹⁰¹ (tradução própria). É reconhecida por seus critérios rigorosos de seleção de artigos, expostos em suas notas editoriais na seção de “instruções aos colaboradores”. Nesta, publicada em todas as edições desde o ano de 1992, consta a seguinte informação permanente:

A *American Political Science Review* se esforça para publicar pesquisas acadêmicas de mérito excepcional, demonstrando os mais altos padrões de excelência em conceituação, exposição, metodologia e técnica. Como a Revista atinge um público diversificado de estudiosos e profissionais, os colaboradores devem demonstrar como sua análise ilumina um problema de pesquisa significativo ou responde a uma importante questão de pesquisa, de interesse geral na Ciência Política. Por essa mesma razão, os autores devem se esforçar para uma apresentação que será compreensível para o maior número de estudiosos possível, consistente com a natureza do seu material¹⁰² (APSA, 2018, tradução própria).

⁹⁹ Fator de impacto é a medida que reflete o número médio de citações de artigos publicados em determinada revista científica. Seu objetivo é avaliar e comparar revistas de uma mesma área do conhecimento. Esta avaliação, embora amplamente utilizada no mundo todo, recebe significativas críticas a respeito de seus critérios validação, sua finalidade e mesmo a possibilidade de hierarquização de diferentes formas de conhecimento a partir de medidas bibliométricas.

¹⁰⁰ “[...] political science's premier scholarly research journal”.

¹⁰¹ “[...] political theory, American politics, public policy, public administration, comparative politics, and international relations”.

¹⁰² “The American Political Science Review strives to publish scholarly research of exceptional merit, demonstrating the highest standards of excellence in conceptualization, exposition, methodology, and craftsmanship. Because the Review reaches a diverse audience of scholars and practitioners, contributors should demonstrate how their analysis illuminates a significant research problem, or answers an important research question, of general interest in political science. For the same reason, authors should strive for a presentation that will be understandable to as many scholars as possible, consistent with the nature of their material”.

A revista, publicada continuamente desde 1906, possui 112 anos, com igual número de volumes e 4 edições anuais, que são divulgadas nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, e têm publicado, nas últimas décadas, uma média de 40 artigos por volume. Em termos de estrutura, a revista caracterizou-se, por muitos anos, pela sua densidade e grande abrangência de materiais. Mais recentemente, todavia, o conteúdo referente a questões profissionais e procedimentais da associação migrou para as páginas da PS; e as revisões, resenhas de livros e os discursos presidenciais da associação migraram para as páginas da POP. Tal diluição de conteúdo teria reduzido em 2/3 o conteúdo original da revista (SIGELMAN, 2006, p. 463), que hoje se restringe a publicar artigos acadêmicos, para além de suas notas editoriais e, eventualmente, simpósios, comentários, correções e respostas a artigos anteriormente publicados na revista.

Desde a década de 1990 ocuparam o cargo de editor-chefe da revista sete pesquisadores da área de Ciência Política: Samuel C. Paterson, da universidade de Ohio (1990-1991), G. Bingham Powell, da Universidade de Rochester (1992-1995), Ada W. Finifter, da Universidade Estadual de Michigan (1995-2000), Lee Sigelman, da Universidade George Washington (2001-2007), Ronald Rogowski, da Universidade da Califórnia (2008-2012), John Ishiyama, da Universidade do Norte do Texas (2013-2016), e, o editor em exercício, Thomas König, da Universidade de Mannheim. Estes se manifestam, por meio de notas editoriais e de relatórios periódicos sobre a APSR, em relação à política da revista e ao seu estado atual. Porém, é na PS que ocorrem debates sobre o perfil da APSR. Naquela revista, são publicados os relatórios editoriais da APSR e artigos independentes de avaliação do perfil da mesma. Miller, Tien e Peebler (1996) afirmam que os rígidos critérios de análise da APSR resultam em uma taxa de aprovação de apenas 10% dos artigos submetidos à revista, e tendo em vista sua relevância na disciplina, acaba por ser uma espécie de *hall of fame* da Ciência Política.

Nesse sentido, a APSR está no centro dos debates a respeito de hierarquias do conhecimento na Ciência Política nos Estados Unidos. Questiona-se tanto o modo como a disciplina determina a constituição e caráter da revista quanto o contrário, ou seja, de que modo a revista determinou e determina parte do rumo da disciplina por meio de seus critérios de seleção de artigos (SIGELMAN, 2006). No *e-mail* que motivou o Movimento Perestroika, a revista é apontada como responsável pela manutenção dos interesses e perspectivas de um grupo que não é representativo da pluralidade da comunidade de cientistas norte-americanos.

A PS, por sua vez, apresenta um caráter bastante distinto da APSR. Enquanto a primeira se concentra na divulgação criteriosa de artigos científicos da área, a segunda se

constitui em um espaço de reflexão – ou mesmo, autorreflexão – sobre a disciplina e a profissão do cientista político. Criada em 1968, a PS tornou-se a responsável pela comunicação institucional da APSA e é definida no *site* da associação como “o jornal de registro para a disciplina de Ciência Política, com relatórios sobre pesquisa, ensino e desenvolvimento profissional”¹⁰³ e “o único jornal quadrimestral profissional de notícias e comentários no campo e a principal fonte de informações sobre as conquistas e preocupações profissionais dos cientistas políticos”¹⁰⁴ (APSA, 2018, tradução própria).

Na nota editorial de sua publicação inaugural, a criação da revista é justificada a partir do crescimento do número de cientistas políticos, da diversidade de seus interesses, maior especialização da área, aumento de anúncios de concessão de pesquisas e bolsas, mais encontros e atividades da associação e o progressivo aumento da complexidade profissional. Dessa forma, “problemas de comunicação dentro da profissão tornaram-se, ao mesmo tempo, significativamente mais difíceis”¹⁰⁵ (KIRKPATRICK, 1968, p. 1, tradução própria).

Quanto à sua proposta, a PS abrange um significativo número de artigos curtos e análises críticas sobre fenômenos políticos contemporâneos; e uma série de fóruns e simpósios da área de epistemologia, história e metodologia da Ciência Política, bem como reflexões a respeito da área profissional, em termos de educação científica e cívica, e de inserção no mercado. Desde sua criação, ela completa 50 anos, com igual número de volumes e 4 edições anuais, que são divulgadas nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. A revista, que já contou com 5 diferentes equipes editoriais, esteve desde a década de 1990 sob as edições de Robert Hauck, da Universidade Vanderbilt (Tennessee), até o ano de 2014 e, em seguida, dos pesquisadores Philip Ardoin e Paul Gronke, da Universidade Estadual Appalachian (Carolina do Norte).

É nessa revista que os principais debates a respeito dos rumos da disciplina são publicados, visto que nela estão os registros dos encontros anuais da associação, ou seja, seus fóruns de debates e suas propostas e decisões normativas para a instituição como um todo. Também, como já mencionado, trata-se de um espaço em que editores de outras revistas da associação publicam seus relatórios e em que algumas de suas notas editoriais são replicadas.

¹⁰³ “[...] the journal of record for the discipline of political science reporting on research, teaching, and professional development”.

¹⁰⁴ “[...] the only quarterly professional news and commentary journal in the field and is the prime source of information on political scientists' achievements and professional concerns”.

¹⁰⁵ “[...] problems of communication within the profession have become, at the same time, significantly more difficult”.

Desse modo, grande parte do material produzido pela associação sobre hierarquias do conhecimento encontram-se nas páginas da PS.

A terceira revista, a POP, criada no ano de 2003, surge como uma resposta às demandas internas da associação por uma maior representatividade das diferentes teorias e métodos da disciplina (ISAAC, 2012). Sendo assim, apresenta uma proposta mais plural, objetivando acomodar pesquisadores especialmente alinhados a abordagens qualitativas e interpretativas dos fenômenos políticos. Esse viés pluralista foi declarado em sua primeira nota editorial (HOCHSCHILD, 2003) e segue sendo indicado como um dos seus principais objetivos. Ademais, a revista traz a proposta de uma estilística mais acessível à comunidade de cientistas políticos, bem como a pesquisadores de áreas afins (HOCHSCHILD, 2003; JOHNSON, 2006). Demarca-se desde cedo que “os artigos na *Perspectives* devem ser convidativos e escritos de forma clara, com um mínimo de linguagem técnica” e que “eles devem cumprir os mais altos padrões de estudo e pensamento”¹⁰⁶ (HOCHSCHILD, 2003, p. 1, tradução própria). Há uma preocupação constante em distinguir a proposta da revista das demais revistas da área. Em sua primeira nota editorial James Johnson (2006) afirma que

É muito fácil, eu acho, dizer o que a *Perspectives* não é. Não é um fórum de pesquisa acadêmica como a APSR ou publicações mais especializadas como, por exemplo, a *Comparative Political Studies*, a *Political Theory* ou a *International Organization*. Tampouco é primariamente um canal para um “survey” de artigos mais ou menos convencionais como a *Annual Review of Political Science*. Nem é uma revista de opinião como a *The New Republic* ou *The Nation*. Finalmente, não é um jornal de notícias profissionais e comentários como a *PS: Political Science and Politics*¹⁰⁷ (p.1, tradução própria).

A partir de tais distinções e do estabelecimento de um eixo prioritário à revista – a centralidade da pesquisa em “temas”, “problemas” ou em “questões de interesse público” – o editor seguinte, Jeffrey Isaac, apresentou uma descrição que hoje é reconhecida como o subtítulo da revista, qual seja: “uma esfera pública da Ciência Política”¹⁰⁸ (ISAAC, 2010, p. 7, tradução própria). Segundo ele, a revista tem a missão de “publicar excelentes pesquisas e

¹⁰⁶ “[...] articles in *Perspectives* need to be engagingly and clearly written with a minimum of technical language. They must meet the highest standards of scholarship and thought”.

¹⁰⁷ “It is, I think, fairly easy to say what *Perspectives* is not. It is not a forum for academic research like the APSR or more specialized publications like, say, *Comparative Political Studies*, *Political Theory*, or *International Organization*. Nor is it primarily an outlet for more or less conventional “survey” articles like the *Annual Review of Political Science*. Nor is it a journal of opinion like *The New Republic* or *The Nation*. Finally, it is not a journal of professional news and comment like *PS: Political Science and Politics*”.

¹⁰⁸ “a political science public sphere”.

textos de Ciência Política que envolvam questões de consequência política real, criando pontes entre as divisões metodológicas e teóricas convencionais da disciplina”¹⁰⁹ (ISAAC, 2015, p. 929).

A revista completa seus 15 anos de existência, com igual número de volumes e 4 edições anuais, que são divulgadas nos meses de março, junho, setembro e dezembro e têm publicado uma média de 19 artigos por volume. Em termos de estrutura, a revista é composta por artigos científicos, discursos dos presidentes da associação, simpósios, ensaios de revisão, resenhas de livros¹¹⁰ e pela seção “*perspectives*” – dedicada a estudos ou reflexões curtas sobre temas específicos, a disciplina ou a profissão¹¹¹. Ainda, somam-se ocasionalmente comentários, correções, respostas, diálogos e contrapontos a artigos anteriormente publicados.

Os 4 pesquisadores que ocuparam a posição de editor-chefe da POP demonstraram-se significativamente engajados nos debates disciplinares da área. Os editores Jeniffer Hochschild, da Universidade de Harvard (2003-2005), James Johnson, da Universidade de Rochester (2006-2009), Jeffrey Isaac, da Universidade de Indiana (2009-2017), e o atual editor, Michael Bernhard, da Universidade da Flórida, tradicionalmente utilizam as notas editoriais para apresentar a revista e destacar sua importância para a associação e para a Ciência Política. Nesse mesmo espaço, resumem o material apresentado em cada edição, estabelecendo a relação entre as diferentes produções apresentadas e frente ao seu contexto político e disciplinar.

A POP, portanto, interessa a esse trabalho sob dois aspectos: o primeiro se dá a partir de seus artigos e o modo como o perfil destes se distingue em tema, teoria e método daqueles publicados na revista mais antiga da associação, a APSR, assim como em relação ao perfil dos autores que publicam em suas páginas; e o segundo é em relação ao espaço que esta se propõe a oferecer para “discussão pública e compreensão sinérgica dentro da profissão”, na medida

¹⁰⁹ “to publish excellent political science research and writing that engages matters of real political consequence, bridges conventional methodological and theoretical divides in the discipline”.

¹¹⁰ As resenhas de livros, antes publicadas nas páginas da APSR, constituem-se em um grande volume de material. São publicadas aproximadamente 100 resenhas em cada número da revista, ou seja, 400 resenhas por ano (FINIFTER, 1997; HOCHSCHILD, 2003).

¹¹¹ A seção *perspectives* conta com dois tipos de artigos: o primeiro escrito por pesquisadores da área; e o segundo por pesquisadores de fora da área. Estes são artigos curtos e têm como intuito trazer novas perspectivas à Ciência Política, por meio de intervenções em um tópico particular, bem como por meio de ideias provocativas e críticas. Exige-se coerência e profundidade do argumento apresentado, todavia não é feito o uso do formato mais rígido de artigos científicos da área em termos de estrutura e referências (HOCHSCHILD, 2003, p. 1-2).

em que considera essa como “essencial para o avanço da pesquisa e a promoção da comunidade acadêmica”¹¹² (APSA, 2018, tradução própria).

Por fim, o mais recente periódico da APSA, o JPSE, foi criado no ano de 2005. Este, diferentemente dos demais, concentra-se na atuação docente dos cientistas políticos e no processo de formação dos futuros pesquisadores da área. Conforme consta no *site* institucional da associação, sua proposta é oferecer um espaço para “questões e abordagens empíricas e filosóficas relevantes a Ciência Política nos níveis de graduação e pós-graduação, incluindo pesquisas sobre métodos de ensino, inovações e técnicas pedagógicas, atividades em sala de aula, avaliação educacional e desenvolvimento curricular”¹¹³ (APSA, 2018, tradução própria).

O JPSE teve como editores-chefe John Ishiyama, da Universidade do Texas (2005-2012), Kerstin Hamann, da Universidade de Washington (2012-2016), e, atualmente, é editada por Victor Asal, da Universidade do Estado de Nova Iorque em Albany. Os editores afirmam que a criação da revista, junto à inauguração da *American Political Science Association’s Annual Teaching and Learning Conference*, representa o reconhecimento da importância dos processos de ensino e aprendizagem na Ciência Política, atribuindo a estes um papel central na profissão (HAMANN; POLLOCK; WILSON, 2014). Além disso, os textos publicados permitem que cientistas políticos se mantenham atualizados quanto à utilidade de didáticas de ensino, que se baseiam em “novas tecnologias, simulações, estudos de experiências internacionais, esforços para aumentar o envolvimento cívico dos estudantes, estágios e preparação profissional”¹¹⁴, fornecendo “uma rica variedade de questões e soluções pedagógicas”¹¹⁵ (p. 1-2, tradução própria).

A revista completa 13 anos com igual número de volumes e 4 edições anuais, que são divulgadas entre os seguintes meses do ano: janeiro/março, abril/junho, julho/setembro e outubro/dezembro. Ela tem publicado em média 23 artigos por edição e, além destes, resenhas de livros, tecnologias de ensino e ensaios. Eventualmente publica fóruns, reflexões, notas de pesquisa e comentários. Nesta pesquisa, seu conteúdo interessa na medida em que demonstra

¹¹² “[...] public discussion and synergistic understanding within the profession [...] that is essential to advancing research and promoting scholarly community”.

¹¹³ “[...] empirical and philosophical questions, issues, and approaches relevant to political science education at the undergraduate and graduate levels, including research on teaching methods, pedagogical innovations and techniques, classroom activities, educational assessment, and curriculum development”.

¹¹⁴ “[...] new technologies, simulations, study abroad experiences, efforts to increase students’ civic engagement, internships, and career preparation”.

¹¹⁵ “[...] a rich variety of pedagogical questions and solutions”.

uma preocupação com a formação dos cientistas políticos a partir do diagnóstico atual da área, destacando, por exemplo, a importância de debates sobre pluralismo e diversidade.

O material das quatro revistas foi acessado e coletado a partir das bases de dados *Journal Storage* (JSTOR) e *Cambridge Core*. Realizei a pesquisa em duas etapas: a primeira trata-se da análise dos artigos científicos das revistas, em termos de conteúdo e autoria, a partir de critérios previamente estabelecidos com base na literatura sobre o tema¹¹⁶; e a segunda trata-se da leitura mais aprofundada de artigos, simpósios, relatórios, comentários e notas referentes especificamente aos temas de história e metodologia da Ciência Política, a fim de localizar os debates a respeito de hierarquias do conhecimento.

Quanto à primeira etapa, realizei um censo de todos os artigos publicados nas revistas no período de 1990 a 2016, analisando o conteúdo presente em seus resumos (*abstracts*). As demais publicações da revista – notas editoriais, simpósios, revisões de livros, relatórios e normativas da associação – foram eliminadas da coleta. Sendo assim, foram analisadas duas das quatro revistas da associação, a APSR e a POP. As publicações da PS e da JPSE não foram analisadas nessa etapa. A primeira devido ao seu caráter de discussão e a segunda por tratar de temáticas específicas das áreas de educação e ensino. Como mostra a Tabela 1, o material consiste em 1319 artigos, se somadas as duas revistas selecionadas – a APSR e a POP.

Tabela 1 – Artigos das revistas da APSA categorizados [1990-2016]

	VOLUMES	NÚMEROS	ARTIGOS
<i>American Political Science Review</i> [APSR]	27	108	1049
<i>Perspectives on Politics</i> [POP]	14	56	270
Total	41	164	1319

Fonte: Elaboração própria.

A análise buscou identificar o perfil geral das revistas e artigos referentes às categorias de hierarquias do conhecimento abordadas nessa tese. Desse modo, foi possível identificar e quantificar artigos sobre determinado tema ou problema, que somaram às informações já divulgadas pelos relatórios dos editores de revistas. Ressalta-se que os relatórios apresentam informações referentes a áreas de pesquisa e abordagem teórico-metodológica dos artigos, de

¹¹⁶ O procedimento de análise classificatória de artigos de revistas é baseado em análises bibliométricas anteriores utilizadas por pesquisadores da área, tais como Breuning et al. (2005), Ishiyama (2015), Jacoby et al. (2017); Norris (1997) e Teele e Thelen (2017).

modo que a classificação aqui proposta concentrou-se nas demais informações, como temáticas específicas e o perfil de artigos de teoria e metodologia, por exemplo. Além dessa categorização, identifiquei o gênero e a origem institucional dos autores dos artigos. Essas informações retratam as hierarquias do conhecimento referentes ao eixo da representatividade profissional da disciplina, evidenciando desigualdades de ocupação de espaços e visibilidade. Também, contabilizo e analiso artigos cujos temas estão diretamente ligados a questões de gênero e de raça, visando a compreender sua presença e o seu perfil nas revistas da associação.

Quanto à segunda etapa da pesquisa – seleção de contribuições das revistas aos temas específicos de história e metodologia da Ciência Política –, considero não apenas os artigos científicos das revistas entre os anos de 1990 a 2016, mas sim toda a ampla gama de materiais e informações que estas oferecem em suas diferentes seções. A partir da seleção e análise preliminar do material encontrado, parto para uma leitura mais aprofundada e análise de artigos, simpósios, relatórios, comentários e notas.

No caso dos artigos, estes foram pré-selecionados a partir do censo que realizei na primeira etapa. Análises referentes à história e à metodologia da Ciência Política usualmente não aparecem no formato de artigos científicos nas revistas, porém opto por averiguar de que forma aparecem nestes casos. Os simpósios, por sua vez, costumam ser temáticos ou partem de uma questão ou pauta específica. Esses são geralmente compostos de textos argumentativos curtos e, a partir deles, é possível identificar posições de embate na disciplina e na associação. Nesse mesmo sentido são analisados os comentários e respostas, que geralmente partem dos editores das revistas, ou de algum especialista que discorda sobre um discurso ou artigo anteriormente publicado. Estes trazem a contribuição de representar frequentemente um contraponto à perspectiva apresentada. Por fim, constituem-se como material de interesse as notas editoriais das revistas, que se propõem a contextualizar os debates e estudos publicados em cada número e a reportar e incitar debates sobre os rumos da disciplina e da associação, bem como os relatórios das revistas publicados pelos seus editores.

Para a análise dos dados das revistas foi considerado o conteúdo completo de cada uma delas. Os procedimentos metodológicos utilizados nas duas etapas descritas nesta seção são sintetizados no Quadro 6.

Quadro 6 – Síntese dos procedimentos metodológicos

ETAPAS	PROCEDIMENTOS
Primeira Etapa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Censo dos artigos da APSR e da POP ▪ Análise dos artigos científicos ▪ Identificação do perfil dos autores (localidade, gênero e raça)
Segunda Etapa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seleção de debates sobre hierarquias do conhecimento ▪ Análise aprofundada do material selecionado, em especial notas editoriais e relatórios das revistas

Fonte: Elaboração própria.

3. 4. 4 Encontros Anuais da APSA

Para a análise dos encontros anuais, parto da premissa de que estes se constituem como um ambiente mais plural frente aos discursos e revistas da associação, visto que oferecem um espaço de manifestação de preferências científicas inerentemente mais diverso devido ao número de pesquisadores envolvidos. Os encontros possibilitam debates, divulgação de conhecimentos, troca de informações e acordos sobre os rumos da associação. Todavia, isto não elimina a existência de critérios próprios de inclusão e exclusão, mesmo sendo estes mais flexíveis.

Os encontros anuais ocorrem desde a criação da associação, em 1903, de modo que já foram realizados 114 encontros, tendo como única exceção a não realização do encontro do ano de 1918. A justificativa para essa interrupção, apresentada pelo ex-presidente da APSA à época, Jones Ford, em seu discurso presidencial no ano seguinte, foi o impacto da Primeira Guerra Mundial, cujas circunstâncias políticas nunca demandaram tanto engajamento por parte dos estudiosos da área (FORD, 1920).

Em um primeiro momento a associação de Ciência Política compartilhou o espaço de seus encontros com outras disciplinas, mas logo em seguida passou a demarcar fronteiras (SOMIT; TANENHAUS, 1967). O significativo número de associados foi importante para a consolidação desse espaço, visto que desde a primeira reunião da associação já constavam 200 pesquisadores presentes, um número bastante expressivo na época. Atualmente, sendo considerada a maior associação de cientistas políticos do mundo, estima-se um número de 12 mil associados (APSA, 2018). Ainda, a APSA conta com uma reunião anual de igual proporção. Todos os anos, participam milhares de pesquisadores de mais de 80 países, dividindo seu tempo entre um grande número de atividades.

Os encontros anuais ocorrem em diferentes cidades dos Estados Unidos, com exceção do 105º encontro, no ano de 2009, que ocorreu no Canadá, na cidade de Toronto. Até a década de 1950 os encontros costumavam ocorrer nos meses de dezembro ou janeiro, quando então passaram a se concentrar nos meses de agosto e setembro. A estrutura dos encontros anuais acompanha a organização da associação a partir de seções de pesquisa. Sua importância pode ser conferida no *site* institucional da associação:

As seções organizadas oferecem uma oportunidade para grupos de membros da APSA que compartilham um interesse comum em um determinado subcampo para organizar reuniões e coordenar as comunicações sob os auspícios da associação. Seções fornecem aos membros orientações para pesquisa e oportunidades de bolsa de estudos. As seções ajudam a incentivar o estudo da Ciência Política. Elas se tornaram uma parte vital da associação patrocinando painéis na reunião anual, produzindo boletins informativos e reconhecendo as conquistas acadêmicas de seus membros¹¹⁷ (APSA, 2018, tradução própria).

Dessa forma, nos encontros anuais as funções das seções de pesquisa consistem em organizar conferências, painéis temáticos, mesas redondas, minicursos e apresentação de artigos e pôsteres. Também, elas são responsáveis pela premiação de pesquisadores que contribuíram para determinada área de estudo teórica ou empiricamente. Além do espaço das seções, destacam-se as reuniões executivas, reuniões de comitês e reunião dos associados. Dessa estrutura originam-se simpósios, relatórios e decisões oficiais da comunidade de cientistas da APSA e sua diretoria, considerados materiais de análise nessa tese.

Os relatórios geralmente são atribuídos a um grupo de trabalho da associação ou a uma comissão. Seu intuito, em geral, é traçar um panorama de questões levantadas nos encontros sobre a pesquisa da Ciência Política, a composição da área ou suas perspectivas profissionais. As informações sobre tais relatórios podem ser encontradas no *site* institucional da associação ou nas páginas de suas revistas, especialmente da PS, como anteriormente mencionado. Ainda, as decisões oficiais da comunidade de cientistas da APSA e sua diretoria podem ser encontradas na mesma revista, por vezes em volumes especiais. Aqui, identifico mudanças institucionais e a criação de novas políticas na área.

¹¹⁷ Organized sections provide an opportunity for groups of APSA members who share a common interest in a particular subfield to organize meetings and coordinate communications under Association auspices. Sections provide the membership with outlets for research and opportunities for scholarship. Sections help encourage the study of political science. They have become a vital part of the Association by sponsoring panels at the Annual Meeting, producing informative newsletters, and recognizing scholarly achievements of their members.

Quanto à análise desse material, no caso dos simpósios, utilizo critérios semelhantes aos já mencionados para a análise dos discursos e das revistas. Serão observados os temas e questões considerados como propostas de debates e quais pesquisadores são convidados a debatê-los. Os relatórios são especialmente interessantes para a questão da diversidade na disciplina, visto que são propostos com fins a diagnosticar situações previamente apontadas pela comunidade. As decisões e resoluções, por sua vez, serão submetidas à análise de conteúdo. Esse conjunto de dados é mobilizado de acordo com a sua relevância para cada eixo das hierarquias do conhecimento considerado na pesquisa.

3. 4. 5 Estrutura da análise

Nos capítulos a seguir apresento a análise dos dados a partir das técnicas de pesquisa indicadas. Trato das hierarquias do conhecimento, identificando o que parte de uma literatura crítica da área identifica como dogmatismos na Ciência Política. A estrutura da análise se dá a partir dos dois eixos já apresentados na seção teórica dessa tese, quais sejam: 1. *Eixo da produção intelectual* e 2. *Eixo da representatividade profissional*. Desta forma, apresento dois capítulos de análise que se dividem em 3 seções. No capítulo seguinte, que trata do *eixo da produção intelectual* relativo a questões de hierarquias do conhecimento na produção de pesquisas e trabalhos acadêmicos da área, serão apresentadas as seguintes seções de análise de dados: *Temática, Teoria e Metodologia*. No capítulo que trata do *eixo da representatividade profissional*, relativo a questões de hierarquias do conhecimento na composição da academia de cientistas políticos, serão apresentadas as seções *Gênero, Raça e Etnia, e Localidade*.

4. HIERARQUIAS DO CONHECIMENTO NO EIXO DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

4.1 INTRODUÇÃO

Disciplinas acadêmicas se organizam a partir de comunidades profissionais e conjuntos de conhecimentos complexos, invariavelmente caracterizadas por discussões em relação ao seu objeto de pesquisa, abordagens e propósitos mais gerais. Essas discussões ocorrem por meio de instituições, organizações e movimentos que cada vez mais têm adotado como ideal a defesa do pluralismo intelectual. Nos Estados Unidos, uma série de estudos tem se dedicado a mapear a produção e a reprodução do conhecimento da Ciência Política. Especialmente, eles têm se voltado às predileções existentes acerca de temas, teorias e métodos de pesquisa (ALEXANDER-FLOYD, 2014; BENNETT et al., 2003; BREUNING et al., 2003; GARAND; GILES, 2003; ISHIYAMA, 2015; JACOBY et al., 2017; MILLER et al., 1996; NORRIS, 1997; TEELE; THELEN, 2017).

A demanda por uma disciplina plural não é nova na Ciência Política (GUNNELL, 2015). De forma geral, o argumento apresentado é de que há uma hierarquização em relação a diferentes formas de produzir conhecimento, de modo a invisibilizar diferenças. Recentemente, grande parte desse debate ampara-se nas pautas levantadas pelo Movimento Perestroika. Há demandas por estudos com temáticas mais relevantes, maior espaço para a teoria e a superação de um modelo de pesquisa pautado no “método pelo método” (MONROE, 2005). As críticas direcionam-se especialmente à APSA e à APSR, que não seriam representativas da comunidade plural que deveriam representar¹¹⁸.

Como reação a essas críticas, a APSA cada vez mais tem se posicionado oficialmente no sentido de defender e promover o pluralismo em seus espaços, incentivando a convivência de diferentes interesses de pesquisa. No seu recente plano de metas para o período de 2017 a 2019, declara como valores: “transparência, investigação aberta, pluralismo acadêmico, altos padrões de ética e uma perspectiva global”¹¹⁹ (APSA, 2017, p. 5, tradução própria). Ainda menciona que a promoção do pluralismo gera como retorno à disciplina “ideias mais

¹¹⁸ Uma das questões levantadas no próprio manifesto do “Mr. Perestroika” diz respeito à possibilidade de desvinculação da APSR à filiação da APSA (ANEXO 2).

¹¹⁹ “[...] transparency, open enquiry, scholarly pluralism, high standards of ethics and integrity, and a global perspective”.

produtivas”¹²⁰ (APSA, 2017, p. 6, tradução própria). O debate sobre pluralismo tem tido grande espaço na associação, como objetivo central e agenda acadêmica. Todavia, há disputas internas a respeito de como tornar os seus diferentes espaços mais plurais. Alguns dos caminhos que vêm sendo apontados são a representatividade de teóricos de diferentes orientações de pesquisa nos espaços de liderança da associação; a criação de um maior número de fóruns e redes de pesquisa; e, especialmente, maior pluralismo no conhecimento publicado nas páginas de revistas prestigiadas da área.

Quanto à representatividade da área, nota-se que recentemente pesquisadores de diferentes orientações teórico-metodológicas têm ocupado a presidência da APSA, inclusive pesquisadores que assinaram o Manifesto Perestroika – como Susanne H. Rudolph, Theda Skocpol e Jennifer Hochschild – e que se posicionam abertamente sobre importância de uma disciplina mais plural, direcionando críticas à própria estrutura da associação. Os discursos seguem sendo utilizados para chamar a atenção para temas, para falar de ganhos metodológicos e elencar ganhos teóricos na disciplina. Neles se evidencia o caráter destas discussões, bem como a necessidade de avançar o pluralismo para além do discurso.

A postura voltada à conciliação das diferenças foi seguidamente reafirmada por presidentes e outras lideranças em espaços da APSA. Dentre eles, destacam-se fóruns e redes das seções de pesquisa. Estas são responsáveis pela manutenção da comunicação entre estudiosos, possuindo cada uma delas seu próprio periódico ou boletim de notícias, desempenhando papel fundamental nos encontros anuais por meio da organização de painéis e da premiação de estudos de destaque em sua área. Atualmente a APSA possui 44 seções de pesquisa. O ano de criação das primeiras seções foi 1983 e, a partir disso, o número foi crescendo progressivamente para abarcar diferentes interesses. No quadro 7 listo as seções pelo seu número oficial, ano de criação e nome.

¹²⁰ “A profession that welcomes and promotes diversity in terms of its members’ backgrounds, identities, views, fields of study, and methodological approach, because this diversity will ensure that the discipline generates the most productive ideas”.

Quadro 7 – Seções de Pesquisa da APSA

NÚMERO	ANO	SEÇÃO DE PESQUISA
1	1983	<i>Federalism & Intergovernmental Relations</i>
2	1983	<i>Law and Courts</i>
3	1983	<i>Legislative Studies</i>
4	1983	<i>Public Policy</i>
5	1983	<i>Political Organizations and Parties</i>
6	1982	<i>Public Administration</i>
7	1984	<i>Conflict Processes</i>
8	1984	<i>Representation and Electoral Systems</i>
9	1985	<i>Presidents and Executive Politics</i>
10	1986	<i>Political Methodology</i>
11	1986	<i>Religion and Politics</i>
13	1986	<i>Urban and Local Politics</i>
15	1986	<i>Science, Technology & Environmental Politics</i>
16	1986	<i>Women and Politics Research</i>
17	1987	<i>Foundations of Political Theory</i>
18	1988	<i>Information Technology and Politics</i>
19	1988	<i>International Security and Arms Control</i>
20	1988	<i>Comparative Politics</i>
21	1989	<i>European Politics and Society</i>
22	1989	<i>State Politics and Policy</i>
23	1989	<i>Political Communication</i>
24	1989	<i>Politics and History</i>
25	1990	<i>Political Economy</i>
27	1992	<i>New Political Science</i>
28	1993	<i>Political Psychology</i>
29	1993	<i>Political Science Education</i>
30	1993	<i>Politics, Literature, and Film</i>
31	1993	<i>Foreign Policy</i>
32	1994	<i>Elections, Public Opinion, and Voting Behavior</i>
33	1995	<i>Race, Ethnicity and Politics</i>
34	1999	<i>International History and Politics</i>
35	2000	<i>Comparative Democratization</i>
36	2000	<i>Human Rights</i>
37	2003	<i>Qualitative and Multi-Method Research</i>
38	2007	<i>Sexuality and Politics</i>
39	2008	<i>Health Politics and Policy</i>
40	2009	<i>Canadian Politics</i>
41	2009	<i>Political Networks</i>
42	2010	<i>Experimental Research</i>
43	2012	<i>Migration and Citizenship</i>
44	2013	<i>African Politics Conference Group</i>
45	2014	<i>Class and Inequality</i>
46	2014	<i>Ideas, Knowledge and Politics</i>
47	2016	<i>American Political Thought</i>

*As seções estão listadas de acordo com o seu número oficial. As seções/números ausentes foram dissolvidas ou incorporadas a novas seções.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações divulgadas no *site* institucional da APSA (2018).

As seções de pesquisa ilustram o desenvolvimento dos temas de pesquisa dentro da APSA, servindo como uma fonte histórica acerca de quando determinados interesses temáticos, teóricos e metodológicos se fizeram presentes nas agendas e nos espaços

acadêmicos da associação e, em larga medida, na disciplina. As seções em geral são criadas a partir de interesses temáticos, tais como o estudo de administração pública ou de partidos políticos. Porém, também podem representar o interesse na discussão de teorias, metodologias e no próprio estado da Ciência Política – em sua área de pesquisa ou docência. É possível observar a incorporação de determinados temas e interesses de pesquisa a partir de demandas dos associados. Como exemplo, destaca-se a seção recentemente criada *Qualitative and Multi-Method Research* (QMMR), que atendeu a demandas por maior pluralismo metodológico na APSA. Sua criação, aliás, ocorreu no mesmo ano de outro marco importante nos espaços da associação: a criação da revista POP, que foi compreendida nesse mesmo sentido.

Outro espaço que tem sido utilizado para a reafirmação desse objetivo geral da APSA por pluralismo são os editoriais de revistas. As próprias revistas, por meio de suas notas editoriais, demarcam posições no debate. Nesse caso é interessante observar a postura distinta das duas principais publicações da associação: a APSR e a POP. Ambas colocam como uma de suas propostas (ou visão de disciplina) a defesa do ideal de pluralismo intelectual, especialmente sob o viés metodológico. A maneira como o fazem, porém, é claramente distinta: a primeira assume uma postura defensiva frente a acusações de predileções metodológicas e irrelevância acadêmica; e a segunda se mostra mais crítica no seu entendimento de ciência e produção do conhecimento. Neste contexto, as discussões sobre o Movimento Perestroika ainda repercutem no espaço das notas editoriais, sendo constantemente utilizadas para apresentar avanços, estabelecer críticas e justificar limites das publicações. Nos debates estão pautadas questões como a superespecialização e a falta de comunicação entre áreas da disciplina. Este era um fenômeno já observado por Almond (1988) no seu clássico texto *Separate Tables: Schools and Sects in Political Science*, no qual se aponta a falta de diálogo na comunidade de cientistas políticos, marcada pelo desacordo de suas visões de pesquisa científica, gerando, assim, uma incompreensão mútua.

Como mencionado anteriormente, em suas notas editoriais, a APSR defende o pluralismo como proposta da revista. Várias destas notas se dedicaram a dar resposta à acusação de não representatividade teórico-metodológica da comunidade de cientistas políticos nas páginas da revista e da não relevância do conteúdo publicado (FINIFTER, 1996, 2000; ISHIYAMA, 2014; POWELL, 1992; SIGELMAN, 2002b, 2004). É importante para o contexto do debate o tratamento conferido ao processo de submissão de artigos, regras e revisão de pares, com vistas a demonstrar a abertura às variadas formas de fazer ciência e produzir conhecimento na disciplina. Os editores incentivam repetidamente que aqueles que

não se sintam representados enviem suas questões e sugestões para o editorial da revista. Em 1992, por exemplo, o editor-chefe da APSR, Bingham Powell, já fazia a seguinte chamada:

Se o seu campo não for publicado com frequência na APSR, seria especialmente útil que você me escrevesse uma breve carta, definindo o seu campo, delineando resumidamente seus principais conceitos e teorias, oferecendo exemplos de pesquisas recentes que podem servir como pontos de referência e sugerindo nomes e contatos de revisores¹²¹ (POWELL, 1992, p. 487, tradução própria).

Esse incentivo foi repetido pelos editores seguintes, destacando que a disciplina preza pela “publicação de agendas de estudos em circulação em todos os subcampos da disciplina” e que o “critério fundamental é que a pesquisa e a escrita sejam excepcionalmente meritórias”¹²² (FINIFTER, 1996, p. vi, tradução própria). A importância dessa iniciativa de incentivo à publicação foi ressaltada pelo forte posicionamento de Ada Finifter frente às críticas da carta de apoio ao Movimento Perestroika publicada na PS e no *The New York Times*. Ela afirma que “a carta [...] descaracteriza os artigos da APSR e contém mal-entendidos substanciais sobre os procedimentos e resultados da revista”¹²³ (FINIFTER, 2000, p. viii, tradução própria). Menciona ainda que a questão da não diversidade deveria ser respondida pelos próprios pesquisadores que dizem não ler nem publicar na revista. Ademais, que a não ser que se adotasse um sistema de cotas, a diversidade de publicação vai depender também da pluralidade de submissões¹²⁴. A revista estaria refletindo o perfil de artigos que recebe. Finifter destaca ainda que a acusação de que a revista não é lida é falsa, referenciando índices de citação da APSR em impacto imediato e total, os quais a posicionam como a primeira revista na disciplina (à época da publicação da nota). Também afirma que o argumento de veto imediato a artigos de determinadas orientações metodológicas não faz sentido tanto pelo caráter cego do processo de revisão, quanto pela ausência de motivos pra descontentar pesquisadores de uma dada tradição teórica e/ou metodológica.

¹²¹ “If your field does not publish frequently in the APSR, it might be especially useful for you to write me a brief letter, defining your field, outlining briefly its major concepts and theories, offering examples of outstanding recent research that can serve as benchmarks, and suggesting the names and addresses of peer reviewers”.

¹²² “[...] to publication of outstanding scholarship in all subfields of the discipline. [...] our fundamental criterion is that research and writing be exceptionally meritorious”

¹²³ “The letter [...] mischaracterizes articles in the APSR and contains substantial misunderstandings about Review procedures and outcomes”

¹²⁴ Finifter (2000) utiliza o espaço da nota editorial da APSR para apresentar taxas de aprovações de artigos dos próprios signatários da carta do Movimento Perestroika. Evidencia a baixa submissão de artigos para a revista e aponta que a sua taxa de aprovação é maior que a da taxa média de aprovação daqueles que submetem os seus artigos à revista.

A POP, por sua vez, associa o ideal de pluralismo à própria criação da revista, enfatizando que essa se constitui como “uma esfera pública da Ciência Política”¹²⁵ (ISAAC, 2010b, p. 7, tradução própria). Desde cedo demarcou seu posicionamento voltado ao pluralismo e à uma abordagem da Ciência Política mais temática ou centrada em problemas (HOCHSCHILD, 2003; ISAAC, 2010a, 2010b, 2010c, 2011, 2015a). O argumento da revista trata da aceitação de diferentes métodos e técnicas de pesquisa, além da estilística mais acessível, enfocando, todavia, as metodologias qualitativas e interpretativas que até então não eram reconhecidas (HOCHSCHILD, 2003; JOHNSON, 2006). Suas críticas se direcionam à superespecialização da disciplina e à existência de hierarquias do conhecimento.

É interessante notar que a POP se auto-afirma na disciplina por meio de questionamentos a uma visão de *ciência normal*, atribuindo principalmente à APSR este caráter e uma predileção por um determinado tipo de pesquisa científica. Isaac (2015a), editor da POP por vários anos, chega a contrapor a revista a um ideal neopositivista de Ciência Política. Em larga medida, a POP se entende como um espaço mais plural dentro das publicações da APSA, no qual são debatidas as “grandes questões” sob múltiplos olhares teóricos e metodológicos – ainda que principalmente vinculados à tradição qualitativa e à interpretativa. Em uma de suas notas, Isaac resume o caráter da proposta da POP:

Por uma questão de política editorial atual, não publicamos réplicas diretas, porque a missão da nossa revista é publicar pesquisas e redações que envolvam perspectivas diversas e avancem argumentos teóricos sobre importantes questões políticas. Nenhum artigo que simplesmente relate descobertas, e que se baseie na veracidade de tais descobertas, pode satisfazer o perfil editorial e as expectativas da nossa revista. Recebemos muitas submissões que seguem essa maneira de “ciência normal”, algumas delas muito boas, e as revemos internamente e geralmente as devolvemos a seus autores com o incentivo de enviar suas peças para um dos muitos periódicos em nossa disciplina – APSR, AJPS, JoP, CPS – que tendem a publicar “descobertas” no formato científico padrão, normal. Pela mesma razão, nenhuma peça que simplesmente replique ou reanalise os dados fornecidos em um artigo anterior atende às nossas expectativas editoriais. Pois concentramos nossas energias na publicação de pesquisas originais que abordam grandes questões políticas, e as desvantagens metodológicas de qualquer artigo publicado anteriormente não constituem em si mesmas uma grande questão política¹²⁶ (ISAAC, 2015b, p. 931, tradução própria).

¹²⁵ “[...] a political science public sphere”.

¹²⁶ “As a matter of current editorial policy, we do not publish straight replications, because our journal’s mission is to publish research and writing that engages diverse perspectives and advances theoretical arguments about important political questions. No article that simply reports findings, and that rests on the veracity of such findings, can satisfy our journal’s distinctive editorial profile and expectations. We receive many submissions that proceed in this “normal science” manner, some of them very good, and we expeditiously review them internally and typically return them to their authors with encouragement to submit their pieces to one of the

Evidentemente, estas notas editoriais geraram uma série de reações. Tanto a APSR quanto a POP vêm enfatizando em suas notas os avanços obtidos na promoção do pluralismo graças às medidas editoriais que têm adotado (ROGOWSKI, 2012; SIGELMAN, 2002a). Neste cenário, as acusações e as críticas são mútuas e, por vezes, retomam debates anteriores, dos quais o mais importante ainda é o Movimento Perestroika. Mais recentemente, a iniciativa DA-RT vem propiciando novas questões em relação ao pluralismo na disciplina. De todos os modos, os debates levantados em notas editoriais trazem perguntas importantes, quais sejam: O que significa a defesa do pluralismo? Quais seriam as “grandes questões” da disciplina? Além dos espaços das notas editoriais, os editores das revistas têm a oportunidade de tratar dessa questão por meio de relatórios periódicos publicados na PS quanto ao perfil de publicações das revistas. Além disso, diversos estudos têm-se dedicado a mapear aquilo que alguns autores consideram o mais representativo dessa questão: o perfil dos artigos de pesquisa publicados por essas revistas (ALEXANDER-FLOYD, 2014; BENNETT et al., 2003; BREUNING et al., 2003; GARAND; GILES, 2003; ISHIYAMA, 2015; JACOBY et al., 2017; MILLER et al., 1996; NORRIS, 1997; TEELE; THELEN, 2017).

Neste contexto, as seções a seguir analisam o estado do pluralismo no âmbito da APSA. Os artigos e outras iniciativas institucionais da associação são analisados na tese a partir de três categorias, divididas em seções: temática, teoria e metodologia. Em um primeiro momento apresento resultados referentes às análises do conjunto de dados dos discursos, revistas e encontros da associação e, em seguida, apresento uma análise crítica desses e suas implicações para a disciplina como um todo.

4. 2 PRODUÇÃO INTELECTUAL POR TEMÁTICA

Nesta seção, abordo as hierarquias do conhecimento referentes à produção intelectual por temática na academia de Ciência Política dos Estados Unidos. Trato dos temas e problemas de estudo da disciplina, especialmente destacando a diferença em relação ao espaço que ocupam nos principais meios de divulgação científica da área. Ademais, analiso o

many journals in our discipline – APSR, AJPS, JoP, CPS – that does tend to publish “findings” in the standard, normal science format. For the same reason, no piece that simply replicates or reanalyzes the data furnished in an earlier article meets our editorial expectations. For we focus our energies on the publication of original research that addresses big political questions, and the methodological drawbacks of any previously published article do not in and of themselves constitute a big political question”.

tratamento de questões a esse respeito nos espaços da APSA: seus discursos presidenciais, revistas oficiais e encontros anuais. Dessa forma, apresento um panorama da produção intelectual por temática da Ciência Política norte-americana.

4. 2. 1 Estado da Área e Contexto do Debate

A discussão a respeito do que uma ciência deve estudar é um desafio comum à maior parte das ciências. Eleger temas e objetos de estudo implica em estabelecer critérios e mesmo demarcar a área de atuação da disciplina. Quanto aos critérios, esses podem referir-se a noções específicas de ciência e/ou ideais de inter-relação com problemáticas de interesse social. No que diz respeito à demarcação de uma área disciplinar, é preciso observar quais as fronteiras ou pontes criadas em relação a outras disciplinas. Essa característica certamente influencia a orientação da disciplina como um todo.

Na Ciência Política esse debate está presente desde o início da história disciplinar e, mais recentemente, tem assumido certa centralidade (ISAAC, 2015a). Em um primeiro momento, houve a intenção de circunscrever a disciplina ao estudo do Estado. Entretanto, logo em seguida o enfoque ampliou-se para as demais instituições políticas e sociais e ao comportamento de atores individuais e coletivos. A ampliação das possibilidades de áreas de atuação na Ciência Política e a multiplicidade de temas e problemas a serem abordados pelos pesquisadores é evidente nos Estados Unidos, o que certamente não são características restritas ao caso daquele país.

Contudo, isso não significa que todas essas áreas e possibilidades sejam exploradas, compartilhadas e divulgadas nos principais canais de comunicação científica da Ciência Política. Há um debate, em maior ou menor grau, a depender da academia, em relação aos temas e problemas de estudo considerados legítimos pela literatura da área. Nesse sentido, duas questões aparecem como relevantes: a identificação de temas, problemas e seus *status* disciplinares; e, a partir deles, a relação da disciplina com a sociedade e os problemas políticos reais. Trata-se da demanda existente na área pela abordagem de questões do contexto político imediato e, especialmente, daquelas consideradas as mais relevantes (ISAAC, 2010a). Geralmente, encontros profissionais são espaços abertos a debates com esse perfil.

Inicialmente, os próprios presidentes da associação utilizam o espaço dos seus discursos para chamar atenção para temas da área. Dos 26 discursos analisados, 7 concentram-se em questões mais amplas da disciplina, de interesse geral, e os demais

discursos focaram em temáticas específicas ou áreas de especialização. Charles O. Jones (1995), por exemplo, convoca os cientistas políticos ao estudo do legislativo norte-americano. Para tanto, ele justifica a importância dos estudos sobre o tema e indica caminhos e metodologias de pesquisa. Outros presidentes também aproveitaram a oportunidade para demandar maior espaço para temas historicamente não abordados pela Ciência Política nos Estados Unidos, a exemplo de questões sobre diversidade étnica e racial, pobreza e desigualdade (BARKER, 1994; HERO, 2016; KATZNSTEIN, 2010; MANSBRIDGE, 2014; PINDERHUGHES, 2009). Hero (2016), fazendo referência ao discurso de Mansbridge (2014) indica desafios à inclusão de novas questões temáticas na disciplina da seguinte forma:

As constelações distintas e cada vez mais complicadas da diversidade racial e as grandes disparidades econômicas das últimas décadas representam um período único – e desconcertante – na história política americana. Ela nos chama a fazer perguntas sobre de que forma o(s) sistema(s) político(s) – suas ideias, instituições, interesses e outros elementos – estão e foram implicados ou podem estar relacionados às causas e consequências desses desenvolvimentos. A pesquisa em Ciência Política já teve muito a dizer sobre tudo isso – e é assim que deve ser, porque isso faz parte do propósito da Ciência Política, “*what is Political Science for*”, como Mansbridge poderia dizer. Estes residem diretamente dentro de nosso domínio disciplinar. Consequentemente, há muito mais a ser analisado e muito mais que nós, com nossas distintas perspectivas teóricas críticas, focos substantivos e abordagens variadas, podemos (e deveríamos) contribuir para a compreensão dessas questões. Considerando e juxtapondo raça e classe, e trazendo avaliações de gênero também, como práticas regulares em novas teorizações e novas análises de fatores sociais e políticos pertinentes à (des)igualdade estimulam-nos a engajar vigorosamente questões importantes de nosso tempo, a buscar valores que sustentam a investigação da Ciência Política. [...]. Uma série de questões relacionadas que coloquei são apenas algumas das preocupações mais prementes que espero – e incentivo – estudiosos da política americana – e por meio da Ciência Política – para continuar ou começar a abordar – de fato, abraçar – tais desafios em nossos estudos. Sim, isso é imensamente desafiador e de várias maneiras. Mas isso reflete, (re)afirma e promove alguns dos propósitos e aspirações mais convincentes de nossa disciplina¹²⁷ (HERO, 2016, p. 17, tradução própria).

¹²⁷ “The distinct and increasingly complicated constellations of racial diversity and large economic disparities of recent decades represents a unique – and disconcerting – period in American political history. It beckons us to engage questions regarding what about the political system(s) – its ideas, institutions, interests, and other elements – are and have been implicated in or may be related to the causes and consequences of these developments. Political science research has had a good deal to say about all this already – and that is as it should be, because this is part of the purpose of political science, “*what political science is for*,” as Mansbridge might say. These reside squarely within our disciplinary domain. Accordingly, there is a vast amount more to be analyzed and much more that we, with our distinct critical theoretical perspectives, substantive foci, and varied approaches, can (and should) contribute to understanding these issues. Considering and juxtaposing race and class, and bringing in assessments of gender as well, as regular practices in new theorizing and novel analyses of social and political factors germane to (in)equality spur us to vigorously engage major issues of our time, to pursue fundamental values which undergird political science inquiry. [...]. A host of related questions that I have posed are but some of the pressing concerns which I hope – and urge – scholars of American politics – and

Outro indicativo da multiplicidade de temas na Ciência Política norte-americana e da inserção de novos temas a partir de demandas da comunidade de cientistas políticos é a lista de seções de pesquisa da APSA já apresentada no quadro 7. As 44 seções são em sua grande maioria temáticas, abordando assuntos tais como: federalismo e relações intergovernamentais; direito e judiciário; estudos legislativos; políticas públicas; organizações políticas e partidos; administração pública; processos de conflito; representação e sistemas eleitorais; presidentes e política executiva; religião e política; política urbana e local; ciência, tecnologia e política ambiental; mulheres e política; tecnologia da informação e política; segurança internacional e controle de armas; política e sociedades europeias; política de Estado; comunicação política; política e história; economia política; psicologia política; educação em Ciência Política; política, literatura e cinema; política externa; eleições, opinião pública e comportamento eleitoral; raça, etnia e política, história e política internacional; democratização comparada; direitos humanos; sexualidade e política; saúde pública e política; política canadense; redes políticas; migração e cidadania, classe e desigualdade; ideias, conhecimento e política; e pensamento político americano. Ainda, é possível atentar ao ano de criação das seções para confirmar alguns dos argumentos já apresentados pela literatura. Por exemplo, a criação da área de política americana como primeira seção de pesquisa da associação e a tardia criação de áreas como raça e etnia, sexualidade e política, migração e cidadania e classe e desigualdade.

Deve ser destacado, ainda, que o próprio encontro anual da APSA tem como tradição propor uma temática central em cada uma de suas edições. Do período analisado, de 1990 a 2016, todos os encontros, com exceção do encontro de 1992, tiveram como eixo uma temática que, segundo os organizadores, representa uma questão premente para a disciplina ou para a política em geral. No quadro 8 apresento uma listagem com edição, ano e tema dos encontros da APSA.

Como se pode notar no quadro 8, os temas dos encontros retratam fenômenos políticos em curso, seja no âmbito nacional, seja no internacional e, também, questões referentes ao próprio desenvolvimento da disciplina. A Ciência Política foi tema de 7 encontros, motivando discussões sobre a sua função pública ou a sua missão científica. Isso demonstra que os encontros pretendem constituir-se como um espaço de importante autorreflexão disciplinar. Inclusive, em 2000, o encontro tratou da Ciência Política enquanto uma disciplina científica e

throughout political science – to continue to or begin to address – indeed to embrace – such challenges in our studies. Yes, doing so is immensely challenging, and in various ways. But doing so reflects, (re)affirms, and furthers some of the most compelling purposes and aspirations of our discipline”.

acadêmica, e, em 2015, abordou a diversidade e a postura da disciplina em relação a esta problemática. Em 2016, diante das transformações sociais e políticas recentes, o encontro teve como tema central a posição da Ciência Política diante de grandes questões da atualidade.

Quadro 8 – Temas dos encontros anuais da APSA [1990-2016]

EDIÇÃO	ANO	TEMA DO ENCONTRO
86º	1990	<i>Democratization</i>
87º	1991	<i>America as a Model for the World?</i>
88º	1992	---*
89º	1993	<i>The Politics of Identity</i>
90º	1994	<i>Politics and Political Science in a Changing World</i>
91º	1995	<i>Liberalism at Century's End: Competing Perspectives</i>
92º	1996	<i>Inequality and Politics</i>
93º	1997	<i>New Institutions for a New Century</i>
94º	1998	<i>Community, Communities and Politics</i>
95º	1999	<i>Political Science and the World of Politics and Policy: Contribution and Impact</i>
96º	2000	<i>Political Science as Discipline?</i> <i>Reconsidering Power, Choice, and the State at Century's End</i>
97º	2001	<i>Political Knowledge and the Public Interest</i>
98º	2002	<i>Political Science and Public Life: Knowledge, Politics, and Policy</i>
99º	2003	<i>Facing Forward and Looking Back:</i> <i>Democracy and Justice in a Century of Change</i>
100º	2004	<i>Global Inequalities</i>
101º	2005	<i>Mobilizing Democracy</i>
102º	2006	<i>Power Reconsidered</i>
103º	2007	<i>Political Science and Beyond</i>
104º	2008	<i>Categories and the Politics of Global Inequalities</i>
105º	2009	<i>Politics in Motion: Change and Complexity in the Contemporary</i>
106º	2010	<i>The Politics of Hard Times:</i> <i>Citizens, Nations, and the International System Under Economic Stress</i>
107º	2011	<i>The Politics of Rights</i>
108º	2012	<i>Representation and Renewal</i>
109º	2013	<i>Power and Persuasion</i>
110º	2014	<i>Politics after the Digital Revolution</i>
111º	2015	<i>Diversities Reconsidered: Politics and Political Science in the 21st Century</i>
112º	2016	<i>Great Transformations: Political Science and the Big Questions of Our Time</i>

* No ano de 1992 não foi estabelecida uma temática específica para o encontro anual.

Fonte: Elaboração própria.

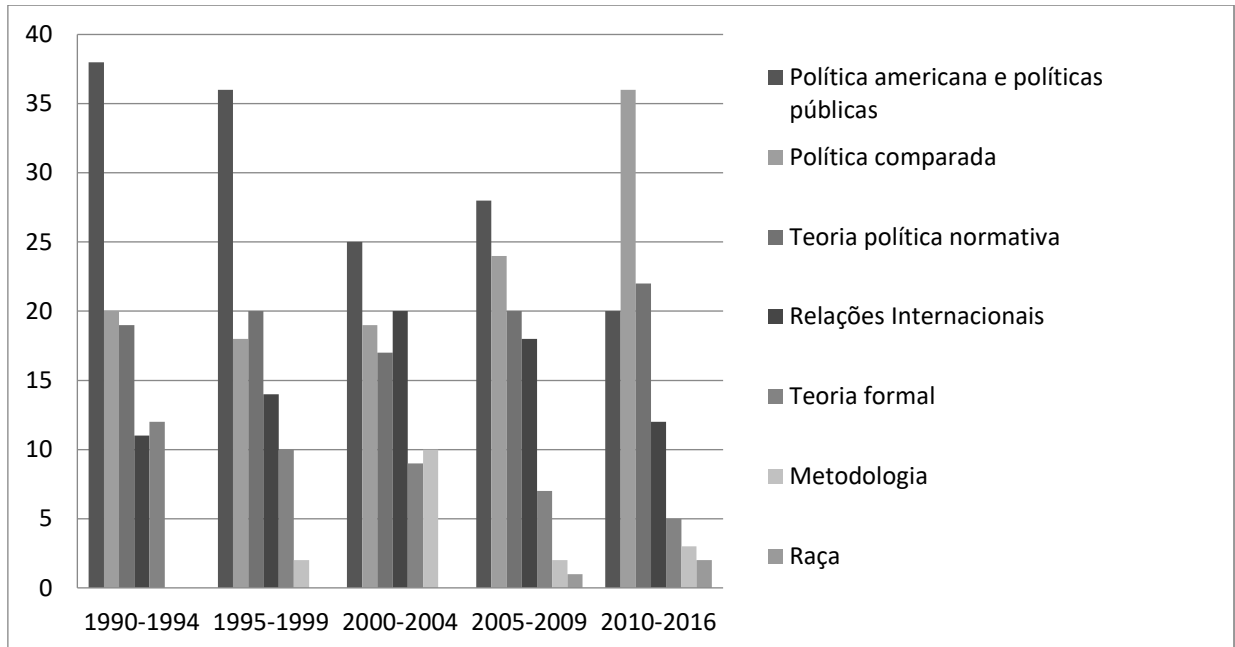
Os temas servem como orientação para painéis e seminários que ocorrem durante o evento. Porém, as seções de pesquisa seguem geralmente o seu próprio padrão, não necessariamente vinculando-se ao tema de central do encontro. Isto indica a dificuldade em traduzir questões do momento em temas de pesquisa. Não é por acaso que, apesar de muitos encontros terem o tema voltado à diversidade e à desigualdade a disciplina enfrente muitas críticas por não tratar ou se posicionar suficientemente sobre essas temáticas, especialmente se comparada a outras áreas das ciências sociais (ALEXANDER-FLOYD, 2014; TAKEDA, 1999; WILSON, 1985). Isto levanta o problema das “grandes questões” (*big questions*), repercutindo em diferentes espaços da academia norte-americana (ISAAC, 2010a).

O debate a respeito das grandes questões ou da relevância da Ciência Política ganhou destaque nas revistas da associação. Ele é recorrente na história da disciplina nos Estados Unidos. Mais recentemente, entretanto, a APSR e a POP trataram em diversas notas editoriais da noção de grandes questões da Ciência Política, sem, no entanto, recorrer a categorias e definições claras. Ambas as revistas afirmam que têm esse papel e apresentam uma revisão das áreas e temas abrangidos por seus artigos para afirmar o seu posicionamento de relevância. Como o debate é de grande importância para o entendimento das hierarquias temáticas na disciplina, apresento, a seguir, dados da APSR e da POP sobre as áreas de pesquisa e os temas publicados em suas edições.

Em seus relatórios editoriais, a APSR apresenta dados sobre artigos aceitos para a publicação de acordo com o que ela reconhece como subáreas da disciplina: política americana e políticas públicas; política comparada, teoria política normativa, Relações Internacionais, teoria formal, metodologia e, desde 2008, raça. No gráfico 1 os dados das três últimas décadas de relatórios foram agregados de acordo com períodos de 5 anos para apresentar a evolução da distribuição de artigos publicados. Nota-se que as subáreas que têm maior espaço na revista são “política americana e políticas públicas” e “política comparada”. É necessário ponderar que algumas categorias, em particular estas duas, englobam alguns artigos das outras categorias. Como mencionado no Capítulo 3, esse é um desafio metodológico enfrentado não só no âmbito desta tese, mas também pelos próprios editores das revistas. A mudança de editores inevitavelmente impacta na pesquisa bibliométrica na medida em que altera categorias de classificação e organização dos dados. Também, deve-se notar que ter um texto com uma abordagem metodológica formal não necessariamente exclui o fato de que ele apresentará algum tema ao qual aquele modelo é aplicado, como, por exemplo, de política americana. De todos os modos, os dados ilustram a maior importância dada a “política americana e políticas públicas” em boa parte das edições da APSR. É somente a

partir de 2010 que “política comparada” supera em proporção os artigos de “política americana e políticas públicas”.

Gráfico 1 – Artigos publicados na APSR por subáreas da Ciência Política [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados divulgados em relatórios de editores da APSR, publicados na PS.

Os dados mostram que há algum aumento no pluralismo. Ainda, partir das subáreas, vários temas da disciplina são distribuídos, tais como estudos de políticas públicas, estudos legislativos, estudos partidários, etc. Mas, como mencionado, existem duras críticas a respeito da baixa relevância dos temas tratados pela revista. Elas partem do entendimento de que a revista ao se preocupar com subáreas ou com a metodologia disciplinar, geralmente deixa para segundo plano a questão temática.

Em um claro contraponto às críticas recebidas por parte da comunidade de cientistas políticos da APSA, Ishiyama (2014), ex-editor da APSR, afirma que são infundadas as críticas direcionadas à revista em relação a sua não relevância temática. Em suas palavras:

Muito se tem feito da necessidade de nossa disciplina ser “politicamente relevante”, e muita ridicularização foi dirigida recentemente à Revista, que comenta o pouco que a Revista oferece que é relevante para os tomadores de decisão. Mas o que significa ser relevante para a política? Geralmente, os periódicos acadêmicos publicam o melhor da pesquisa básica, que, espera-se, pode ser usado por aqueles que ocupam cargos de autoridade com bons resultados. [...]. Em nossa opinião, o papel da Revista é ampliar o conhecimento sobre importantes questões acadêmicas, não apenas para publicar trabalhos que são atualmente populares ou, de alguma forma,

considerados como úteis pelos especialistas. Há certamente um lugar para esse trabalho, mas não nas páginas da Revista. [...]. Nesta edição da Revista, assim como nas edições anteriores, apresentamos artigos que colocam questões importantes, como as seguintes: Que papel a legislatura desempenha em termos de “retorno ao poder” em um ambiente autoritário? As legislaturas em ambientes autoritários são semelhantes ou diferentes em relação às recompensas por ocupar cargos que são frequentemente vistos no Ocidente (e particularmente nos Estados Unidos)? As eleições distritais de um único membro, usadas nos Estados Unidos, beneficiam candidatas de minorias? A cota para a representação de minorias realmente beneficia as minorias (e reduz os estereótipos sobre as minorias) nos países em desenvolvimento? Os conflitos agudos em lugares como a África são solucionáveis ou são o produto de conflitos históricos de longa data que não podem ser resolvidos por mecanismos de redução de conflitos comumente considerados? Foram as suposições de Max Weber, em cujo trabalho muito da sabedoria comum a respeito do capitalismo e da construção do Estado é baseada, realmente corretas? E, por fim, medimos conceitos fundamentais como o desempenho dos “direitos humanos” entre nações com precisão com os dados que usamos, que têm tantas implicações para os formuladores de políticas? Estas e outras questões são abordadas pelos artigos que aparecem nesta edição da Revista e deixamos aos nossos colegas a decisão de serem ou não “relevantes”¹²⁸ (p. iii, tradução própria).

Alguns anos antes, Ada Finifter (2000), também em nota editorial da APSR, listou todos os temas que a revista vem trabalhando, de forma semelhante à fala de Ishiyama, para afirmar que a revista não foge das “grandes questões políticas substantivas”¹²⁹. Ela, ainda, afirma que “é errado concluir apenas com base em números ou símbolos matemáticos

¹²⁸ “There has been much made of the need for our discipline to be “policy relevant,” and much ridicule has been directed at the *Review* recently that comments how little the *Review* offers that is relevant for decision makers. But what does it mean to be policy relevant? Generally, scholarly journals publish the best in basic research, which hopefully can be used by those in positions of authority to good effect. [...]. In our view, the role of the *Review* is to expand knowledge on important scholarly questions, not only to publish work that is currently popular or somehow ordained as useful by pundits. There is certainly a place for such work, but not in the pages of the *Review*. [...]. In this issue of the *Review*, as with previous issues, we present articles that ask important questions, such as the following: What role does a legislature perform in terms of “returns to office” in an authoritarian setting? Are legislatures in authoritarian settings similar or different with regard to the rewards of holding office that are often seen in the West (and particularly the United States)? Do single-member district elections, used in the United States, benefit minority candidates? Do quota for the representation of minorities actually benefit minorities (and reduce stereotypes about minorities) in developing countries? Are acute conflicts in places like Africa resolvable, or are they the product of long-standing historical conflicts that cannot be resolved by commonly considered conflict reduction mechanisms? Were the suppositions of Max Weber, upon whose work much of the common wisdom regarding capitalism and state building is based, actually correct? And, finally, do we measure fundamental concepts like “human rights” performance crossnationally accurately in the data we use, which have so many implications for policy makers? These and other questions are addressed by the articles that appear in this issue of the *Review*, and we leave it to our colleagues to decide whether or not they are “relevant””.

¹²⁹ “[...] great, substantive political questions”.

contidos em um artigo que, *ipso facto*, a análise não pode lidar com grandes questões políticas”¹³⁰ (p. viii, tradução própria).

Os relatórios da POP, por sua vez, não trazem uma evolução histórica das subáreas ou temas publicados nas suas edições. Entretanto, tomando como referência o relatório de 2009-2010, é possível mapear os temas que aparecem na revista, seja em seus artigos, seja nas resenhas de livros e nos demais textos publicados pela mesma. Nota-se que as áreas temáticas são semelhantes às que a APSR menciona. Porém, o mesmo relatório divide as grandes áreas em subtemas, especificando a variedade temática da revista. Outra questão a ser ressaltada é que um dos motivos pelos quais as críticas são direcionadas à APSR diz respeito à menor atenção dada a problemas de desigualdade social e discriminação (racial, étnica e de gênero). A POP confere maior espaço a estes temas em seu quadro geral de artigos, apesar de que o mesmo ainda seja reduzido; e, especialmente, por meio de simpósios. Segundo o relatório *Political Science in the 21st Century* (APSA, 2011a) esse é um problema da Ciência Política norte-americana como um todo. De qualquer forma, isso será abordado de maneira mais aprofundada no capítulo 5.

Isaac (2011) demarca, inclusive, medidas editoriais que direcionam a revista a uma abordagem cada vez mais temática. Dentre elas, destaca-se a organização das resenhas (*book reviews*), que antes da criação da revista pertenciam às páginas da APSR. Ele afirma que as resenhas eram tradicionalmente organizadas a partir de quatro subcampos da disciplina: teoria política, política americana, política comparada e Relações Internacionais. A POP, entretanto, tem buscado alterar essa política para seções temáticas de resenhas de livros, a exemplo de gênero e política, democratização e políticas de imigração. O ex-editor compreende que existem ponderações a serem feitas em uma disciplina organizada a partir de subcampos. De acordo com ele:

O fato de os subcampos serem amplamente fetichizados é um dos pequenos segredos sujos de nossa profissão, e é amplamente reconhecido em contextos que vão desde conversas informais entre colegas até discussões relacionadas a políticas do Conselho da APSA. [...]. As fronteiras que definem nossa profissão – quatro ou seis ou oito subcampos, trinta e oito seções organizadas, métodos qualitativos *versus* métodos quantitativos *versus* métodos formais *versus* interpretativos etc. – servem a propósitos importantes. Eles também limitam tanto quanto capacitam e obscurecem tanto quanto iluminam. Um de nossos objetivos na *Perspectives* é servir como um lugar para pesquisa e escrita excelentes, livre de obsessivos

¹³⁰ “It is mistaken to conclude only on the basis of numbers or mathematical symbols contained in an article that, *ipso facto*, the analysis cannot deal with great political issues”.

desenhos de limites disciplinares, e que encoraje o tipo de análise séria da política que é acessível e relevante para os diferentes tipos de acadêmicos cuja profissão é a compreensão cuidadosa e sensível da política¹³¹ (ISAAC, 2011, p. 779, tradução própria).

Por fim, destaca-se um levantamento do espaço dedicado ao tema desse trabalho: a história e o estado da disciplina de Ciência Política. Como mencionado, geralmente esses estudos não aparecem em forma de artigos nas revistas da POP e da APSR. Ainda assim, fez-se um levantamento de simpósios organizados sobre o tema. No caso desta coleta não foram considerados temas que tratavam de quesitos mais específicos da disciplina como questões propriamente metodológicas ou de políticas da associação, mas apenas os de caráter mais amplo. No quadro 9 listo as edições e simpósios sobre o estado da disciplina junto à revista na qual estes foram publicados e sua edição.

Quadro 9 – Simpósios publicados nas revistas da APSA sobre história da Ciência Política ou estado da disciplina [1990-2016]

TÍTULO	REVISTA	EDIÇÃO
<i>The Evolution of Political Science Essays*</i>	APSR	2006 [Vol. 100, No. 4]
<i>Two Paths to a Science of Politics</i>	POP	2004 [Vol. 2, No. 2]
<i>APSA Presidents Reflect on Political Science</i>	POP	2005 [Vol. 3, No. 2]
<i>Pluralism and the Fate of Perestroika: A Historical Reflection</i>	POP	2015 [Vol. 13, No. 2]
<i>The Future of Political Science</i>	PS	2002 [Vol. 35, No. 2]
<i>The Science of Politics: Then and Now</i>	PS	2004 [Vol. 37, No. 1]
<i>Where is Political Science Going?</i>	PS	2005 [Vol. 37, No. 4]
<i>Perestroika in Political Science: Past, Present, and Future</i>	PS	2010 [Vol. 43, No. 4]
<i>How Political Science Can Be More Diverse</i>	PS	2015 [Vol. 48, No. 3]
<i>The Discipline of Political Science in Europe</i>	PS	2016 [Vol. 48, No. 3]

* Tópico temático de ensaios desenvolvido para a demarcação dos 100 anos da APSR

Fonte: Elaboração própria.

¹³¹ “That the subfields *are* widely fetishized is one of the dirty little secrets of our profession, and it is one that it widely acknowledged in settings ranging from informal hallway conversations between colleagues to policy-related discussions of the APSA Council. [...]. The boundaries that define our profession—four or six or eight subfields, thirty-eight organized sections, qualitative vs. quantitative vs. formal vs. interpretive methods, etc.—serve important purposes. They also limit as much as they empower and obscure as much as they illuminate. One of our goals at *Perspectives* is to serve as a place for excellent research and writing that is free of obsessive disciplinary boundary drawing, and that encourages the kind of serious analysis of politics that is accessible and relevant to the many different kinds of scholars whose profession is the careful and sensitive understanding of politics”.

De fato, como já observado anteriormente, o estudo da história e do estado da Ciência Política é consolidado como tema de pesquisa nos Estados Unidos (ALMOND, 1990, 1996; DRYZEK, 2006; DRYZEK; LEONARD, 1988; EASTON, 1985; GOODING; KLINGEMANN, 1996; MARCH; OLSEN, 2006, 2008; REDFORD, 1961; ROSS, 1991; SOMIT; TANENHAUS, 1967) e tem se consolidado como tema de pesquisa também fora dele, por exemplo em países da América Latina (BARRIENTOS DEL MONTE, 2013; BULCOURF, 2007, 2012; BULCOURF; MARQUEZ; CARDOZO, 2015; BUQUET, 2012; LEITE, 2015, 2018; LESSA, 2010; MADEIRA; MARENCO, 2016; MARENCO, 2014, 2015; RAVECCA, 2010, 2014, 2016a, 2016b, 2018; ROCHA CARPIUC, 2012, 2014). A compreensão do estado da disciplina e o mapeamento do que é estudado e como é estudado têm estimulado a atribuição de maior espaço a temas que não estavam na agenda disciplinar, como é o caso de temáticas de diversidade. Aliás, estas relações poderão ser observadas em outras seções desta tese, especialmente no capítulo 5.

4. 3 PRODUÇÃO INTELECTUAL POR TEORIA

Nesta seção, abordo as hierarquias do conhecimento referentes à produção intelectual por teoria na academia de Ciência Política dos Estados Unidos. Trato da presença de artigos teóricos nos espaços da APSA. Para tanto, trato da relação entre teoria política e Ciência Política, destacando pesquisas de teoria e filosofia política e pesquisas de teoria formal. Ademais, analiso o tratamento de temas a esse respeito nos espaços da APSA: seus discursos presidenciais, revistas oficiais e encontros anuais. Portanto, apresento um panorama do debate sobre teoria na Ciência Política norte-americana.

4. 3. 1 Estado da Área e Contexto do Debate

A teoria sempre teve um papel fundamental na história da Ciência Política, constituindo elemento central em diversos espaços acadêmicos. Como parte do processo de produção do conhecimento, as discussões teóricas estão presentes em trabalhos publicados em conferências, seminários, simpósios e artigos da área. Entretanto, o grau de envolvimento teórico de cada pesquisa e o aprofundamento dado à teoria nos artigos empíricos – qualitativos, quantitativos, multimétodos – são variados. Ressalta-se que, geralmente, artigos

voltados para testes de hipóteses dedicam um espaço mais limitado para a discussão teórica, utilizando como referência a literatura já consagrada para, em seguida, explorar os dados e os resultados dos testes. A teoria política e a sua relação com a Ciência Política é alvo de debates recentes entre os cientistas políticos. Um dos reconhecidos livros sobre o tema inicia afirmando que essa seria:

Um empreendimento interdisciplinar cujo centro de gravidade está no lado das humanidades da feliz e ainda indisciplinada disciplina de Ciência Política. Suas tradições, abordagens e estilos variam, mas a “liga” é unida por um compromisso de teorizar, criticar e diagnosticar as normas, práticas e organização da ação política no passado e no presente, em nossos próprios espaços e em outros espaços¹³² (DRYZEK et al., 2008, p. 4, tradução própria)

Nesta tese, a questão teórica refere-se ao espaço da teoria na produção de conhecimento da Ciência Política. A falta de teoria em artigos empíricos e, especialmente, de um espaço dedicado a discussões teóricas puras em suas variadas formas é uma das críticas direcionadas à APSA no contexto do Movimento Perestroika. A disciplina, por meio de seus espaços oficiais e institucionais, não tem dedicado o devido reconhecimento, nem conferido o necessário espaço, para a produção de teoria em suas diversas modalidades.

No debate recente organizado pela POP sobre a compreensão e repercussão do Movimento Perestroika na disciplina, Gunnell (2015), além de considerar o Movimento como uma espécie de reverberação da problemática relação entre política e Ciência Política e ponderar seus ganhos disciplinares, atenta ao fato de que ele concentrou-se fortemente no pluralismo metodológico e na diversidade profissional. Nesse sentido, obscureceu importantes debates a respeito da teoria na Ciência Política. Segundo ele “questões relacionadas a matérias como a teoria democrática, a filosofia das ciências sociais e a relação entre teoria e prática tenderam a desaparecer da literatura da Ciência Política dominante”¹³³ (p. 410, tradução própria).

Essa é uma crítica que não é nova, inclusive foi apresentada em discursos presidenciais da associação ao longo de sua trajetória, a exemplo dos discursos de Easton (1969) e Deutsch (1971), que reconhecem a importância dos avanços disciplinares que vieram

¹³² “[...] an interdisciplinary endeavor whose center of gravity lies at the humanities end of the happily still undisciplined discipline of political science. Its traditions, approaches, and styles vary, but the Weld is united by a commitment to theorize, critique, and diagnose the norms, practices, and organization of political action in the past and present, in our own places and elsewhere”.

¹³³ “Issues relating to matters such as democratic theory, the philosophy of social science, and the relationship between theory and practice tended to disappear from the literature of mainstream political science”.

junto a um momento condizente com o do período do Comportamentalismo na Ciência Política, porém afirmam a importância de articular seus ganhos com uma base teórica sólida e desenvolver a capacidade de “interpretação” dos fenômenos políticos¹³⁴. Ainda, temas de filosofia política clássica e moderna, bem como teoria política normativa aparecem nos diversos espaços da APSA em segundo plano, de acordo com alguns autores, seja em suas seções de pesquisa, seja nas páginas da APSR e da POP. A seguir, apresento dados referentes a esses espaços da associação.

Primeiramente, é importante destacar que, dentre as 44 seções de pesquisa da APSA, existe apenas uma seção de pesquisa voltada propriamente à teoria e à filosofia na Ciência Política, denominada *Foundations of Political Theory* (seção 17). Ela foi criada no ano de 1987 e é presidida atualmente por Lori Marso, da *Union College*. No *site* institucional da APSA, a seção descreve os seus propósitos da seguinte forma:

A seção *Foundations of Political Theory* existe para promover a relação entre teoria política e filosofia com a Ciência Política como disciplina. As fundações reconhecem e encorajam a pesquisa e o ensino que cruzam fronteiras intelectuais e disciplinares. Ele se destaca e procura apoiar a intersecção em que abordagens e problemas filosóficos, psicológicos, normativos e empíricos se encontram. As fundações, como o nome sugere, visam estudar as dimensões mais permanentes da vida política, desde o desenho de instituições e práticas políticas até os termos e conceitos usados para interpretar os primeiros¹³⁵ (APSA, 2018, tradução própria).

Evidentemente, as abordagens e as discussões teóricas e filosóficas na APSA não se restringem a esta seção. Por exemplo, o debate sobre teoria feminista ocorre majoritariamente nos espaços da seção *Women and Politics Research* (seção 16). Além do mais, outras duas seções podem ser mencionadas por seu caráter teórico: *Ideas, Knowledge and Politics* (seção 46) e *American Political Thought* (seção 47). A primeira, criada em 2014, trata propriamente

¹³⁴ Segundo Dryzek et al. (2008), ainda que alguns trabalhos atribuam a necessidade de revitalizar a teoria nesse período, algumas obras devem ser citadas por sua significativa influência: Leo Strauss's *Natural Right and History* (1953), Louis Hartz's *The Liberal Tradition in America* (1955), Karl Popper's *The Poverty of Historicism* (1957), Hannah Arendt's *The Human Condition* (1958) and *On Revolution* (1963), Sheldon Wolin's *Politics and Vision* (1960), Friedrich A. von Hayek's *The Constitution of Liberty* (1960), Michael Oakeshott's *Rationalism in Politics* (1962), James Buchanan and Gordon Tullock's *The Calculus of Consent* (1962), Judith Shklar's *Legalism* (1964), Herbert Marcuse's *One-Dimensional Man* (1964), Brian Barry's *Political Argument* (1964), and Isaiah Berlin's *Four Essays on Liberty* (1969).

¹³⁵ The Foundations of Political Theory Section exists to advance the linkage of political theory and philosophy with political science as a discipline. Foundations recognizes and encourages research and teaching that crosses intellectual and disciplinary boundaries. It stands at and seeks to support the intersection where philosophical, psychological, normative, and empirical approaches and problems meet. Foundations, as the name suggests, aims to study the more permanent dimensions of political life ranging from the design of institutions and political practices to the terms and concepts used to interpret the former.

de epistemologia e teorias do conhecimento; a segunda, criada em 2016, aparece como um espaço mais amplo para a discussão do pensamento político americano, dentre eles a sua teoria política.

De qualquer forma, os próprios encontros da associação demonstram essa dificuldade de compreensão da área de teoria como uma área unificada. Nos últimos encontros, por exemplo, estudos de filosofia e teoria política têm dividido a recepção de pesquisas em pelo menos 4 grupos de trabalho que afirmam receber propostas variadas, porém com enfoques distintos. O Quadro 10 resume o perfil desses Grupos de Trabalho.

Quadro 10 – Divisões de grupos de trabalho de teoria política nos encontros da APSA

GRUPO DE TRABALHO	PERFIL DA PROPOSTAS
<i>Political Thought and Philosophy: Historical Approaches</i>	Recebe propostas de todas as áreas teoria política, com especial interesse em propostas focadas nas maneiras pelas quais a história do pensamento político e as disputas conceituais dentro dessa história podem alimentar e iluminar os fenômenos políticos.
<i>Foundations of Political Theory</i>	Recebe propostas de filosofia e teoria política variadas com o objetivo de que a organização de seus fóruns não se limite a tensões metodológicas, a escolas ou a orientações da teoria política.
<i>Normative Theory</i>	Recebe propostas variadas, que reflitam diferentes tradições, métodos e perspectivas intelectuais. Abordagens não convencionais, minoritárias, interdisciplinares e experimentais são particularmente bem-vindas, assim como abordagens globais, comparativas, feministas e críticas.
<i>Formal Political Theory</i>	Recebe propostas que utilizam teoria dos jogos, teoria da escolha social, ou modelagem computacional para responder questões relacionadas a qualquer campo substantivo da Ciência Política.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às revistas da APSA, como já demonstrado no gráfico 1, o número de artigos de teoria, normativa ou formal, possuem significativo espaço na APSR. Destaca-se que a APSR dá uma ênfase ao debate teórico por meio de simpósios e outras seções especiais da revista. No quadro 11, são identificados os espaços de discussões sobre textos clássicos na filosofia política clássica e moderna e na teoria política normativa. Esse padrão é de suma importância, uma vez que, comparada à POP, a APSR tende a oferecer um espaço maior, tanto em artigos quanto em simpósios, para filosofia e teoria pura. A Teoria da Escolha Racional também possui um espaço em simpósios, mas sua principal relevância se dá no contexto da proporção de artigos publicados nas páginas da APSR, que tratarei mais adiante.

Já o espaço de teoria na POP é mais difuso e se manifesta, principalmente, na forma de resenhas de livros. Devido à ausência de dados quantitativos nos relatórios editoriais sobre os

artigos publicados na revista, não é possível fazer inferências acerca do espaço conferido aos debates teóricos nesta modalidade de publicação. Porém, com base nos relatórios editoriais, mais especificamente no relatório de 2009-2010, nota-se que a POP confere maior visibilidade que a APSR a teorias feministas, pós-coloniais, interesseccionais, entre outras.

Quadro 11
Simpósios e seções especiais publicados nas revistas da APSA sobre teoria e filosofia [1990-2016]

TÍTULO DO SIMPÓSIO	REVISTA	EDIÇÃO	SEÇÃO
<i>Plato's Paradox? Guardians and Philosopher-Kings</i>	APSR	1990 [Vol. 84, No. 4]	<i>Controversy</i>
<i>Feminism and Liberal Theory</i>	APSR	1991 [Vol. 85, No. 1]	<i>Controversy</i>
<i>Rational Choice Theory and Institutional Analysis: Toward Complementarity</i>	APSR	1991 [Vol. 85, No. 1]	<i>Review Essay</i>
<i>Reading Nietzsche and Foucault: A Hermeneutics of Suspicion?</i>	APSR	1991 [Vol. 85, No. 1]	<i>Controversy</i>
<i>Conceptual Problems in Theorizing About International Conflict</i>	APSR	1991 [Vol. 85, No. 1]	<i>Controversy</i>
<i>Civic Virtue and Self-Interest; Aristotle's Science of the Best Regime</i>	APSR	1994 [Vol. 89, No. 1]	<i>Controversy</i>
<i>Beyond Tocqueville, Please!</i>	APSR	1995 [Vol. 89, No. 4]	<i>Controversy</i>
<i>Aristotle and the Recovery of Political Judgment</i>	APSR	1997 [Vol. 91, No. 2]	<i>Forum</i>
<i>Civility, Enlightenment, and Society: Conceptual Confusions and Kantian Remedies</i>	APSR	1998 [Vol. 92, No. 2]	<i>Forum</i>
<i>Recovering the Political Aristotle</i>	APSR	2000 [Vol. 94, No. 4]	<i>Forum</i>
<i>Rousseau's Anti-Agenda-Setting Agenda and Contemporary Democratic Theory</i>	APSR	2005 [Vol. 99, No. 1]	<i>Forum</i>
<i>John Rawls and the Study of Politics</i>	POP	2006 [Vol. 4, No. 1]	<i>Symposium</i>
<i>Tocqueville and Democracy in America</i>	OS	1999 [Vol. 32, No. 2]	<i>Symposium</i>
<i>Political Science and Political Philosophy</i>	PS	2000 [Vol. 33, No. 2]	<i>Special</i>
<i>Political Theorists</i>	OS	2010 [Vol. 43, No. 2]	<i>Symposium</i>

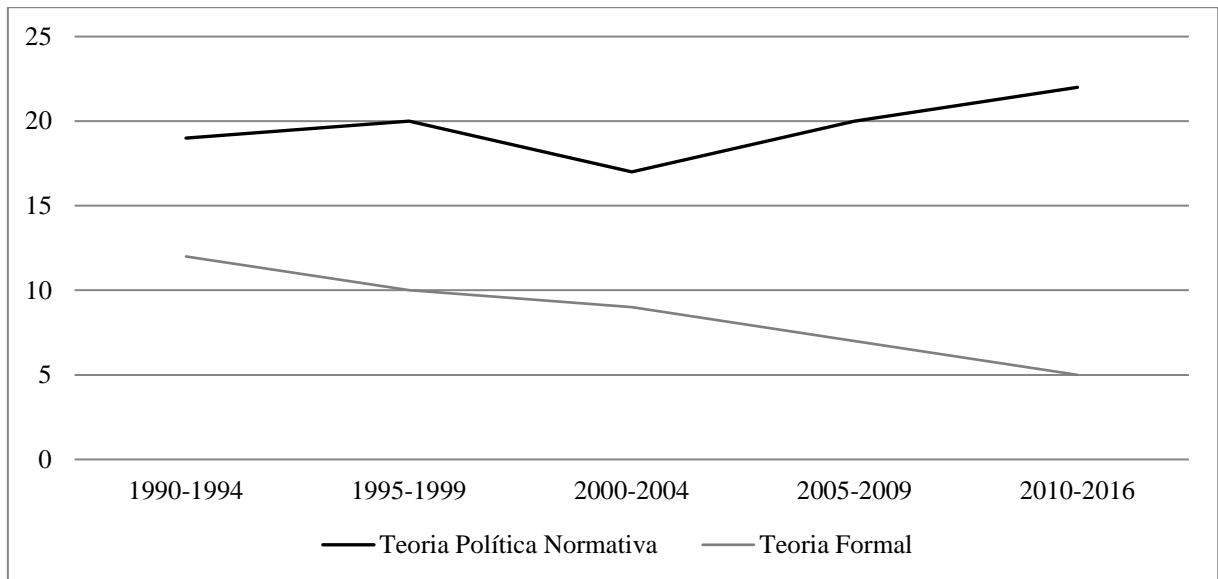
Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos artigos de pesquisa publicados, a APSR divulga dados em séries históricas. Os relatórios categorizam as teorias em duas classes, nomeadamente Teoria Política Normativa e Teoria Formal. Estas categorias não incluem discussões temáticas, mas tão somente teóricas. As próprias equipes editoriais reiteradamente afirmam que os artigos de

orientação empírica agregados sob o rótulo de outras categorias não excluem abordagens teóricas.

No âmbito do argumento aqui desenvolvido, é interessante analisar o desenvolvimento das categorias exclusivas para teoria, visto que isto permite compreender o debate acerca do espaço da teoria na Ciência Política norte-americana, especialmente no que diz respeito às críticas à Teoria da Escolha Racional. O Gráfico 2 apresenta a evolução destes dados.

Gráfico 2 – Evolução histórica do número de artigos de teoria publicados na APSR [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados divulgados em relatórios de editores da APSR, publicados na PS.

Como se pode notar, o espaço devotado à teoria em ambas as modalidades permanece mais ou menos constante ao longo do período analisado. É importante destacar que artigos de teoria formal apresentam um declínio consistente a partir da metade da década de 1990. Vale lembrar que em 1994 foi publicado o livro *Pathologies of Rational Choice Theory* de Donald Green e Ian Shapiro, no qual os autores apresentam uma revisão crítica dos modelos de Escolha Racional. Este debate foi aprofundado, em seguida, em um simpósio da revista *Critical Review: A Journal of Politics and Society*¹³⁶, publicado em 1995, e, posteriormente, voltou à agenda no âmbito do Movimento Perestroika. A partir de então, segundo alguns pesquisadores da área, artigos da Escolha Racional passaram a ter uma menor aceitação nos

¹³⁶ Simpósio *Pathologies of Rational Choice Theory*, Vol. 9, No. 1-2, 1995.

periódicos de maior prestígio. Isto motivou a busca por revistas especializadas como a *Journal of Theoretical Politics* (JTP)¹³⁷.

As principais críticas que foram direcionadas à Teoria da Escolha Racional, principalmente aquelas apresentadas na obra de Green e Shapiro, referem-se à: 1. trivialidade dos achados dos modelos de Escolha Racional; 2. falta de evidência empírica e viés de seleção de casos; 3. pretensa universalidade teórica (GREEN; SHAPIRO, 1994). Estas críticas repercutiram em diversos espaços da disciplina, mesmo diante das reações e dos contra-argumentos de teóricos da Escolha Racional (COX, 1999, 2004; DOWDING; HINDMOOR, 1997; DOWDING, 2005; HINDMOOR; TAYLOR, 2015; SNIDAL, 2006). Pode-se observar que, em conjunto com o Movimento Perestroika, as críticas acabaram por influenciar na quantidade de artigos de Teoria de Escolha Racional pura aceitos na APSR, bem como em outros periódicos da Ciência Política norte-americana (por exemplo, a *American Journal of Political Science* (AJPS) (JACOBY et al., 2017). Em decorrência disto, uma tendência recente é a de combinar modelos formais com testes empíricos. Isto acabou tendo um maior espaço e melhor aceitação.

Este panorama do espaço de teoria política na APSA evidencia que a relação entre Ciência política e teoria política, ou o lugar da teoria política na Ciência Política, ainda é um debate inconcluso. Em geral, o seu conteúdo parece estar diluído entre diferentes áreas temáticas, em vez de reunidos como “teoria”; como também o próprio padrão de publicações não demonstra oscilações significativas ao longo do período analisado. Na APSR percebe-se um espaço maior para a teoria, mesmo que a classificação da “área de teoria” seja questionável sob o risco de se rotular teoria como uma categoria única e indistinta, obscurecendo-se o seu conteúdo e a sua pluralidade de perspectivas e abordagens.

4. 4 PRODUÇÃO INTELECTUAL POR METODOLOGIA

Nesta seção, abordo as hierarquias do conhecimento referentes à produção intelectual por metodologia na academia de Ciência Política dos Estados Unidos. Trato de métodos e técnicas de análise defendidos e/ou utilizados no conjunto de materiais, identificando especialmente a tensão que existe entre orientações quantitativas e qualitativas de pesquisa e

¹³⁷ Lima (2018) faz referência ao caso da JTP em que o ex-editor Keith Dowding, atualmente professor da Universidade Nacional da Austrália (ANU), mencionou em entrevista que a referida revista decidiu ter uma orientação para modelagem matemática justamente devido à rejeição observada nas revistas de maior prestígio.

iniciativas para superá-la. Ademais, analiso o tratamento de temas a esse respeito nos espaços da APSA: seus discursos presidenciais, revistas oficiais e encontros anuais. Neste sentido, apresento um panorama da produção intelectual por metodologia da Ciência Política norte-americana.

4. 4. 1 Estado da Área e Contexto do Debate

A metodologia é um dos elementos que diferencia a ciência de outras formas de produzir conhecimentos e discursos sobre a realidade. Ela proporciona aos cientistas ferramentas para responder às mais variadas problemáticas da natureza e da sociedade. Por tal razão, todas as áreas do conhecimento científico preocupam-se com a construção da pesquisa e os seus caminhos de análise. Para tanto, existe uma grande variedade de métodos e técnicas de pesquisa disponíveis e que são associados a distintas áreas do conhecimento ou mesmo a distintos grupos dentro de uma mesma área. Esse pluralismo intelectual, todavia, nem sempre se vê refletido nos principais canais de comunicação científica e, geralmente, há um debate sobre a hierarquização de formas de se fazer ciência a partir de determinações do que é ou não é ciência, do método mais ou menos científico.

No caso da Ciência Política norte-americana, os debates metodológicos estiveram presentes desde o início do desenvolvimento histórico da disciplina e têm assumido cada vez mais espaço na área (AHRAM, 2013; BOX-STEFFENSMEIER et al., 2008; BROOKES, 2017; COLLIER, 1998; COLLIER; ELMAN, 2008; GERRING, 2017; KING et al., 1994; KING, 2014; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). A preocupação em como tornar distintiva uma ciência própria da política implicou na busca de métodos e técnicas de análise considerados mais adequados. Ainda, a produção sobre metodologia, compreendida em termos de desenvolvimento histórico ou mesmo de sua substância, é bastante expressiva e constantemente referenciada em trabalhos das mais diversas áreas de pesquisa.

O desenvolvimento da disciplina é acompanhado de críticas a um contexto de preferências metodológicas desiguais e pelas consequências do Movimento Perestroika (ANEXO 2), especialmente aos duros questionamentos direcionados à orientação quantitativa e formal da APSA e da APSR. Em um dos trechos do seu *e-mail*, “Mr. Perestroika” questiona por que a APSR publica sempre textos com as mesmas metodologias, como estudos estatísticos ou de teoria dos jogos, suprimindo estudos teóricos, históricos, de sociologia política, metodologia interpretativa, construtivismo e estudos de área. Também, traz a questão

da comunicação na área, afirmando que parte dos artigos da revista poderia ser alocada em uma categoria denominada de “incompreensível”. O Movimento que se organizou a partir dessa crítica somou vários pesquisadores que já se demonstravam críticos ao dogmatismo científico encontrado na disciplina, que, segundo eles, teria sua manutenção garantida por organizações e políticas institucionais da associação. Dentre elas, referem-se especificamente a: fóruns de debates, criação de redes de metodologia quantitativa e, especialmente, uma revista não representativa da pluralidade metodológica que existe na disciplina e, mesmo mais especificamente, na disciplina nos Estados Unidos.

Os principais debates abordaram e, em parte, seguem abordando conflitos entre metodologias de orientação quantitativa e qualitativa, o que vai ao encontro da ideia apresentada por Almond (1988) das “mesas separadas” e da “cafeteria do centro da cidade”, que fazem alusão a falta de comunicabilidade e dificuldade de articulação entre diferentes áreas de pesquisa. Atualmente, existem ponderações a respeito de uma distinção clara entre as duas orientações, assim como iniciativas relativas ao uso de abordagens multimétodos (AHRAM, 2013; BROOKES, 2017; COLLIER; ELMAN, 2008). Contudo, apesar de iniciativas importantes na tentativa de superação dessa oposição ou ao menos na tentativa de estabelecimento de um diálogo entre métodos, isso ainda é algo raro na área ao menos no que diz respeito aos artigos publicados em suas principais revistas.

Geralmente, estudos empíricos utilizam-se dessas três tradições de pesquisa: quantitativa, qualitativa ou multimétodos. Pesquisas de orientação quantitativa incluem *surveys*, experimentos e modelos matemáticos e computacionais. Objetiva-se a busca de uma descrição mais precisa de conceitos e explicações, apresentando frequentemente conclusões sobre relações causais e proposições existenciais em termos de expressões numéricas e formalismos matemáticos (LUIPIA; ALTER, 2014). Pesquisas qualitativas, por sua vez, incluem estudos de caso, narrativas, análise de textos, etnografias e outras metodologias. Geralmente, utilizam-se da evidência textual para a reconstrução de mecanismos causais entre um limitado número de casos (MORAVCSIK, 2014). Gerring (2017) sintetiza as principais diferenças entre essas duas orientações de pesquisa da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa é expressa em linguagem natural, enquanto a pesquisa quantitativa é expressa em números e modelos estatísticos. A pesquisa qualitativa emprega pequenas amostras, enquanto a quantitativa é baseada em análises de grande N. A pesquisa qualitativa extrai conclusões sobre casos escolhidos em uma lógica oportunista ou intencional, enquanto a pesquisa quantitativa emprega amostragem sistemática (aleatória). A pesquisa qualitativa é frequentemente focada em indivíduos, eventos e contextos particulares, conferindo-se um estilo ideográfico de análise. A

pesquisa quantitativa provavelmente é mais focada em elementos que (na visão do pesquisador) podem ser generalizados para uma população maior, conferindo-se um estilo nomotético de análise¹³⁸ (p. 4, tradução própria).

Essa divisão assume grande relevância no debate de hierarquias do conhecimento na Ciência Política. Uma tentativa de superar esse debate foi sugerida em 1994 por King et al. em seu livro *Design Social Inquiry Scientific Inference in Qualitative Research* e reafirmada por King em 2014. Os autores afirmam que não existe uma distinção necessária entre métodos qualitativos e quantitativos e que há uma cooperação entre pesquisadores tanto no sentido de explicar fenômenos políticos quanto de sistematizar dados. Todavia, essa posição não é consensual na academia, visto que tal distinção foi alvo do questionamento central no debate da Perestroika. Isaac (2014), por exemplo, critica a posição de King afirmando que suas observações refletem mais do que uma simples visão institucional. Para o autor, essa posição ignora a predileção metodológica que existe nos principais espaços de divulgação de conhecimento da disciplina, assim como articula a produção do conhecimento da área a partir de uma única perspectiva. Em suas palavras:

A Ciência Política é uma ciência. Assim, promove adequadamente o desenvolvimento de uma ampla gama de técnicas, métodos, experimentos, argumentos e abordagens. O dramático crescimento da sofisticação, do espaço acadêmico e da utilidade instrumental da ciência social quantitativa é um fato consumado da erudição contemporânea. E representa progresso para *uma concepção de ciência social* [grifo meu]. Mas isso não representa o futuro da Ciência Política. Pois existem alternativas. E o futuro da Ciência Política permanece em aberto¹³⁹ (p. 283, tradução própria).

A distinção entre orientações quantitativas e qualitativas está presente em relatórios de editores das revistas da associação, bem como em estudos da área de história e metodologia da Ciência Política (ISHIYAMA, 2015; JACOBY et al., 2017; NORRIS, 1997; TEELE;

¹³⁸ “Qualitative work is expressed in natural language, whereas quantitative work is expressed in numbers and in statistical models. Qualitative work employs small samples, whereas quantitative work is based on large-N analysis. Qualitative work draws on cases chosen in an opportunistic or purposive fashion, whereas quantitative work employs systematic (random) sampling. Qualitative work is often focused on particular individuals, events, and contexts, lending itself to an idiographic style of analysis. Quantitative work is more likely to be focused on features that (in the researcher’s view) can be generalized across a larger population, lending itself to a nomothetic style of analysis”

¹³⁹ “Political science is a science. It thus properly fosters the development of a wide range of techniques, methods, experiments, arguments, and approaches. The dramatic growth in the sophistication, academic cache, and instrumental usefulness of quantitative social science is an accomplished fact of contemporary scholarship. And it represents progress for one conception of social science. But it does not represent the future of political science. For there are alternatives. And the future of political science remains open”.

THELEN, 2017). A distinção se mantém útil e importante por três razões: a primeira é devido ao tema continuar na agenda da disciplina, sendo pauta frequente nas revistas e encontros da APSA e da Ciência Política como um todo, tendo como sua expressão mais recente o debate em relação à política editorial DA-RT; a segunda é com base na própria análise dos dados coletados, que apontam que os artigos científicos da área, em sua grande maioria, adotam uma ou outra orientação de pesquisa; e a terceira se deve à perspectiva de que mesmo que a pretensão seja por uma ciência que adote mais de uma técnica de pesquisa por estudo, o diagnóstico é necessário para que se encontrem alternativas.

Estudos bibliométricos têm buscado identificar distintas orientações e técnicas em revistas e livros da área. Em geral, suas classificações convergem às seguintes categorias: racional-dedutivo, matemático-empírico, estatístico-empírico, filosofia e teoria, histórico-narrativo, discursivo-documental e interpretativo-descritivo (LIMA et al., 2018). No quadro 12 listo essas categorias, com uma breve descrição das mesmas.

Quadro 12
Categorias e critérios de classificação de artigos por metodologia de pesquisa utilizados pela literatura

ABORDAGEM	DESCRIÇÃO
Racional-Dedutivo	Formulações de modelos matemáticos, em geral baseados na Teoria da Escolha Racional, porém sem teste empírico. Técnicas: teoria dos jogos, modelos probabilísticos, modelos espaciais, modelos de agentes.
Matemático-Empírico	Formulações de modelos matemáticos, em geral baseados na Teoria da Escolha Racional, seguidas de teste empírico. Técnicas: teoria dos jogos, modelos probabilísticos, modelos espaciais, modelos de agentes.
Estatístico-Empírico	Modelos estatísticos de análise de dados, teste de hipóteses e inferências. Técnicas: regressão, logit, probit, análise multivariada.
Filosofia e Teoria	Discussões teóricas de teoria política positiva, filosofia política e teoria política normativa.
Histórico-Narrativo	Análises e narrativas de fatos históricos, evidenciando relações explicativas, e estudos de caso de uma <i>polity</i> ou de pequeno N. Técnicas: análise histórica, narrativa histórica, estudo de caso, <i>process tracing</i> .
Discursivo-Documental	Análises de textos, documentos e discursos. Técnicas: análise documental, análise do discurso, análise de conteúdo (excetuando-se quando usada para coleta de dados e tratamento estatístico).
Interpretativo-Descritivo	Análises de cunho eminentemente interpretativo da realidade, vinculadas a outras disciplinas, tais como à Antropologia e à Sociologia. Técnicas: etnografia, observação participante.

Fonte: Elaboração própria baseada em Lima et al. (2018).

Por fim, os métodos mistos partem da proposta de tentar qualificar as análises sobre a política, incentivando a seleção de diferentes caminhos de pesquisa a partir do tema ou problema colocado (COLLIER; ELMAN, 2008). Todavia, é comum que se entenda de modos diversos o que representa a ideia de multimétodos na Ciência Política. Collier e Elman (2008) afirmam que há pelo menos 3 formas de entendimento: 1. em termos do aumento da diversidade de técnicas, centradas na tradição qualitativa convencional, 2. pelo crescimento do número de interconexões entre ferramentas de pesquisa qualitativas e quantitativas; e 3. pela relação com abordagens interpretativas e construtivistas. Para resumir, a ideia de multimétodos pode ser entendida a partir de três significados diferentes: a heterogeneidade dos métodos qualitativos, as interconexões entre procedimentos de pesquisa qualitativa e quantitativa, e a relação com métodos interpretativos e construtivistas.

Um grande número de artigos tem sido dedicado à compreensão do desenvolvimento das questões metodológicas na disciplina, seja na área de métodos quantitativos (COLLIER, 1998; BENNETT; ELMAN, 2006; FRANKLIN, 2008; MUNCK, 1998), seja na área da pesquisa qualitativa e de métodos mistos (COLLIER; ELMAN, 2008; GARAND; GILES, 2003; BENNETT, BARTH; RUTHERFORD, 2003). Com o objetivo de contribuir para esse debate, apresento a seguir dados relativos às organizações e políticas institucionais da associação, assim como movimentos internos da APSA. No que tange aos dados, concentrei-me nos posicionamentos públicos da associação, em suas seções de pesquisa e em suas principais revistas. No caso das seções, selecionei aquelas que se dedicam ao estudo direcionado à metodologia na disciplina, tratando do material que têm produzido em seus periódicos próprios e os debates e iniciativas que têm gerado. No caso das revistas, abordo seus posicionamentos, relatórios e artigos bibliométricos. Também, trato da política editorial DA-RT recentemente criada pela APSA que tem sido amplamente divulgada e debatida nos espaços das revistas.

A APSA possui atualmente três seções de pesquisa voltadas à metodologia, quais sejam: *Political Methodology* (seção 10), *Qualitative and Multi-Method Research* (seção 37) e *Experimental Research* (seção 42). Elas têm como proposta a investigação a respeito de desenhos, métodos e técnicas de pesquisa para a compreensão dos fenômenos políticos. A *Political Methodology* e a *Qualitative and Multi-Method Research* estão entre as seções mais volumosas da associação. Elas se distinguem pelo momento em que foram criadas e, especialmente, pelo enfoque em pesquisas de orientação mais quantitativa ou qualitativa. Também, estabelecem relações com instituições importantes fora da APSA, publicando em seus periódicos estudos de pesquisadores de renome na área. A *Experimental Research*, por

sua vez, foi criada apenas recentemente e atende às crescentes demandas pelo estudo e aplicação de métodos experimentais na Ciência Política. No quadro 13 listo as três seções, seus anos de criação e seus periódicos. Descrevo, em seguida, os propósitos e histórico institucional de cada uma delas.

Quadro 13 – Seções de pesquisa de metodologia da APSA

SEÇÃO	ANO	PERIÓDICOS
<i>Political Methodology</i>	1986	<i>Political Analysis</i> <i>The Political Methodologist</i>
<i>Qualitative and Multi-Method Research</i>	2003	<i>Qualitative and Multi-Method Research Newsletter</i>
<i>Experimental Research</i>	2010	<i>Journal of Experimental Political Science</i> <i>The Experimental Political Scientist</i>

Fonte: Elaboração própria.

A *Political Methodology*, criada em 1986, foi uma das primeiras seções de pesquisa criadas pela APSA, apenas dois anos após o início da organização da associação a partir de seções de pesquisa. Ela declara como objetivo “fornecer aos membros interessados em metodologia, incluindo desenho de pesquisa, medição e estatística, oportunidades para conhecer e trocar ideias”¹⁴⁰ (APSA, 2018, tradução própria). Também organiza mesas temáticas, cursos de formação complementar e premia trabalhos de destaque na área¹⁴¹. A sua criação e as suas relações institucionais estão voltadas majoritariamente a pesquisas de orientação quantitativa.

A seção se organiza de forma coordenada com a *Society for Political Methodology* (SPM). Apesar de serem reconhecidas como duas instituições distintas, elas compartilham a mesma direção e espaços de comunicação: um encontro de verão, nomeado *PolMeth*¹⁴², e dois periódicos, a *Political Analysis* (PA) e a *The Political Methodologist* (TPM). A SPM foi criada no ano de 1983 a partir de uma pequena conferência na qual alguns estudiosos da área de metodologia chegaram ao entendimento de que havia uma falta de espaço na disciplina

¹⁴⁰ “[...] to provide members having interests in methodology, including research design, measurement, and statistics, opportunities to meet and exchange ideas”.

¹⁴¹ Dentre os prêmios destacam-se: *Career Achievement Award*, *Emerging Scholar Award*, *Harold F. Gosnell Prize*, *John T. Williams Dissertation Prize*, *Outstanding Reviewer Award*, *Society for Political Methodology Poster Award*, *Statistical Software Award*, *Warren Miller Article Award* e *Excellence in Mentoring Award*.

¹⁴² Outro reconhecido programa de verão voltado à metodologia é o *ICPSR Summer Program in Quantitative Methods of Social Research*. Ele foi criado em 1963 pelo *Inter-university Consortium for Political and Social Research* (ICPSR) e promove o treinamento em técnicas de pesquisa estatísticas e análise de dados para mais de 30 disciplinas de mais de 350 instituições segundo o seu *site* institucional (ICPSR, 2018).

para discussões metodológicas e que existia uma significativa distância entre associações profissionais nacionais e regionais (FRANKLIN, 2008). A seção da APSA foi criada três anos depois, a partir de reivindicações protagonizadas pelos próprios membros da sociedade. A SPM se apresenta como “a primeira organização acadêmica do mundo voltada à Ciência Política quantitativa, abordando as necessidades de uma base de associados global unida no desenvolvimento e estabelecimento de ferramentas empíricas para o estudo da política”¹⁴³ (SPM, 2018, tradução própria). Atualmente, as duas instituições são presididas pelo pesquisador Kosuke Imai, da Universidade de Princeton, e vice-presididas pela pesquisadora Suzanna Linn, da Universidade Estadual da Pensilvânia.

O encontro de verão organizado pelas duas instituições teve a sua primeira edição no ano de 1984, e ganha suporte das instituições que o recebem e da NSF. Ele geralmente ocorre entre os meses de junho e julho e, no ano de 2018, vai realizar a sua 35ª edição na Universidade Brigham Young. Sua proposta inicial foi introduzir metodologias e técnicas quantitativas, especialmente de caráter estatístico; em seguida, técnicas estatísticas mais avançadas e modelagem matemática entraram no plano do curso. Atualmente, tem ampliado a sua proposta para outras orientações metodológicas, valorizando especialmente abordagens multimétodos. O interesse por encontros e cursos de metodologia tem aumentado progressivamente nos Estados Unidos e no mundo todo, o que Franklin (2008) identifica como o indicativo de uma possível lacuna da formação metodológica de alunos de Ciência Política nas universidades.

Em relação aos periódicos, a revista *Political Analysis* (PA) foi publicada pela primeira vez no ano de 1989, sob a edição de James Stimpson. Um dos argumentos para a criação de uma nova sociedade e revista voltadas à metodologia é que faltava um espaço próprio aos cientistas políticos para debates específicos das possibilidades e implicações metodológicas do estudo na política. Na primeira nota editorial isto foi demarcado da seguinte forma:

Nosso público-alvo são cientistas políticos. A publicação foi fundada para facilitar a comunicação entre autores de Ciência Política e leitores de Ciência Política, para promover uma metodologia de Ciência Política (não uma ciência comportamental ou ciências sociais genéricas). O foco de visão interior volta-se ao nosso propósito, para melhorar a prática da Ciência Política. Acolhemos autores e leitores de diversas perspectivas disciplinares, e esperamos ter diversidade em cada caso. Mas o que nós imprimimos nestas

¹⁴³ “[...] the world's premier academic organization “for quantitative political science, addressing the needs of a global membership base united in developing and establishing empirical tools for the study of politics”.

páginas deve ser útil para (e disponível para) cientistas políticos se quisermos ter sucesso¹⁴⁴ (STIMPSON, 1989, p. xiii, tradução própria).

Sua estrutura conta com a publicação de artigos, por vezes organizados em seções temáticas especiais, e breves relatos de pesquisa, focados em contribuições metodológicas ou empíricas. Atualmente, a revista afirma em seu *site* institucional que tem como objetivo “fornecer avanços originais e significativos na área geral da metodologia política, incluindo abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas”¹⁴⁵ (PA, 2018, tradução própria). Todavia, é reconhecida pela pesquisa de orientação quantitativa e de modelagem matemática, o que é reforçado pelo seu perfil de artigos publicados, como pode ser observado no quadro 14, no qual listo as edições temáticas da revista por ano de publicação.

Quadro 14 – Edições temáticas publicadas na PA

2001	<i>Estimating Legislators' Preferences with Roll Call Data</i>
2002	<i>Experimental Methods in Political Science; Spatial Methods in Political Science</i>
2003	<i>Empirical Implications of Theoretical Models</i>
2004	<i>Bayesian Methods</i>
2005	<i>Multilevel Modeling for Large Clusters</i>
2006	<i>Causal Complexity and Qualitative Methods</i>
2007	<i>Time-Series Cross-Section Analysis</i>
2008	<i>The Statistical Analysis of Political Text</i>
2009	<i>Natural Experiments in Political Science</i>
2011	<i>Discrete Choice Methods; Causal Inference and Political Methodology</i>
2012	<i>Bayesian Methods in Political Science; Election Fraud and Electoral Integrity</i>
2013	<i>Big Data in Political Science</i>
2014	<i>Measurement in Political Science; Greatest Hits I</i>
2015	<i>Online Research Methods; Measurement Comparability in Survey Research</i>
2016	<i>Recent Innovations in Text Analysis for Social Science</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de informações divulgadas no *site* institucional da PA (2018).

¹⁴⁴ “Our intended audience is political scientists. The publication was founded to facilitate the communication between political science authors and political science readers, to promote a political science methodology (not generic behavioral science or social science). The inward-looking focus flows from our purpose, to improve the practice of political science. We welcome authors and readers of diverse disciplinary perspectives, and we expect to have diversity in each case. But what we print in these pages must be useful to (and available to) political scientists if we are to succeed”.

¹⁴⁵ “[...] provide original and significant advances in the general area of political methodology, including both quantitative and qualitative methodological approaches”.

O periódico TPM, criado posteriormente, foi estabelecido como um meio de comunicação entre profissionais da área de estudos de metodologia, especialmente voltado às atividades de ensino e pesquisa em metodologia desenvolvidas pela seção da APSA. Sua linha editorial segue um perfil semelhante ao da PA, apesar de possuírem editores e equipes editoriais distintas.

Dessa forma, apesar de a seção, o encontro e as revistas se manifestarem atualmente pela abertura a pesquisas qualitativas, elas ainda são reconhecidas pelo caráter de abordagem quantitativa e formal. Nesse sentido, surgiram na APSA e na comunidade de cientistas políticos em geral reivindicações por maior espaço, e espaço próprio, para o desenvolvimento, estímulo e criação de redes voltadas ao trabalho de pesquisa qualitativa. Essas demandas ganharam força com o Movimento Perestroika e o apontamento de desigualdades na Ciência Política (COLLIER; ELMAN, 2008).

Uma das medidas adotadas pela APSA foi a criação, em 2003, de uma nova seção de metodologia, a *Qualitative and Multi-Method Research Section (QMMRS)*¹⁴⁶. Esta apresenta como objetivo “promover a pesquisa e o treinamento focados nos diversos ramos da metodologia associados à tradição qualitativa; e buscar uma compreensão integrada desses diversos métodos e de sua relação com os métodos quantitativos”¹⁴⁷ (APSA, 2018, tradução própria). Ainda segundo o *site* institucional da APSA,

Esta tradição é entendida como abrangendo as áreas parcialmente sobrepostas do método de estudo de caso, análise de pequeno N, método comparativo, tradição etnográfica de pesquisa de campo, construtivismo e interpretativismo, análise conceitual, método histórico-comparativo, e trabalhos relacionados à lógica da investigação¹⁴⁸ (APSA, 2018, tradução própria).

A criação da seção foi uma resposta a uma série de iniciativas. Em 1997, o antigo comitê nomeado *Committe on Conceptual and Terminological Analysis* da APSA foi revitalizado. Esse começou a receber um grande número de painéis e, em 2000, com o intuito de contemplar uma área mais abrangente de estudos, foi renomeado, tornando-se o *Committe on Concepts and Methods*. Em seguida, o oferecimento de cursos de métodos e o grande

¹⁴⁶ A seção foi renomeada em 2007. Antes era conhecida como *Qualitative Methods*.

¹⁴⁷ “[...] to promote research and training focused on the several branches of methodology associated with the qualitative tradition; and to strive for an integrated understanding of these diverse methods and of their relationship to quantitative methods”.

¹⁴⁸ “This tradition is understood as encompassing the partially overlapping areas of the case study method, small-N analysis, the comparative method, the ethnographic tradition of field research, constructivism and interpretivism, concept analysis, the comparative-historical method, and related work on the logic of inquiry”.

número de atividades ligadas ao comitê no encontro anual fizeram com que fosse solicitada a sua promoção para uma seção oficial da APSA. A petição realizada para essa solicitação foi assinada por 1.000 membros da associação, incluindo vinte e oito ex-presidentes e sete ex-editores da APSR (COLLIER; ELMAN, 2008).

O periódico da seção, o *Qualitative and Multi-Methods Research Newsletter* (QMMR Newsletter), além de relatar avanços importantes da seção da APSA e divulgar o nome dos pesquisadores premiados¹⁴⁹, tem publicado uma série de simpósios relevantes: ensaios focados na combinação de mais de uma metodologia de análise, debates sobre a distinção entre orientações de pesquisa qualitativa e quantitativa, análise de métodos e técnicas de pesquisa específicas e análise comparada. No Quadro 15 listo os simpósios temáticos do periódico por ano de publicação.

Quadro 15 – Simpósios temáticos publicados na *QMMR Newsletter*

2003	<i>Teaching qualitative methods; Interpretivism.</i>
2004	<i>Field research; Discourse and content analysis; Qualitative Comparative Analysis.</i>
2005	<i>The quantitative/qualitative distinction; Necessary conditions; Shapiro's <i>The Flight from Reality in the Human Sciences</i>.</i>
2006	<i>Ethnography meets rational choice; George and Bennett's <i>Case Studies and Theory Development in the Social</i>; <i>Field research: How rich? How trick? How participatory?</i></i>
2007	<i>Gerring, <i>Case Study Research</i>; The Perestroika movement; Multi-method Work.</i>
2008	<i>Historical causation; Bridging the gap; Case selection, case studies, and causal inference.</i>
2009	<i>Teaching interpretive methods; Conceptualizing and measuring ethnic identity; Cautionary perspectives on multi-method research; Ethnographic methods.</i>
2010	<i>Jackson's <i>the conduct of inquiry in International Relations</i>; <i>Qualitative research and the American Political Science Review</i>; <i>Beyond paradigms and research programs?</i>; <i>Causal mechanisms, process tracing, and causal inference.</i></i>
2011	<i>Perfecting methodology, or methodological perfectionism?; Methodological issue in medium-N research.</i>
2012	<i>Gerring's <i>Social Science methodology</i>; <i>Research openness in the digital age</i>; <i>Schwartz-Shea and Yanow's <i>interpretive research design</i></i>; <i>reports from the multi-method research frontier.</i></i>
2013	<i>A new wave of qualitative methodology, conceptions of historical time, deconstructing Social Science concepts.</i>
2014	<i>The set-theoretic Comparative Method; Lebow's <i>constructing cause in International Relations</i>.</i>
2015	<i>Transparency in qualitative and multi-method research; Linking interpretation and causal inference.</i>
2016	<i>Causal mechanisms and process tracing, Schaffer's <i>elucidating Social Science concepts</i>.</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de informações divulgadas no site institucional da *QMMR Newsletter* (2018).

¹⁴⁹ Dentre os prêmios destacam-se: *Giovanni Sartori Book Award*, *Alexander L. George Article Award*, *Sage Paper Award* e *David Collier Mid-Career Achievement Award*.

O rápido crescimento da seção em termos de reconhecimento e número de membros fez com que ela tenha se tornado uma das seções mais procuradas na associação. Isso também ocorre devido às inovações que ela tem promovido, com destaque ao *Methods Café*¹⁵⁰, no qual os participantes podem consultar especialistas e discutir tópicos específicos de metodologia e técnicas de pesquisa (SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2007; COLLIER; ELMAN, 2008).

Por fim, deve ser destacada a criação recente da *Experimental Research*, em 2010. Esta seção se dedica a “pedagogia, pesquisa e contribuições acadêmicas baseadas em experimentos aleatórios ou naturais”¹⁵¹ (APSA, 2018, tradução própria). Justifica-se sua criação devido ao significativo aumento do número de publicações em Ciência Política que fazem o uso de experimentos e a inclusão de tópicos de pesquisa na área que seriam inimagináveis até poucos anos atrás, segundo a sua própria descrição no *site* da APSA. Desta forma, a seção surge como uma oportunidade de compartilhamento de vocabulário e ferramentas específicas. Nesse sentido, o boletim de notícias *The Experimental Political Scientist* relata parte dos avanços promovidos no espaço da seção, publicando estudos e atribuindo premiações¹⁵² a pesquisadores de destaque na área. Ainda, o periódico *Journal of Experimental Political Science* (JEPS) compartilha uma visão comum com a da seção e oferece espaço para trabalhos na área em suas edições bianuais (MORTON; TUCKER, 2014). Segundo a sua definição:

O *Journal of Experimental Political Science* (JEPS) apresenta pesquisas de ponta que utilizam métodos experimentais ou raciocínio experimental baseados em dados naturais. Definimos métodos experimentais de forma ampla: pesquisa com atribuição aleatória (ou quase aleatória) de sujeitos a diferentes tratamentos, em um esforço para isolar as relações causais na esfera da política. O JEPS abrange todos os diferentes tipos de experimentos realizados como parte da pesquisa de Ciência Política, incluindo experimentos de pesquisa, experimentos de laboratório, experimentos de campo, experimentos de laboratório no campo, experimentos naturais e neurológicos¹⁵³ (JEPS, 2018, tradução própria).

¹⁵⁰ O *Methods Café* foi uma iniciativa que surgiu nos encontros da *Western Political Science Association*. Devido a sua popularidade e bons resultados a APSA adotou o conceito em 2006.

¹⁵¹ “[...] pedagogy, research, and scholarly contributions based on randomized or natural experiments”.

¹⁵² Dentre os prêmios destacam-se: *Best Book Award*, *Best Dissertation Award*, *Best Paper Award* e *Public Service Award*.

¹⁵³ “The Journal of Experimental Political Science (JEPS) features cutting-edge research that utilizes experimental methods or experimental reasoning based on naturally occurring data. We define experimental methods broadly: research featuring random (or quasi-random) assignment of subjects to different treatments in an effort to isolate causal relationships in the sphere of politics. JEPS embraces all of the different types of experiments carried out as part of political science research, including survey experiments, laboratory experiments, field experiments, lab experiments in the field, natural and neurological experiments”.

O espaço das seções e seus periódicos indicam importantes pontos para o debate da divisão metodológica que persiste na Ciência Política norte-americana. Se por um lado tem sido reconhecida a importância da integração, diálogo e complementariedade entre diferentes métodos, a criação de fóruns separados segue sendo compreendida como apropriada. Todas as seções reforçam a importância de metodólogos com habilidades e objetivos convergentes terem um fórum próprio para o diálogo. Na introdução ao livro *The Handbook of Political Methodology*, que traz capítulos de análise institucional e substantiva da área, Box-Steffensmeier et al. (2008, p. 792, tradução própria) afirmam que “para os estudiosos que trabalham com abordagens qualitativas e multimétodos, como para os metodólogos quantitativos, é importante ter um fórum separado para perseguir suas preocupações metodológicas parcialmente distintas”¹⁵⁴.

As seções de pesquisa proporcionam a comunicação entre estudiosos da área e proposições para a disciplina como um todo. Contudo, os estudos têm-se concentrado em compreender o estado da área a partir do conhecimento legitimado pela mesma em suas principais revistas. Nessa pesquisa, analisei as revistas da APSA, mais especificamente por meio de notas editoriais, simpósios e perfis dos artigos científicos. No caso específico dos artigos, utilizei como fonte de dados os relatórios editoriais e os estudos bibliométricos publicados sobre os mesmos, em especial na PS.

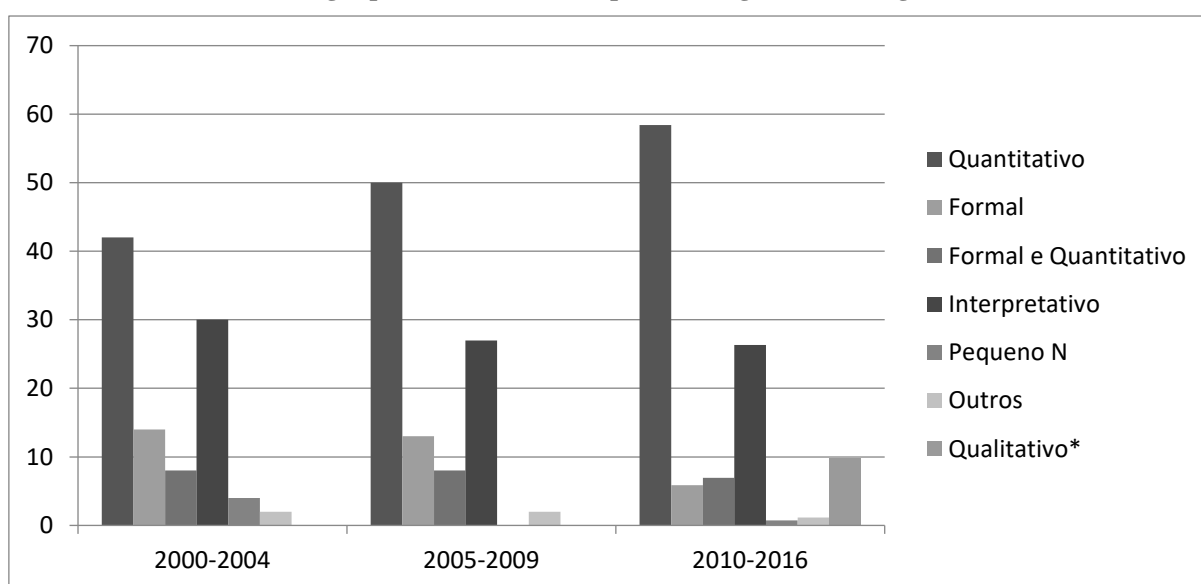
As revistas oficiais da APSA apresentam um cenário semelhante ao observado nas seções. Como mencionado, ambas as revistas assumem um discurso de defesa do pluralismo, porém a APSR é identificada como um espaço de publicação para metodologias quantitativas e análise formal; e a POP surge como um contraponto, inclusive no mesmo ano em que a seção QMMR foi criada, em 2003.

Nos relatórios publicados pela APSR, a partir da década de 2000, além dos dados referentes a artigos por subáreas, os editores passaram a publicar também por abordagem metodológica. Para tanto, utilizaram as seguintes categorias: quantitativo, formal, formal e quantitativo, interpretativo, estudos com N pequeno, qualitativo e outros. No gráfico 3, os dados foram agregados a partir dos relatórios para apresentar um panorama metodológico da revista nas últimas décadas. Nota-se que os estudos quantitativos são maioria na revista, representando mais da metade do total de artigos do período. Se somada à categoria formal e quantitativo, chega a 57,77% e se somado também à formal chegam a 68,72%. De fato, a

¹⁵⁴ “[...] for scholars working with qualitative and multi-method approaches, as for quantitative methodologists, it is valuable to have a separate forum for pursuing their partially distinctive methodological concerns”.

soma de categorias dá subsídios às críticas à quantificação e à matematização da área. Também destaca-se o número de artigos interpretativos publicados, que representam 27,77% dos artigos. Não há significativa variação do cenário de publicações no período, exceto pela adição da categoria qualitativa no relatório de 2011-2012 que passou a representar no período 2010-2016 9,82% do total. Entretanto cabe a ressalva de que no mesmo período houve poucos artigos de N pequeno ou enquadrados na categoria outros.

Gráfico 3 – Artigos publicados na APSR por abordagem metodológica [2000-2016]



* A categoria qualitativa só foi criada no relatório referente ao período 2011-2012; também, nos últimos anos, alguns dados foram classificados em mais de uma categoria pelos editores.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados divulgados em relatórios de editores da APSR, publicados na PS.

O perfil dos dados referentes à revista também são corroborados por outros estudos bibliométricos da área (TEELE; THELEN, 2017; PERES et al., 2013). Teele e Thelen (2017) afirmam o quantitativismo da revista, colocando a APSR ao lado de revistas da área como a *American Journal of Political Science* (AJPS) e a *Journal of Politics* (JOP), contrapondo-se a outras revistas como a POP e a *Comparative Politics* (CP).

A POP, por sua vez, não divulga dados contínuos a respeito das abordagens de artigos publicados, faz apenas em alguns dos seus relatórios. Todavia, em suas notas editoriais, a revista argumenta que tem uma abordagem plural, porém enfocando artigos qualitativos e interpretativos.

Em relação a publicações sobre o tema de metodologia nas páginas da APSR e da POP percebe-se que há um espaço reduzido para o tratamento específico de questões metodológicas. Há um pequeno número de artigos, a organização de seções especiais de

resenhas¹⁵⁵ e espaço para alguns fóruns. É especialmente na PS que há um fórum profissional sobre metodologia. Listo no quadro 16 alguns dos simpósios recentes sobre metodologia publicados nas páginas da revista.

Quadro 16 – Simpósios publicados na PS sobre metodologia [1990-2016]

TÍTULO	EDIÇÃO
<i>Interview Methods in Political Science</i>	2002 [Vol. 35, No. 3]
<i>Methodological Pluralism</i>	2003 [Vol. 36, No. 3]
<i>Field Research Methods in the Middle East</i>	2006 [Vol. 39, No. 3]
<i>Openness in Political Science</i>	2014 [Vol. 47, No. 1]
<i>Big Data, Causal Inference, and Formal Theory: Contradictory Trends in Political Science?</i>	2015 [Vol. 48, No. 1]

Fonte: Elaboração própria.

Ainda em relação às revistas é possível mencionar uma política editorial recentemente criada pela APSA, a *Data Access and Research Transparency* (DA-RT). A política parte de um debate acerca da necessidade da aprovação de critérios de transparência e acesso a dados na Ciência Política e, especialmente, em suas revistas de prestígio. Ela tem despertado distintas posições entre pesquisadores acerca dos significados da ciência, transparência e da própria profissão do cientista político. Devido ao seu impacto, a política foi apresentada e debatida em vários espaços, a exemplo do jornal *The Washington Post* em 2016 com o seguinte título: “A maioria dos cientistas políticos terá que mudar seus hábitos quando os novos padrões de transparência começarem – a partir deste mês”¹⁵⁶.

A institucionalização da política também foi divulgada nas revistas da APSA por meio de comunicados em notas editoriais (ISAAC, 2015a, 2016; ISHIYAMA, 2016a, 2016b). Ademais, as revistas da associação proporcionaram fóruns específicos para o debate a respeito da nova política editorial, que têm sido utilizados para tratar do seu mérito e/ou aperfeiçoamento. Destaca-se o simpósio organizado na PS¹⁵⁷ no ano de 2014. Esse se soma a outros dois simpósios importantes publicados em revistas vinculadas a seções de pesquisa da APSA, a *Comparative Politics Newsletter*¹⁵⁸ e a *QMMR Newsletter*¹⁵⁹.

¹⁵⁵ Destaque às seções de resenhas temáticas organizadas pela APSR (Vol. 89, No. 2, 1995) e pela POP (Vol. 14, No. 4, 2016).

¹⁵⁶ “Most political scientists will have to change their habits when the new transparency standards start – as of this month”.

¹⁵⁷ Simpósio intitulado *Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency* (PS, Vol. 24, No. 1, 2016).

¹⁵⁸ Simpósio intitulado *Data Access and Research Transparency (DA-RT): Source Documents, Critics, Response and Editor’s Thoughts* (Comparative Politics Newsletter, Vol. 26, No. 1, 2016)

O momento que marca o início da DA-RT ocorreu durante a presidência de Henry E. Brady na APSA, quando o Comitê *Ad Hoc* foi criado em 2010 (LUPIA; ELMAN, 2014; GOLDER; GOLDER, 2016; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). O comitê estava encarregado de buscar bases comuns para as orientações de pesquisa quantitativa e qualitativa sob a coordenação dos pesquisadores Colin Elman e Arthur Lupia. Sua primeira proposta foi apresentada em 2011 antes da Reunião do Conselho da APSA. Consistia em uma emenda ao guia de ética de pesquisa da APSA, o *Guide to Professional Ethics in Political Science*, que foi disponibilizado para toda a comunidade de membros para que estes propusessem contribuições ao seu desenho.

Em outubro de 2012, uma proposta final da emenda que reconheceu a necessidade de garantir acesso a dados e transparência em todos os tipos de pesquisa de Ciência Política foi aprovada pelo Conselho e consolidada como uma política no guia de ética de pesquisa da APSA na seção 6 (LUPIA; ELMAN, 2014; GOLDER; GOLDER, 2016). Na emenda à seção 6, três princípios centrais de transparência são estabelecidos, assim como as maneiras pelas quais os dados devem ser armazenados e utilizados ao longo da carreira dos cientistas políticos. Em termos de transparência, defende-se que os dados devem ser acessíveis e, para isso, eles devem ser descritos e devidamente referenciados ao longo do texto. No caso da transparência, defendem-se a descrição completa dos protocolos e procedimentos de geração de informações em investigações com dados próprios. Em relação à transparência analítica, defende-se a explicação completa de como as evidências são traduzidas em conclusões na pesquisa (APSA, 2012, LUPIA; ELMAN, 2014, GOLDER; GOLDER, 2016). Além destes requisitos, a emenda reconhece os custos que são gerados para implementá-los e as obrigações legais de cooperação entre cientistas políticos, agências legais e funcionários institucionais. Mesmo no artigo 6.6, que trata da questão da produção de dados próprios, um prazo de um ano é definido a partir da publicação da pesquisa em uma revista para que os dados sejam enviados para um *site*, de forma que o autor do trabalho possa usá-los antes que outros tenham acesso.

Essas políticas expressam princípios gerais da pesquisa científica. A fim de esclarecer a sua implementação, em 2013, dois guias com sugestões e diretrizes para implementar a alteração em cada orientação metodológica da disciplina foram divulgados: *Guidelines for Data Access and Research Transparency for Quantitative Research in Political Science* e

¹⁵⁹ Simpósio intitulado *Transparency in qualitative and multi-method research* (QMMR Newsletter, Vol. 13, No. 1, 2015).

Guidelines for Data Access and Research Transparency for Qualitative Research in Political Science. Estes documentos exploram os conceitos expressos no artigo 6 do guia de ética de pesquisa da APSA e propõem mecanismos gerais para promover o acesso a dados e a transparência. No entanto, as diretrizes não especificam fórmulas ou instrumentos concretos para a política ser implementada, limitando-se apenas a definir o âmbito de aplicação da emenda proposta no artigo 6.

Além dos documentos mencionados, faz parte da DA-RT a *Journal Editors Transparency Statement* (JETS). Trata-se de uma declaração assinada em 2014 por um grupo de editores de importantes revistas da Ciência Política. A declaração consiste em um compromisso com a disponibilização de dados e a transparência na disciplina. Seus princípios básicos estabelecem que os autores devem: 1. garantir a disponibilidade dos dados citados no momento da publicação de seus trabalhos; 2. explicar os detalhes dos procedimentos analíticos da investigação; e 3. usar políticas de citação que aumentem a credibilidade do trabalho (JETS, 2014, GOLDER; GOLDER, 2016, SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). Atualmente, 29 periódicos dos EUA e de outros países participam do JETS¹⁶⁰.

Neste primeiro momento, essa política ainda era desconhecida e ignorada por uma parte significativa dos cientistas políticos norte-americanos (LYNCH 2016, SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). Embora a APSA tivesse divulgado por meio de *sites*, de correspondências internas da associação e do simpósio sobre a DA-RT publicado na PS em 2014 (LUPIA; ELMAN, 2014; GOLDER; GOLDER, 2016; ELMAN; LUPIA, 2016), os debates críticos sobre a iniciativa se deram a partir da nota editorial de Isaac na edição de junho de 2015 da POP (LYNCH, 2016; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016). Os debates tratam dos efeitos da DA-RT na comunidade de cientistas políticos, principalmente nas diferentes orientações de pesquisa, com ênfase nas pesquisas qualitativas e interpretativas. Parte dos argumentos se materializaram em forma de um simpósio na edição de primavera da *QMMR Newsletter* e em uma petição demandando o adiamento da implementação da DA-RT (ANEXO 3).

¹⁶⁰ *American Journal of Political Science; American Political Science Review; American Politics Research; British Journal of Political Science; Comparative Political Studies; Conflict Management and Peace Science; Cooperation and Conflict; European Journal of Political Research; European Political Science; European Union Politics; International Interactions; International Security; Journal of Conflict Resolution; Journal of Elections, Public Opinion, and Parties; Journal of Experimental Political Science; Journal of European Public Policy; Journal of Peace Research; Journal of Theoretical Politics; Quarterly Journal of Political Science; Party Politics; Political Analysis; Political Behavior; Political Communication; Political Science Research and Methods; Research and Politics; Rivista Italiana di Scienza Politica; State Politics and Policy Quarterly; The Journal of Politics; The Political Methodologist* (JETS, 2014).

A petição encaminhada às 27 equipes editoriais que até o momento haviam aderido aos princípios da DA-RT foi assinada por mais de 1.000 cientistas políticos¹⁶¹, incluindo 10 ex-presidentes da APSA, depois do encontro anual de 2015. O documento apresenta uma série de questões sobre a validade da política e mesmo sobre a possibilidade de sua aplicação a diferentes modelos de construção de pesquisa. Dentre os questionamentos, destacam-se: adequação das normas a pesquisas não-estatísticas; custos e benefícios do arquivamento de dados; diferentes entendimentos do envolvimento empírico (observação e interpretação como inseparáveis em algumas tradições); questões legais e éticas em relação aos pesquisados (temas sensíveis); e pertencimento da decisão de publicação ou não de materiais de pesquisa (questões de confidencialidade e interpretações equivocadas).

Vários discursos têm se contraposto nesse debate. Os defensores da política alegam a importância da aplicação prática dos princípios de acesso a dados e transparência por meio de uma política editorial comum. Esta abarcaria diferentes orientações de pesquisa da Ciência Política e seria orientadora da prática profissional da comunidade de cientistas políticos como um todo, permitindo assim que se aprofunde o *accountability* do conhecimento produzido e publicado (CARSEY, 2014; DAFOE, 2014; ELMAN; KAPISZEWSKI, 2014; ELMAN; LUPIA, 2016; GOLDBER; GOLDBER, 2016; LUPIA; ELMAN, 2014). Os críticos, por sua vez, compreendem a DA-RT como uma política de ciência, visto que essa se adequaria apenas a um modo de se pensar e produzir o conhecimento na disciplina. Dessa forma, ela preocupa especialmente os pesquisadores de orientação qualitativa e interpretativa (FUJII, 2016; HTUN, 2016; ISAAC, 2015a; LYNCH, 2016; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016; SIL et al., 2016).

As principais revistas da associação assumiram posturas distintas quanto ao entendimento e adesão a DA-RT. Enquanto a APSR aderiu prontamente, garantindo por meio de sua legitimidade na área a adesão de outras revistas à política, a POP se declarou contrária à DA-RT, ao menos nos termos que até então estava colocada. Isaac (2015a) apresenta em um longo texto editorial uma reflexão sobre a Ciência Política e o posicionamento da POP referente a questões de profissionalização e especialização da disciplina. Nesse sentido, também se posiciona frente à DA-RT afirmando que compreende seus propósitos e respeita as revistas que consideram essa política adequada, porém, que se trata de uma maneira de ver e se fazer ciência que não se adequam à proposta plural e temática da POP. Na mesma ocasião

¹⁶¹ A lista de nomes de cientistas políticos que assinaram a petição está disponível em <<http://dialogueondart.org/2015/11/13/delay-petition-signed-by-1173-sent-to-jets-editors/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

apresenta a carta enviada aos demais editores a respeito da sua decisão pela não adesão à DA-RT. Dentre as suas razões, destaca que:

Por trás dessa iniciativa está um modelo de ciência que eu entendo, respeito e considero como falho e contestável. Eu não questiono que a ciência requer abertura, transparência e vigorosa revisão por pares e métodos de crítica de maneira mais geral. A esse respeito, sou um seguidor de John Dewey e Karl Popper. Mas eu questiono se o método padrão de teste de hipóteses deveria ser considerado como normativo para toda a disciplina de Ciência Política ou seus principais periódicos. E acredito que, embora a iniciativa DA-RT tenha incorporado, de forma corajosa e convincente, muitos tipos de pesquisa qualitativa, existem muitos tipos de pesquisa que não estão bem englobados dentro do modelo de teste e replicação de hipóteses. Codificar expectativas uniformes para o manuseio de “dados” e, na verdade, reduzir todas as questões do argumento probatório à linguagem dos “dados”, presta um desserviço a muitos tipos de investigação de Ciência Política e provavelmente será muito estranho e de fato impossível muitas revistas aceitarem. [...]. E eu respeito editores que consideram a DA-RT essencial para as missões de seus periódicos. Mas eu não sou a favor de encorajar todos os periódicos a empreender esta iniciativa, e eu não apoio a tornar esta iniciativa normativa ou obrigatória para a disciplina como um todo¹⁶² (ISAAC, 2015a, p. 276, tradução própria).

O debate da DA-RT é um debate complexo e não pode ser visto como uma simples oposição entre pesquisadores quantitativos e qualitativos, visto que pesquisadores reconhecidos da orientação qualitativa também defendem a importância da política, como é o caso de Elman e Kapiszewski. Destaco ainda, que os argumentos aqui apresentados não encerram o debate, que tem sido realizado em vários espaços da associação e fora dela. De qualquer forma, é evidente que ele tem retomado algumas questões de hierarquias do conhecimento presentes na crítica de uma Ciência Política voltada a um modelo único, considerado o ideal, e associado a orientações quantitativas de pesquisa.

¹⁶² Behind this initiative is a model of science that I understand, and respect, and regard as both flawed and contestable. I do not question that science requires openness, transparency, and vigorous peer review and methods of critique more generally. In this respect I am a follower of both John Dewey and Karl Popper. But I do question whether the standard method of hypothesis-testing ought to be regarded as normative for the entire political science discipline or its top journals. And I believe that while the DA-RT initiative has bravely and convincingly incorporated many kinds of qualitative research, there are many kinds of research that are not neatly encompassed within the model of hypothesis-testing and replication. To codify uniform expectations for the handling of “data,” and indeed to reduce all questions of evidentiary argument to the language of “data,” does a disservice to many kinds of political science inquiry and is likely to be very awkward and indeed impossible for many journals to accept. [...]. And I respect editors who consider DA-RT essential to the missions of their journals. But I do not favor encouraging all journals to undertake this initiative, and I do not support making this initiative normative or mandatory for the discipline as a whole.

4. 5 ANÁLISE CRÍTICA

A disciplina de Ciência Política nos Estados Unidos possui uma significativa tradição de estudos e debates sobre a sua produção intelectual. Ela demonstra preocupações em relação ao seu objeto de pesquisa, abordagens e propósitos mais gerais. Sendo assim, ao longo de sua trajetória, foram desenvolvendo-se uma série de instituições, organizações e movimentos que têm cada vez mais adotado como ideal a defesa do pluralismo intelectual. Estes se voltam a preocupações em relação às predileções existentes acerca de temas, teorias e métodos de pesquisa (ALEXANDER-FLOYD, 2014; BENNETT et al., 2003; BREUNING et al., 2003; GARAND; GILES, 2003; ISHIYAMA, 2015; JACOBY et al., 2017; MILLER et al., 1996; NORRIS, 1997; TEELE; THELEN, 2017).

Recentemente, as críticas mantêm-se semelhantes àquelas já apresentadas pelo Movimento Perestroika, ou seja, à prevalência de pesquisas de caráter quantitativista e formal em revistas prestigiadas da área e instituições profissionais. Em resumo: a centralidade da pesquisa encontra-se na metodologia, e há um menor espaço para estudos teóricos e um papel secundário para aquele que deveria ser o eixo da investigação científica: seu tema ou problema (CATERINO; SCHRAM, 2006; FLYVBERG, 2006; JACKSON, 2006; MARSH; SAVIGNY, 2004; MONROE, 2005; SCHRAM, 2006; SCHWARTZ-SHEA, 2006; SHAPIRO; SMITH; MASOUD, 2004; SHAPIRO, 2004; SIL, 2004; WARREN, 2005). Estas críticas sobre as tendências de um determinado modelo de pesquisa norte-americana são compartilhadas também por outras academias de Ciência Política da comunidade internacional. Sartori (2004), por exemplo, sintetiza a sua percepção sobre o direcionamento da disciplina norte-americana da seguinte forma:

A Ciência Política estadunidense [...] rapidamente se encontrou com os "paradigmas" de Kuhn e suas revoluções científicas e alegremente entrou no emocionante, mas insubstancial, caminho de revolucionar-se a si mesma a cada quinze anos em busca de novos paradigmas, modelos e abordagens. De forma geral, me parece que a Ciência Política dominante tem adotado um modelo inadequado de ciência (extraído das ciências duras, exatas) e não conseguiu estabelecer a sua própria identidade (como uma ciência branda) por não determinar a sua própria metodologia. [...].

Eu devo concluir. Para onde vai a Ciência Política? De acordo com o argumento que apresentei aqui, a Ciência Política estadunidense (a "ciência normal", visto que os acadêmicos inteligentes sempre foram salvos por sua inteligência) não vai a lugar nenhum. É um gigante que segue crescendo e tem pés de barro. Para acreditar, vá às reuniões anuais da Associação Norte-Americana de Ciência Política (APSA), é uma experiência de tédio absoluto. Ou leia, para acreditar, a ilegível e/ou massivamente irrelevante *American*

Political Science Review. A alternativa, ou ao menos, a alternativa com a qual eu concordo, é resistir à quantificação da disciplina. Em poucas palavras, pensar antes de contar; e, também, usar lógica ao pensar¹⁶³ (p. 350-351; 354, tradução própria).

É possível identificar na argumentação de Sartori, assim como em debates recentes da área, que muitos pesquisadores ainda recorrem a referências do pensamento kuhniano devido ao modo como estes foram estruturantes de boa parte da literatura da história da disciplina nos Estados Unidos, como narrado no capítulo 2 e 3. Os discursos, muitas vezes, operam dentro de um eixo pluralismo-dogmatismo e, inclusive, ainda é usual referir-se a um conjunto de teorias e métodos como dominantes (mesmo com a diminuição das menções ao termo “paradigmas”, ainda que se use “Comportamentalismo” e “Neoinstitucionalismo” compreendidos de tal forma) ou a determinadas práticas acadêmicas como reprodutoras de um sistema pré-estruturado (a *ciência normal*, ainda que em um tom de crítica). Isto ocorre na literatura acadêmica sobre história e estado atual da Ciência Política, em notas editoriais e em debates realizados por meio de simpósios e outros fóruns. Nesse sentido, permanece na Ciência Política norte-americana a problemática da produção intelectual, ressaltando que a distribuição de poder, prestígio e reconhecimento na disciplina segue uma lógica hierárquica.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se mantêm situações de cisões e conflitos entre grupos de pesquisadores e seus ideais de políticas acadêmicas e editoriais, há um discurso comum no sentido de conciliação e, inclusive, de não-polarização do debate, como quantitativo *versus* qualitativo, teoria *versus* empiria, etc. A regra é a defesa do pluralismo, seja nos encontros, revistas ou discursos presidenciais da associação. Visa-se a superação das tensões entre orientações de pesquisa, especialmente por meio do incentivo a abordagens multimétodos. Destaca-se que tem crescido o enfoque nessa problemática, especialmente a

¹⁶³ “[...] la ciencia política estadounidense [...] rápidamente se encontró con los “paradigmas” de Kuhn y sus revoluciones científicas y alegremente entró en el emocionante pero insustancial camino de revolucionarse a sí misma más o menos cada quince años en búsqueda de nuevos paradigmas, modelos y enfoques. En conjunto, me parece que la ciencia política dominante ha adoptado un modelo inapropiado de ciencia (extraído de las ciencias duras, exactas) y ha fracasado en establecer su propia identidad (como ciencia blanda) por no determinar su metodología propia. [...]. Debo concluir. ¿Hacia dónde va la ciencia política? Según el argumento que he presentado aquí, la ciencia política estadounidense (la “ciencia normal”, pues a los académicos inteligentes siempre los ha salvado su inteligencia) no va a ningún lado. Es un gigante que sigue creciendo y tiene los pies de barro. Acudir, para creer, a las reuniones anuales de la Asociación Estadounidense de Ciencia Política (APSA) es una experiencia de un aburrimiento sin paliativos. O leer, para creer, el ilegible y/o masivamente irrelevante *American Political Science Review*. La alternativa, o cuando menos, la alternativa con la que estoy de acuerdo, es resistir a la cuantificación de la disciplina. En pocas palabras, pensar antes de contar; y, también, usar la lógica al pensar”.

partir da iniciativa DA-RT. Os espaços abertos a debates e pesquisas sobre o tema referem-se a fóruns, especialmente, na revista de cunho profissional da associação, a PS, que publica na maioria de seus volumes materiais relacionados, como iniciativas, novas pesquisas e relatórios. Também, o debate aparece em notas editoriais de revistas, podendo-se observar um diálogo direto entre as revistas APSR e POP, que justamente são entendidas como contrapostas nesse contexto. Ainda assim, mesmo a APSR anuncia frequentes mudanças em suas políticas editoriais e faz chamamentos para perspectivas plurais enviarem trabalhos à revista. Ademais, os encontros se estruturam sob temáticas abrangentes, e os presidentes ocupam o importante espaço de fala que possuem para apresentar críticas e propostas à disciplina e à própria APSA.

Desse modo, ao mesmo tempo em que existe um cenário de defesa cada vez maior da importância do pluralismo disciplinar, permanecem os questionamentos em relação ao espaço dedicado às diferentes pesquisas. Isto ocorre especialmente no que diz respeito às revistas de maior prestígio na Ciência Política, com enfoque na APSR. Argumenta-se que isso é fundamental tendo em vista o modo como impacta a progressão da carreira de pesquisadores, visto que existem *rankings*, métricas institucionais e, mais recentemente, políticas editoriais que impulsionam ou limitam determinados tipos de pesquisas. Nesse caso, intensificam-se debates em relação a diferentes visões de ciência na disciplina, retomando uma preocupação com a busca de objetividade, neutralidade axiológica e uma aproximação às ciências da natureza e exatas com vistas a buscar legitimidade. Tais diferenças de perspectivas reforçam a falta de diálogo e a superespecialização, que é tema controverso na área em termos de avanço do pluralismo. A Ciência Política que ganha espaço, segundo muitos pesquisadores, é uma ciência que tem impossibilitado a comunicação com outras disciplinas e mesmo dentro da própria disciplina. Há um conflito entre discurso e prática. Porém, mais complexo que isso, é a discordância em relação a como traduzir tal discurso em prática.

5. HIERARQUIAS DO CONHECIMENTO NO EIXO DA REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL

5.1 INTRODUÇÃO

Como tornar a Ciência Política mais diversa? Essa problemática é título do simpósio publicado em uma das revistas oficiais da APSA no ano de 2015¹⁶⁴. O debate apresentado parte do reconhecimento de que é fundamental pensar a representatividade nos espaços acadêmicos e atentar às seguintes questões: diversificação das lideranças e combate à discriminação na profissão (MERSHON; WALSH, 2015a). A demanda por diversidade na ciência tem se tornado presente não apenas na Ciência Política nos Estados Unidos, mas em muitas áreas do conhecimento e academias de todo o mundo. Compreende-se que a academia não é um espaço isolado de seu contexto social e, portanto, reproduz desigualdade de oportunidades em sua estrutura. Compreende-se também que a exclusão de determinados grupos de pesquisadores corresponde à restrição de determinadas formas de produzir o conhecimento – amparadas em diferentes perspectivas ou mesmo diversas epistemologias.

De fato, a representatividade profissional como tema de estudo não é recente na Ciência Política norte-americana, e nem mesmo nos espaços da APSA. Em termos de literatura, há um material cada vez mais substantivo que abrange distintos aspectos do ambiente profissional – desde os espaços ocupados por minorias até questões mais específicas referentes à sua permanência e vivências na academia. Trata-se de estudos sobre universidades, associações e revistas que abordam tanto a estrutura institucional como a agência dos pesquisadores. Estudos recentes, segundo Hero (2015), atribuem a esse tema sua devida importância e promovem a “adesão a valores fundamentais que pertencem às disciplinas acadêmicas e à sociedade em geral”¹⁶⁵ (p. 469, tradução própria).

Diante disso, a APSA tem adotado políticas institucionais visando a resolver esse problema.¹⁶⁶ Em seu *site* institucional, declara que “promover diversidade e inclusão na

¹⁶⁴ O simpósio *How Political Science can be more diverse*, publicado na PS, contou com a introdução de Carol Mershon e Denise Walsh e com as contribuições de Karen Beckwith, Miki Caul Kittilson, Valeria Sinclair-Chapman, Carol Mershon e Denise Walsh, Nikon Alexander-Floyd e Rodney Hero.

¹⁶⁵ “[...] fundamental values as they pertain within academic disciplines and the broader society”.

¹⁶⁶ Smith (2011) afirma que atuar nesse sentido tem sido valorizado no mundo acadêmico, visto que fundações nacionais de apoio a pesquisas como Ford, Carnegi, e Robert Wood Johnson também têm demonstrado suporte a essas pautas.

Ciência Política é uma prioridade da Associação Norte-Americana de Ciência Política”¹⁶⁷. Parte dessas políticas, que implicam no incentivo e no direcionamento de verbas e fundos específicos, é promovida a partir dos programas descritos no quadro 17.

Quadro 17 – Programas de diversidade e inclusão promovidos pela APSA

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
<i>Minority Fellowship Program (MFP)</i> ¹⁶⁸	“[...] é uma bolsa que fornece apoio a indivíduos de origens sub-representadas que se candidatam ou estão atualmente matriculados em programas de doutorado em Ciência Política” ¹⁶⁹ .
<i>Ralph Bunche Summer Institute (RBSI)</i>	“[...] é um programa anual de cinco semanas concebido para introduzir estudantes de graduação de grupos étnicos/raciais sub-representados ou estudantes interessados em ampliar sua participação na Ciência Política e que estão buscando bolsas de estudo em temas que afetam os grupos sub-representados no mundo dos estudos de pós-graduação e encorajar sua candidatura a programas de doutorado” ¹⁷⁰ .
<i>Minority Students Recruitment (MSRP)</i>	“[...] é uma colaboração entre programas de graduação e pós-graduação em Ciência Política que conecta estudantes de graduação de origens sub-representadas que estejam interessados, ou demonstrem o potencial, em estudos de pós-graduação com programas de pós-graduação interessados em recrutar grupos diversos de estudantes de doutorado” ¹⁷¹ .
<i>APSA Mentoring Program</i>	“[...] conecta estudantes de graduação, pós-graduação e membros junior de faculdades com membros senior na profissão para desenvolver uma orientação de desenvolvimento profissional” ¹⁷² .
<i>Fund for Latino Scholarship</i>	O objetivo primário do Fundo de Bolsas Latino é encorajar e apoiar o recrutamento, a retenção e a promoção de cientistas políticos latinos/as. Um objetivo secundário é promover a pesquisa sobre política latina ¹⁷³ .
<i>APSA Status Committees</i>	Os comitês da APSA desenvolvem relatórios e projetos, e promovem atividades relacionadas ao avanço e ao desenvolvimento profissional de acadêmicos de grupos sub-representados dentro da disciplina de Ciência Política ¹⁷⁴ .

Fonte: Elaboração própria a partir de informações divulgadas no *site* institucional da APSA (2018).

¹⁶⁷ “Achieving diversity and inclusion in political science is a priority for the American Political Science Association”.

¹⁶⁸ Originalmente nomeado *Black Graduate Fellowship*.

¹⁶⁹ “[...] is a fellowship provides support for individuals from under-represented backgrounds applying to and currently enrolled in doctoral programs in political science”.

¹⁷⁰ “[...] is an annual five-week program designed to introduce undergraduate students from under represented racial/ethnic groups or students interested in broadening participation in political science and pursuing scholarship on issues affecting under-represented groups to the world of graduate study and to encourage application to PhD programs”.

¹⁷¹ “[...] is a collaboration between undergraduate and graduate programs in political science that connects undergraduate students from under-represented backgrounds who are interested in, or show potential for, graduate study with graduate programs interested in recruiting diverse cohorts of doctoral students”.

¹⁷² “[...] connects undergraduate, graduate students, and junior faculty to experienced and senior members of the profession for professional development mentoring”.

¹⁷³ “The primary purpose of the Fund for Latino Scholarship is to encourage and support the recruitment, retention and promotion of Latino/a political scientists. A secondary goal is to support research on Latino/a politics”.

¹⁷⁴ “The American Political Science Association status committees develop reports and projects, and promote activities concerning advancement through the pipeline and the professional development of scholars from underrepresented groups within the political science discipline”.

Portanto, a APSA destina recursos para políticas que dizem respeito a “estratégias de recrutamento e retenção, programas para estudantes de origens sub-representadas, dados sobre a profissão e ferramentas de ensino e aprendizagem”¹⁷⁵ (APSA, 2018, tradução própria). Tais programas começaram a ser implantados pelo menos desde a década de 1960 e têm sido ampliados gradualmente pela academia norte-americana.

No que diz respeito propriamente aos *APSA Status Committees*, responsáveis pela proposição de medidas para o enfrentamento das desigualdades dentro da profissão, foram criados nove comitês: *Committee on the Status of Asian-Pacific Americans in the Profession*; *Committee on the Status of Blacks in the Profession*; *Committee on the Status of Community Colleges in the Profession*; *Committee on the Status of Contingent Faculty in the Profession*; *Committee on the Status of First Generation Scholars in the Profession*; *Committee on the Status of Graduate Students in the Profession*; *Committee on the Status of Latinos y Latinas in the Profession*; *Committee on the Status of Lesbians, Gays, Bisexuals, and Transgender Individuals in the Profession*; *Committee on the Status of Women in the Profession*.

A disposição para o mapeamento de desigualdades na disciplina têm sido uma das iniciativas importantes promovidas por grupos na associação. Destacam-se os relatórios *Womens’s Advancement in Political Science* (APSA, 2005) e *Political Science in the 21st Century* (APSA, 2011a). O primeiro, promovido pelo *Committee on the Status of Women in the Profession*, concentrou-se no estado da mulher na profissão de Ciência Política a partir de dados sobre sua presença em cursos de Ciência Política, sua inserção no mercado de trabalho e sua remuneração. O segundo, promovido pela *Task Force On Political Science for the 21st Century*¹⁷⁶, propôs abordar o perfil acadêmico da Ciência Política considerando questões de representatividade na disciplina frente à mudança da própria realidade política dos Estados Unidos. Para tanto, partiu de duas questões:

A Ciência Política está posicionada para abraçar e incorporar as mudanças demográficas, o aumento da diversidade multicultural e as disparidades cada vez maiores na concentração de riqueza presentes em muitos estados-nações? A Ciência Política pode fazê-lo dentro de sua pesquisa, ensino e desenvolvimento profissional?¹⁷⁷ (APSA, 2011a, p. 1, tradução própria).

¹⁷⁵ “[...] strategies for recruitment and retention, programs for recruitment and retention, programs for students from underrepresented backgrounds, data on the profession, and teaching and learning tools”.

¹⁷⁶ O projeto contou com o auxílio financeiro da *National Science Foundation* (NSF) e do conselho executivo da associação (APSA, 2011a).

¹⁷⁷ “Is political science positioned to embrace and incorporate the changing demographics, increasing multicultural diversity, and ever-growing disparities in the concentration of wealth present in many nation-states? Can political science do so within its research, teaching, and professional development?”

Tais iniciativas são importantes porque a sub-representação, para mencionar um dos aspectos da diversidade, manifesta e perpetua a discriminação de múltiplas formas. Estas nem sempre são explícitas, de modo que a não participação pode gerar redes sociais de exclusão de auto-replicação (MANSBRIDGE, 2013; MERSHON; WALSH, 2015^a; MONROE, 2013). Um aspecto demarcatório é o próprio perfil da presidência da associação que apenas recentemente demonstrou alterações significativas em seu quadro de lideranças. Desde 1903, foram necessários 50 anos para que as mudanças se iniciassem, nesse sentido: em 1953, foi eleito o primeiro presidente negro da associação (Ralph J. Bunche); em 1989, a primeira mulher presidente da associação (Judith N. Shklar); em 2007, a primeira mulher negra presidente da associação (Dianne M. Pinderhughes); e, no ano de 2014, o primeiro presidente latino da associação (Rodney E. Hero). Segundo Carol Mershon e Denise Walsh (2015b), refletir sobre o perfil de lideranças e sobre o desenvolvimento da disciplina nesse sentido é fundamental. Para elas,

A Ciência Política concentra-se em legislaturas, partidos políticos, movimentos sociais e burocracias, não na academia. As instituições que a Ciência Política almeja e as questões que suscita – sobre representação política, mudança institucional e formulação de políticas – não são diretamente transferíveis para o local de trabalho. No entanto, oferecem uma série de informações sobre como a liderança pode ser diversificada, como as instituições funcionam e como políticas e práticas podem ser alteradas. Esses *insights* oferecem lições importantes sobre como podemos gerar o compromisso necessário para diversificar a profissão¹⁷⁸ (MERSHON; WALSH, 2015a, p. 442, tradução própria).

Segundo Beckwith (2015), avanços em relação ao reconhecimento da importância de diversificar a profissão, especialmente em espaços de liderança, têm sido observados na APSA em termos de políticas estruturais. Para a autora, isto é fundamental visto que a associação “está em posição de desenvolver convenções e definir padrões e normas disciplinares para os departamentos de Ciência Política”¹⁷⁹ (p. 447, tradução própria). Como exemplo de algumas medidas que têm sido adotadas, ela menciona a ênfase na inclusão em posições eletivas da APSA e uma emenda à constituição da associação que incentiva a

¹⁷⁸ “Political Science focuses on legislatures, political parties, social movements, and the bureaucracy, not on academe. The institutions that political science targets and the questions raises – about political representation, institutional change, and policymaking – are not directly transferable to the workplace. In nonetheless offers a wealth of insights about how leadership can be diversified, how institutions work, and how policies and practices can be altered. These insights offer important lessons for how we might generate the commitment needed to diversify the profession”.

¹⁷⁹ “[...] APSA is in position to develop conventions and set standards and disciplinary norms for departments of political science”.

diversidade na composição de seus espaços, especificando “distribuição geográfica, áreas de interesse profissional, tipos de instituição, raça, gênero, etnia, orientação metodológica, identidade de gênero, sexualidade e outras formas importantes de diversidade”¹⁸⁰ (APSA, 2011b, tradução própria).

Os resultados sobre o desenvolvimento da disciplina frente a grupos minoritários têm demonstrado alguns avanços em termos de inclusão e representatividade nos espaços acadêmicos (APSA, 2005, 2011a). Todavia, pesquisas recentes demonstram que a diversidade na disciplina está ainda “longe do ideal”¹⁸¹ (TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006; TEELE; THELEN, 2017), especialmente se considerada a intersecção de condições de minoria (BECKWITH, 2015; PINDERHUGHES; KWAKWA, 2017; SINCLAIR-CHAPMAN, 2015). Nos Estados Unidos, e especialmente na APSA, como mencionado, há o reconhecimento de várias frentes no debate de desigualdades e representatividade. Todavia, os estudos e medidas institucionais têm se centrado, até o momento, especialmente em três categorias: gênero, raça e localidade. Desse modo, estruturo as seções seguintes a partir dessas categorias para tratar de dados e questões específicas referentes a cada uma delas. Em um primeiro momento, apresento resultados referentes às análises do conjunto de dados dos discursos, revistas e encontros da associação e, em seguida, apresento uma análise crítica desses dados e suas implicações para a Ciência Política como um todo.

5. 2 REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL POR GÊNERO

Nesta seção, abordo as hierarquias do conhecimento referentes à representatividade profissional de gênero na academia de Ciência Política dos Estados Unidos. Trato da diversidade de gênero na composição do grupo responsável pela liderança, publicação e divulgação de conhecimentos da área, especialmente no que diz respeito à inclusão de mulheres. Ademais, analiso o tratamento de temas a esse respeito nos espaços da APSA: seus discursos presidenciais, revistas oficiais e encontros anuais. Portanto, apresento um panorama do *status* da mulher na Ciência Política norte-americana e, a partir de estudos da área, indico

¹⁸⁰ “[...] geographical distribution, fields of profession interest, types of institution, race, gender, ethnicity, methodological orientation, gender identity, sexuality, and other importante forms of diversity”.

¹⁸¹ No original, *far from ideal*. A expressão faz referência a uma frase escrita por Judith Shklar, primeira mulher a ocupar a presidência da APSA. Segundo Sue Tolleson-Rinehart e Susan I. Carroll (2006), a frase sintetiza o estado da inclusão no espaço disciplinar. Percepção que é compartilhada 10 anos depois por Teele e Thelen (2017).

os seus avanços e limites no âmbito disciplinar. Por fim, sintetizo algumas das propostas indicadas pela literatura para a superação de desigualdades.

5. 2. 1 Estado da Área e Contexto do Debate

O espaço da mulher na ciência é uma problemática que tem se consolidado como pauta de debate e agenda de pesquisa na academia. Desigualdades e preconceitos sociais deixam de ser questões exteriores às universidades e passam a confrontar os próprios cientistas em seu ambiente de trabalho. Surgem iniciativas institucionais para promover a igualdade de gênero em posições de liderança, bem como nos processos de produção e reprodução do conhecimento. Nesse sentido, a representatividade profissional perpassa questões de acesso, permanência e progressão profissional em um contexto ainda caracterizado pela falta de oportunidades, hostilidade de gênero e retribuição desigual de salários nas mais diversas áreas do conhecimento.

Estudos referentes à mulher no espaço disciplinar da Ciência Política tiveram início em universidades dos Estados Unidos e de países da Europa. Essa literatura tem crescido nos últimos anos e consolidado um significativo conjunto de materiais em termos teóricos e empíricos (ABELS; WOODS, 2015; APSA, 2005, 2011a; BATES; JENKINS; PFLAEGER, 2012; BATES; SAVIGNY, 2015; BECKWITH, 2015; BRIGGS; HARRISON, 2015; ELIZONDO, 2015; HARRIS-LACEWELL, 2005; MANSBRIDGE, 2013; MERSHON; WALSH, 2015a, 2015b; MONROE et al., 2008; SHAMES, 2010; SHAMES; WISE, 2017; TEELE; THELEN, 2017; TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006). Esta agenda também passou a se fazer presente, progressivamente, nas demais academias do mundo. Desse modo, são identificados esforços recentes no estudo da relação entre gênero e prática disciplinar em outros continentes, a exemplo da América Latina e da Oceania (ROCHA CARPIUC, 2016; COWDEN et al., 2012; CURTIN, 2013; FERNANDEZ, 2006; MARTIN, 2013; SAWER; CURTIN, 2016).

No caso específico da Ciência Política nos Estados Unidos, a problemática é marcada por pelo menos duas questões emblemáticas. A primeira trata da falta de autocrítica da comunidade de cientistas. Apesar do constante questionamento às desigualdades se fazer presente em análises de congressos e, inclusive, existir um significativo estímulo à representatividade de mulheres por meio da implantação de políticas específicas, a exemplo da política de cotas, essa percepção crítica nem sempre é transferida para o ambiente

acadêmico (MERSHON; WALSH, 2015a). A segunda refere-se às conquistas obtidas nas últimas décadas. A produção de pesquisas sobre o tema, o intenso debate e a criação de medidas institucionais têm promovido avanços na condição das mulheres na disciplina. Porém, estes resultados ainda são considerados insuficientes, especialmente no que diz respeito à promoção de maior igualdade para mulheres negras (BECKWITH, 2015; HARRIS-LACEWELL, 2005; TOLLESON-RINEHART; CARROLL, 2006; TEELE; THELEN, 2017).

A representatividade é reivindicada não apenas por uma questão de justiça social, mas também devido aos efeitos que tem sobre a própria disciplina em termos de produção intelectual. Susan Carroll e Linda Zerilli, em *Political Science: The State of the Discipline II* (1993), afirmam que as mulheres e, especificamente, o movimento feminista¹⁸², são fundamentais na academia. Segundo as autoras

A agenda feminista apresenta um conjunto de questões que desafiam os fundamentos teóricos e epistemológicos em que a disciplina é construída. As vezes de forma implícita e as vezes explícita, o trabalho feito por estudiosas feministas levantam questões importantes sobre o que estudamos como cientistas políticos e como estudamos¹⁸³ (p. 55, tradução própria).

Dentro da APSA houve uma grande pressão por parte dos associados e, especialmente, das associadas, para a diversificação da Ciência Política. O desenvolvimento da disciplina, no que diz respeito à inclusão de mulheres, passou a ser mensurado e analisado, de modo a diagnosticar problemas e, então, propor “políticas mais focadas e sistemáticas [...] para acabar com a discriminação”¹⁸⁴ (MONROE; CHIU, 2010, p. 308, tradução própria). Na revista *PS* são encontrados, em quase todos os volumes, referências a questões de gênero na disciplina. Estas aparecem em formato de simpósios sobre o tema ou relatórios sobre a participação das mulheres nos encontros da associação e em suas principais revistas. Em grande parte, o material tem sido produzido a partir de três espaços direcionados: pela organização *Women’s Caucus for Political Science* (WCPS), pelo *Committee on the Status of Women in the Profession* (CSWP) e pela seção de pesquisa *Gender and Politics*.

¹⁸² Outras autoras também destacam o papel de feministas na conquista de espaços no ambiente acadêmico. Shames (2010, p. 672) afirma que a Ciência Política, assim como outras áreas do conhecimento, teve como parte de suas pesquisadoras pioneiras mulheres feministas. Desse modo, o surgimento das primeiras reivindicações por igualdade na academia foi inspirado pelos movimentos sociais de suas épocas.

¹⁸³ “Feminist scholarship poses a set of questions that challenge the theoretical and epistemological foundations on which the discipline is constructed. Sometimes implicitly and sometimes explicitly, the work being done by feminist scholars raises important questions about both what we study as political scientists and how we study it”.

¹⁸⁴ “[...] more focused and systematic policies [...] to end discrimination”.

A WCPS teve grande importância na promoção das mulheres na disciplina. Trata-se da primeira organização interna da APSA voltada à denúncia da desigualdade de gênero nos espaços da associação e à promoção de fóruns e estratégias de superação dessa condição. A iniciativa de cinco cientistas políticas – Carol Barner-Barry, Berenice Carroll, Kay Klotzburger, Judith Steihm e Andrey Wells – surgiu no encontro anual da associação em 1969, na cidade de Nova Iorque. Na ocasião, elas convocaram outras mulheres a formar um coletivo “para cuidarmos de nós mesmas”¹⁸⁵ (SHAMES, 2010, p. 673, tradução própria). A WCPS, que se mantém ainda atuante, apresenta a sua missão e os seus objetivos em seu *site* institucional da seguinte forma:

A Women’s Caucus for Political Science é uma organização nacional, sem fins lucrativos, cuja missão é melhorar a condição das mulheres na profissão de Ciência Política, promover a igualdade de oportunidades para as mulheres cientistas políticas para a admissão na pós-graduação, a assistência financeira em tais universidades, e para emprego, promoção e gestão do desenvolvimento de carreiras não-acadêmicas, carreiras profissionais para cientistas políticas, para promover o recrutamento de membros e o desenvolvimento de bancadas regionais e incentivar a aplicação das habilidades de Ciência Política para a promoção da igualdade de oportunidades para todas as mulheres¹⁸⁶ (WCPS, 2018, tradução própria).

A WCPS produz relatórios disciplinares e propõe medidas de incentivo à representatividade e à visibilidade de mulheres na área de Ciência Política. Tais realizações contam com o apoio de suas afiliadas regionais e geralmente são pautadas na reunião anual, que ocorre durante os encontros APSA, e divulgadas em seu periódico, o *WCPS Quarterly*. Além disso, a organização manifesta posições públicas sobre questões que afetam a igualdade de oportunidades para todas as mulheres no âmbito político nacional e internacional¹⁸⁷.

O CSWP, também criado no ano de 1969, surge com o mesmo intuito da WCPS: promover a igualdade de gênero na academia de Ciência Política. Por sua vez, o comitê ocupa-se especificamente do monitoramento do *status* da mulher na profissão em todos os níveis, incluindo as categorias docente e discente. Para tanto, trabalha em parceria com outros

¹⁸⁵ “[...] to take care of ourselves”.

¹⁸⁶ “The Women’s Caucus for Political Science (WCPS) is a national, nonprofit organization whose mission is to upgrade the status of women in the profession of political science, to promote equal opportunities for women political scientists for graduate school admission, financial assistance in such schools, and in employment, promotion, and tenure, to promote the development of non-academic, professional careers for women political scientists, to promote the recruitment of members and the development of regional caucuses, and to encourage application of the skills of political science to the promotion of equal opportunities for all women”.

¹⁸⁷ Um exemplo recente da atuação da WCPS diz respeito ao apoio à aprovação da lei de igualdade salarial norte-americana, conhecida como *Lily Ledbetter Act*, no ano de 2009.

grupos e organizações, a exemplo da WCPS. O comitê periodicamente apresenta os resultados encontrados em suas pesquisas no formato de relatórios¹⁸⁸. Destaca-se o relatório *Womens's Advancement in Political Science* (APSA, 2005), criado a partir de um *Workshop* da APSA sobre o avanço da mulher na disciplina. Este constitui-se num documento de 66 páginas que aborda a inclusão de mulheres sob diferentes aspectos. A justificativa da importância do monitoramento do *status* da mulher e da criação de relatórios sobre o tema pode ser encontrada na seção de conclusão do mesmo. Consta que

As conclusões e as recomendações do *workshop* se demonstram de grande utilidade para melhorar o que sabemos e como podemos melhor intervir para promover as mulheres nas ciências. Nossa profissão não é a única disciplina a se deparar com a desigualdade imposta a novas participantes, bem como com a "barreira" em seu avanço para melhores posições profissionais. Qualquer progresso que possamos fazer com base em novas descobertas e intervenções pode beneficiar amplamente esforços semelhantes em outras disciplinas e aumentar a base de conhecimento da NSF para programas futuros¹⁸⁹ (APSA, 2005, tradução própria).

Por sua vez, a seção de pesquisa *Gender and Politics* – seção número 16 da APSA – foi criada no ano de 1986. Diferentemente da WCPS e do CSWP, ela concentra-se na promoção de mulheres por meio da abordagem dessa temática na disciplina. Ela enfatiza “a natureza crucial dos avanços metodológicos e conceituais no estudo de gênero e política e a importância da publicação de trabalhos específicos sobre essas questões”¹⁹⁰ (APSA, 2018, tradução própria). A seção sempre contou com mulheres em sua coordenação e, atualmente, é liderada por Christina Ewig, da Universidade de Minnesota. Também, possui uma revista própria que incentiva a publicação de associados. Em 2005, Karen Beckwith e Lisa Baldez publicaram a nota editorial do primeiro número da revista. Nesta, esclareceram que a revista é direcionada a questões de gênero que abrangem diversas áreas do conhecimento a partir de diversas abordagens dentro da Ciência Política, mas que, sobretudo, privilegia estudos voltados às mulheres. Nas palavras delas,

¹⁸⁸ Dentre os dados levantados encontra-se a participação das mulheres nos eventos da APSA.

¹⁸⁹ “The workshop’s findings and recommendations promise broad usefulness in improving what we know, and how we can best intervene, to advance women in the sciences. Our profession is not the only discipline to face a leaking pipeline in new female entrants, as well as a “stall” in their advance to higher ranks. Any progress we can make on the basis of new findings and interventions can broadly benefit similar efforts in other disciplines and increase NSF’s knowledge base for future programs”.

¹⁹⁰ “[...] the crucial nature of methodological and conceptual advances in the study of gender and politics and the importance of publishing work specifically concerned with these issues”.

Embora possamos manter amplos compromissos interdisciplinares, nosso objetivo principal é a publicação de pesquisas sobre mulheres e política e sobre políticas e suas análises de gênero. O gênero perpassa todos os aspectos da política. Em *Politics and Gender*, procuramos representar toda a gama de questões e abordagens dentro da disciplina. Consideramos cada questão como uma vitrine do trabalho em todos os principais subcampos da Ciência Política, incluindo (mas não se limitando a) teoria política, política comparada, Relações Internacionais e política norte-americana¹⁹¹ (2005, p.1, tradução própria).

As autoras afirmam que a revista compreende mulheres como uma categoria social estabelecida. Nesse sentido, mulheres são estudadas em termos de liderança, comportamento de elite, opinião pública, mobilização, participação, tomada de decisões, preferências políticas, identidade coletiva e seu papel na área de teoria política, bem como um grande número de outras preocupações políticas (BECKWITH; BALDEZ, 2005). A revista possui 13 volumes e é publicada 4 vezes ao ano, atualmente sob a edição de Mary Caputi, da Universidade da Califórnia.

O material produzido e analisado pelos três espaços mencionados, somados a outras medidas da APSA, têm gerado resultados. O mais significativo dentre eles é a grande presença das mulheres em academias de Ciência Política nos Estados Unidos. As mulheres já representam pelo menos a metade das vagas em universidades (APSA, 2005). Todavia, o debate sobre representatividade de gênero implica pensar na presença de mulheres na disciplina, mas também sobre quais espaços elas têm ocupado. Nesse sentido, estudos recentes têm identificado que ainda há muito a ser feito em termos da presença da mulher em espaços de liderança e espaços de produção e reprodução do conhecimento na área (APSA 2005; 2011a; BECKWITH, 2015; TOLLESON-RINEHART, 2006; TEELE; THELEN, 2017).

Em relação à importância da presença da mulher em espaços liderança, podem ser apresentados ao menos dois argumentos: o primeiro refere-se à diversidade da composição profissional para a produção de um conhecimento mais plural; e o segundo a disposição e ao comprometimento de mulheres e membros de grupos minoritários a respeito de promover medidas de combate à desigualdade (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2014; MONROE et al., 2008). Georgia Duerst-Lahti (2010) considera que:

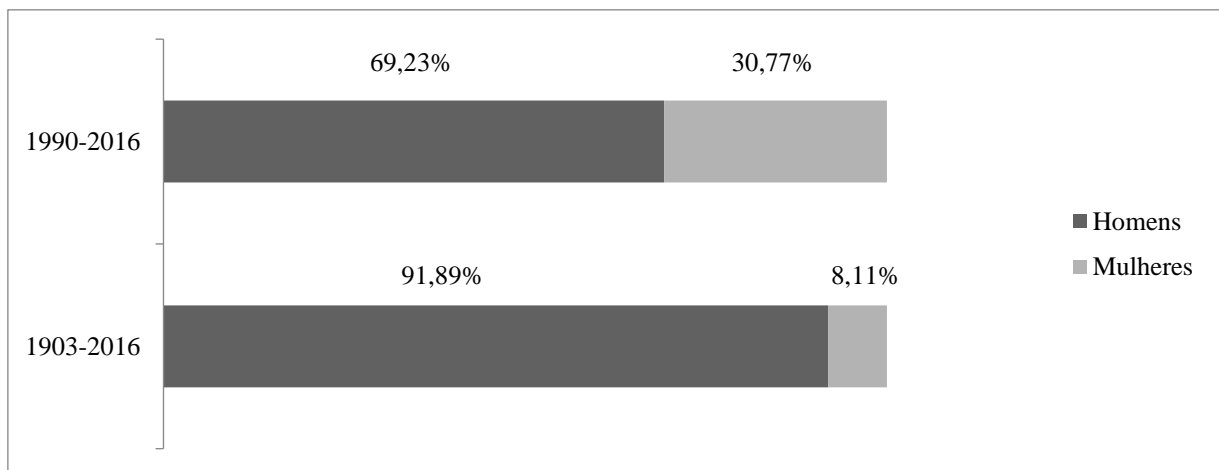
¹⁹¹ “While we maintain extensive interdisciplinary commitments, our primary purpose is to publish research on women and politics and on politics and its gendered analysis. Gender cuts through every aspect of politics. In *Politics and Gender*, we seek to represent the full array of questions, issues, and approaches within the discipline. We envision each issue as a showcase of work across all the major subfields of political science, including (but not limited to) political theory, comparative politics, international relations, and U.S. politics”.

A liderança, como outros processos, é marcada pelo gênero. A liderança das e nas instituições, como outras práticas institucionalizadas e as próprias estruturas institucionais, também são marcadas pelo gênero [...]. Esses processos, práticas, estruturas e instituições existem dentro de hierarquias de poder, incluindo hierarquias de gênero que geralmente privilegiam os homens sobre as mulheres¹⁹² (p, 20, tradução própria).

Posições de liderança são entendidas como cargos associados à notoriedade e influência na área. Também dizem respeito ao canal de comunicação que se estabelece dentro de dada comunidade. No caso de uma associação profissional como a APSA, uma posição de liderança possibilita um grande alcance de fala, tendo em vista o seu número de associados. Nesse sentido destacam-se os cargos ocupados na diretoria da APSA e na edição das suas principais revistas.

Particularmente, a presidência da associação é um indicador relevante da mudança no quadro da diversidade profissional da Ciência Política. Como mostram os dados do Gráfico 4, Deesde 1903 até 2016, a APSA contou com 111 presidentes, dentre estes 102 homens e 9 mulheres, respectivamente 92,79% e 7,21%. A primeira mulher presidente da APSA foi eleita no ano de 1989, ou seja, apenas uma mulher foi eleita antes do período analisado nessa pesquisa e duas em um período de 100 anos de existência da associação. Desde então, dos 26 presidentes eleitos, 18 são homens e 8 são mulheres, representando 30,77% da presidência no período.

Gráfico 4 – Presença de mulheres na presidência da APSA [1903-2016; 1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

¹⁹² “Leadership, like other processes, is gendered. Leadership of and in institutions, like other institutionalized practices and the institutional structures themselves, is also gendered [...]. These processes, practices, structures, and institutions exist within hierarchies of power, including gender hierarchies that generally privilege men over women”.

Segundo Shames (2010), foi a partir da década de 90 que se deu início a uma mudança na configuração da governança e cargos de liderança da APSA, referindo-se à presença de mulheres na vice-presidência e a sua participação nos conselhos da associação. Reforçando a essa avaliação, Beckwith (2015) aponta que a APSA realmente tem promovido medidas de inclusão em seus espaços de liderança. Dentre elas, destaca-se a rotatividade de gênero na sua presidência. Em 2001, o Conselho Executivo da APSA aprovou uma resolução incentivando os Comitês de Nomeações a evitar a seleção de candidatas com o mesmo gênero para mais de dois mandatos consecutivos¹⁹³.

Tal medida, segundo Monroe (2002), tem valor simbólico e substantivo dentro da APSA, uma vez que o número de mulheres presidentes aumentou significativamente, e hoje é composto pelas nove cientistas políticas listadas no quadro 18. É importante ressaltar que as mulheres listadas não foram pioneiras apenas em sua posição na presidência da APSA, mas também em muitos outros espaços da profissão. Inclusive, algumas delas são responsáveis pelo debate crítico a respeito de hierarquias do conhecimento na disciplina e têm suas pesquisas voltadas a questões de gênero e, mais especificamente, da condição da mulher na academia e na sociedade em geral.

Quadro 18 – Mulheres nomeadas presidentes da APSA [1903-2016]

PRESIDENTE	PERÍODO
Judith Nisse Shklar	1989-1990
Elinor Ostrom	1996-1997
Theda Skocpol	2002-2003
Susanne Hoeber Rudolph	2003-2004
Margaret Levi	2004-2005
Dianne Pinderhughes	2007-2008
Carole Pateman	2010-2011
Jane Mansbridge	2012-2013
Jennifer Hochschild	2015-2016

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do *site* institucional da APSA (2018).

Judith Nisse Shklar, além de ter sido a primeira mulher a presidir a APSA, foi a primeira mulher a entrar no Departamento de Governo de Harvard; Elinor Ostrom, por meio de sua análise de governança econômica, foi a primeira mulher (e continua sendo a única) a

¹⁹³ Uma medida semelhante foi proposta recentemente no contexto da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) pelo pesquisador Luís Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB).

ser contemplada com o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, em 2009; Theda Skocpol foi a primeira mulher a entrar no Departamento de Sociologia de Harvard, alguns anos após denunciar publicamente que a universidade havia negado a sua candidatura por uma questão de gênero; Susanne Hoeber Rudolph participou ativamente do Movimento Perestroika e das críticas direcionadas às hierarquias do conhecimento na disciplina; Margaret Levi ocupou vários cargos de direção em centros de pesquisa, foi editora da *Cambridge Studies in Comparative Politics* e coeditora da revista *Annual Review of Political Science*; Dianne Pinderhughes foi a primeira mulher negra a ocupar a presidência da APSA e participa ativamente de espaços de promoção de igualdade de minorias na disciplina, tais como a *Task Force* que resultou no relatório *Political Science in the 21st Century* (APSA, 2011a); Carole Pateman foi a sétima mulher a ocupar a presidência da APSA e a primeira mulher a ocupar a presidência da *International Political Science Association* (IPSA) no ano de 1991; Jane Mansbridge tem parte de sua produção voltada a questões de gênero e representatividade, trazendo contribuições teóricas a partir de uma ótica feminista; Jennifer Hochschild foi editora fundadora da revista POP e coeditora da APSR. Em suas notas editoriais manifestou-se sobre hierarquias do conhecimento na disciplina em termos de produção intelectual e representatividade profissional.

Parte significativa dos presidentes da associação atuou em espaços de edição de revistas da área. O corpo editorial de revistas é outra variável que tem sido considerada relevante em termos de liderança (STEGMAIER et al., 2011; TEELE; THELEN, 2017). Segundo Stegmaier et al. (2011) “editores, editores associados e membros do conselho servem como orientadores sobre quais pesquisas serão publicadas e, como tais, eles têm uma influência substancial na determinação da direção futura da nossa disciplina”. Desse modo, “uma maior inclusão de mulheres e outras pessoas que trazem diferentes perspectivas de pesquisa pode resultar em uma gama mais vibrante de tópicos de pesquisa e abordagens metodológicas publicadas em um periódico”¹⁹⁴ (p. 802, tradução própria).

Beckwith (2015) afirma que nos últimos anos as mulheres têm conquistado significativo espaço nos conselhos editoriais das revistas da APSA. Estes, segundo ela, têm sido preenchidos quase em paridade. Contudo, em relação ao cargo específico de editor-chefe, o cenário ainda carece de mudanças. Esta é uma posição de grande destaque, visto que além

¹⁹⁴ “[...] editors, associate editors, and board members serve as the gatekeepers to what research gets published and as such, they have a substantial influence in determining the future direction of our discipline [...]. Greater inclusion of women and others who bring different perspectives to research could result in a more vibrant range of research topics and methodological approaches published in a journal”.

das atribuições relativas à orientação dos artigos a serem publicados, os editores-chefes também são responsáveis pela publicação das notas editoriais das revistas. Nas notas, os editores podem apresentar sua visão sobre os objetivos e missões da revista que representam e, geralmente, sobre sua visão da disciplina de modo mais amplo. Os cargos de editores-chefes foram ocupados durante o período analisado pelas cientistas políticas listadas no Quadro 19.

Quadro 19 – Mulheres nomeadas editoras-chefes nas revistas da APSA [1990-2016]

REVISTA	EDITORA	MANDATO
APSR	Ada W. Finifter	1995- 2000
PS	-----	---
POP	Jeniffer Hochschild	2003-2005
JPSE	Kerstin Hamann	2012-2016

Fonte: Elaboração própria.

Três das revistas analisadas tiveram uma mulher como editora-chefe entre os anos de 1990 a 2016¹⁹⁵. Nesse período de quase 30 anos, a APSR teve 7 editores. Ada W. Finifter, representa 14,28% dos editores do período e sua atuação de 5 anos representa 19,23% de tempo do período analisado. A PS teve 2 editores nesse mesmo período, ambos homens. A POP teve 4 editores desde sua criação em 2003. Jeniffer Hochschild, editora fundadora da revista representou 25% dos editores do período, e sua atuação de 2 anos representou 15,38% de tempo do período. Por fim, a JPSE teve 3 editores desde sua criação em 2005. Kerstin Hamann representou 33,33% dos editores do período, e sua atuação de 4 anos representou 36,36% de tempo do período.

Além dos espaços de liderança, avalio o espaço que as mulheres ocupam no processo de produção e reprodução do conhecimento. Diversos estudos têm tratado do estabelecimento de redes, reconhecimento acadêmico e citações de trabalhos publicados (GINTHER, 2004; HESLI; LEE; MITCHELL, 2012; MALINIAK et al., 2013; MANSBRIDGE, 2013). Todavia, uma variável que tem recebido significativo enfoque diz respeito à publicação de artigos em revistas prestigiadas da área (BREUNING; SANDERS, 2007; EVANS; MOULDER, 2011; KELLY; FISHER, 1993; TEELE; THELEN, 2017; YOUNG, 1995). Em um contexto de intensa pressão por publicação (HARZING, 2007) e *rankings* quanto a publicações consideradas mais ou menos relevantes, interessa saber quem está publicando e se mulheres

¹⁹⁵ A lista completa de editores das revistas da APSA consta no Apêndice 2.

fazem parte desse grupo seletivo. Os dados dizem respeito tanto à estrutura de formação e democratização dos espaços universitários quanto às possibilidades de progressão das mulheres na profissão.

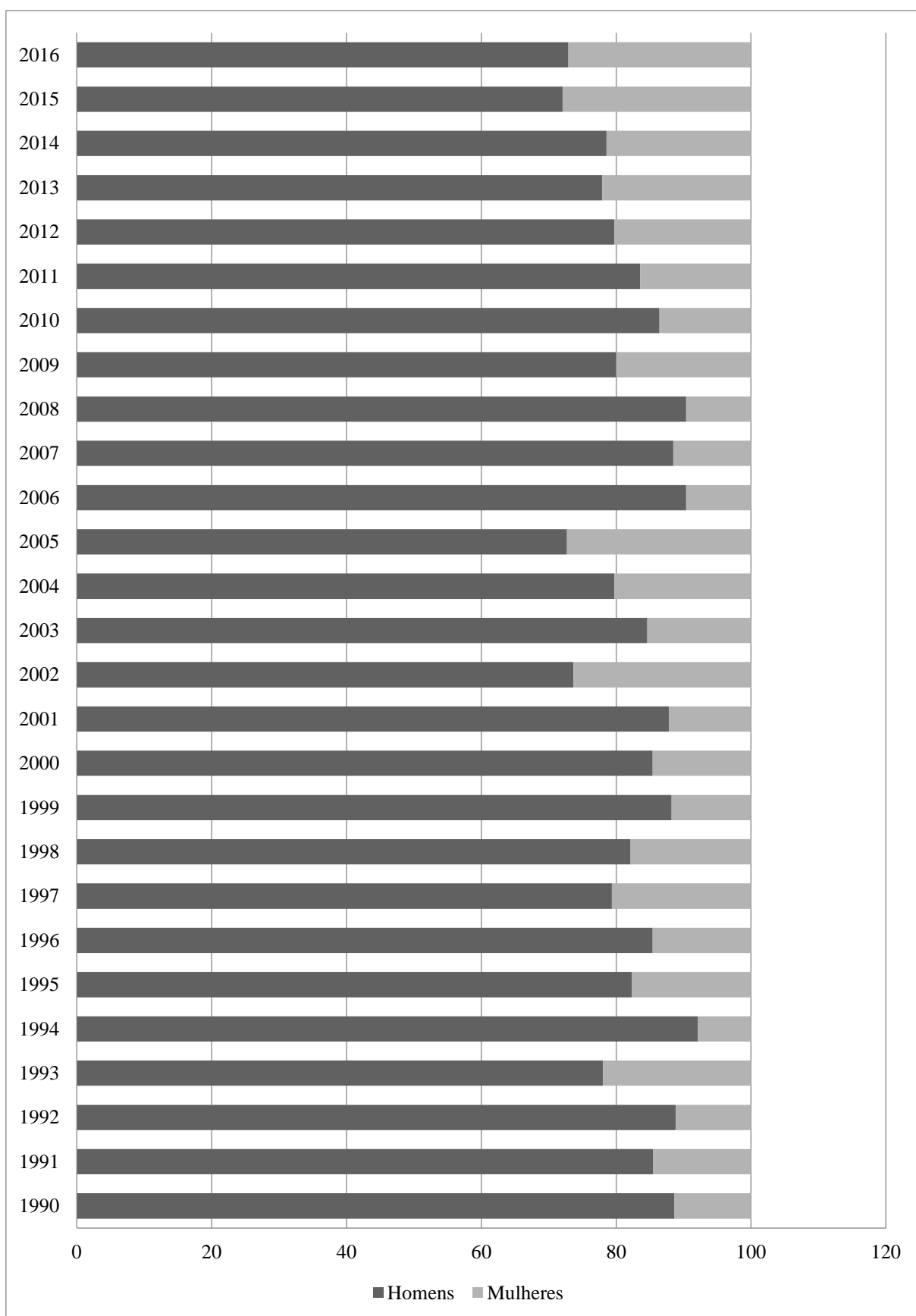
Teele e Thelen (2017) recentemente realizaram uma ampla pesquisa em relação a 10 grandes revistas da Ciência Política, cujos resultados publicaram em seu artigo *Gender in the Journals: Publication Patterns in Political Science*. As autoras apontam o problema da sub-representação das mulheres nas páginas das revistas estudadas e argumentam o porquê dessa variável – a publicação em revistas – aparecer como relevante. Segundo as autoras:

É difícil exagerar a importância da publicação em revistas de ponta para determinar quem avança – e quem não consegue avançar – dentro da nossa disciplina. A produtividade acadêmica é medida regularmente pelo número de publicações, muitas vezes ao lado das contagens de citações associadas. Além disso, quantidade à parte, as avaliações da qualidade da produção escolar são fortemente moldadas pelo prestígio relativo associado a periódicos específicos¹⁹⁶ (TEELE; THELEN, 2017, p. 433, tradução própria).

No caso das duas principais revistas da APSA, a APSR e a POP, é possível encontrar cenários distintos no período analisado nesta tese. Porém, ambos os cenários demonstram desigualdade no que diz respeito à questão de gênero. Primeiramente, em termos de representatividade na composição de autoria nas revistas e, também, sobre o espaço dedicado aos temas relacionados a mulheres e, especificamente, representatividade de mulheres.

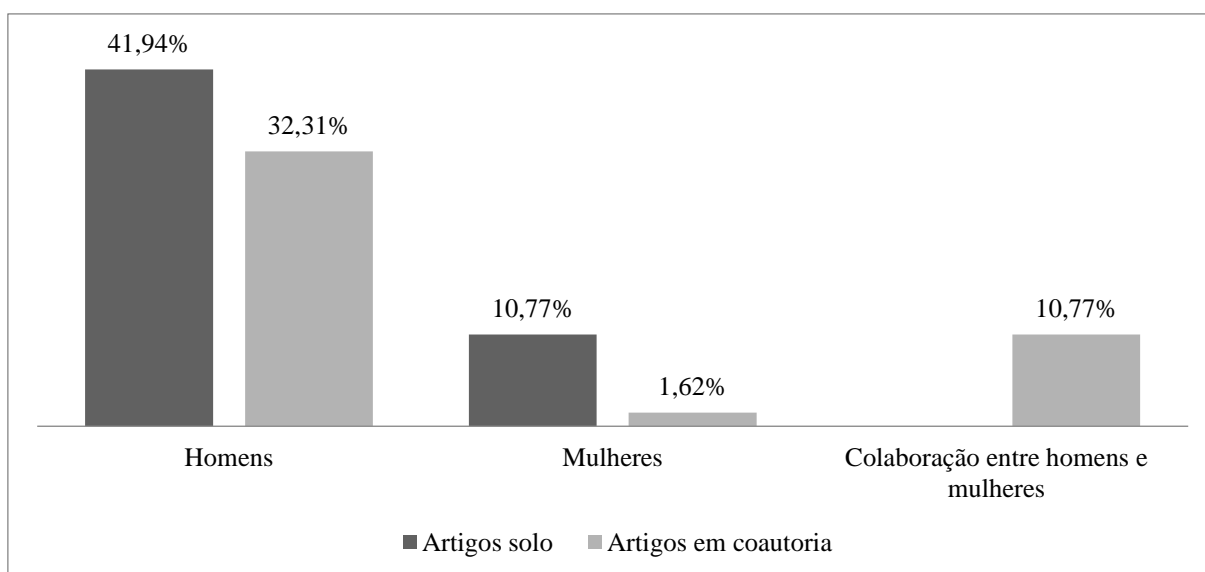
Para a análise, a autoria dos artigos foi dividida nas categorias de primeiro autor e coautores. Os artigos publicados na APSR possuem de 1 a 6 autores, dentre os quais 81,6% tiveram como primeiro autor homens e 18,4% mulheres. Considerando todos os autores que publicaram na revista – primeiro autor e coautores – observa-se um padrão similar: 82,16% dos autores de artigos são homens e 17,84% são mulheres, conforme é possível averiguar no Gráfico 5. No Gráfico 6, na sequência, apresento a porcentagem do número total de artigos distribuída a partir do gênero e da colaboração, considerando artigos solo e artigos escritos em coautoria.

¹⁹⁶ “It is hard to overstate the importance of publication in top-tier journals in determining who advances – and who fails to advance – within our discipline. Scholarly productivity is regularly measured by number of publications, often alongside associated citation counts. Moreover, quantity aside, assessments of the quality of a scholar’s output are powerfully shaped by the relative prestige associated with particular journals”.

Gráfico 5 – Proporção do total de autores que publicaram na APSR por gênero [1990-2016]

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 6 – Total de artigos publicados na APSR por gênero e colaboração [1990-2016]

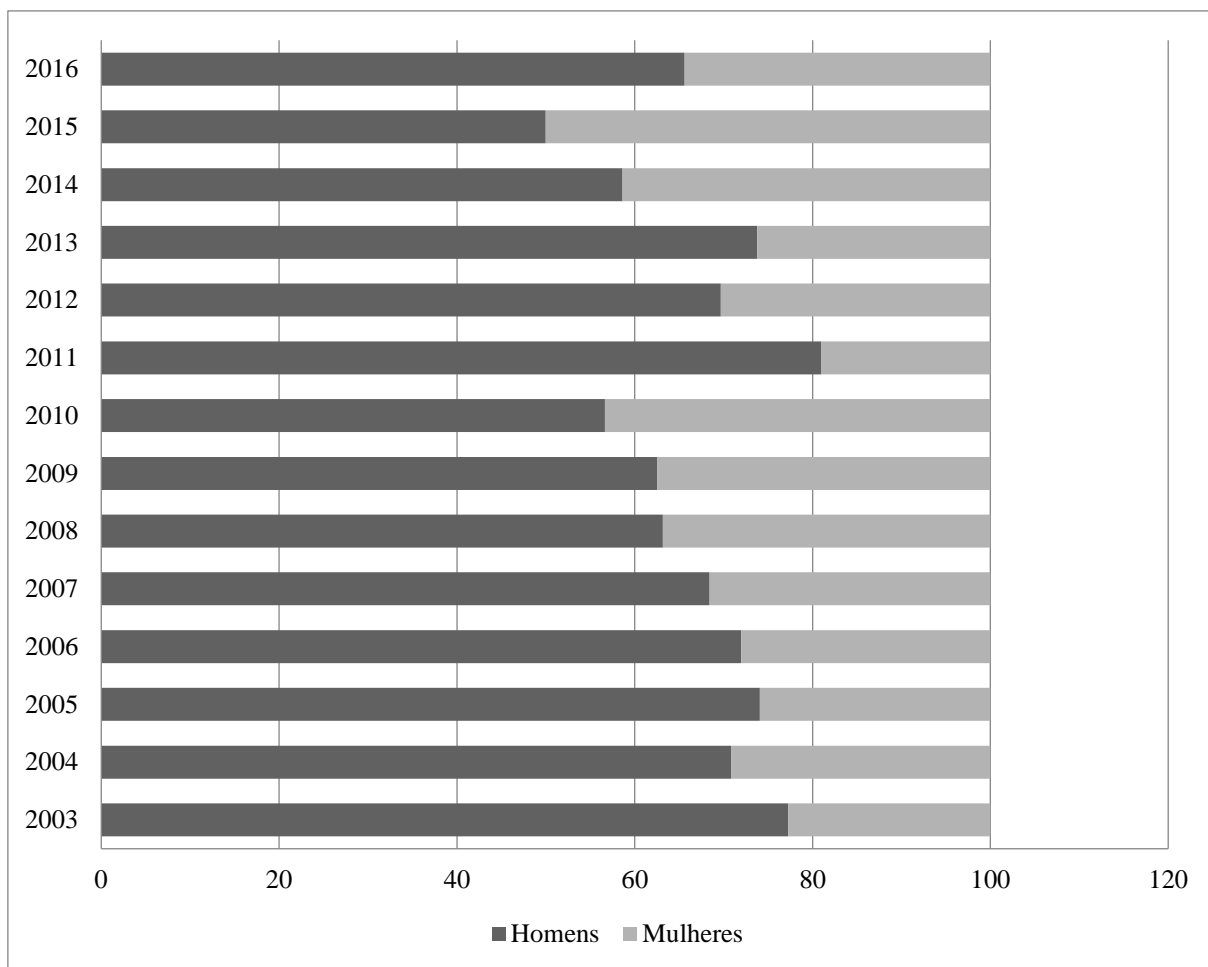


Fonte: Elaboração própria.

Os dados demonstram que há uma significativa desigualdade na presença de homens e mulheres nas páginas da APSR. Também, é possível perceber que os números não têm demonstrado um padrão de crescimento significativo ao longo das últimas décadas. Dos 1049 artigos publicados pela APSR, 495 (47,18%) foram escritos em coautoria. No que diz respeito à relação de colaboração na publicação de artigos verificou-se que a colaboração apenas entre homens representa 68,34%, a colaboração apenas entre mulheres representa 3,42% e a colaboração entre homens e mulheres representa 28,24%.

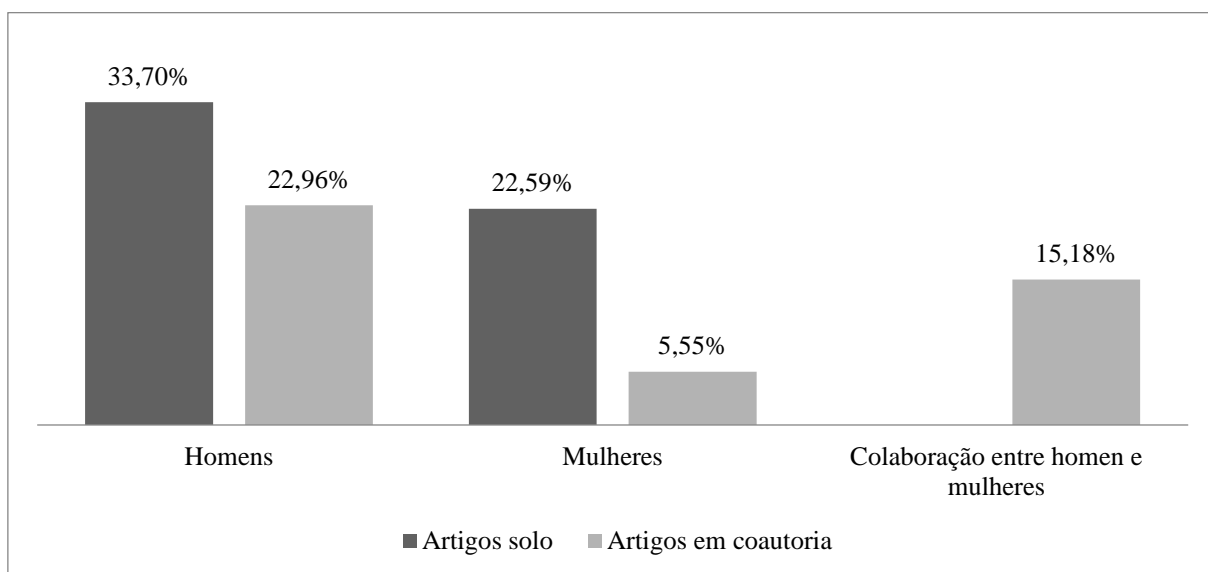
Os mesmos dados foram analisados na revista POP, que possui 270 artigos escritos geralmente por um número de 1 a 6 autores. Dentre eles, 60,7% tiveram como primeiro autor homens e 39,3% mulheres. Considerando todos os autores que publicaram na revista – primeiro autor e coautores –, observa-se uma alteração no padrão: 66,8% dos autores de artigos são homens e 33,2% são mulheres, como mostra o Gráfico 7. De acordo com os dados do Gráfico 8, na sequência, no qual apresento a porcentagem do número total de artigos distribuída a partir do gênero e da colaboração, considerando artigos solo e artigos escritos em coautoria, podemos observar que, apesar da desigualdade na presença de homens e mulheres nas páginas da POP ser significativamente menor do que nas páginas da APSR, a revista também apresenta subrepresentatividade de gênero. Dos 270 artigos publicados, 188 (43,7%) foram escritos em coautoria. No que diz respeito ao perfil da colaboração, parecerias entre homens representa 52,54%, entre mulheres, 12,71%, e entre homens e mulheres, 34,75%.

Gráfico 7 – Proporção do total de autores que publicaram na POP por gênero [2003-2016]



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8 – Total de artigos publicados na POP por gênero e colaboração [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

Tanto a APSR quanto a POP demonstram que as mulheres não têm sido beneficiadas na relação de coautoria. Além disso, a colaboração apenas entre mulheres aparece como uma prática pouco frequente. O gráfico demonstra que mulheres publicam pouco em coautoria com outras mulheres, inclusive publicam mais em coautoria com homens do que com mulheres. Homens publicam em coautoria com homens em uma proporção equivalente à de mulheres que publicam artigos solo.

Teele e Thelen (2017) argumentam que isso se repete em grande parte das principais revistas da área de Ciência Política. As autoras apontam duas explicações possíveis para esses resultados: 1. os artigos submetidos por mulheres têm tido taxas de reprovação muito superiores a dos homens ou 2. as mulheres não têm submetido seus artigos a determinadas revistas, a exemplo da APSR. A segunda explicação tem base no perfil dos artigos publicados nas revistas, visto que a APSR tem preferência por metodologias quantitativas e formais, enquanto que a POP publica artigos qualitativos e interpretativos. Segundo Brandes et al (2001, p. 322), "no final da década de 1990, muitas mulheres e estudiosas da política começaram a ver a APSR tão dominada pela abordagem de Escolha Racional, que não se dispuseram a enviar seu trabalho à revista"¹⁹⁷. A relação entre metodologia e gênero ainda tem sido algo pouco explorada pela literatura, apesar de estudos mostrarem indicativos a respeito de preferências ou, ao menos, de maior atuação de mulheres na área de métodos qualitativos.

Por fim, além da análise da presença das mulheres nas páginas das revistas, é considerado o modo como a temática de gênero, especialmente em relação às mulheres, tem sido abordada nos simpósios e outras seções das revistas. Estes espaços geralmente apresentam um caráter mais ensaístico, com maior abertura para o debate, como resultado de uma reunião de área temática ou comitê ou, ainda, como reflexões e análises a partir de uma obra já publicada. Os simpósios que tratam de gênero estão concentrados, em sua maioria, na PS, mas também aparecem na POP. Foram selecionados 16 simpósios publicados no período analisado. No quadro 20, apresento uma lista constando o título e a edição das publicações.

¹⁹⁷ By the late 1990s, many women and political scholars had come to view APSR as so dominated by the rational choice approach, that they did not bother submitting their work to the journal.

Quadro 20 – Simpósios publicados nas revistas da APSA sobre gênero [1990-2016]

TÍTULO	REVISTA	EDIÇÃO
<i>Gender and Voting Behavior in the 1996 Presidential Election</i>	PS	1999 [Vol. 32, No. 1]
<i>Women in Comparative Perspective: Japan and the United States</i>	PS	2001 [Vol. 34, No. 2]
<i>Women and Politics in Comparative Perspective</i>	PS	2004 [Vol. 37, No. 1]
<i>Politics of Same-Sex Marriage</i>	PS	2005 [Vol. 38, No. 2]
<i>Gender, Race, and the Presidential Elections</i>	PS	2008 [Vol. 41, No. 4]
<i>Fieldwork, Identities and Intersectionality</i>	PS	2009 [Vol. 42, No. 2]
<i>The State of LGBT / Sexuality Studies in Political Science</i>	PS	2011 [Vol. 44, No. 1]
<i>New Research on Gender in Political Psychology</i>	PS	2012 [Vol. 45, No. 2]
<i>How Political Science Can Be More Diverse</i>	PS	2015 [Vol. 48, No. 3]
<i>Mainstreaming Gender in the Teaching and Learning of Politics</i>	PS	2016 [Vol. 49, No. 3]
<i>War and Gender*</i>	POP	2003 [Vol. 1, No. 2]
<i>A Comparative Politics of Gender</i>	POP	2010 [Vol. 8, No. 1]
<i>Women's choices and the Future of Feminism</i>	POP	2010 [Vol. 8, No. 1]
<i>Global Gender Inequality and the Empowerment of Women*</i>	POP	2010 [Vol. 8, No. 1]
<i>Gender and Politics*</i>	POP	2014 [Vol. 12, No. 1]
<i>Combating Violence Against Women*</i>	POP	2014 [Vol. 12, No. 1]
<i>Just Married: Same-Sex Couples, Monogamy and the Future of Marriage*</i>	POP	2016 [Vol. 14, No. 3]

* *Review Symposium*: Análises de vários autores a partir de uma obra reconhecida da área.

Fonte: Elaboração própria.

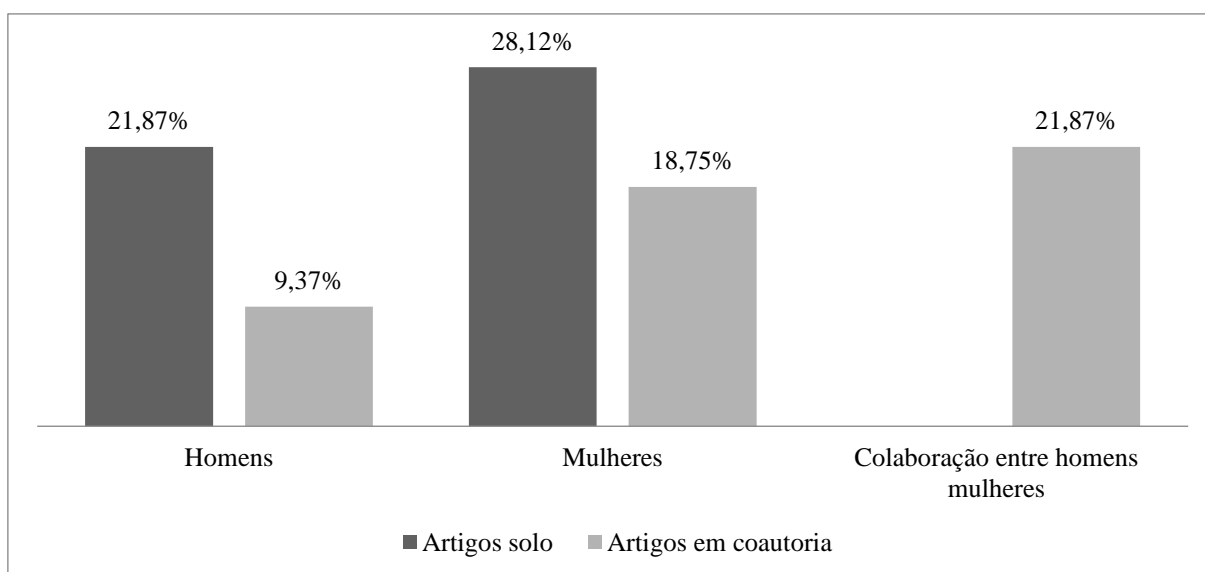
Além de simpósios, outros espaços das revistas são dedicados aos debates de gênero. Na revista PS isso ocorre nas sessões *The Profession*, *Association News* e *The Teacher*, nas mesmas em que geralmente são publicados os relatórios sobre o *status* das mulheres na associação. A JPSE também publica artigos que tratam de questões de gênero frente a metodologias de ensino e abordagem de conteúdos relativos à diversidade. No caso da POP, é publicada a seção *Dialogue*. Esta dedica espaço a debates curtos a respeito de livros e artigos já publicados, contrapondo ideias e perspectivas. Dessa forma, debates sobre feminismo e outros movimentos políticos aparecem com maior frequência. Ainda, a APSR e a POP utilizaram a seção de resenhas para edições especiais sobre gênero¹⁹⁸, reunindo referências de leitura sobre a temática.

¹⁹⁸ *Gendered Politics* (2010, Vol. 8, No. 1) e *Gender and Politics* (2014, Vol. 12, No. 1) na POP e *Science, Rights and Control of the Body* na APSR (1990, Vol. 84, No. 1).

Por fim, trato diretamente dos artigos científicos publicados na APSR e na POP. Nas últimas décadas, foram direcionadas reivindicações por um maior espaço para estudos de gênero às principais revistas, a partir do reconhecimento de que havia uma resistência em relação a publicações sobre o tema (APSA, 2005; BRANDES et al. 2001). Kelly, Williams e Fisher (1994) realizaram uma pesquisa de quase 100 anos em publicações de 15 grandes revistas de Ciência Política. A partir disto encontraram apenas 443 artigos sobre mulheres ou teoria feminista antes de 1990, sendo que grande parte deles foi publicada por volta de 1980. A APSR, por exemplo, desde a sua fundação até o final da década de 1990, teve 24 artigos publicados sobre a temática (BRANDES et al. 2001). No período que analiso nesta pesquisa, em quase 30 anos, a APSR e a POP juntas publicaram um total 56 artigos. A APSR, que conta com um número significativamente maior de artigos para a análise, publicou 32 artigos a respeito de gênero no período (APÊNDICE 3), representando 3% do número total de artigos publicados.

Em relação ao perfil dos artigos de gênero da APSR fica evidente, que são voltados às mulheres. A palavra mulheres apenas não aparece em 4 resumos que, todavia, utilizam hierarquia ou igualdade de gênero. Os artigos, em sua maioria, tratam da conquista de direitos, ativismo e movimentos sociais, participação política, representação e conflito entre as esferas pública e privada na vida das mulheres. Destaca-se que 6 artigos adotam uma abordagem interseccional com raça e/ou classe; 2 abordam sexualidade e militância LGBT; e 2 artigos tratam mais diretamente sobre feminismo, apesar do movimento ser mencionado em outros artigos.

Em relação à autoria, 57 autores participaram da construção desses artigos: 35 mulheres (61,4%) e 22 homens (38,6%). Se considerado apenas o primeiro autor há uma alteração das porcentagens, mas não de forma tão significativa – mulheres representariam 68,75% das primeiras autoras. Dos 32 artigos sobre gênero, 16 foram com colaboração: 4 artigos (25%) foram escritos apenas por mulheres; 3 artigos (18,75%) apenas por homens e 7 artigos (43,75%) foram escritos com a colaboração entre homens e mulheres. No Gráfico 9, apresento a porcentagem do número total de artigos sobre gênero distribuída a partir do gênero e da colaboração, considerando artigos solo e artigos escritos em coautoria.

Gráfico 9 – Total de artigos sobre gênero publicados na APSR por gênero e colaboração [1990-2016]

Fonte: Elaboração própria.

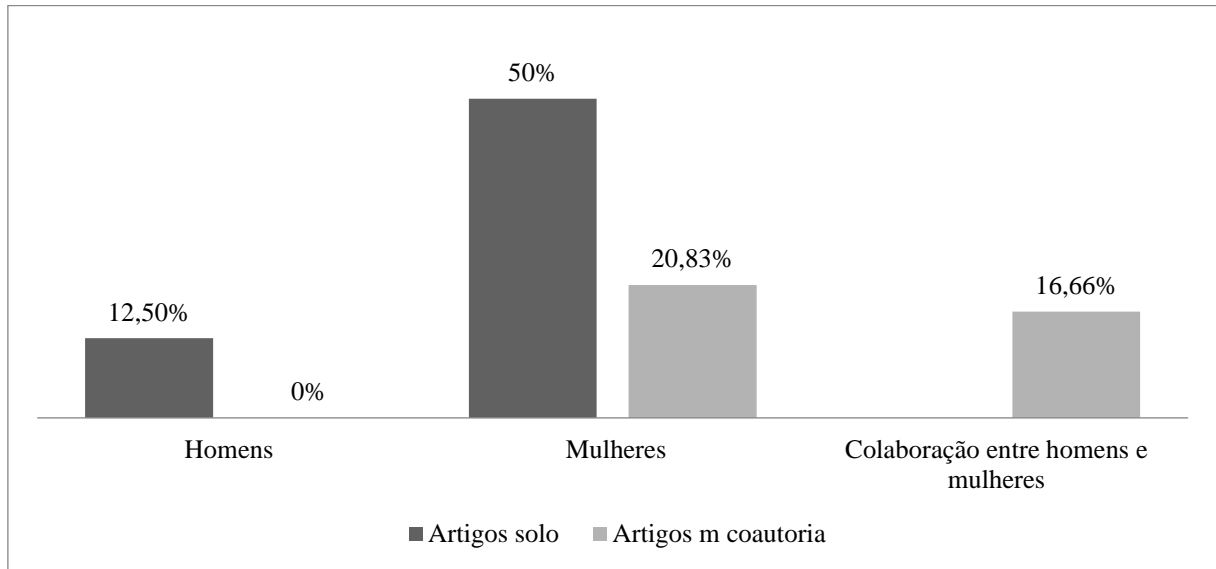
Nota-se que na APSR homens e mulheres publicam sobre a temática gênero. Ainda assim, é significativa a diferença em relação ao padrão geral de publicações da revista. Nesse caso, 46,87% dos artigos (somando os solo aos com colaboração) são publicados apenas por mulheres; enquanto 31,24% são publicados apenas por homens. Ou seja, as mulheres são maioria na temática e, ainda, colaboram mais do que os homens.

A POP, por sua vez, publicou 24 artigos sobre gênero de 2003 até 2016 (APÊNDICE 4), representando 8,88% do número total de artigos publicados. Os artigos publicados na POP, também voltados às mulheres, demonstram perspectivas mais variadas. Todavia, destaca-se que há um grande espaço para artigos sobre engajamento, movimentos sociais e feminismo, representando quase 30% do total de artigos. Dos 24 artigos, 5 adotam uma abordagem interseccional com raça e/ou classe e 2 abordam sexualidade e militância LGBT. Ainda, 1 artigo trata especificamente da temática de gênero na academia (MONROE et al, 2008).

Em relação à autoria, 37 autores participaram da construção desses artigos: 30 mulheres (81,08%) e 7 homens (18,92). Se considerado apenas o primeiro autor, há uma alteração das porcentagens, mas não de forma tão significativa – mulheres representariam 83,33% das primeiras autoras. Dos 32 artigos sobre gênero, 9 foram com colaboração: 5 artigos (55,5%) foram escritos apenas por mulheres e nenhum escrito apenas por homens; e 4 (44,5%) tiveram colaboração entre homens e mulheres. No Gráfico 10, apresento a

porcentagem do número total de artigos sobre gênero distribuída a partir do gênero e da colaboração, considerando artigos solo e escritos em coautoria.

Gráfico 10 – Total de artigos sobre gênero publicados na POP por gênero e colaboração [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente da APSR, na POP, a temática de gênero é tratada especialmente por mulheres, o que se distancia ainda mais do padrão geral de publicações na revista. Nesse caso, 70,82% dos artigos (somando artigos solo com os de colaboração) são publicados apenas por mulheres; enquanto 12,54% são publicados em colaboração com homens. Ou seja, além de as mulheres publicarem mais, elas também colaboram mais. Inclusive, não há nenhum artigo com colaboração exclusiva entre homens. Uma das explicações possíveis para essa diferença se refere ao perfil metodológico das revistas. Segundo Teele e Thelen (2017), algumas revistas, como é o caso da APSR, não refletem o tipo de trabalho que mulheres têm produzido. Sendo assim, a diferença entre a POP e a APSR em termos de presença das mulheres – em trabalhos de gênero e na revista como um todo – pode estar associada à sua receptividade a pesquisas de caráter qualitativo e interpretativo.

5. 3 REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL POR RAÇA E ETNIA

Nesta seção, abordo as hierarquias do conhecimento referentes à representatividade profissional de raça e etnia na academia de Ciência Política dos Estados Unidos. Trato da

diversidade racial e étnica na composição do grupo responsável pela liderança, publicação e divulgação de conhecimentos da área, especialmente no que diz respeito à inclusão de pesquisadores e pesquisadoras negros. Ademais, analiso o tratamento de temas a esse respeito nos espaços da APSA: seus discursos presidenciais, revistas oficiais e encontros anuais. Portanto, apresento um panorama do *status* de grupos minoritários na Ciência Política norte-americana e, a partir de estudos da área, indico os seus avanços e limites no âmbito disciplinar. Por fim, sintetizo algumas das propostas indicadas pela literatura para a superação de desigualdades.

5. 3. 1 Estado da Área e Contexto do Debate

A desigualdade observada no âmbito social tem sido problematizada no espaço da academia. De forma semelhante ao que ocorre no debate a respeito da exclusão de mulheres como pesquisadoras e temas de pesquisa, as demandas por uma maior diversidade racial e étnica na ciência têm impactado universidades, associações profissionais e agências de financiamento de pesquisa no mundo todo (SMITH, 2011). A representatividade profissional também perpassa questões de acesso, permanência e progressão profissional em um contexto ainda caracterizado pela falta de oportunidades, hostilidade de raça e etnia, e retribuição desigual de salários nas mais diversas áreas do conhecimento.

Estudos referentes à diversidade racial e étnica na Ciência Política têm crescido nos últimos anos nos Estados Unidos, apesar de que em uma proporção menor do que aquela observada na categoria gênero. Estes tratam da inclusão de minorias na disciplina, especificamente de afro-americanos, latinos, asiáticos e nativo-americanos (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; ALEX-ASSENSOH et al., 2005; ARDS; WOODARD, 1992, 1997; ÁVALOS, 1991; MARTINEZ-EBERS et al., 2000; MCCORMICK, 2012; RICH, 2007; SINCLAIR-CHAPMAN, 2015). A maior parte da literatura tem-se concentrado em estudos sobre pesquisadores negros e negras, ressaltando a importância da problemática racial nos Estados Unidos. Mais recentemente, têm surgido pesquisas referentes a asiáticos e latinos.

Destaco dois motivos principais pelos quais a questão étnica e racial tem assumido relevância na Ciência Política nos Estados Unidos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento de que não é possível compreender a história do país sem considerar questões étnicas e raciais em termos de cultura, sociedade, política e economia (BARKER et al., 1999; WILSON; FRASURE, 2007). O segundo se refere às próprias mudanças na configuração populacional

do país. Dados divulgados pelo *U.S. Bureau of the Census* (USBC)¹⁹⁹ indicam que a população dos Estados Unidos em 2010 era composta por 63,7% de “brancos”, 16,4% de “hispanicos/latinos”, 12,52% de “negros/afro-americanos”, 4,7% de “asiáticos”, 0,9% de “índios americanos/nativos americanos”, 0,2% de outras raças e 1,9% com atribuição de mais de uma raça²⁰⁰. Projeções para 2050 indicam ainda uma significativa mudança nesse cenário, especialmente no que diz respeito aos “hispanicos/latinos” que devem representar 30,2% da população. Desse modo, os argumentos de inclusão disciplinar se referem à importância de um posicionamento da academia frente a uma sociedade cada vez mais diversa e multicultural (APSA, 2011a).

Ademais, a APSA sempre pautou em suas manifestações públicas e oficiais que o crescimento da associação não é voltado apenas ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, mas também pela relação destas com a política do país e com a educação cívica. Esse objetivo é mencionado de forma recorrente nos discursos anuais dos presidentes da associação. Ainda assim, estudos recentes apontam que a Ciência Política possui uma comunidade com baixa representatividade racial e étnica e com poucos estudos sobre o tema (ALEXANDER-FLOYD, 2014; ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; ALEX-ASSENSOH et al., 2005; ARDS; WOODARD, 1992, 1997; ÁVALOS, 1991; MARTINEZ-EBERS et al., 2000; MCCORMICK, 2012; RICH, 2007; SINCLAIR-CHAPMAN, 2015).

Algumas pesquisas traçaram o perfil de manuais de Ciência Política e artigos em revistas da área, chegando à conclusão de que a temática racial e étnica é tratada de forma isolada na disciplina, como se não fizesse parte da história dos Estados Unidos ou fosse apenas um de seus adendos (DAWSON; COHEN, 2002; DAWSON; WILSON, 1991; WALTON; MCCORMICK, 1997; WALTON; MILLER; MCCORMICK, 1994; WARREN, 2005; WILSON, 1985). Segundo Sherri Wallace e Marcus Allen (2008),

A maioria dos principais livros didáticos [...] utiliza as abordagens institucionais e comportamentais tradicionais para o estudo do governo americano, que historicamente trataram a experiência política afro-americana separada da política americana dominante; assim, relegando suas discussões para um capítulo separado sobre "direitos civis" ou "igualdade de direitos"²⁰¹ (p. 153, tradução própria).

¹⁹⁹ Dados sobre a configuração populacional dos Estados Unidos podem ser encontrados no *site* oficial do USBC (2018) ou no relatório *Political Science in the 21st Century*, em uma versão resumida (APSA, 2011a).

²⁰⁰ As categorias mencionadas são utilizadas pelo próprio censo, que se propõe a indicar “raça e origem hispânica (etnicidade)” da população norte-americana. Apesar de os termos terem significados distintos, geralmente aparecem de forma associada em relatórios públicos e debates profissionais da Ciência Política.

²⁰¹ “Most of the major textbooks [...] utilize the traditional institutional and behavioral approaches to the study of American government, which have historically treated the African American political experience as separate

Argumenta-se que, apesar de minorias serem segregadas nas ciências e na academia de modo geral, o estudo sobre o tema encontra maior resistência dentro da área de Ciência Política se comparada a áreas como Antropologia, História, Sociologia e Economia (ALEXANDER-FLOYD, 2014; TAKEDA, 1999; WILSON, 1985). Ira Katznelson e Helen V. Milner (2002) afirmam que o processo de surgimento da Ciência Política envolveu a preocupação com a delimitação das fronteiras de pesquisa em relação a outras disciplinas. Diferenciou-se da História voltando-se a eventos mais atuais; da Sociologia, a partir do distanciamento de estudos sobre a base social da ação política e da desigualdade; e, da Economia, deixando com ela as variáveis econômicas da política. Segundo Wilson e Frasure (2007, p. 8), uma das consequências desse isolamento temático foi que “a Ciência Política tem sido relativamente apática frente a temas como a política racial e a desigualdade”²⁰².

Não obstante, as razões pelas quais há um número reduzido de estudos de raça e etnia na Ciência Política têm sido questionadas em vários fóruns. Em síntese, Ernst J. Wilson (1985) afirma que é possível compreender esse distanciamento temático a partir do próprio caráter da disciplina. Ele estrutura seus argumentos da seguinte forma:

- A) A Ciência Política geralmente estuda elites e "tomadores de decisão", isto é, os usuários e usos da influência e do poder (quem obtém o quê, como e quando), especialmente quando expressos por meio de canais formais (votação de candidatos, comportamento legislativo, etc.);
- B) Os negros historicamente foram privados do status de elite e, portanto, raramente estão envolvidos em decisões de autoridade; são mais frequentemente objetos ou vítimas do uso do poder; a política, como tal, envolve frequentemente o design criativo da adaptação à privação de direitos e à dominação econômica por meio da dependência de canais não formais como a igreja negra;
- C) Sendo assim, a Ciência Política não estuda política negra²⁰³ (p. 64, tradução própria).

from mainstream American politics; thus, relegating its discussions to a separate chapter on “civil rights” or “equal rights”.

²⁰² “[...] political science has been relatively apathetic toward topics like the politics of race and inequality”.

²⁰³ “A) Political science typically studies elites and “decision makers,” i.e., the users and uses of influence and power (who gets what, how and when), especially as expressed through formal channels (voting for candidates, legislative behavior, etc.); B) Blacks have historically been deprived of elite status and hence rarely are involved in authoritative decisions; they are more frequently the objects or victims of the use of power; politics, as such, often involves the creative design of adaptation to disenfranchisement and economic domination through reliance on non-formal channels like the black church; C) Ergo, political science doesn't study black politics”.

A falta de representatividade étnica e racial na APSA – e, portanto, em suas deliberações disciplinares – somada a um espaço hostil frente a problemáticas relativas a grupos minoritários resultou inicialmente no entendimento compartilhado de que a associação não acolhia determinados grupos de pesquisadores e agendas de pesquisa (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; PINDERHUGHES, 1990; WOODARD, 1977). Desse modo, adotou-se como estratégia a criação de espaços para debates e publicações próprios.

O primeiro movimento nesse sentido foi protagonizado por pesquisadores negros e negras. No ano de 1969, aproximadamente 35 cientistas políticos reuniram-se no estado de Lousiana, em uma universidade historicamente negra, a Universidade do Sul, para a *Conference of Political Science Curriculum at Predominantly Black Institutions*. Nessa ocasião os pesquisadores direcionaram suas críticas ao ensino e à pesquisa na Ciência Política norte-americana. No mês de setembro do mesmo ano, os debates iniciados na primeira conferência tiveram continuidade na 65ª reunião anual da APSA, realizada em Nova Iorque (NCOBPS, 2018). A conclusão dos presentes, em maior número, foi de que as situações pelas quais pesquisadores negros e negras passavam em seus departamentos, universidades e organizações disciplinares criaram a necessidade de um espaço próprio para a produção e reprodução do conhecimento não aceito nos espaços acadêmicos tradicionais (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015).

Em decorrência disto, em 1970 surge uma nova organização nacional de cientistas políticos, estabelecendo-se como a *National Conference of Black Political Scientists* (NCOBPS)²⁰⁴. Os seus objetivos são divulgados em seu *site* institucional:

A Conferência Nacional de Cientistas Políticos Negros (NCOBPS) é organizada para estudar, aprimorar e promover as aspirações políticas de pessoas de ascendência africana nos Estados Unidos e em todo o mundo. Tem como objetivo contribuir para a resolução dos muitos desafios que os negros enfrentam. Nossa organização promove pesquisa e análise crítica de tópicos geralmente negligenciados e/ou marginalizados nas agendas de estudo da Ciência Política. Acreditamos que a nossa agenda de estudo deve abordar questões abrangentes do "mundo real" e não as preocupações estreitas e muitas vezes fabricadas com a disciplina²⁰⁵ (NCOBPS, 2018, tradução própria).

²⁰⁴ Mack H. Jones, um dos cientistas políticos mais ativos no movimento de crítica a respeito da condição dos pesquisadores negros na disciplina, tornou-se, posteriormente, o primeiro presidente da NCOBPS. Ele tratava da responsabilidade dos cientistas políticos negros para com a comunidade negra (JONES, 1977).

²⁰⁵ “The National Conference of Black Political Scientists (NCOBPS) is organized to study, enhance, and promote the political aspirations of people of African descent in the United States and throughout the world. It aims to contribute to the resolution of the many challenges that black people confront. Our organization promotes research in and critical analysis of topics usually overlooked and/or marginalized in political science

Segundo Alexander-Floyd et al. (2015), as “conferências de grupos específicos” se diferenciam das “conferências *mainstream*” porque, além de permitirem um espaço focado e especializado para debates temáticos, não sofrem com a necessidade de precisarem se enquadrar a alguma área ou teoria pré-estabelecidas para participar da conferência. Ademais, além da reunião anual, a NCOBPS possui uma revista própria, a *National Political Science Review* (NPSR) e estabelece parcerias com outras associações e organizações, tais como: *African Association of Political Scientists* (AAPS), *National Coalition on Black Civic Participation* (NCBCP), *African Studies Association* (ASA); *National Council for Black Studies* (NCBS); *African American History and Studies* (AAHS), *Association for the Study of Black Women in Politics* (ASBWP) e *American Political Science Association* (APSA) – especialmente por meio do *Committee on the Status of Blacks in the Profession* (CSBP). Destaca-se ainda o projeto de pesquisa colaborativo estabelecido com pesquisadores afro-brasileiros, intitulado *The Race and Democracy in the Americas Project*²⁰⁶.

A criação de “conferências de grupos específicos” também estabelece demandas comuns de grupos minoritários. Estas se direcionam tanto à política nacional e internacional a partir de posicionamentos frente à representatividade política e midiática e a legislações que afetam minorias, quanto à disciplina de Ciência Política e suas instituições (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015). Desse modo, constituem-se como espaço de engajamento. O seu estabelecimento e fortalecimento fora da associação foram fundamentais para que houvesse mobilização e pressão por parte dos associados da APSA em relação à diversificação da Ciência Política.

A produção referente à raça e à etnia nos espaços da associação – como representatividade acadêmica e tema de interesse – tem-se dado especialmente a partir dos seus comitês e seções de pesquisa. No caso dos comitês, foram criados o *Committee on the Status of Blacks in the Profession* (1969), o *Committee on the Status of Latinos y Latinas in the Profession* (1998) e o *Committee on the Status of Asian-Pacific Americans in the Profession* (2000). Estes têm como propósito fundamental a mensuração e análise da inclusão profissional, de modo a diagnosticar problemas e, então, propor políticas de combate à

scholarship. We believe that our scholarship must address wide-ranging "real world" issues and not the narrow, and often manufactured, concerns of the discipline”.

²⁰⁶ A elaboração do projeto contou com o suporte da NSF e tem como pesquisadores brasileiros vinculados cientistas políticos da Bahia, de Brasília e de São Paulo. Artigos selecionados sobre o projeto podem ser encontrados nas páginas da NPSR, Vol. 9, 2003.

discriminação. Também, na composição da sua diretoria tendem a valorizar a representatividade racial e étnica de cientistas políticos.

No caso da abordagem temática de raça e etnia nos espaços da associação, destacam-se as seções 33, *Race, Ethnicity and Politics* (REP), e 44, *African Politics Conference Group* (APCG). A REP, criada em 1995, apresenta em seu *site* institucional o objetivo de “promover a comunicação entre estudiosos, reconhecer lideranças na área, facilitar pesquisas e oportunidades de publicação, incentivar o interesse dos alunos de graduação e criar um fórum permanente para desenvolver e refinar modelos teóricos adequados ao estudo de raça e etnia”²⁰⁷. A APCG, por sua vez, foi criada mais recentemente, no ano de 2013, e apresenta como objetivo “promover o reconhecimento dentro de associações profissionais das contribuições teóricas e metodológicas para a disciplina dos cientistas políticos cuja pesquisa e interesses profissionais se centram em grande parte ou parcialmente na África subsaariana”²⁰⁸.

Andrea Simpson e Ron Schmidt (2002) relataram no segundo volume da revista oficial da REP, a *Journal of Race, Ethnicity, and Politics* (JREP), que a seção foi criada a partir da iniciativa de um grupo de pesquisadores que, um ano antes da sua fundação, estava reunido no 90º encontro anual da APSA em uma mesa redonda sobre o estado teórico e metodológico dos estudos de raça e etnia na disciplina. Após a apresentação de uma pesquisa de Tony Affigne, Manny Avalos e Gerald Taiaiake referente à política racial nas Américas, desencadeou-se uma discussão sobre a necessidade de um espaço próprio para o estabelecimento de redes de estudos. Evidenciou-se, então, a importância da criação de uma seção oficial na APSA. Os autores afirmam que “organizar esta seção exigiu a liderança e cooperação de estudiosos de todas as raças e etnias”²⁰⁹ e que “a seção é a âncora profissional de estudiosos interessados em raça e etnia”²¹⁰ (SIMPSON; SCHMIDT, 2002, p. 1-2). Ainda, ressaltam que a equidade de raça, etnia e gênero em seus espaços de liderança é uma prática capaz de promover mudanças na disciplina como um todo.

²⁰⁷ “[...] to foster communication among scholars, recognize leadership in the field, facilitate research and publication opportunities, encourage undergraduate and student interest, and create a permanent forum for developing and refining appropriate theoretical models in the study of race and ethnicity”.

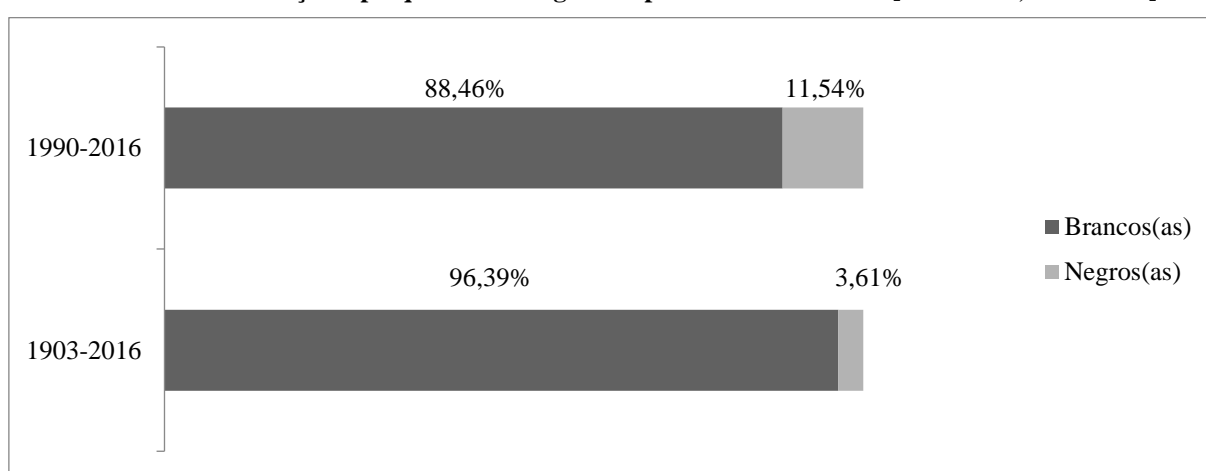
²⁰⁸ “[...] to promote recognition within professional associations of the theoretical and methodological contributions to the discipline of political scientists whose research and professional interests center largely or in part upon sub-Saharan Africa”.

²⁰⁹ “Organizing this section required the leadership and cooperation of scholars of all races and ethnicities”.

²¹⁰ “[...] the section is the professional anchor of scholars interested in race and ethnicity”.

O material produzido pelos espaços dos comitês e seções de pesquisa, somados a outras medidas da APSA, têm gerado resultados positivos no que diz respeito ao estabelecimento de redes de pesquisadores e visibilidade às temáticas raciais e étnicas. Porém, os resultados ainda são considerados insuficientes e não se refletem, por exemplo, nos espaços de liderança da APSA. Essa questão fica evidente na presidência da associação. Desde 1903 até 2016 a APSA contou com 111 presidentes, sendo 107 brancos e 4 negros, respectivamente 96,39% e 3,61%. Esses dados estão no gráfico 11.

Gráfico 11 – Presença de pesquisadores negros na presidência da APSA [1903-2016; 1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro presidente negro da APSA foi eleito no ano de 1953, ou seja, apenas um negro foi eleito antes do período analisado nessa pesquisa. Desde então, de 1990 até 2016, dos 26 presidentes eleitos, 23 são brancos e 3 são negros, representando 11,53% da presidência no período. Isto demonstra uma proporção ainda menor do que a encontrada no caso das mulheres e, ainda, assinala que nos últimos anos não têm sido tomadas medidas de inclusão semelhantes, por exemplo, à da rotatividade de gênero na presidência. Outro fator a destacar é que apenas uma mulher negra foi eleita desde a fundação da APSA, o que reforça o argumento da interseccionalidade de gênero e raça.

A seguir, no Quadro 21, são listados os pesquisadores negros que assumiram a presidência da APSA. Eles foram pioneiros em diferentes espaços e atuaram no combate ao preconceito dentro e fora da academia. Inclusive, a manifestação desses ex-presidentes da associação, assim como seu comprometimento com a causa da diversidade na política e na Ciência Política, mostra o empenho dos membros de grupos minoritários na promoção de

medidas e políticas de maior inclusão (ESCOBAR-LEMMON; TAYLOR-ROBINSON, 2014; MONROE et al., 2008).

Ralph Johnson Bunche²¹¹, por exemplo, além de tornar-se o primeiro presidente negro da associação, foi também o primeiro pesquisador negro a receber um título de doutorado em Ciência Política, no ano de 1934, pela universidade de Harvard²¹². Ele contribuiu com a literatura nacional e internacional por meio de estudos sobre a política colonial na África ocidental e a questão racial nos Estados Unidos (BUNCHE, 1936, 1992). Durante o período da Segunda Guerra Mundial, ocupou o cargo de diplomata norte-americano e, em 1946, passou a atuar em nome da Organização das Nações Unidas (ONU). Como consequência de sua atuação, no ano de 1950, foi o primeiro homem negro da história a ser contemplado com um Prêmio Nobel, o Prêmio Nobel da Paz, devido à sua mediação na questão da Palestina, conciliando interesses por um cessar-fogo entre israelenses e árabes.

Quadro 21 – Pesquisadores negros nomeados presidentes da APSA [1903-2016]

PRESIDENTE	PERÍODO
Ralph Johnson Bunche	1953-1954
Lucius Jefferson Barker	1992-1993
Matthew Holden Jr.	1998-1999
Dianne Pinderhughes	2007-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de informações divulgadas pelo *site* institucional da APSA (2018).

Na ocasião do seu discurso anual como presidente da APSA, Bunche (1954) ressaltou que a Ciência Política não trata, por exemplo, da política colonial e seus efeitos mundiais. Segundo ele:

Nossas faculdades e universidades [...] e cientistas políticos, com poucas exceções, têm sido lamentavelmente lentos em compreender plenamente o significado mundial desse problema. A Ciência Política norte-americana, temo, ainda não chegou a enfrentá-lo. Ao analisar os discursos presidenciais do passado, por exemplo, notei que em apenas um ou dois houve referência ao problema do colonialismo²¹³ (p. 969, tradução própria).

²¹¹ Em 1978 a APSA homenageou Bunche com a criação do *Ralph Bunche Award*. Este prêmio indica anualmente a melhor publicação referente a fenômenos de pluralismo étnico e cultural na Ciência Política.

²¹² A primeira mulher negra a receber um título de doutora em Ciência Política foi Jewel Prestage pela universidade de Iowa em 1954. Antes disso, Maze Taste recebeu o título de doutora em Relações Governamentais e Internacionais pela Universidade de Harvard em 1941.

²¹³ “Our colleges and universities, however, and political scientists with few exceptions, have been regrettably slow in grasping fully the world significance of this problem. American political Science, I fear, has not yet

Lucius Jefferson Barker, presidente da associação 39 anos depois, demonstrou a mesma disposição em abordar temáticas raciais em suas pesquisas. Formado pela Universidade de Illinois, com atuação nas universidades de Wisconsin-Milwaukee, Illinois e Washington e, posteriormente, tendo realizado o seu pós-doutorado em Harvard, desenvolveu pesquisas sobre o sistema político norte-americano e a sua relação com os cidadãos afro-americanos (BARKER, 1970, 1994). Além de presidente da APSA, foi presidente da NCOBPS (1983-1984) e ocupou o cargo de editor da NPSR. Também se preocupou em discutir as oportunidades para acadêmicos negros na Ciência Política. Na ocasião de seu discurso, tratou da experiência afro-americana a partir da década de 1950 e apresentou reflexões sobre a sua experiência como homem negro na profissão e na sociedade (BARKER, 1994).

Matthew Holden Jr., por sua vez, tornou-se reconhecido pela sua atuação em diversas áreas de pesquisa, tais como administração pública, políticas públicas, política urbana, raça e etnia e metodologia. Com doutorado pela Universidade do Noroeste, ele atuou a maior parte da sua carreira docente na Universidade de Virgínia. Assim como Barker, ele foi editor da NPSR, bem como participou do corpo editorial de revistas como a APSR e a PSQ. Em seu discurso presidencial da APSA, Holden (2000) não tratou diretamente da questão racial. Ele concentrou-se nas competências da Ciência Política e em seu “progresso” na atividade de pesquisa, retomando as ideias de Merriam.

Por fim, Dianne Pinderhughes, a primeira e única presidente negra da APSA, tem-se destacado por atuar na promoção de políticas de diversidade na associação. Com doutorado pela Universidade de Chicago e tendo atuado em diversas outras universidades, suas pesquisas abordam a desigualdade com foco em política racial, étnica e de gênero e em políticas públicas (PINDERHUGHES, 1987; PINDERHUGHES et al., 2014). Ela foi presidente da NCOBPS (1988-1989) e, durante a sua presidência na APSA, foi responsável pela criação da *Task Force Political Science in the 21st Century* (2011a). No seu discurso presidencial, abordou a importância do momento político vivenciado nos Estados Unidos, a candidatura de Barack Obama e a relação dessa conquista com a sua presidência. Ela encerrou seu discurso da seguinte forma:

come to grips with it. In scanning the presidential addresses of the past, for example, I noted that in only one or two of them was there any reference at all to the problem of colonialism”.

Concluo unindo o pessoal ao profissional. Quando eu começava a primeira série na Escola Primária de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e caminhava todos os dias para a escola, eu não conhecia a Associação Norte-Americana de Ciência Política, tampouco Ralph J. Bunche, que era o presidente da associação. Eu concluo este discurso presidencial durante o meu ano como presidente da Associação Americana de Ciência Política. Analisei os padrões da política racial que moldaram o nosso passado e podem moldar o nosso futuro. Naqueles primeiros anos, eu nunca teria esperado essa nomeação de um Barack Obama "na minha vida". Como presidente da APSA, eu cobro a vocês, as gerações mais antigas e futuras de cientistas políticos, a considerar como reconhecer e entender o que essa "mudança" significa. Será um desafio para nós enfrentarmos e uma jornada intelectual para emprendermos. Mas esta noite, como sua presidente, eu digo "Sim, nós podemos"²¹⁴ (PINDERHUGHES, 2009, p. 9, tradução própria).

Ainda, no ano de 2016, Rodney Hero, 100º presidente da associação, também abordou raça e etnia em seu discurso, afirmando que, junto à classe, devem ser as grandes questões a serem estudadas pela Ciência Política (HERO, 2016). Com doutorado pela Universidade de Purdue, ele foi o primeiro presidente latino da associação e fez referência aos discursos de Barker (1994) e Pinderhughes (2009), afirmando seguir a mesma linha na compreensão de raça e etnia frente à história política dos Estados Unidos, "mas também entendendo e enfrentando sua crescente complexidade, associada a latinos e asiáticos, imigração e outros desenvolvimentos, e mais diretamente trazendo classe e gênero"²¹⁵ (HERO, 2016, p. 9, tradução própria). Hero tem sido um pesquisador ativo destas temáticas e engajado na causa da diversidade na Ciência Política (HERO, 1992, 2007).

Outro espaço importante de representatividade são as revistas de renome na área (STEGMAIER et al., 2011; TEELE; THELEN, 2017). Os referidos presidentes da APSA atuaram como editores-chefes, por exemplo, da NPSR e compuseram equipes editoriais de outras revistas. Todavia, durante o período analisado nesta pesquisa, não houve representatividade significativa nesse mesmo cargo nas revistas da associação. Independentemente de alguns avanços em termos de equipe editorial, conforme apontado por

²¹⁴ "I conclude by joining the personal and the professional. When I began first grade at Our Lady of Perpetual Help Elementary School, and walked up the hill every day to school, I had no knowledge of the American Political Science Association, or of Ralph J. Bunche who was then President of the Association. I conclude this Presidential Address during my year as leader of the American Political Science Association. I have analyzed the patterns of racial politics shaping our past and that may shape our future. In those early years, I would never have expected this nomination of a Barack Obama 'in my lifetime'. As APSA president, I charge you, the older and the coming generations of political scientists, to consider how to recognize and to understand what this 'change' means. It will be a challenge for us to face, and an intellectual journey to undertake. But tonight as your president, I say 'Yes We Can'".

²¹⁵ "[...] but also extend to and grapple with its increased complexity, associated with Latinos, and Asians, and immigration, and other developments, and more directly bring class, and gender into account".

Beckwith (2015), grupos minoritários ainda têm espaço limitado nesse importante canal de comunicação.

Além da presença no corpo editorial, ressalta-se também a importância da diversidade de autores que publicam em revistas de renome. Esta, no entanto, é uma das dificuldades para o mapeamento de questões de desigualdade de raça e etnia na disciplina. A mensuração da diversidade racial e étnica, diferentemente da mensuração de gênero, demarcada por pronomes pessoais utilizados em notas biográficas, não poderia se dar a partir de dados divulgados pela revista. Isto se soma às problemáticas referentes à atribuição de raça e etnia, atualmente realizadas a partir do critério de autoidentificação. Nesse caso, há uma diferença entre as publicações e os discursos presidenciais e editoriais de revistas, nos quais os próprios autores demarcam o seu lugar de fala. Frente a isto os estudos da área tendem a concentrar-se na questão temática.

A abordagem de temas referentes à raça e etnia tem sido realizada em vários espaços de produção do conhecimento, tais como livros didáticos, eventos profissionais e revistas acadêmicas (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; DAWSON; WILSON, 1991; WALTON; MILLER; MCCORMICK, 1994; SMITH, 2004). Neste estudo, realizei um levantamento da presença dos temas raciais e étnicos nas revistas da associação. Inicialmente, identifiquei as reflexões sobre raça e etnia apresentadas nos espaços dedicados aos simpósio e, em seguida, nos seus artigos científicos.

Os espaços de simpósio, geralmente, apresentam um caráter mais ensaístico, com maior abertura para o debate, como resultado de uma reunião de área temática ou comitê, ou, ainda, como reflexões e análises a partir de uma obra já publicada. Os simpósios que tratam de raça e etnia estão concentrados, em sua maioria, na POP. Foram selecionados 18 simpósios publicados no período analisado. No Quadro 22, apresento uma lista constando o título, a revista e a edição das publicações.

Quadro 22 – Simpósios publicados nas revistas da APSA sobre raça [1990-2016]

TÍTULO	REVISTA	EDIÇÃO
<i>The Voting Rights Act After Shaw v. Reno?</i>	PS	1995 [Vol. 28, No. 1]
<i>Latino Politics in the United States</i>	PS	2000 [Vol. 33, No. 3]
<i>Asian Pacific Americans and the New Minority Politics</i>	PS	2001 [Vol. 34, No. 3]
<i>The Brown Decision at Age 50</i>	PS	2004 [Vol. 37, No. 2]
<i>Gender, Race, and the Presidential Elections</i>	PS	2008 [Vol. 41, No. 4]
<i>Fieldwork, Identities, and Intersectionality</i>	PS	2009 [Vol. 42, No. 2]
<i>How Political Science Can Be More Diverse</i>	PS	2015 [Vol. 48, No. 3]
<i>Talking about Race*</i>	POP	2008 [Vol. 6, No. 3]
<i>The Challenges of Multiculturalism in Advanced Democracies*</i>	POP	2008 [Vol. 6, No. 4]
<i>Ethnicity and the Politics of Aids*</i>	POP	2011 [Vol. 9, No. 4]
<i>Genocide and the Psychology of Perpetrators, Bystanders, and Victims*</i>	POP	2012 [Vol. 10, No. 2]
<i>American Cities and American Political Science: A Look at Thick Injustice*</i>	POP	2012 [Vol. 10, No. 3]
<i>Race in America*</i>	POP	2012 [Vol. 10, No. 3]
<i>Neoliberalism, Race, and the American Welfare State*</i>	POP	2012 [Vol. 10, No. 4]
<i>The Civil Rights Movement and U.S Democracy*</i>	POP	2014 [Vol. 12, No. 3]
<i>The Controversy over Woodrow Wilson's Legacy: A Discussion**</i>	POP	2015 [Vol. 14, No. 3]
<i>Why Does Political Science Hate American Indians?***</i>	POP	2015 [Vol. 14, No. 4]
<i>White World Order, Black Power Politics*</i>	POP	2015 [Vol. 14, No. 4]

* *Review Symposium*: Análises de vários autores a partir de uma obra reconhecida da área.

** *Reflections Symposium*: Discussão a partir de um texto que traz uma questão controversa na área.

Fonte: Elaboração própria.

Além de simpósios, outros espaços nas revistas são dedicados aos debates de raça e etnia. Na revista PS isto ocorre nas sessões *The Profession*, *Association News* e *The Teacher*. Nas duas primeiras destaca-se o espaço para a divulgação de sumários executivos de relatórios e resultados de pesquisa, tais como os promovidos pela *Task Force Political Science in the 21st Century* (APSA, 2011a) e pela *Task Force on Racial and Class Inequalities in the Americas*²¹⁶ (APSA, 2016). Na terceira, há publicações voltadas à incorporação de questões de raça e etnia em currículos universitários e a projetos de incentivo à diversidade. A JPSE também publica artigos que tratam de questões de raça frente a metodologias de ensino e da abordagem de conteúdos relativos à diversidade. No caso da POP é publicada a seção *Dialogue*. Esta dedica espaço a debates curtos a respeito de livros e

²¹⁶ O relatório, editado por Juliet Hooker e Alvin B. Tillery Jr., foi intitulado *The Double Bind: The Politics of Racial and Class Inequalities in the Americas*.

artigos já publicados, contrapondo ideias e perspectivas. Ela tem tratado de questões raciais especialmente enfocando a relação entre raça e história política, raça nos Estados Unidos e questões de imigração.

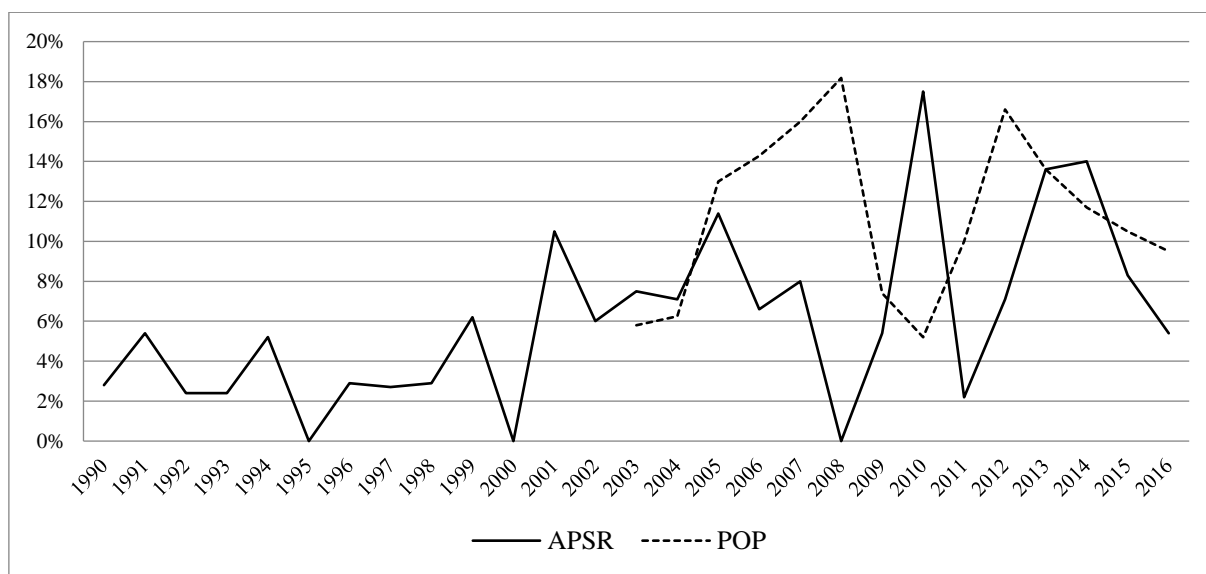
Em relação à seleção de publicações sobre raça e etnia em revistas, destaca-se que, recentemente, Dianne Pinderhughes e Maryann Kwakwa foram convidadas pela associação a retomar algumas questões apresentadas no relatório *Political Science in the 21st Century* (APSA, 2011a) e apresentar um paralelo com a Ciência Política dos anos seguintes à sua publicação. Para tanto, elas apresentaram o ensaio *A Virtual Review: Gender, Race, Ethnicity, and Diversity in American Political Science Association Publications* (2017) no qual se propuseram a identificar publicações referentes a questões de raça, etnia e gênero nas revistas da associação. Elas apresentam indicações de 17 publicações que tratam de diversidade (ALLEN et al., 2008; HERO, 2015; MERSHON; WALSH, 2015a; SINCLAIR-CHAPMAN, 2015), raça e etnia (CHONG; KIM, 2006; HANCOCK, 2007; WHITE et al., 2014), raça e minoria (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; MONFORTI; MCGLYNN, 2010), ensino e aprendizagem (DI STEFANO, 1997; SMITH; GRAHAM, 2014; SCHWARTZ-SHEA, 2003; WILMER et al., 1994) e representação em livros didáticos (ALLEN 2008; CASSESE; BOS, 2013; NOVKOV; GOSSETT, 2007; WALLACE; TAKEDA, 2015).

As autoras destacam textos que consideram importantes na construção do conhecimento sobre diversidade e afirmam ainda que o material, infelizmente, continua sendo limitado frente à relevância que questões de raça, etnia e gênero – especialmente em uma perspectiva interseccional – deveriam ter na análise da política. Nesta tese, realizei um censo das revistas, considerando especificamente os artigos de pesquisa. Nos quase 30 anos a APSR e a POP juntas publicaram um total 98 artigos sobre temáticas de raça e etnia. Frente ao número total de 1319 artigos publicados no período, o dado equivale a 7,42% das publicações.

No Gráfico 12 apresento a evolução da porcentagem de artigos publicados nas revistas. A APSR, que conta com um número significativamente maior de artigos para a análise, publicou 67 artigos a respeito de raça e etnia período (APÊNDICE 5), representando 6,38% do número total de artigos publicados na revista. Também ressalta-se que da década de 1990 para a década de 2000 o número de artigos sobre raça e etnia dobrou (de 12 para 24 artigos) e que no período de 2010 a 2016 foram publicados 31 dos 67 artigos. Os autores da APSR focaram-se majoritariamente em representação, ativismo, opinião pública, eleições, multiculturalismo, e clivagens raciais e étnicas. Dos 67 artigos, 36 voltaram-se a questões próprias dos Estados Unidos e esses, em sua grande maioria, trataram de problemáticas

referentes à população negra do país. Em relação à autoria, 108 autores participaram da construção desses artigos: 26 mulheres (24,07%) e 82 homens (75,93%). Em relação à colaboração, 37 artigos (55,22%) foram escritos por apenas um autor e 30 (44,78%) foram escritos em coautoria.

Gráfico 12
Evolução da porcentagem de artigos publicados na APSR e na POP sobre raça e etnia [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

A POP, por sua vez, publicou 31 artigos sobre raça e etnia de 2003 até 2016 (APÊNDICE 6), representando 11,48% do número total de artigos publicados. Os autores focaram-se majoritariamente em direitos, políticas de diversidade, ativismo, nacionalismo e sociedade multiétnica, imigração e xenofobia. Dos 31 artigos, 21 voltaram-se a questões próprias dos Estados Unidos, o que representa 67,74% das publicações. O tema da imigração tem destaque na revista e aparece em 7 dos resumos analisados; também, 3 artigos tratam mais diretamente da interseccionalidade entre raça, etnia, gênero e classe. Em relação à autoria, 49 autores participaram da construção desses artigos: 18 mulheres (36,73%) e 31 homens (63,27%). Em relação à colaboração, 23 artigos (74,19%) foram escritos por apenas um autor e 8 (25,81%) foram escritos em coautoria.

Conforme observado, a POP tem dedicado maior espaço a questões de raça e etnia, tanto em formato de simpósios quanto de artigos científicos. Nos últimos anos tem se percebido um aumento, ainda que limitado, de artigos sobre o tema. Ressalta-se, entretanto, que os dados do gráfico mostram que essa temática tem frequência bastante irregular, com picos de máximo e de mínimo entre os períodos. Ou seja, embora os picos máximos mais

recentes mostrem um aumento nas publicações, eles são seguidos de picos mínimos, mostrando que ainda não há um padrão consistente em relação a publicações focadas nesses temas. Em relação à APSR, um estudo realizado por Taeku Lee (2005 apud APSA, 2011a, p. 14) apresentou dados referentes a publicações de raça e etnia em revistas de ciências sociais dos anos de 1906 até 2000. Nesse estudo, o autor indica que a revista passou a dar espaço a esses temas em artigos e resenhas de livros apenas por volta das décadas de 1960, acompanhando os movimentos por direitos civis que ocorriam nos Estados Unidos nessa época.

5. 4 REPRESENTATIVIDADE PROFISSIONAL POR LOCALIDADE

Nesta seção, abordo as hierarquias do conhecimento referentes à representatividade profissional de localidade na academia de Ciência Política dos Estados Unidos. Trato da origem institucional e de nacionalidade do grupo responsável pela liderança, publicação e divulgação de conhecimentos na área, bem como a percepção a respeito de uma Ciência Política mais autocentrada em problemas nacionais ou mais globalizada. Ademais, analiso o tratamento de temas a esse respeito nos espaços da APSA: seus discursos presidenciais, revistas oficiais e encontros anuais. Portanto, apresento um panorama da diversidade da composição institucional e por nacionalidade da Ciência Política norte-americana e, a partir de estudos da área, indico os seus avanços e limites no âmbito disciplinar. Por fim, sintetizo algumas das propostas indicadas pela literatura para a superação de desigualdades.

5. 4. 1 Estado da Área e Contexto do Debate

A globalização e os avanços tecnológicos têm impactado de forma significativa todos os âmbitos da vida social. Novas problemáticas emergem de um processo de redefinição de fronteiras, estilos de vida e relações interpessoais. Especialmente, há uma transformação no modo de criar, processar e compartilhar informações. Na política, por exemplo, a referência do Estado-nação não é mais suficiente. O estabelecimento de relações multilaterais e a criação de organizações internacionais de cooperação e controle estabelecem um novo cenário de distribuição de poder. A ciência, por sua vez, é confrontada com novas possibilidades e desafios para o desenvolvimento de suas potencialidades. Ela aparece como protagonista ao

justificar decisões econômicas e políticas, buscando, porém, um posicionamento frente a uma realidade de intensa circulação de informações.

Pippa Norris, em seu texto *Towards a More Cosmopolitan Political Science* (1997), trata do desenvolvimento da Ciência Política nesse cenário. Segundo a autora, se por um lado a profissionalização da disciplina, o crescimento das organizações regionais e internacionais e as novas tecnologias de comunicação global devem conduzir a Ciência Política para uma perspectiva mais cosmopolita; por outro, o aumento da especialização, as instituições políticas nacionais e as diferenças marcantes entre tradições intelectuais podem dividir estudiosos do mundo e reforçar o paroquialismo na produção e na reprodução do conhecimento.

No caso dos Estados Unidos, a institucionalização da Ciência Política como disciplina autônoma, especialmente por meio da primeira associação profissional da área, estabeleceu uma relação estreita entre as suas bases teóricas e metodológicas e a realidade do país (GUNNELL, 2004a). Inicialmente, isso foi explicado a partir do caráter excepcionalista da política norte-americana e pelo tamanho da sua comunidade de cientistas (ALMOND, 1966; ROSS, 1991; SHKLAR, 1991). Na década de 1960, Gabriel Almond chegou a afirmar nas páginas da APSR que “nove em cada dez cientistas políticos do mundo de hoje são norte-americanos”²¹⁷ (1966, p. 869, tradução própria). Entretanto, se essa situação justificava a natureza autocentrada das pesquisas naquela época, nos anos recentes isso já não seria suficiente (HALLERBERG; KAYSER, 2012). A partir das rápidas mudanças no cenário internacional e, junto a elas, a mudança no perfil da própria comunidade acadêmica de Ciência Política, com o aumento da institucionalização de estudos sobre a política em academias nos demais continentes, iniciam-se os questionamentos sobre a globalização da disciplina (KATZENSTEIN, 2010; NORRIS, 1997; RUDOLPH, 2005; TRENT, 1979). Nas palavras de Dahl, em entrevista concedida para Munck e Snyder (2004, p. 28),

Até um pouco mais de meio século atrás, a "Ciência Política" era uma disciplina altamente paroquial centrada nos Estados Unidos e praticada predominantemente por americanos e um pequeno (mas importante) número de estudiosos na Grã-Bretanha e na Europa. [...]. A mudança durante o último meio século foi enorme. De um campo paroquial ocupado predominantemente por cientistas políticos americanos, [...] tornou-se um empreendimento mundial, com estudiosos espalhados por todo o globo²¹⁸ (tradução própria).

²¹⁷ “[...] nine out of every ten political scientists in the world today are American”.

²¹⁸ “A half century and more ago, "political science" was a highly parochial discipline centered on the United States and practiced predominantly by Americans and a small (but important) number of scholars in Britain and Europe [...] The change during the past half century or so has been enormous. From a parochial field occupied

O caráter paroquial da Ciência Política norte-americana tem sido tema recorrente dentro e fora da associação. Se por um lado, alguns pesquisadores como Dahl, apontam uma significativa mudança na disciplina e a entendem como um “empreendimento mundial”, por outro, há aqueles que seguem apontando os limites da diversidade institucional e de nacionalidade na disciplina e, mais especificamente, nos espaços da APSA (KATZENSTEIN, 2010; NORRIS, 1997; ROSS, 1991; RUDOLPH, 2005; SHKLAR, 1991; TRENT, 1979). Eles referem-se tanto à percepção de uma Ciência Política mais restrita à análise de problemas nacionais, quanto à sua imposição de perspectivas de análise para o resto do mundo. Essas preocupações se fizeram presentes no recente Movimento Perestroika e em espaços da associação, tais como seções de pesquisa, notas editoriais de revistas e discursos presidenciais.

O Movimento Perestroika deu visibilidade a questionamentos que já vinham sendo apontados por pesquisadores dos Estados Unidos em relação ao caráter fechado da APSA, especialmente em relação ao perfil de pesquisa publicado nas páginas da APSR. Na carta anônima publicada no ano de 2000 (ANEXO 2) podem ser destacadas ao menos três questões: 1. Por que cientistas políticos reconhecidos na área mundialmente não publicam na revista? 2. Por que um significativo número de autores da área de política comparada opta por frequentar encontros de associações regionais ao invés dos encontros da associação nacional? e 3. Por que a revista contempla publicações de uma mesma elite, ou seja, de docentes e/ou discentes das mesmas universidades norte-americanas?

Tais questionamentos ganharam repercussão nos espaços da APSA e a própria associação elegeu como um de seus objetivos principais “promover a pesquisa e a comunicação acadêmica, a nível nacional e internacional”²¹⁹ (APSA, 2018, tradução própria). Do mesmo modo, suas revistas oficiais reforçam em seus *sites* e notas editoriais um ideal de pesquisa mais global, destacando a importância de estudos de caráter comparado e de um formato de pesquisa e estilística mais acessível à comunicação entre pares e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Esse debate tem sido central na área de estudos de política comparada e, dentro da APSA, em sua seção de pesquisa número 20, a *Comparative Politics*. Criada em 1998, esta é atualmente a maior seção de pesquisa da associação e apresenta como proposta “promover o estudo comparado da política, especialmente a nível nacional, e integrar o trabalho de

predominantly by American political scientists [...] it has become a worldwide enterprise, with scholars spread throughout the globe”.

²¹⁹ “[...] promoting scholarly research and communication, domestically and internationally”.

especialistas comparados, especialistas em estudos de área e interessados em política norte-americana”²²⁰. Ainda, a seção possui uma revista própria, a *Comparative Politics Newsletter*. Atualmente editada por Matt Golder e Sona Golder, a revista tem publicação bianual e visa a “gerar um senso de comunidade entre estudiosos da política comparada em todo o mundo”²²¹ (APSA, 2018, tradução própria). Para tanto, publica simpósios temáticos e metodológicos, traz informações sobre o desenvolvimento da área e divulga o resultado de premiações de artigos, livros e bancos de dados em política comparada²²².

Segundo Peter A. Hall (2004), ex-presidente da seção de política comparada da APSA (2003-2005), ainda é importante destacar um dos paradoxos que a área tem enfrentado. Ele afirma que se por um lado, a área é comumente associada a um método específico – o “método comparado” definido por Lijphart (1971), que privilegia técnicas estatísticas (e, por vezes, experimentais) –, por outro, tem sido atualmente caracterizada pelo seu interesse na comparação, a partir de uma pluralidade de métodos. Segundo ele,

[...] poucos estudiosos de política comparada têm-se baseado fortemente no método comparado, pelo menos como este foi definido convencionalmente. Atualmente, o campo é melhor definido não como aquele que faz uso preeminente do método comparado, mas como aquele que utiliza muitos métodos para comparar a política entre nações²²³ (HALL, 2004, p. 2, tradução própria).

A percepção de que não é a unidade pelo método que caracteriza a área de política comparada é compartilhada por outros pesquisadores da disciplina (MUNCK; SNYDER, 2004). Esta, inclusive, foi central para o debate substantivo no contexto do Movimento Perestroika que, segundo Keohane (2015), teve como parte relevante dos seus protagonistas pesquisadores de política comparada, que ampliaram as possibilidades teóricas e metodológicas da Ciência Política, ao aperfeiçoar pesquisas de caráter qualitativo,

²²⁰ “[...] to promote the comparative, especially cross-national, study of politics and to integrate work of comparativists, area studies specialists, and those interested in American politics”.

²²¹ “[...] to engender a sense of community among comparative politics scholars around the world”.

²²² Os prêmios da seção são apresentados durante a cerimônia de premiação do encontro anual da APSA. Destacam-se o *Lijphart/Przeworski/Verba Data Set Award* (premia a divulgação de banco de dados em política comparada), o *Luebbert Best Article Award* (premia o melhor artigo em política comparada), o *Luebbert Best Book Award* (premia o melhor livro em política comparada), o *Powell Graduate Mentoring Award* (premia o cientista político que, ao longo de sua carreira, demonstrou um compromisso destacado com a orientação de estudantes de pós-graduação em política comparada) e o *Sage Best Paper Award* (premia o melhor *paper* em política comparada apresentado no encontro da APSA do ano anterior).

²²³ “[...] few scholars of comparative politics have ever relied heavily on the comparative method, at least as conventionally defined.” Today, the field is better defined not as one that makes preeminent use of a comparative method but as one that utilizes many methods to compare politics across nations”.

especialmente sob uma perspectiva histórica. Segundo o mesmo autor, a comunidade internacional tem estado atenta a esses debates, visto que não são questões próprias ou relativas apenas à disciplina nos Estados Unidos.

Ademais, a relação entre diferentes academias se estabelece não apenas pelo compartilhamento de estudos e problemáticas, mas também devido ao fato de a academia norte-americana constituir-se ainda hoje como um dos grandes centros de formação de pesquisadores da área, atraindo estudantes e pesquisadores do mundo todo. Nesse sentido, existem universidades que assumem o protagonismo na formação acadêmica da área e na produção e reprodução do conhecimento legitimado pela comunidade de cientistas políticos, publicado nacional e internacionalmente. Portanto, apresento a seguir o perfil de localidade da Ciência Política nos Estados Unidos a partir da análise dos espaços da APSA, como a sua presidência e os seus principais periódicos.

Em relação à presidência da APSA, a maioria dos pesquisadores que ocupou o cargo de presidente é de origem norte-americana. Dos 111 presidentes eleitos entre os anos de 1903 e 2016, 13 são de outras nacionalidades, o que representa 11,7% do total de presidentes eleitos. No quadro 23 apresento uma lista com o nome desses pesquisadores, seu período de mandato e sua nacionalidade.

Quadro 23 – Presidentes da APSA de nacionalidade não norte-americana [1903-2016]

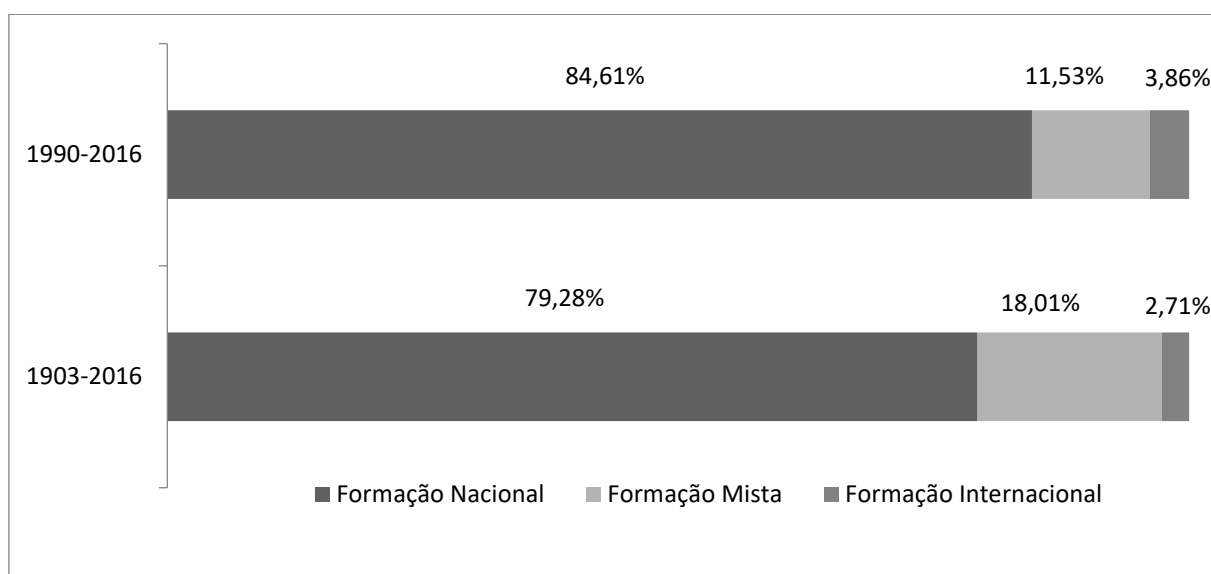
PRESIDENTE	PERÍODO	NACIONALIDADE
James Bryce	1907-1908	Irlandês
William Bennett Munro	1926-1927	Canadense
John Archibald Fairlie	1928-1929	Escocês
Luther Halsey Gulick*	1951-1952	Japonês
Carl Joachim Friedrich	1962-1963	Alemão
David Easton	1968-1969	Canadense
Karl Wolfgang Deutsch	1969-1970	Checo
Heinz Eulau	1971-1972	Alemão
Lucian W. Pye*	1988-1989	Chinês
Judith Nisse Shklar	1989-1990	Letão
Arend Lijphart	1995-1996	Holandês
Peter Katzenstein	2008-2009	Alemão
Carole Pateman	2010-2011	Inglesa

* Parte significativa desses pesquisadores obtiveram a dupla cidadania, sendo reconhecidos também como cidadãos norte-americanos. Também, em casos como o de Luther Halsey Gulick e Lucian Pye, por exemplo, apesar do nascimento ter ocorrido em outro país, ambos constituíram sua vida desde cedo nos Estados Unidos, estudando e atuando no país.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações divulgadas pelo *site* institucional da APSA (2018).

Com relação à formação intelectual dos pesquisadores que ocuparam a presidência da APSA durante o período analisado, essa se deu preponderantemente em universidades norte-americanas, conforme indicado no Gráfico 13. Menos de 20% dos presidentes complementaram a sua formação em universidades do exterior e apenas 3 presidentes realizaram a sua formação exclusivamente em universidades localizadas fora dos Estados Unidos. A trajetória acadêmica de formação mista, ou seja, parte em universidades nacionais e parte em universidades do exterior, privilegiou a complementação de estudos nas universidades de Berlim, Paris e Londres²²⁴. Quanto às predileções referentes à formação em universidades nacionais, as mais frequentadas foram as universidades de Harvard, Columbia e Chicago²²⁵. Além disso, a atuação profissional dos pesquisadores que ocuparam a presidência da APSA concentrou-se majoritariamente no contexto e nas instituições de pesquisa nacionais²²⁶.

Gráfico 13 – Perfil de formação dos presidentes da APSA [1903-2016]



Fonte: Elaboração própria.

²²⁴ Dentre as demais universidades do exterior frequentadas por presidentes da APSA, destacam-se: Universidade de Heidelberg, Universidade de Oxford, Universidade de Manchester, Universidade de Friburgo, Universidade de Halle, Universidade de Edimburgo, Universidade de Toronto, Universidade de Praga, Universidade de Uppsala, Universidade de Cambridge e Universidade Nacional da Austrália.

²²⁵ Dentre as demais universidades nacionais frequentadas por presidentes da APSA, destacam-se: Universidade de Yale, Universidade Johns Hopkins, Universidade de Michigan, Universidade de Iowa, Universidade da Califórnia, Universidade de Massachusetts, Universidade de Wisconsin, Universidade de Washington, Universidade de Princeton, Universidade da Virginia, Universidade da Pensilvânia, Universidade Standford, Universidade de Ohio, Universidade de Illinois, Universidade de Indiana, Universidade de Missouri, Universidade de Minnesota e Universidade do Texas e Universidade do Noroeste.

²²⁶ Destaca-se por sua atuação de caráter mais internacional a pesquisadora Carole Pateman, inclusive devido ao seu papel ativo na presidência e no desenvolvimento da IPSA.

A relevância das instituições universitárias nacionais mencionadas ainda é reforçada quando consideradas as instituições às quais os presidentes da APSA representavam no período em que presidiram a associação. Conforme exposto na Tabela 2, as mesmas universidades lideram a lista: Harvard, Chicago e Columbia. Isto demonstra que estas universidades provavelmente retêm parte de seus estudantes, incorporando-os em seu quadro docente. Ressalta-se, entretanto, que nem todos os presidentes representaram universidades ao assumir o cargo. Parte deles estava vinculada a outras instituições de pesquisa, a instituições governamentais²²⁷ ou mesmo não indicou uma instituição específica.

Tabela 2
Instituições representadas pelos presidentes da APSA durante o período de mandato [1903-2016]

UNIVERSIDADES	nº	%
Universidade de Harvard	17	15,3%
Universidade da Califórnia	10	9,0%
Universidade de Columbia	9	8,1%
Universidade de Chicago	7	6,3%
Universidade de Michigan	6	5,4%
Universidade de Wisconsin	6	5,4%
Universidade de Yale	6	5,4%
Universidade de Stanford	4	3,6%
Universidade de Cornell	3	2,7%
Universidade de Duke	3	2,7%
Universidade de Princeton	3	2,7%
Universidade de Rochester	3	2,7%
Outras instituições universitárias	17	15,3%
Instituições de pesquisa	5	4,5%
Instituições governamentais	4	3,6%
Não Informado	3	2,7%
Total	111	100%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à abordagem de localidade dos discursos presidenciais, destaca-se que a grande maioria voltou-se a questões gerais da disciplina e, mais especificamente, a problemáticas próprias dos Estados Unidos. Do conjunto de discursos da associação, quase 25% do número total adotaram uma perspectiva internacional ou internacionalizante.

²²⁷ Destacam-se os presidentes James Bryce (Embaixador britânico nos EUA), Paul Reinsh (Ministro na China), Leo Rowe (Diretor-geral da União Pan Americana) e Ralph Bunche (ONU).

Especialmente no que diz respeito ao posicionamento dos Estados Unidos – enquanto Estado ou área disciplinar – frente a outros países e academias, questionamentos já vinham sendo propostos desde os primeiros encontros da associação, especialmente em relação ao paroquialismo e ao excepcionalismo presentes na área (HERRING, 1953; KATZENSTEIN, 2010; LASSWELL, 1956; ODEGARD, 1951; OGG, 1942; RUDOLPH, 2005).

Mais recentemente, no mesmo espaço, presidentes têm abordado os limites desse debate, voltando-se às relações que têm sido estabelecidas. Rudolph (2005) concentrou-se na relação entre pesquisador e pesquisado e em pesquisas com pretensões universais, que caracterizaram parte da área de política comparada, especialmente nos Estados Unidos; e Peter Katzenstein (2010) utilizou-se da revisão de teorias da área de Relações Internacionais e da política internacional para tratar da necessária quebra de barreiras entre os países e o importante papel da Ciência Política na tarefa de intermediação.

A representação no cargo de maior destaque da APSA, a sua presidência, segue um padrão já previsto, considerando que esta é uma instituição profissional de caráter nacional, mesmo que ponderada a falta de abertura para o diálogo internacional. Este debate, todavia, ganha maior repercussão quando o espaço considerado são as revistas oficiais da associação, visto que nestas interessa a troca de conhecimentos e a ampliação de perspectivas de análise dos fenômenos políticos. Desse modo, estudos têm considerado o perfil de revistas sob uma perspectiva de localidade, identificando a origem nacional e institucional dos autores de suas publicações (BREUNING et al., 2005; GILES et al., 1989; NORRIS; CREWE, 1993; NORRIS, 1997; LIMA et al., 2018).

Nesta tese, analiso os artigos publicados nas revistas APSR e POP, para identificar o perfil dos autores de artigos científicos. Os dados foram organizados a partir da instituição de origem dos autores, informada pela própria revista. Desse modo, foram obtidas informações sobre os países, regiões e universidades que mais publicam. Pondera-se que o critério utilizado para a seleção de dados encobre a possibilidade de autores filiados a universidades norte-americanas terem nacionalidade ou formação em outros países. Todavia, ainda assim, ele serve como um indicativo dos constrangimentos encontrados por pesquisadores não norte-americanos ou que não estejam associados a instituições daquele país e, portanto, familiarizados com determinadas formas de produção do conhecimento.

No caso das duas revistas é possível encontrar cenários semelhantes no período analisado no que diz respeito à nacionalidade e ao vínculo institucional dos autores. Ambas são compostas majoritariamente de artigos escritos por pesquisadores filiados a instituições nacionais e, de modo geral, têm em seu quadro as principais instituições universitárias do

país. Considerando o primeiro autor de cada artigo, no período de 1990 a 2016, 928 dos 1049 artigos publicados na APSR foram escritos por autores vinculados a instituições dos Estados Unidos, ou seja, 88,46%. Considerando todos os autores que publicaram na revista – primeiro autor e coautores – observa-se um padrão similar: 87,13% dos autores vinculados a instituições dos Estados Unidos. Na Tabela 3, apresento a percentagem de artigos da APSR por região para indicar a distribuição dos demais artigos por autores com filiação internacional.

Tabela 3 – Porcentagem de artigos publicados na APSR por região [1990-2016]

REGIÃO	1º AUTOR	TOTAL
América do Norte	90,5	88,6
Europa Ocidental	6,7	7,9
Europa Central e Oriental	0,3	0,7
América Latina	0,2	0,3
África	0,0	0,1
Ásia	1,8	1,9
Oceania	0,5	0,5
NI	0,1	0,1
Total	100	100

Fonte: Elaboração Própria.

Observa-se que se considerados os autores vinculados a instituições do Canadá, o número de publicações concentradas na América do Norte é ainda mais expressivo, chegando a 90%, se considerado o primeiro autor, e a 88,6% no número de autores. Em seguida, a maioria dos pesquisadores é vinculada a instituições europeias, restando um espaço bastante reduzido para publicações de pesquisadores de outras regiões do mundo, a exemplo da América Latina ou do caso ainda mais significativo da África.

No caso da POP, 241 dos 270 artigos foram escritos por primeiros autores vinculados a instituições dos Estados Unidos, ou seja, 89,25%. Considerando todos os autores que publicaram na revista – primeiros autores e coautores – observa-se um padrão similar: 90% dos autores são vinculados a instituições dos Estados Unidos. Na Tabela 4, apresento a percentagem de artigos da POP por região para indicar a distribuição dos demais artigos por autores com filiação internacional.

Tabela 4 – Porcentagem de artigos publicados na POP por região [1990-2016]

REGIÃO	1º AUTOR	TOTAL
América do Norte	91,5	92,3
Europa Ocidental	6,7	5,8
Europa Central e Oriental	0,0	0,0
América Latina	0,4	0,5
África	0,0	0,0
Ásia	0,7	0,7
Oceania	0,7	0,7
NI	0,0	0,0
Total	100	100

Fonte: Elaboração Própria.

Os números apresentados pela POP seguem um padrão bastante semelhante aos da APSR, apesar de dedicarem um espaço ainda maior para autores nacionais ou do Canadá. Isto implica em pelo menos duas hipóteses para compreender a falta de representatividade de autores vinculados a instituições de outros países nessas revistas: a primeira diz respeito à abordagem de temas que não são do interesse da revista e a segunda ao não enquadramento de tais pesquisas no perfil dos artigos aprovados pela revista, em termos de teoria ou de método. Ambas as hipóteses implicam na rejeição ou mesmo na não submissão de artigos.

A falta de representatividade de autores vinculados a instituições de diferentes regiões do mundo, todavia, é uma problemática colocada mesmo a revistas de caráter internacional. Um exemplo é o caso da *International Political Science Review* (IPSR), revista oficial da IPSA. Recentemente, foi publicado na própria revista um relatório de pesquisa que aponta que nesta predominam artigos da América do Norte e, especialmente, dos EUA, chegando no período de 1999 a 2015 a representar quase a metade de todas as publicações da revista se considerados os primeiros autores (LIMA et al. 2018). Também, este é um padrão que se repete em outras revistas da área, mesmo naquelas dedicadas ao estudo de Relações Internacionais. Breuning et. al (2005), ao analisar as revistas *International Studies Quarterly* (ISQ), *International Organization* (IO) e *World Politics* (WP), afirma que estas são caracterizadas por ter um grupo bastante homogêneo de autores, que têm como uma de suas características a filiação a instituições norte-americanas. Evidentemente trata-se de um reflexo do tamanho dessas academias e do idioma em que publicações internacionais geralmente são

escritas, porém também refletem a não adequação de outras academias a um determinado modelo de revista ou ciência.

Todavia, se é possível considerar que existe uma elite localizada nos Estados Unidos que produz grande parte do conhecimento bem-avaliado pelos *rankings* da área, é importante ressaltar que, mesmo dentro do país, é possível estabelecer recortes de onde e por quem o conhecimento é produzido. Na Tabela 5, apresento a lista das universidades que mais publicam nessas revistas. Considerando o primeiro autor de cada artigo, 10 universidades são responsáveis pela publicação de 38,2% dos artigos na APSR; na POP, 10 universidades são responsáveis pela publicação de 34,82% dos artigos, com destaque às Universidade da Califórnia, Universidade de Harvard e Universidade de Yale – sendo estas as instituições com mais artigos publicados em ambas as revistas. No caso das instituições internacionais, destacam-se as publicações de universidades da Inglaterra, do Canadá e da Austrália, notadamente as universidades de Londres, Oxford, Toronto e a Universidade Nacional da Austrália..

Tabela 5 – Instituições de origem dos autores que publicaram artigos na APSR e na POP [1990-2016]

APSR			POP		
Universidades	nº	%	Universidades	nº	%
Universidade da Califórnia	104	9,9	Universidade da Califórnia	18	6,7
Universidade de Harvard	52	5,0	Universidade de Harvard	16	5,9
Universidade de Yale	44	4,2	Universidade de Yale	12	4,4
Universidade de Stanford	42	4,0	Universidade de Princeton	11	4,1
Universidade de Princeton	33	3,1	Universidade George Washington	8	3,0
Universidade de Ohio	30	2,9	Universidade de Notre Dame	7	2,6
Universidade de Columbia	28	2,7	Universidade do Noroeste	6	2,2
Universidade do Noroeste	25	2,4	Universidade de Virginia	6	2,2
Universidade de Chicago	24	2,3	Universidade do Texas	5	1,9
Universidade de Michigan	19	1,8	Universidade da Cidade de NI	5	1,9
Demais Universidades	648	61,8	Demais Universidades	176	65,2
Total	1049	100	Total	270	100

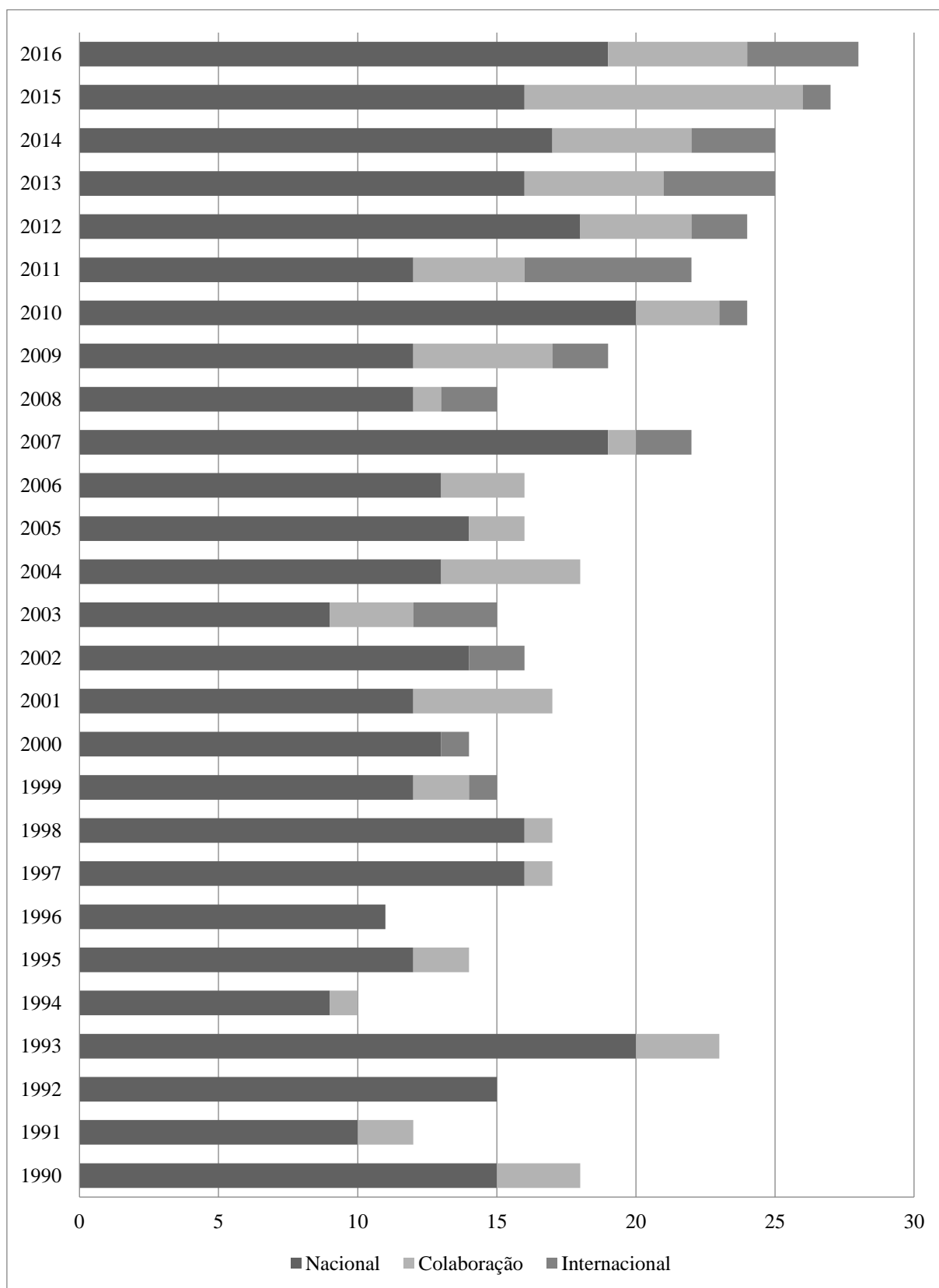
Fonte: Elaboração própria.

Por fim, a colaboração entre instituições nacionais e internacionais de pesquisa na publicação de artigos também é baixa. Porém, é esse perfil coautoria de artigos que tem garantido que pesquisadores de universidades internacionais ou periféricas entrem nas páginas da APSR e da POP. Por exemplo, na APSR, apenas 3 artigos contaram com autores vinculados a universidades latino-americanas no período analisado, sendo que 2 deles foram escritos em parceria com pesquisadores norte-americanos (BLAIR; KALMANOVITZ, 2016; IARYCZOWER; SPILLER; TOMMASI, 2006). O único caso em que não houve colaboração foi o artigo *Opening the Black Box of Social Capital Formation* (2014), escrito pelos pesquisadores Patricio Valdivieso e Benjamín Villena-Roldán, da Universidade dos Lagos e da Universidade do Chile, respectivamente. No caso da POP, apenas 1 artigo contou com a publicação de um pesquisador vinculado a uma universidade latino-americana: *Doing Courts Justice? Studying Judicial Politics in Latin America* (2008), de coautoria da norte-americana Diana Kapiszewski, da Universidade da Califórnia, e Mathew M. Taylor, norte-americano que atuava, à época, na Universidade de São Paulo.

O Gráfico 14 mostra esses dados. A APSR apresentou 495 artigos em coautoria no período, o que representa 47,18% do total publicado. Analisando-se a totalidade desses artigos, temos que 384 (77,57%) deles foram escritos em colaboração nacional-nacional, 77 (15,55%) em colaboração nacional-internacional e 34 (6,88%) em colaboração internacional-internacional. Se somados os artigos em coautoria em que consta pelo menos um autor norte-americano (111) com os artigos solos escritos por norte-americanos (499), temos 960 dos 1049 artigos; ou seja, 91,5% dos artigos da revista contam com pelo menos 1 autor norte-americano.

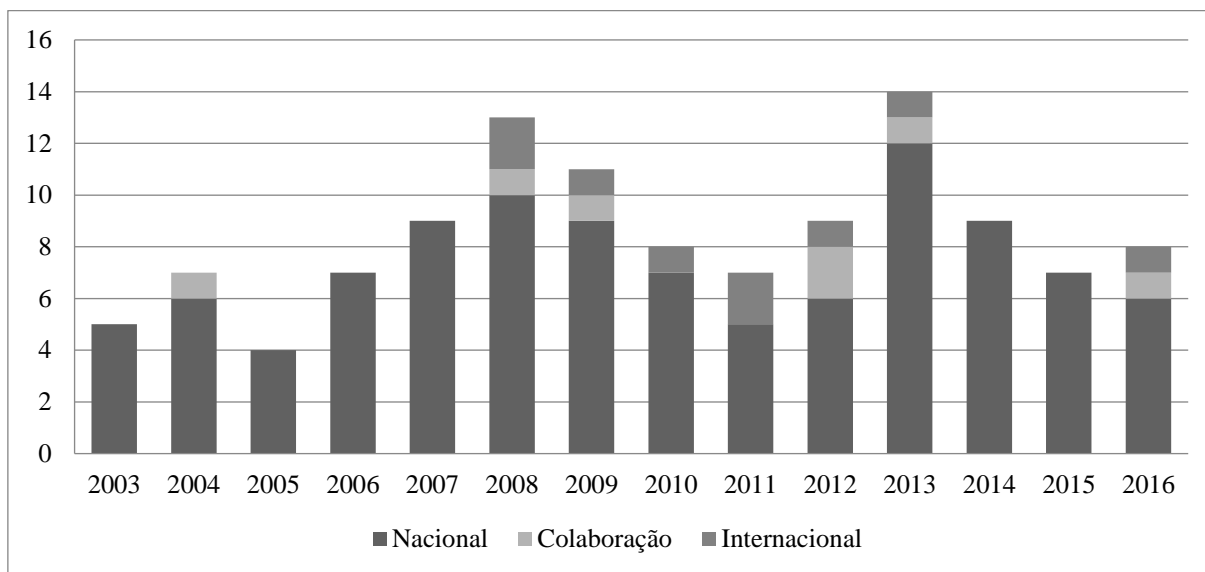
A POP, por sua vez, como mostra o Gráfico 15, na sequência, publicou 118 artigos em coautoria, que representam 43,7% do seu número total de publicações. Como se pode observar, dos artigos em parceria, 102 (86,44%) foram escritos em colaboração nacional-nacional, 7 (5,93%) em colaboração nacional-internacional e 9 (7,63%) em colaboração internacional-internacional. Se somados os artigos em coautoria em que consta pelo menos um autor norte-americano (109 dos 118) com os artigos solos escritos por norte-americanos (135), o resultado é 244 artigos do total 270 publicados; ou seja, mais de 90% dos artigos da revista contam com pelo menos 1 autor norte-americano.

Gráfico 14
Número de artigos publicados na APSR em coautoria, por nacionalidade institucional [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 15
Número de artigos publicados na POP em coautoria, por nacionalidade institucional [1990-2016]



Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise dos dados das revistas percebe-se que ambas têm um perfil de publicação predominantemente norte-americano. La Ponce (1980) afirma que apesar de ser comum a associação entre revistas nacionais e um público leitor nacional, no caso da APSR essa relação é ainda mais evidente. Desde a pesquisa publicada por Norris (1997) sobre o localismo da Ciência Política norte-americana com dados da APSR e da EJPR, não há significativa mudança na revista da associação no espaço dos artigos científicos, nem mesmo na nova revista, a POP. Desse modo, a percepção da autora segue sendo compartilhada por pesquisadores da área. Nas suas palavras,

A APSR representa o principal fórum onde os cientistas políticos americanos falam uns com os outros, mas não onde o mundo fala para a Ciência Política norte-americana. Colegas em Iowa, Ohio ou Illinois, que dependem das informações sobre Ciência Política publicadas na principal revista da sua profissão poderiam ser perdoados por pensarem que não há outra Ciência Política além da norte-americana. Do mesmo modo que na cultura popular, a América exporta Ciência Política, mas geralmente esta é uma via de mão única²²⁸ (NORRIS, 1997, p. 8, tradução própria).

²²⁸ “The APSR represents the main forum where American political scientists are speaking to each other, but not where the worlds to speak to American political science. Colleagues in Iowa, Ohio or Illinois, who depended for their information about political science on the main journal of their profession, could be forgiven for thinking that there was no other political science than American. Like popular culture, America exports political science but it is usually a one-way traffic”.

5. 5 ANÁLISE CRÍTICA

As hierarquias do conhecimento referentes à representatividade profissional de gênero, raça e etnia e localidade na academia de Ciência Política dos Estados Unidos têm sido cada vez mais discutidas e estudadas no âmbito da APSA. Espaços e fóruns direcionados possibilitam a troca de dados e experiências sobre o tema da representatividade na disciplina. Os relatórios produzidos por organizações internas à associação apontam para alguns avanços (APSA, 2005, 2011a), porém, permanecem muitos desafios a serem enfrentados.

Em relação à problemática de gênero, relatórios recentes destacam a cada vez maior inclusão de mulheres nas universidades. Porém, tal presença não tem garantido igual acesso a todos os espaços. Apesar da tomada de posição em alguns cargos de liderança, estes ainda são, em sua maioria, ocupados por homens e a produção intelectual das mulheres ainda ocupa um espaço reduzido nas principais revistas de Ciência Política. Em síntese, com base nos relatórios do CSWP, Carole Pateman indica, no *site* institucional da associação, que:

A análise de dados quantitativos reforça os resultados de dados qualitativos (entrevista) que mostram que existe um grande problema. Na nossa disciplina, as mulheres compõem pouco mais de 40% das faculdades e estão concentradas em instituições de status inferior. São apenas 8,2% dos professores titulares e, nas universidades de pesquisa, são apenas 7,2% dos professores. Além disso, as mulheres ganham menos em cada grau; Em geral, nas universidades de pesquisa, recebem 78,2% dos salários masculinos²²⁹ (APSA, 2018, tradução própria).

Nesse sentido, a ausência de mulheres em espaços de liderança, produção e reprodução do conhecimento são consequência e causa desse cenário, na medida em que reforçam padrões de desigualdade. No caso das revistas, os dados indicam uma significativa desigualdade gênero, especialmente na APSR. Os resultados vão ao encontro de outros estudos com o mesmo perfil, a exemplo do recente levantamento de Teele e Thelen (2017). É possível observar que a colaboração é uma variável importante para compreender o padrão de publicações, o que indica uma barreira às mulheres no estabelecimento de redes de contatos. Além disso, a ausência das mulheres em grandes revistas implica em menor visibilidade e em currículos menos competitivos.

²²⁹ “Analysis of quantitative data reinforces findings from qualitative (interview) data that shows that a major problem still exists. In our discipline women comprise just over 40% of faculty and they are concentrated in lower status institutions. They are only 8.2% of full professors, and in the research universities they are only 7.2% of full professors. Moreover women earn less at each grade; overall at research universities they receive 78.2% of men's salaries”.

A desigualdade de gênero na academia pode ser mensurada pelos critérios já apresentados: medidas institucionais como a promoção de fóruns e a criação de programas de auxílio, assim como o incentivo à participação de mulheres em cargos de liderança e poder, tais como a presidência da associação ou equipe editorial de revistas. Contudo, a desigualdade também depende de um outro conjunto de fatores mais difícil de ser mensurado. Este diz respeito a estereótipos associados à mulher e sua relação com a família e a maternidade, o que implica em limitações de permanência, ascensão e satisfação com a academia (ACKELSBURG et al., 2004; ANONYMOUS; ANONYMOUS, 1999; APSA, 2005; APSA, 2011a; BRANDES et al., 2001; HESLI; LEE; MITCHELL, 2012; MERSHON; WALSH, 2015a; MONROE, 2002; PINDERHUGHES; KWAKWA, 2017; WOLFINGER; MASON; GOULDEN, 2008). Nas palavras de Monroe (2002),

Existem muitos pontos de barreira no crescimento e progresso da carreira, mas apenas alguns ocorrem sob a forma de discriminação definitiva proibida por lei. Por exemplo, muitas mulheres ficam desanimadas com as complexidades de equilibrar a vida familiar com carreiras e abandonar ou restringir suas atividades profissionais no início da vida profissional. Os modelos de papel ajudam significativamente, por isso a necessidade de mais oficiais mulheres na APSA – mas também de um incentivo explícito e conselho pessoal²³⁰ (p. 240, tradução própria).

Outra questão urgente, provavelmente a mais urgente, diz respeito às desigualdades dentre as condições das próprias mulheres na academia. Os dados coletados muitas vezes encobrem o fato de que enquanto mulheres brancas têm conquistado espaços e avançado dentro da academia – mesmo que ainda de forma insatisfatória –, o mesmo não ocorre com mulheres negras (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; BECKWITH, 2015; HARRIS-LACEWELL, 2005). Apesar da maior dificuldade na quantificação da representatividade de mulheres negras como autoras de revistas, por exemplo, várias pesquisas demonstram dados significativamente relevantes. Nesse sentido destaca-se a importância de se pensar as hierarquias do conhecimento na academia de forma interseccional.

Grande parte das reivindicações por mudanças são feitas por mulheres associadas e, em geral, adeptas a teoria ou a movimentos feministas. É reconhecido que a desigualdade e os preconceitos de gênero tanto em relação às mulheres de uma forma geral, quanto o seu

²³⁰ “There are many choke points in career growth and advancement, but only some occur in the form of outright discrimination prohibited by law. For example, many women become discouraged by the complexities of balancing family life with careers, and drop out or curtail their professional activities early in their professional lives. Role models help tremendously hence the need for more female APSA officers – but so do explicit encouragement and personal advice”.

agravamento no caso de mulheres negras, não é um problema restrito à academia, Todavia, a academia não pode se eximir de questionar e buscar alternativas de mudanças.

A análise dos dados apresentados demonstra um cenário de avanços e limites em termos de hierarquias do conhecimento. As demandas voltadas à representatividade profissional de gênero na Ciência Política são direcionadas a universidades e associações. No caso das universidades destacam-se o desenvolvimento de medidas que valorizem a diversidade de professores e alunos nos departamentos de Ciência Política, a ampliação do número de disciplinas de gênero nas universidades, bem como outros fóruns de debates sobre o tema, e a adaptação e flexibilização dos espaços acadêmicos para a maternidade, junto à promoção de espaços de cuidados infantis dentro dos campi. No caso das associações destacam-se a promoção de normas de inclusão para espaços de liderança, tais como conselhos, comitês e editoriais de revistas disciplinares e, também, a adaptação e flexibilização dos seus espaços para a maternidade e para os cuidados infantis.

Em relação às hierarquias do conhecimento referentes à representatividade profissional de raça e etnia na Ciência Política dos Estados, as pautas de diversidade inicialmente foram apresentadas como demandas de pesquisadores negros que, naquele momento, não se viam contemplados nos espaços da associação. Isto motivou a criação de fóruns específicos, nos quais foram pautadas a situação de exclusão vivenciada por minorias na academia e a necessidade de uma Ciência Política que confira maior centralidade a debates de raça e etnia, visto que a política nacional e internacional são indissociáveis de suas problemáticas. Em seguida, outros grupos minoritários passaram a se manifestar e somar suas reivindicações à pauta da diversidade, destacando-se pesquisadores de origem latina e asiática.

Espaços e fóruns direcionados possibilitam a troca de dados e experiências. Ademais, a mobilização desses grupos originou a criação de comitês e seções de pesquisa dentro da associação, bem como forças-tarefas responsáveis pelo monitoramento da diversidade na disciplina. Um grande avanço nesse sentido foi o relatório *Political Science in 21st Century* (APSA, 2011a), que compilou estudos e informações das seções e comitês de minorias. O relatório aponta que a APSA tem sido proativa no tratamento dessas questões. As bases para a mudança ocorreram na sequência dos movimentos dos direitos civis no final da década de 1960 e vêm sendo reforçadas. Porém, conclui que “como em muitas outras áreas da vida pública, o progresso tem sido lento e sempre há mais a ser feito”²³¹ (p. 53, tradução própria).

²³¹ “[...] as in many other areas of public life, progress has been slow, and there is always more to be done”.

A baixa representatividade na Ciência Política e a abordagem limitada sobre temas de raça e etnia também foram pautadas pelo Movimento Perestroika nos anos 2000. Junto às reivindicações por um maior pluralismo teórico e metodológico questionou-se, no *e-mail* de “Mr. Perestroika”, a falta de “diversidade dos Estados Unidos e do mundo que a APSA ‘finge’ estudar”²³² (ANEXO 2). A carta anônima de “Mr. Perestroika” ressaltou a existência de uma comunidade majoritariamente “branca e masculina” e foi percebida como uma possibilidade de avanço na redução de desigualdades por vários membros. A partir dessa expectativa Wilson e Frasure (2007) realizaram um estudo de revisão da literatura do movimento. Eles concluíram, entretanto, que a abordagem das publicações, em sua grande maioria, limitou-se a questões metodológicas sem referência a raça e etnia. Segundo os autores:

A falta de atenção do Movimento Perestroika pelas dinâmicas raciais é especialmente desconcertante, dados os avanços metodológicos no estudo da política racial e étnica, uma maior prevalência de canais para o estudo da participação política formal entre afro-americanos, e a maior sensibilidade dos reformadores diante de problemas de marginalização metodológica e temática. Em nossa revisão da literatura relacionada ao movimento de reforma, a maioria dos cientistas políticos que escreveram sobre pluralismo metodológico e educação na pós-graduação nas revistas não trataram adequadamente de questões relacionadas ao tratamento interdisciplinar de temas de pesquisa, particularmente aqueles relacionados a raça e etnia. De fato, há pouca consideração sobre temas relacionados à marginalização do estudo da política racial e étnica²³³ (p. 20-21, tradução própria).

As críticas apontadas pelo relatório da APSA e pelos autores mencionados indicam desafios para a disciplina, especialmente em relação à inclusão de minorias em espaços de liderança e maior espaço para publicações sobre os temas em revistas prestigiadas da área – especialmente aquelas representativas da associação. Quanto à ocupação de espaços de liderança ainda se percebe uma baixa inserção de grupos minoritários, porém de vozes bastante ativas. A presidência de Pinderhughes foi significativa para a associação em termos de ativismo e organização de espaços voltados ao enfrentamento de problemáticas de raça,

²³² “Diversity of United States and the world that APSA “pretends” to study [...]?”

²³³ “The Perestroika movement’s lack of attention to racial dynamics is especially disappointing, given methodological advancements in the study of racial and ethnic politics, an increased prevalence of outlets for the study of formal political participation among African Americans, and the reformers’ greater sensitivity to the problems of methodological and topical marginalization. In our review of the literature related to the reform movement, most political scientists who were writing on methodological pluralism in journals and graduate education did not address adequately the issues related to the cross-disciplinary treatment of research topics, particularly those related to race and ethnicity. In fact, there has been little consideration of issues related to the marginalization of the study of racial and ethnic politics”.

etnia e gênero na disciplina. O monitoramento do perfil da comunidade de Ciência Política tem sido importante para o questionamento a respeito dos discursos que a academia possui frente às desigualdades sociais e também frente ao próprio modo de se produzir e pensar o conhecimento (FUJII, 2016).

Em relação ao espaço dedicado a temas étnicos e raciais na disciplina, mantém-se uma prática isolacionista. Há uma falta de reconhecimento de que as imposições raciais e étnicas induzidas estruturalmente são centrais na explicação das instituições culturais, sociais, políticas e econômicas do país. O espaço em revistas, por exemplo, não têm crescido de forma significativa nos últimos anos, o que faz com que pesquisadores da área concentrem suas publicações em revistas direcionadas especificamente a estas temáticas. Desse modo, o conhecimento circula apenas entre especialistas e, conseqüentemente, raça e etnia seguem aparecendo em pesquisas de outras áreas como apenas um complemento ao estudo. Destaca-se, entretanto, que a criação da POP tem atuado nesse sentido, especialmente no que diz respeito à publicação de simpósios sobre o tema.

A desigualdade de raça e etnia mensurada pela criação de medidas institucionais, promoção de fóruns e incentivo a ocupação de cargos de liderança, todavia, apresenta apenas parte do cenário disciplinar. O preconceito e o sentimento de exclusão vivenciados em universidades e centros de pesquisa também são questões que devem ser consideradas. Estas dizem respeito à existência de estereótipos raciais e étnicos e implicam em limitações de permanência, ascensão e satisfação com a academia. Segundo Yvette Alex-Assensoh et al. (2005)

Muitos fatores podem contribuir para que pessoas de cor possam precisar de um foco especial, alguns dos quais incluem combater estereótipos negativos, superar os sentimentos de isolamento, aliviar a tensão sobre a ação afirmativa, entender as expectativas e normas departamentais, obter maior acesso aos recursos de pesquisa, envolver-se em colaboração pesquisar com colegas de departamento e equilibrar as demandas sobre o serviço minoritário²³⁴.

Frente a isso, uma medida institucional que tem sido amplamente discutida e incentivada na literatura sobre inclusão racial e étnica diz respeito aos programas de orientação em universidades (ALEX-ASSENSOH et al., 2005; ALEXANDER-SNOW;

²³⁴ “Many factors may contribute to why people of color may need a special focus, some of which include combating negative stereotypes, overcoming feelings of isolation, relieving tension over affirmative action, understanding departmental expectations and norms, gaining greater access to research resources, engaging in collaborative research with departmental colleagues, and balancing demands over minority service”.

JOHNSON 1999; BANKS, 1984; BLACKWELL, 1989; MENGES 1999). Propõe-se o estabelecimento de programas formais para proporcionar uma orientação adequada para estudantes de grupos minoritários, visando à diminuição dos índices de evasão e à progressão de carreira. Além do mais, é fundamental que sejam consideradas as diferentes posições dos estudantes e pesquisadores mesmo dentro de um mesmo grupo minoritário. Alexander-Snow e Johnson (1999) destacam, por exemplo, que entrevistas realizadas com mulheres negras a respeito de programas de orientação indicam que estas não têm sentido os seus efeitos de forma semelhante aos homens. Dessa forma, e considerando a imobilidade de alguns grupos mesmo com o incentivo de políticas diversidade, é necessário adotar uma abordagem que considere a intersecção de raça, etnia, gênero e classe (ALEXANDER-FLOYD et al., 2015; ALEXANDER-SNOW; JOHNSON, 1999).

Por fim, no que diz respeito às hierarquias do conhecimento referentes à localidade, uma realidade cada vez mais globalizada tem impactado a ciência como um todo. No caso da Ciência Política, em particular, o crescimento da sua comunidade profissional e a sua disseminação pelo mundo, somados ao aprofundamento da complexidade das relações políticas nacionais e internacionais, criam novas possibilidades e desafios. Surgem demandas pela diversificação do corpo de cientistas atuantes na área, bem como pela revisão dos critérios de seleção dos fenômenos políticos considerados relevantes. A APSA, nesse sentido, declara como um dos seus objetivos participar ativamente de um processo de mudança, promovendo interação entre diferentes academias do mundo e criando espaços para a troca de conhecimentos. Esse objetivo é reiterado em seu *site* institucional, notas editoriais de revistas, discursos presidenciais e programas dos encontros anuais da associação. Também, a perspectiva de internacionalização consta no seu plano de metas de 2017-2019 (APSA, 2017), redigido pelo diretor executivo Steven Rathgeb Smith.

Todavia, a questão do localismo na Ciência Política norte-americana é ainda caracterizada por parte da literatura pelo seu paroquialismo político e disciplinar (BREUNING et al., 2005; GILES et al., 1989; NORRIS; CREWE, 1993; NORRIS, 1997; LIMA et al., 2018). A crítica descreve uma academia fechada à comunicação, por tratar de problemas majoritariamente nacionais e não reconhecer outras realidades e perspectivas de análise. Afirma que os espaços da APSA organizam-se para o debate interno ou, ainda, estabelecem uma relação desigual no compartilhamento de conhecimentos com o resto do mundo (NORRIS, 1997).

Essas questões se fizeram presentes desde cedo na associação, porém ganharam força com os recentes questionamentos sobre hierarquias do conhecimento na academia em relação

ao pluralismo e à diversidade. Recentemente, em um simpósio organizado pela POP com o objetivo de retomar a reflexão crítica sobre os impactos do Movimento Perestroika, Robert O. Keohane (2015) afirmou que os debates disciplinares centrados nos Estados Unidos ignoram uma realidade que envolve atores transnacionais pelo menos desde a primeira guerra mundial. Segundo ele,

Numa era daquilo que se conhece como “globalização”, em que as conexões entre as sociedades são mais comuns do que nunca antes, discutir a Ciência Política como uma disciplina sem abordar essas conexões é ignorar o “elefante na sala”²³⁵ (KEOHANE, 2015, p. 418, tradução própria).

A crítica interna ao modo como a Ciência Política norte-americana estabelece relações com as demais academias do mundo são corroboradas por críticas externas. Segundo Álvaro Bianchi (2011, p. 101), “a hegemonia internacional da Ciência Política estadunidense fez com que características nacionais fossem consideradas atributos da própria Ciência Política”. Na América Latina, por exemplo, há um entendimento de que o estudo da política na região, bem como as estruturas institucionais das associações de Ciência Política, tem significativa influência de teorias e métodos daquele país (BAQUERO; ESCOBAR, 2013; BAQUERO; NOGUERA, 2013; TORRES-RUIZ; RAVECCA, 2014; RAVECCA, 2014).

Essa influência norte-americana é reconhecida sob uma perspectiva crítica em relação aos seus efeitos no desenvolvimento histórico da disciplina na região (BARRIENTOS DEL MONTE, 2013; ROCHA CARPIUC, 2014). Segundo Bulcourf et al. (2015, p. 191, tradução própria), “a partir do questionamento de um certo *mainstream* disciplinar, de origem anglo-saxã, começou a emergir uma espécie de Perestroika, ao estilo do que havia ocorrido na Ciência Política norte-americana quinze anos antes. Desse modo começa a introduzir-se uma perspectiva ‘decolonial’”²³⁶. Questiona-se, atualmente, a quantificação e a formalização da Ciência Política como resultado da absorção muitas vezes inadequada de modos de produzir conhecimento e pensar a política no contexto latino-americano. Nesse sentido, tem-se debatido a importância da descolonização do fazer científico.

Outra iniciativa internacional que visa à comunicação na Ciência Política é a criação de associações regionais e internacionais da área. A associação mais reconhecida é a IPSA,

²³⁵ “In an era of what is known as ‘globalization’, in which connections among societies are closer than ever before, discussing political Science as a discipline without addressing these connections is to ignore ‘the elephant in the room’”.

²³⁶ “[...] a partir del cuestionamiento de cierto *mainstream* disciplinario, de origen anglosajón, comenzó a reclamarse una suerte de perestroika, al estilo de lo que había sucedido en la ciencia política norteamericana quince años antes. De este modo comienza a introducirse una perspectiva ‘decolonial’”.

fundada em 1949 a partir de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esta se propõe a ser uma ponte para diferentes comunidades de cientistas políticos no mundo todo (LIMA et. al., 2018; NORRIS, 1997; TRENT, 1979). Ademais, possui um congresso organizado anualmente e uma revista própria, a IPSR. Destaca-se que, mesmo neste espaço, o debate sobre hierarquias do conhecimento ocorre, de modo que há uma preocupação por parte da própria associação com a problematização da manutenção de desigualdades na comunidade internacional de cientistas políticos em termos de pluralismo e diversidade (LIMA et. al., 2018).

Frente a esse cenário, à nova configuração da política global e às novas possibilidades de fazer ciência e de estabelecer comunicação entre os cientistas políticos, espera-se que algumas fronteiras sejam superadas. A literatura converge no apontamento de alguns caminhos que perpassam a colaboração internacional entre pesquisadores por meio da formulação e compartilhamento de bancos de dados e desenvolvimento conjunto de pesquisas. Iniciativas de banco de dados cooperativos, tais como o *World Values Survey* (WVS), o *International Social Survey Programme* (ISSP), o *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES) e os *Barometer surveys* (como o Eurobarômetro e o Latinobarômetro) atuam nesse sentido. Também, destacam-se as possibilidades da área de política comparada que tem protagonizado um importante papel no incentivo à colaboração de pesquisadores e à ampliação de análises da política (BREUNING et al., 2005; KATZSTEIN, 2010; KEOHANE, 2015; RUDOLPH, 2005).

Por fim, além da questão internacional, as hierarquias do conhecimento perpassam o acesso de diferentes pesquisadores à ciência dentro do próprio país. E, nesse sentido, há mais uma barreira a ser ultrapassada: o debate disciplinar ser protagonizado majoritariamente pelas mesmas instituições universitárias, nacional e internacionalmente. São destacadas aqui questões socioeconômicas e de prestígio institucional e, portanto, as medidas de descentralização na produção do conhecimento dizem respeito à criação de auxílios, ao incentivo a pesquisas e à orientação adequada a pesquisadores de áreas e instituições periféricas. Parte das medidas equivale à inclusão de grupos minoritários, como abordado nas seções anteriores.

A Ciência Política nos Estados Unidos possui atualmente uma rede com significativo potencial de colaboração entre pesquisadores nacionais e internacionais que, porém, não tem sido significativamente desenvolvida. O reconhecimento da localidade como problemática relevante e como um dos desafios prioritários da área, somados a participação da comunidade internacional nesse debate, tem indicado caminhos que podem alterar esse cenário.

6. CONCLUSÃO

A proposta desta tese foi compreender as hierarquias do conhecimento na comunidade da Ciência Política nos Estados Unidos, mais especificamente na *American Political Science Association*. Conforme definido neste estudo, o termo se refere à situação acadêmica em que algumas abordagens são consideradas mais adequadas à investigação do fenômeno político. Conseqüentemente, os grupos que controlam os meios de produção acadêmica favorecem as abordagens que consideram mais acuradas. Esse tipo de situação cria obstáculos ao pluralismo teórico, metodológico e temático, uma vez que privilegia determinados modos de investigação em detrimento de outros. Isso se manifesta no perfil acadêmico das publicações nas revistas da comunidade, nas manifestações públicas e oficiais de suas direções e na estrutura de seus encontros científicos. Além dessa desigualdade na produção do conhecimento, essa hierarquia acadêmica também pode se manifestar na prática profissional, ao limitar o acesso à comunidade ou à sua estrutura produtiva de determinados grupos sociais, como as mulheres, os negros e os latino-americanos, por exemplo. Nesse caso, soma-se ao reduzido pluralismo científico o que podemos chamar de baixa diversidade social da comunidade científica.

Com tal perspectiva, visando a verificar as hierarquias do conhecimento na APSA, estruturei a pesquisa em torno de dois eixos: 1. da produção intelectual e 2. da representatividade profissional. Os achados empíricos mostraram que, em ambos os eixos, observam-se distintas hierarquias que refletem predileções sobre temas, teorias e métodos, assim como maior visibilidade profissional de determinados grupos de pesquisadores, em detrimento da diversidade de gênero, raça e etnia e localidade.

Mais especificamente, os dados indicam um cenário de alguns avanços (novas lideranças e fóruns), por um lado, e, por outro, uma imobilidade no que diz respeito, por exemplo, à publicação em revistas de prestígio da área. Outro resultado importante refere-se ao modo como o pluralismo tem sido promovido: ampliação de espaços, ainda que com pouca comunicabilidade entre eles. Nesse sentido, é possível observar que existe a convivência de diferentes perspectivas, métodos e pesquisadores na academia, mas há pouca colaboração e diálogo com disposição entre os diferentes. A diversidade é aceita, mas tem “lugares marcados” e limite de espaço, convivendo em constante disputa para que a estrutura e as novas regras ampliem ou ao menos não restrinjam ainda mais a participação de determinadas pesquisas e pesquisadores.

Esses achados empíricos reforçam a relevância do debate acerca da política adotada pela Ciência Política norte-americana em relação ao que foi chamado de “ditadura do

método”, acrescentando a necessidade de se incluir com maior ênfase a discussão crítica sobre as desigualdades de gênero, de raça, de etnia e dos locais geográficos dos pesquisadores. Conforme abordado neste estudo, no caso da Ciência Política norte-americana, a referência central do debate sobre as hierarquias do conhecimento é o Movimento Perestroika, dos anos 2000. Ele aparece como um marco em todas as categorias analisadas, mesmo que a partir de diferentes entendimentos. Isso é evidenciado pelo recente simpósio organizado pela POP, em 2015²³⁷. Ainda que todos esses problemas sejam anteriores ao Movimento (GUNNELL, 2015), e que existam discordâncias em relação ao significado e seus efeitos reais, há um consenso sobre o significativo impacto na Ciência Política norte-americana daquelas discussões e ações em prol do pluralismo e da diversidade (FARR, 2015; GUNNELL, 2015; KEOHANE, 2015; LAITIN, 2015; MONROE, 2015; NORTON, 2015; SCHRAM, 2015).

As principais críticas internas e externas em relação às hierarquias se baseiam na superespecialização da disciplina, na homogeneidade no perfil social e na visão de ciência dos pesquisadores que atuam como lideranças das instituições acadêmicas da Ciência Política. De maneira mais direta, uma ciência orientada pelo método quantitativo e formal, e com gênero, raça, etnia e endereço institucional pré-definidos: masculina, branca e nacionalizada, a partir de algumas poucas instituições universitárias de prestígio. É importante observar, porém, que as hierarquias de conhecimento não são um fenômeno restrito ao contexto da Ciência Política norte-americana, nem mesmo a esta disciplina. Lima et al. (2018) evidenciaram um padrão semelhante no âmbito da *International Political Science Review*, revista que se propõe a representar os diversos estudos sobre a política no mundo. Rocha Carpiuc (2016), em um contexto de pesquisa da desigualdade de gênero na Ciência Política, também indica desigualdades e questões a serem enfrentadas no contexto latino-americano. Da mesma forma, vários pesquisadores, de diversas regiões do mundo, têm indicado em suas pesquisas desigualdades dentro da academia e, dessa forma, uma política excludente na ciência (FUJII, 2016; ISAAC, 2015A; SCHWARTZ-SHEA; YANOW, 2016; RAVECCA, 2010, 2014; ROCHA CARPIUC, 2016; SAWER; CURTIN, 2016).

Em resposta aos críticos, foram criados novos espaços de publicação, processadas mudanças em políticas editoriais e adotados sistemas de incentivos à superação de desigualdades. Nesse contexto, a resposta ao questionamento sobre os cientistas políticos norte-americanos estarem, de fato, “jogando boliche juntos”, se a disciplina é plural ou dogmática, não pode ser respondida simplesmente com um sim ou um não. São inegáveis os

²³⁷ Pluralism and the Fate of Perestroika: A Historical Reflection, Vol. 13, No. 2, 2015.

impactos dos debates sobre as hierarquias do conhecimento nas pautas centrais e espaços da APSA, bem como o conjunto de iniciativas que a associação tem adotado; porém, se há quem argumente que as desigualdades estão sendo superadas, por outro lado, também há quem afirme que o cenário foi pouco alterado, pois poucas medidas foram implementadas diante da quantidade de propostas oriundas dos debates sobre o tema.

De fato, os dados deste estudo mostram que há um conflito entre o discurso e a prática da APSA. Não obstante, a superação desse descompasso em favor da efetividade do pluralismo científico, pode-se dizer, é um projeto que envolve três espaços de atuação acadêmica: associações, universidades e pesquisadores. Algumas medidas nesse sentido, no eixo da produção intelectual, poderiam ser as seguintes:

- Associações: 1. promover medidas institucionais que incentivem uma composição intelectualmente mais plural em espaços de liderança, tais como conselhos, comitês e editoriais de revistas disciplinares; 2. criar espaços e fóruns de pesquisa e debates para áreas que carecem de notoriedade e incentivo; e 3. incentivar a comunicação científica mais acessível, possibilitando assim um maior diálogo entre diferentes áreas da disciplina e mesmo com outras disciplinas, bem como incentivar a colaboração e o diálogo entre diferentes tradições de pesquisa, buscando unir esforços para a realização de pesquisas direcionadas a temas e problemas.
- Universidades: 1. promover medidas institucionais que incentivem uma composição intelectualmente mais plural no corpo de professores e alunos nos departamentos de Ciência Política; 2. ampliar o número de disciplinas especializadas em áreas com diferentes orientações teóricas e metodológicas; e 3. incentivar a colaboração e o diálogo entre diferentes tradições de pesquisa, buscando unir esforços para a realização de pesquisas direcionadas a temas e problemas.
- Pesquisadores: 1. orientar pesquisas a partir de temas e problemas; 2. buscar a colaboração, de modo a agregar diferentes perspectivas em pesquisas da área, valorizando, por exemplo, abordagens multimétodos; e 3. atentar à comunicação científica, tornando a própria pesquisa mais acessível e demonstrando uma disposição ao acesso a pesquisas de outras áreas.

Os desafios à promoção do pluralismo metodológico listados são de resolução complexa. Também, é importante destacar que eles não se restringem à Ciência Política. Como mencionado, o pluralismo não é um consenso como valor científico e, muitas vezes, há

diferentes entendimentos sobre os prós e contras dos processos de profissionalização e especialização da área. De qualquer forma, os desafios apresentados estão de acordo com as propostas e princípios pelos quais a APSA tem se orientado e defendido, majoritariamente, em seus espaços, ainda que não se chegue ao consenso do que é pluralismo ou do que caracterizaria uma pesquisa como socialmente relevante ou orientada por uma “grande questão”.

No que se refere às desigualdades de gênero, raça e etnia e localidade, foi possível perceber que a APSA tem se associado abertamente a valores de diversidade e utiliza o seu espaço para promover tais políticas. Destacam-se o incentivo a fóruns, o estabelecimento de planos de metas e comitês especiais e políticas institucionais mais direcionadas, a exemplo da rotatividade de gênero na eleição para a presidência da associação. Entretanto, ao mesmo tempo em que existe um cenário de abertura e intensificação de debates sobre diversidade, o cenário disciplinar tem obtido apenas resultados tímidos no que diz respeito à democratização dos seus espaços de liderança e de produção e reprodução do conhecimento. Especialmente no caso das revistas, grupos minoritários enfrentam significativa hostilidade. Há, também, outras variáveis e espaço de exclusão que são mais difíceis de mapear e mensurar, tais como assédio e diferença de oportunidades de colaboração nas instituições e redes de pesquisa da área. A Ciência Política que ganha espaço ainda é majoritariamente masculina, branca e nacional. Portanto, no eixo da representatividade profissional também há um conflito entre discurso e prática, de modo que a diversidade e a inclusão permanecem como desafios a serem superados. Entretanto, deve ser observado, o discurso ao menos tem sido propositivo, com algumas intervenções na área.

Diante disso, é possível identificar algumas medidas favoráveis à diversidade, no eixo da representatividade profissional, considerando-se os mesmos espaços de intervenção sugeridos há pouco: associações, universidades e pesquisadores. Estes são os seguintes:

- Associações: 1. promover diversidade e normas de inclusão para espaços de liderança, tais como conselhos, comitês e editoriais de revistas disciplinares; 2. adaptar e flexibilizar os espaços acadêmicos para a maternidade e promover espaços de cuidados infantis em eventos da área; e 3. incentivar a colaboração e o diálogo com um maior número de associações de Ciência Política, nacionais e internacionais.
- Universidades: 1. desenvolver medidas que valorizem a diversidade de professores e alunos nos departamentos de Ciência Política; 2. ampliar o número de disciplinas de gênero, raça e etnia e política comparada nas universidades, bem como outros fóruns

de debates sobre o tema; 3. adaptar e flexibilizar os espaços acadêmicos para a maternidade e promover espaços de cuidados infantis dentro dos campi; e 4. criar programas de orientação estudantil, enfocando as necessidades de grupos minoritários e considerando as suas especificidades.

▪ Pesquisadores: 1. buscar a colaboração, de modo a agregar diferentes perspectivas em pesquisas da área; 2. considerar temas de diversidade como inerentes a compreensão da história e do cenário político; e 3. posicionar-se frente a situações de desigualdade e assédio nos espaços acadêmicos.

Cabe ressaltar, entretanto, que tais demandas não aparecem apenas na academia norte-americana, e nem mesmo apenas na Ciência Política. Em realidade, tais demandas têm motivado uma série de medidas institucionais e debates sobre o tema em todo o mundo e nas mais variadas áreas. É importante salientar também que a questão da diversidade não diz respeito exclusiva e diretamente aos dados apresentados, mas esses são sintomáticos de outros fatores estruturais internos e externos à disciplina. Beckwith (2015) resume bem esses aspectos ao afirmar que “aumentar a justiça social e a diversidade dentro da Ciência Política requer não apenas apoio e mudanças dentro do Estado; a Ciência Política prosperará se situada em um contexto acadêmico socialmente mais justo” (p. 446, tradução própria)²³⁸.

Por fim, os resultados apresentados nesta tese reforçam o entendimento de que é necessário estarmos atentos para o descompasso entre o discurso e a prática. Embora a literatura sobre produção e reprodução do conhecimento na disciplina aborde sob diferentes óticas as desigualdades em termos de preferências temáticas, teóricas e metodológicas, bem como a diversidade profissional em termos de gênero, raça e etnia e localidade, é por meio do entendimento de que existem hierarquias do conhecimento que elas se tornam mais claramente perceptíveis. Subjacente às hierarquias, existe uma distribuição desigual de prestígio, reconhecimento, visibilidade e, em última instância, poder dentro da disciplina. É por meio de uma distribuição que privilegia determinadas epistemologias e metodologias, e atores oriundos de *backgrounds* específicos, que se percebe como a hierarquização do conhecimento é presente nas estruturas acadêmicas, impactando as trajetórias profissionais daqueles que produzem conhecimento, bem como o próprio conteúdo do conhecimento

²³⁸ “Increasing social justice and diversity within political Science requires not just support from and changes within the state; political science will prosper if situated in more socially just academic context”.

produzido, ainda mais daqueles profissionais que se encontram sob o peso de várias hierarquias entrecruzadas.

À medida que mais estudos sobre a história da disciplina e sobre os perfis de suas publicações são realizados, evidenciam-se diferentes variáveis, espaços de expressão e graus de intensidade de hierarquias do conhecimento persistentes na Ciência Política. Há uma literatura vasta sobre as diversas categorias analisadas nesse estudo, muitas vezes literaturas independentes dentro de cada categoria, com grupos de autores que dialogam entre si. Uma das contribuições deste estudo foi agregar tais estudos e categoriais por meio da noção de hierarquias de conhecimento, o que permitiu dar relevância a três aspectos: 1. a relação entre a Ciência Política e a política, 2. a estrutura hierárquica da academia e 3. as diferentes visões sobre a ciência.

Ademais, além da possibilidade de identificar pontos comuns, foi possível mostrar que as linhas que separam as diferentes formas de hierarquias do conhecimento são tênues, visto que há relações entre a valorização de determinadas temáticas e a diversidade profissional, entre teoria e metodologia e mesmo entre metodologia e gênero. Isto reforça o argumento de que a questão não pode se resumir a compreender se determinada predileção ou seleção é “justa” em detrimento de outra, visto que se trata de uma estruturação mais ampla de poder no âmbito do espaço acadêmico. Também, ao entrelaçar as dimensões de produção intelectual e diversidade profissional, o fenômeno pode ser compreendido em sua totalidade como uma questão de desigualdades de distribuição de recursos de prestígio e reconhecimento. Finalmente, outra contribuição deste estudo é o potencial comparativo a partir dos seus dados agregados com a Ciência Política de outras regiões. A análise a partir de hierarquias do conhecimento pode ser pensada fora do contexto dos Estados Unidos, assim como podem ser adicionadas categorias referentes a casos e contextos históricos próprios. Inclusive porque a motivação no estudo disciplinar parece ter um propósito comum em várias academias de Ciência Política no mundo, eles tratam “de revelar muitas das relações de poder intrínsecas em nosso campo e que grande parte dos politólogos se negam a reconhecer”²³⁹ (BULCOURF, 2017, tradução própria).

As hierarquias do conhecimento, portanto, constituem-se como um fenômeno complexo na construção histórica e institucional da Ciência Política. Os discursos, revistas e encontros da APSA analisados nesta tese destacam o processo pelo qual essa construção

²³⁹ “[...] de desnudar muchas de las relaciones de poder intrínsecas en nuestro campo y que gran parte de los politólogos se niegan a reconocer”

ocorre e permitem compreender parte dos incentivos e restrições de acesso à comunidade de cientistas políticos e à progressão profissional nos Estados Unidos. A mudança desse quadro continua distante – não se trata de negar avanços, mas sim de defender a importância de averiguar a coerência entre discurso e prática. Esta, inclusive, é uma postura comum adotada por cientistas políticos em suas análises sobre congressos, partidos e outros espaços políticos. Mas, onde existem desigualdades, há o potencial para reconhecê-las e tentar abordá-las. Esse é o grande desafio da Ciência Política, já reconhecido em seus inúmeros fóruns, mas que ainda persiste a despeito das críticas recorrentes. A reflexão sobre as diferentes formas de desigualdades provavelmente trará mais contribuições em termos do pluralismo do pensamento político e da diversidade de atores que também devem ser ouvidos e lidos. Esse, portanto, é um debate ao qual a disciplina não pode se furtar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELS, Gabriele; WOODS, Dorian R. The Status of Women in German Political Science. **European Political Science**, v. 14, n. 2, p. 87-95, 2015.
- ACKELSBERG, Martha; BINION, Gayle; DUERST-LAHTI, Georgia; JUNN, Jane; VAN ASSENDELFT, Laura Van; YOON, Bang-Soon. Remembering the "Life" in Academic Life: Finding a Balance between Work and Personal Responsibilities in the Academy. **PS: Political Science and Politics**, v. 37, n. 4, p. 879-883, 2004.
- ADCOCK, Robert; BEVIR, Mark. The History of Political Science. **Political Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 1-16, 2005.
- AHRAM, Ariel I. Concepts and Measurement in Multimethod Research. **Political Research Quarterly**, v. 66, n. 2, p. 280-291, 2013.
- ALEX-ASSENSOH, Yvette M.; GIVENS, Terri; GOLDEN, Kathie; HUTCHINGS, Vincent L.; WALLACE, Sherri L.; WHITBY, Kenny J. Mentoring and African-American Political Scientists. **PS: Political Science and Politics**, v. 38, n. 2, p. 283-285, 2005.
- ALEXANDER-FLOYD, Nikol G. Why Political Scientists Don't Study Black Women, but Historians and Sociologists Do: On Intersectionality and the Remapping of the Study of Black Political Women. **National Political Science Review**, v. 16, p. 1-18, 2014.
- ALEXANDER-FLOYD, Nikol G.; D'ANDRA OREY, Byron; BROWN-DEAN, Khalilah. Professional Conferences and the Challenges of Studying Black Politics. **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 2, p. 319-323, 2015.
- ALEXANDER-SNOW, Mia; JOHNSON, Barbara J. Perspectives from Faculty of Color, in Robert J. Menges (ed.) **Faculty in New Jobs: A Guide to Setting In, Becoming Established, and Building Institutional Support**. San Francisco: Jossey-Bass, p. 88-117, 1999.
- ALLEN, Marcus D.; GORDON, Kea; MATHEWS-GARDNER, Lanethea. APSA Teaching and Learning Track Summaries – Track Three: Diversity, Inclusiveness, and Inequality. **PS: Political Science and Politics**, v. 41, n. 3, p. 615-616, 2008.
- ALMOND, Gabriel. Political Theory and Political Science. **American Political Science Review**, v. 60, n. 4, p. 869-879, 1966.
- ALMOND, Gabriel A. Separate Tables: Schools and Sects in Political Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 21, n. 4, p. 828-842, 1988.
- ALMOND, Gabriel. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. London: Sage, 1990.
- ALMOND, Gabriel. Political Science: The History of the Discipline. In: Robert Gooding; Hans-Dieter Klingemann (eds.). **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1998. P. 50-96.

- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La Ciencia Política en Brasil: El Desafío de la Expansión. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 1, p. 101-110, 2005.
- AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La Ciencia Política en Brasil en la Última Década: La Nacionalización y la Lenta Superación del Parroquialismo. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 19-31, 2015.
- ANDERSON, William. The Rôle of Political Science. **American Political Science Review**, v. 37, n. 1, p. 1-17, 1943.
- ANONYMOUS; ANONYMOUS. Tenure in a Chilly Climate. **PS: Political Science and Politics**, v. 32, n. 1, p. 91-99, 1999.
- ARDS, Sheila; WOODARD, Maurice. African Americans in the Political Science Profession. **PS: Political Science and Politics**, v. 25, n. 2, p. 252-259, 1992.
- ARDS, Sheila; WOODARD, Maurice. The Road to Tenure and Beyond for African American Political Scientists. **The Journal of Negro Education**, v. 66, n. 2, p. 159-171, 1997.
- ARENDT, Hannah. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- ARENDT, Hannah. **On Revolution**. New York: Viking Press, 1963.
- ARROW, Kenneth J. **Social Choice and Individual Values**. New York: Wiley and Sons, 1951.
- ÁVALOS, Manuel. The Status of Latinos in the Profession: Problems in Recruitment and Retention. **PS: Political Science and Politics**, v. 24, n. 2, p. 241-46, 1991.
- AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro. **A Ciência Política no Brasil**. São Paulo: Editora FGV, 2016.
- BAGEHOT, Walter. **The English Constitution**. 2a ed. E-Edition, 1873 [1867].
- BALL, Terence. From Paradigms to Research Programs: Towards a Post-Kuhnian Political Science. **American Journal of Political Science**, v. 20, n. 1, p. 151-177, 1976.
- BANKS, William H. Afro-American Scholars in the University: Roles and Conflicts. **American Behavioral Scientist**, v. 27, n. 3, p. 325-338, 1984.
- BAQUERO, Sergio Angel; NOGUERA, Juan Carlos Rico. Trazos para una Decolonización de la Teoría Política. **Crítica Contemporánea. Revista de Teoría Política**, v. 3, p. 1-20, 2013.
- BAQUERO, Sergio Angel; ESCOBAR, Fredy Andrés Barrero. Apuntes sobre los Principales Debates Disciplinares de la Teoría Política. **Estudios Políticos**, v. 43, p. 39-57, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

- BARKER, Lucius; JONES, Mack; TATE, Katherine Tate. **African Americans and the American Political System**, 4 ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1999.
- BARKER, Lucius Jefferson; BARKER, Twiley W. **Civil Liberties and the Constitution: Cases and Commentaries**. New York: Prentice Hall, 1970.
- BARKER, Lucius Jefferson; JONES, Mach H. (eds.) **African Americans and the American Political System**. 3 ed. New York: Prentice Hall, 1994.
- BARKER, Lucius Jefferson. Limits of Political Strategy: A Systemic View of the African American Experience. Presidential Address, American Political Science Association. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, p. 1-13, 1994.
- BARRIENTOS DEL MONTE, Fernando. La Ciencia Política en América Latina. Una Breve Introducción Histórica. **Convergencia: Revista de Ciencias Sociales**, v. 20, n. 61, p. 105-133, 2013.
- BARRY, Brian. **Political Argument**. London: Routledge and Kegan Paul, 1965.
- BATES, Stephen; JENKINS, Laura; PFLAEGER, Zoe. **Women in the Profession: The Composition of UK Political Science Departments by Sex**. *Politics*, v. 32, n. 3, p. 139-152, 2012.
- BATES, Stephen; SAVIGNY, Heather. Introduction: Women in European Political Science. **European Political Science**, v. 14, n. 2, p. 75-78, 2015.
- BECKWITH, Karen. State, Academy, Discipline: Regendering Political Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 3, p. 445-449, 2015.
- BECKWITH, Karen; BALDEZ, Lisa. From the Editors. **Politics and Gender**, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2005.
- BENNETT, Andrew. A Lakatosian Reading of Lakatos: What can We Salvage from the Hard Core?. In: Colin Elman; Miriam Elman (eds.). **Progress in International Relations Theory**. Cambridge: MIT Press, 2003. P. 455-494.
- BENNETT, Andrew; BARTH, Aharon; RUTHERFORD, Kenneth. Do We Preach What We Practice? A Survey of Methods in Journals and Graduate Curricula. **PS: Political Science and Politics**, v. 36, n. 3, p. 373-878, 2003.
- BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Qualitative research: recent developments in case study methods. **Annual Review of Political Science**, v. 9, n. 1, p. 455-476, 2006.
- BERLIN, Isaiah. Two Concepts of Liberty. In: Isaiah Berlin. **Four Essays on Liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1969.
- BIANCHI, Alvaro. Political Science contra a Democracia: A Formação de uma Tradição. **Opinião Pública**, v. 17, p. 75-101, 2011.

- BINDER, Sarah; RHODES, R. A.; ROCKMAN, Bert A. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BIRD, Alexander. **Thomas Kuhn**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BLACKWELL, James E. Mentoring: An Action Strategy for Increasing Minority Faculty. **Academe**, v. 75, n. 5, p. 8-14, 1989.
- BLAIR, Robert A.; KALMANOVITZ, Pablo. On the Rights of Warlords: Legitimate Authority and Basic Protection in War-Torn Societies. **American Political Science Review**, v. 110, n. 3, p. 428-440, 2016.
- BLUNTSCHLI, Johann K. **The Theory of the State**. Batoche Books: Kitchener, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: Renato Ortiz (ed.), **Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. P. 112-143.
- BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: Por Uma Sociologia Clínica do Campo Científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet; BRADY, Henry E.; COLLIER, David (eds.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BRANDES, Lisa; BUKER, Eloise; BURGESS, Susan; COOK, Constance; FLAMMANG, Janet; GEIGER, Shirley; OKIN, Susan; YOON, Bang-Soon; ACKELSBERG, Martha. The Status of Women in Political Science: Female Participation in the Professoriate and the Study of Women and Politics in the Discipline. **PS: Political Science and Politics**, v. 34, n. 2, p. 319-326, 2001.
- BREUNING, Marijke; BREDHOFT, Joseph; WALTON, Eugene. Promise and Performance: An Evaluation of Journals in International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 6, n. 4, p. 447-461, 2005.
- BREUNING, Marijke; SANDERS, Kathryn. Gender and Journal Authorship in Eight Prestigious Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics**, v. 40, n. 2, p. 347-351, 2007.
- BRIGGS, Jacqueline; HARRISON, Lisa. The Status of Women in UK Political Science. **European Political Science**, v. 14, n. 2, p. 105-115, 2015.
- BROOKES, Marissa. Introduction: The Road Less Traveled: Na Agenda for Mixed-Methods Research. **PS: Political Science and Politics**, v. 50, n. 4, p. 1015-1018, 2017.
- BROOKS, Robert C. Reflections on the "World Revolution" of 1940. Presidential Address, **American Political Science Review**, v. 35, n. 1, p. 1-26, 1941.
- BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. **The Calculus of Consent**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

- BULCOURF, Pablo. Las Nieves del Tiempo Platearon Mi Cien: Reflexiones sobre la Historia de la Ciencia Política en la Argentina. **Sociedad Global**, v. 1, p. 7-35, 2007.
- BULCOURF, Pablo. El Desarrollo de la Ciencia Política en la Argentina. **Política**, v. 50, n. 1, p. 59-92, 2012.
- BULCOURF, Pablo. **Giovanni Sartori**: Una Mirada desde el Sur. Política. Centro de Estudios en Ciudadanía (CEAP), 2017. Disponible em: <<http://ceap.sociales.uba.ar/2017/04/10/giovanni-sartori-una-mirada-desde-el-sur/>>. Acceso em: 10 jan. 2018.
- BULCOURF, Pablo; MÁRQUEZ, Enrique Gutiérrez; CARDOZO, Nelson. Historia y Desarrollo de la Ciencia Política en América Latina: Reflexiones sobre la Constitución del Campo de Estudios. **Revista de Ciencia Política**, v. 35, n. 1, p. 179-199, 2015.
- BULCOURF, Pablo; JOLIAS, Lucas (2016). El Desarrollo de la Ciencia Política en la Argentina: Agendas Temáticas y Nuevos Desafíos. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 6, n. 1, p. 18-51, 2016.
- BUQUET, Daniel. El Desarrollo de la Ciencia Política en Uruguay. **Política**, v. 50, n. 1, p. 5-29, 2012.
- BUNCHE, Ralph J. **A World View of Race**. Washington, D.C: Associates in Negro Folk Education, 1936.
- BUNCHE, Ralph J. Presidential Address. **American Political Science Review**, v. 48, n. 4, p. 961-71, 1954.
- BUNCHE, Ralph J. An African American in South Africa: The Travel Notes of Ralph J. Bunche, 28 September 1937-1 January 1938. In: Robert R. Edgar (ed.). **Athens**: Ohio University Press, 1992.
- CANSINO, César. **La Muerte de la Ciencia Política**. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- CARSEY, Thomas M. Making DA-RT a Reality. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 72-77, 2014.
- CARROLL, Susan J.; ZERILLI, Linda M. G. Feminist Challenges to Political Science. In: Ada W. Finifter (ed.), **Political Science: The State of the Discipline II**. Washington, DC: American Political Science Association, 1993. P. 55-76.
- CASSESE, Erin C.; BOS, Angela L. A Hidden Curriculum? Examining the Gender Content in Introductory-Level Political Science Textbooks. **Politics and Gender**, v. 9, n. 2, p. 214-223, 2013.
- CATERINO, Brian; SCHRAM, Sanford. Introduction: Reframing the Debate. In: Sanford Schram; Brian Caterino (eds.), **Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method**. New York: New York University Press, 2006. P. 1-16.

- CHERNOFF, Fred. The Study of the Democratic Peace and Progress in International Relations. **International Studies Review**, v. 6, n. 1, p. 49-78, 2004.
- CHONG, Dennis; KIM, Dukhong. The Experiences and Effects of Economic Status among Racial and Ethnic Minorities. **American Political Science Review**, v. 100, n. 3, p. 335-551, 2006.
- COLLIER, David. Comparative Method in the 1990s; and Comparative-Historical Analysis: Where Do We Stand? Letters from the President. APSA-CP, **Newsletter of the APSA Organized Section for Comparative Politics**, v. 9, n. 1, p. 1-5, 1998.
- COLLIER, David; ELMAN, Colin. Qualitative and Multi-Method Research: Organizations, Publication, and Reflections on Integration. In: Janet Box-Steffensmeier; Henry E. Brady; David Collier (eds.) **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- COWDEN, Mhairi; MCLAREN, Kirsty; PLUMB Alison; SAWER, Marian. **Women's Advancement in Australian Political Science**. Workshop Report, Canberra: Australian National University, 2012.
- COX, Gary W. The Empirical Content of Rational Choice Theory: A Reply to Green and Shapiro. **Journal of Theoretical Politics**, v. 11, n. 2, p. 147-169, 1999.
- COX, Gary W. Lies, Damned Lies and Rational Choice Analyses. In: Ian Shapiro; Rogers M. Smith; Tarek E. Masoud, (eds.), **Problems and Methods in the Study of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 167-185, 2004.
- CURTIN, Jennifer. Women and Political Science in New Zealand: The State of the Discipline. **Political Science**, v. 65, n. 1, p. 63-83, 2013.
- DAFOE, Allan. Science Deserves Better: The Imperative to Share Complete Replication Files. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 60-66, 2014.
- DAHL, Robert. The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest. **American Political Science Review**, v. 55, n. 4, p. 736-772, 1961.
- DAHL, Robert. The City in the Future of Democracy. Presidential Address, **American Political Science Review**, v. 61, n. 4, p. 953-970, 1967.
- DAWSON, Michael C.; COHEN, Cathy. Problems in the Study of the Politics of Race. In: Ira Katznelson; Helen V. Milner (eds.), **Political Science: The State of the Discipline**. New York: W. W. Norton, 2002. P. 488-510.
- DAWSON, Michael C.; WILSON, Ernest J. Paradigms and Paradoxes: Political Science and African American Politics. In: William Crotty (ed.), **The Theory and Practice of Political Science**. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1991.
- DESSLER, David. Explanation and Scientific Progress. In: Colin Elman; Miriam Elman (eds.), **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge: MIT Press, 2003. P. 381-404.

- DEUTSCH, Karl W. On Political Theory and Political Action. **American Political Science Review**, v. 65, n. 1, p. 11-27, 1971.
- DICICCO, Jonathan; LEVY, Jack. Power Shifts and Problem Shifts: The Evolution of the Power Transition Research Program. **Journal of Conflict Resolution**, v. 43, n. 6, p. 673-704, 1999.
- DI STEFANO, Christine. Integrating Gender into the Political Science Curriculum: Challenges, Pitfalls, and Opportunities. **PS: Political Science and Politics**, v. 30, n. 2, p. 204-206, 1997.
- DOWDING, Keith. Is it Rational to Vote? Five Types of Answer and a Suggestion. **British Journal of Politics and International Relations**, v. 7, n. 3, p. 442-459, 2005.
- DOWDING, Keith; HINDMOOR, Andrew. The Usual Suspects: Rational Choice, Socialism and Political Theory. **New Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 451-463, 1997.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EdUSP, 1999.
- DREWRY, Gavin. Political Institutions: Legal Perspective. In: Robert Gooding; Hans-Dieter Klingemann (eds.). **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- DRYZEK, John S. Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science, **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 487-492, 2006.
- DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie; PHILLIPS, Anne. **The Oxford Handbook of Political Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- DRYZEK, John S.; LEONARD, Stephen T. History and Discipline in Political Science. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, p. 1245-1260, 1988.
- DUERST-LAHTI, Georgia. The Consequences of Gender for Women's Political Leadership. In: Karen O'Connor (ed.) **Gender and Women's Leadership: A Reference Handbook**, Sage Publications, 2010. P. 20-30.
- EASTON, David. Introduction: The Current Meaning of "Behavioralism" in Political Science. In: James C. Charlesworth (ed.) **The limits of Behavioralism in Political Science**. Philadelphia: The American Academy of Political Science, 1962. P. 8-25.
- EASTON, David. The New Revolution in Political Science. **American Political Science Review**, v. 63, n. 4, p. 1051-1061, 1969.
- EASTON, David. Political Science in the United States: Past and Present. **International Political Science Review**, v. 6, n. 1, p. 133-152, 1985.
- ECHEVERRÍA, Javier. **Introdução à Metodologia da Ciência: a Filosofia da Ciência no Século XX**. Lisboa: Almedina, 2003.

- ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam. **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.
- ELMAN, Colin; KAPISZEWSKI, Diana. Data Access and Research Transparency in the Qualitative Tradition. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 43-47, 2014.
- ELMAN, Colin; LUPIA, Arthur. DA-RT: Aspirations and Anxieties. **Comparative Politics Newsletter**, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2016.
- ELIZONDO, Arantxa. The Status of Women in Spanish Political Science. **European Political Science**, v. 14, n. 2, p. 96-104, 2015.
- ESCOBAR-LEMMON; Maria C.; TAYLOR-ROBINSON, Michelle M. (eds.) **Representation: The Case of Women**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- EVANS, Heather K.; MOULDER, A. Reflecting on a Decade of Women's Publications in Four Top Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics**, v. 44, n. 4, p. 793-798, 2011.
- FARR, James. Popper's Hermeneutics. **Philosophy of Social Science**, v. 13, n. 2, p. 157-176, 1983.
- FARR, James. Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science. In: James Farr; John Dryzek; Stephen Leonard (eds.), **Political Science in History**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995. P. 198-224.
- FARR, James; DRYZEK, John; LEONARD, Stephen (eds.). **Political Science in History**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- FERES JR., J. Aprendendo com os Erros dos Outros: O Que A História da Ciência Política Americana Tem para nos Contar. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, p. 97-110, 2000.
- FEYERABEND, Paul. Consolando o Especialista. In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 244-284.
- FERNÁNDEZ, Maria de los Ángeles. Mujer y Ciencia Política en Chile: ¿Algo Nuevo Bajo el Sol? **Política**. **Revista de Ciencia Política**, v. 46, n. 1, p. 261-289, 2006.
- FINIFTER, Ada W. Editor's Notes. **American Political Science Review**, v. 90, n. 1, p. vi-vii, 1996.
- FINIFTER, Ada W. Editor's Notes. **American Political Science Review**, v. 91, n. 2, p. 7-10, 1997.
- FINIFTER, Ada W. Editor's Notes. **American Political Science Review**, v. 94, n. 4, p. viii-xiv, 2000.

- FLYVBJERG, Bent. A Perestroika Straw Man Answers Back: David Laitin and Phronetic Political Science. In: Sanford Schram; Brian Caterino (eds.), **Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method**. New York, New York University Press, 2006. P. 56-85.
- FORD, Henry J. Present Tendencies in American Politics. **American Political Science Review**, v. 14, n. 1, p. 1-13, 1920.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 35, 1997.
- FRANKLIN, Charles H. Quantitative Methodology. In: Janet Box-Steffensmeier; Henry E. Brady; David Collier (eds.) **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- FUJII, Lee Ann. The Dark Side of DA-RT. **Comparative Politics Newsletter**, v. 26, n. 1, p. 25-27, 2016.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Nacional, 1974.
- GERRING, John. Qualitative Methods. **Annual Review of Political Science**, v. 20, n. 2, p. 21-22, 2017.
- GARAND, James C.; GILES, Micheal W. Journals in the Discipline: A Report on a New Survey of American Political Scientists. **PS: Political Science and Politics**, v. 36, n. 2, p. 293-308, 2003.
- GILES, Micheal W.; MIZELL, Francie; PATTERSON, David. Political Scientists' Journal Evaluations Revisited. **PS: Political Science and Politics**, v. 22, n. 3, p. 613-617, 1989.
- GINTHER, Donna K. Gender Differences in Salary and Promotion in Political Science. **Paper presented at the APSA Workshop on Women's Advancement in Political Science**, Washington, DC, 2004.
- GOLDER, Matt; GOLDER, Sona N. Letter from the Editors. **Comparative Politics Newsletter**, v. 26, n. 1, p. 2-24, 2016.
- GOODING, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Political Science: The Discipline. In: Robert E. Gooding; Hans-Dieter Klingemann (eds.), **A New Handbook of Political Science**. Oxford, Oxford University Press, 1996. P. 3-49.
- GOODNOW, Frank J. The Work of The American Political Science Association. Presidential Address. **American Political Science Review**, v. 1, p. 35-46, 1904.
- GOSNELL, Harold F. **Getting Out The Vote**. Chicago: University of Chicago Press, 1927.
- GREEN, Donald; SHAPIRO, Ian. **Pathologies of Rational Choice Theory**. New Haven: Yale University Press, 1994.

- GUITARRARI, Robinson. **Incomensurabilidade e Racionalidade Científica em Thomas Kuhn: Uma Análise do Relativismo Epistemológico**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GUNNELL, John. **Imagining the American Polity: Political Science and the Discourse of Democracy**. University Park PA: Pennsylvania State University Press, 2004a.
- GUNNELL, John. The Real Revolution in Political Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 37, n. 1, p. 47-50, 2004b.
- GUNNELL, John. Pluralism and the Fate of Perestroika: A Historical Reflection. **Perspectives on Politics**, Cambridge, v. 13, n. 2, p. 408-415, 2015.
- HACKING, Ian. Ensaio Introdutório. In: Thomas S. Kuhn, **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. P. 9-47.
- HALL, Peter A. Beyond the Comparative Method, **APSA-CP Newsletter**, v. 15, n. 2, p. 1-4, 2004.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary. As Três Versões do Neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-222, 2003.
- HALLERBERG, Mark; KAYSER, Mark. Letter from the Editors: Comparative Politics Abroad. **APSA-CP. Newsletter of the APSA Organized Section in Comparative Politics**, v. 22, n. 1, p. 1-2, 2012.
- HAMANN, Kerstin; POLLOCK, Philip Hutch; WILSON, Bruce M. Editors' Introduction to the Tenth Anniversary Issue. **Journal of Political Science Education**, v. 10, n. 1, p. 1-2, 2014.
- HANCOCK, Ange-Marie. When Multiplication Doesn't Equal Quick Addition: Examining Intersectionality as a Research Paradigm. **Perspectives on Politics**, v. 5, n. 1, p. 63-79, 2007.
- HARRIS-LACEWELL, Melissa. Contributions of Black Women in Political Science to a More Just World. **Politics and Gender**, v. 1, n. 2, p. 341-350, 2005.
- HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America: An Interpretation of American Political Thought Since the Revolution**. New York: Harcourt, Brace, 1991.
- HARZING, Anne-Wil. **Publish or Perish**, 2007. Disponível em: <<http://www.harzing.com/pop.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- HAYEK, Friedrich A. von. **The Constitution of Liberty**. London: Routledge and Kegan Paul, 1960.
- HEANEY, Michael T.; HANSEN, John M. Building the Chicago School. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 589-596, 2006.

- HERO, Rodney E. **Latinos and the U.S. Political System: Two-tiered Pluralism**. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- HERO, Rodney E. **Racial Diversity and Social Capital: Equality and Community in America**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 2007.
- HERO, Ronald. Reflections on “How Political Science Can Be More Diverse”, **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 3, p. 469-471, 2015.
- HERO, Ronald. American Politics and Political Science in an Era of Growing Racial Diversity and Economic Disparity. Presidential Address, American Political Science Association. **American Political Science Review**, v. 14, n. 1, p. 7-20, 2016.
- HERRING, Pendleton. On the Study of Government. **American Political Science Review**, v. 47, n. 4, p. 961-974, 1953.
- HESLI, Vicki L.; LEE, Jane Mook; MITCHELL, Sara McLaughlin. Predicting Rank Attainment in Political Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 45, n. 3, p. 475-492, 2012.
- HINDMOOR, Andrew; TAYLOR, Brad. **Rational Choice**. London: Palgrave Macmillan, 2015.
- HIRSCHMAN, Albert. The Search for Paradigms as a Hindrance to Understanding. **World Politics**, v. 22, n. 3, p. 329-343, 1970.
- HOCHSCHILD, Jennifer L. Editor's Note: Introduction and Observations. **Perspectives on Politics**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2003.
- HOCHSCHILD, Jennifer L. APSA Presidents Reflect on Political Science: Who Knows What, When, and How? **Perspectives on Politics**, v. 3, n. 2, p. 309-334, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- HOLDEN, Matthew. The Competence of Political Science: “Progress in Political Research” Revisited. Presidential Address, American Political Science Association. **American Political Science Review**, v. 94, n. 1, p. 1-19, 2000.
- HOYNINGEN-HUENE, Paul. **Reconstructing Scientific Revolutions: Thomas Kuhn’s Philosophy of Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- HTUN, Mala. DA-RT and the Social Conditions of Knowledge Production in Political Science. **Comparative Politics Newsletter**, v. 26, n. 1, p. 32-36, 2016.
- IARYCZOWER, Matias, SPILLER, Pablo T.; TOMMASI, Mariano. Judicial Lobbying: The Politics of Labor Law Constitutional Interpretation. **American Political Science Review**, v. 100, n. 1, p. 85-97, 2006.
- ISAAC, Jeffrey. Editor's Introduction. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 1, p. 1-5, 2010a.

- ISAAC, Jeffrey. Perspectives on Politics: A Political Science Public Sphere. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 1, p. 7-10, 2010b.
- ISAAC, Jeffrey. Editor's Introduction. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 2, p. 407-410, 2010c.
- ISAAC, Jeffrey. Boundaries. **Perspectives on Politics**, v. 9, n. 4, p. 779-782, 2011.
- ISAAC, Jeffrey C. From the Editor: A Perspective on Perspectives. **Perspectives on Politics**, v. 10, n. 3, p. 561-569, 2012.
- ISAAC, Jeffrey C. Restructuring the Social Sciences? A Reflection from the Editor of Perspectives on Politics. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 2, p. 279-283, 2014.
- ISAAC, Jeffrey. For a More Public Political Science. **Perspectives on Politics**, v. 13, n. 2, p. 269-283, 2015a.
- ISAAC, Jeffrey. Varieties of Empiricism in Political Science. **Perspectives on Politics**, v. 13, n. 4, p. 929-934, 2015b.
- ISAAC, Jeffrey. The Politics of Global Disorder. **Perspectives on Politics**, v. 14, n. 1, p. 1-6, 2016.
- ISHIYAMA, John. Notes from the Editors. **American Political Science Review**, v. 108, n. 2, p. iii-ix, 2014.
- ISHIYAMA, John. Report of the Editors of American Political Science Review, 2013-14. **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 2, p. 400-440, 2015.
- ISHIYAMA, John. Notes from the Editors. **American Political Science Review**, v. 110, n. 1, p. iii-ix, 2016a.
- ISHIYAMA, John. Notes from the Editors. **American Political Science Review**, v. 109, n. 3, p. iii-viii, 2016b.
- JACKSON, Patrick T. A Statistician Strikes Out: In Defense of Genuine Methodological Diversity. In: Sanford Schram; Brian Caterino (eds.), **Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method**. New York: New York University Press, 2006. P. 86-97.
- JACOBY, William G.; LUPTON, Robert N.; ARMALY, Miles T.; ENDERS, Adam. **Report to the Editorial Board and the Midwest Political Science Association Executive Council**, 2017. Disponível em: <https://ajpsblogging.files.wordpress.com/2013/05/ajps-2017-annual-report-4-3-17.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.
- JOHNSON, James. Editor's Note: Introduction and Comments. **Perspectives on Politics**, v. 4, n. 3, p. 441-442, 2006.

- JONES, Mack H. Responsibility of Black Political Scientists to the Black Community. In: Shelby Lewis (ed.) **Essays in Honor of a Black Scholar**. Detroit: Balamp Publications, 1977. P. 9-17.
- JONES, Charles O. A Way of Life and Law: Presidential Address, American Political Science Association. **American Political Science Review**, v. 89, n. 1, p. 1-9, 1995.
- KAPISZEWSKI, Diana; TAYLOR, Matthew M. Doing Courts Justice? Studying Judicial Politics in Latin America. **Perspectives on Politics**, v. 6, n. 4, p. 741-67, 2008.
- KATO, Junko. Institutions and Rationality in Politics: Three Varieties of Neo-Institutionalists, **British Journal of Political Science**, v. 26, p. 553-582, 1996.
- KATZENSTEIN, Peter J. "Walls" between "Those People"? Contrasting Perspectives on World Politics. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 1, p. 11-25, 2010.
- KATZENSTEIN, Peter; SIL, Rudra. Eclectic Theorizing in the Study and Practice of International Relations. In: Christian Reus-Smit and Duncan Snidal (eds.), **The Oxford Handbook of International Relations**. New York: Oxford University Press, 2008. P. 109-130.
- KATZNELSON, Ira; MILNER, Helen V. American political science: The discipline's state and the state of the discipline. In: Ira Katznelson; Helen V. Milner (eds.) **Political science: The state of the discipline**. New York: W. W. Norton, 2002. P. 1-26.
- KELLY, Rita Mae; FISHER, Kimberly. An Assessment of Articles about Women in the "Top 15" Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics**, v. 26, n. 3, p. 544-558, 1993.
- KELLY, Rita Mae; WILLIAMS, Linda M.; FISHER, Kimberly. Women and Politics: An assessment of its role within the discipline of political science. **Women and Politics**, v. 14, n. 4, p. 3-1, 1994.
- KEOHANE, Robert O. Perestroika and Global Politics. **Perspectives on Politics**, v. 13, n. 2, p. 418-419, 2015.
- KEY, V. O. The State of the Discipline. Presidential Address, **American Political Science Review**, v. 52, n. 4, p. 961-971, 1958.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KING, Gary. Restructuring the Social Sciences: Reflections from Harvard's Institute for Quantitative Social Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 165-172, 2014.
- KIRKPATRICK, Evron. The Impact of the Behavioral Approach on Traditional Political Science. In: Austin Ranney (ed.), **Essays on the Behavioral Study of Politics**. Urbana: University of Illinois Press, 1962. P. 1-30.

- KIRKPATRICK, Evron M. Cover and Front Matter. **PS: Political Science and Politics**, v. 1, n. 1, 1968.
- KUHN, Thomas S. **The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change**. Chicago: University of Chicago Press, 1977a.
- KUHN, Thomas S. Second Thoughts on Paradigms. In: Thomas Kuhn, **The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change**. Chicago: University of Chicago Press, 1977b. P. 293-319.
- KUHN, Thomas S. Reflexões Sobre os Meus Críticos. In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 285-343.
- KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LAKATOS, Alan. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 109-243.
- LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (eds.). **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979.
- LAMOUNIER, Bolívar. A Ciência Política no Brasil: Roteiro Para Um Balanço Crítico. In: Bolívar Lamounier (ed.). **A Ciência Política nos Anos 80**. Brasília: Unb, 1982. P. 407-433.
- LA PONCE, Jean A. An Import-Export Analysis of Journals and Footnotes. **Political Studies**, v. 28, n. 3, p. 401-409, 1980.
- LASSWELL, Harold. **Propaganda Technique in the World War**. New York: Peter Smith, 1938.
- LASSWELL, Harold. **Politics: Who Gets What, When, and How**. New York: McGraw-Hill, 1936.
- LASSWELL, Harold. The Political Science of Science: An Inquiry into the Possible Reconciliation of Mastery and Freedom. Presidential Address, **American Political Science Review**, v. 50, n. 4, p. 961-979, 1956.
- LEE, Taeku. Achieving Our Discipline: Race and Racial Politics in the American Political Science Review. **Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington, DC, 2005.
- LEITE, Fernando. **O Campo de Produção da Ciência Política Brasileira Contemporânea: Uma Análise Histórico-Estrutural de seus Princípios de Divisão a partir de Periódicos, Áreas e Abordagens**. 2015. 272 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

- LEITE, Fernando. The Stratification of Diversity: Measuring the Hierarchy of Brazilian Political Science. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212016000100206&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- LESSA, Renato. O Campo da Ciência Política no Brasil: Uma Aproximação Construtivista. In: Carlos Benedito Martins (ed.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- LIJPHART, Arend D'Engremont. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, v. 65, n. 3, p. 682-693, 1971.
- LIJPHART, Arend D'Engremont. The Structure of the Theoretical Revolution. **International Relations. International Studies Quarterly**, v. 18, n. 1, p. 41-74, 1974.
- LIMA, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira. **A Matemática na Ciência Política: Uma Tipologia de Modelos de Escolha Racional Baseada na Explicação**. 2018. 147 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- LIMA, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira; MORSCHBÄCHER, Melina. Contribuições e Desafios do Institucionalismo Histórico na Ciência Política Contemporânea. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, BIB**, n. 81, p. 103-122, 2017.
- LIMA, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira; MÖRSCHBÄCHER, Melina; PERES, Paulo Sérgio. Three Decades of the International Political Science Review (IPSR): A Map of the Methodological Preferences in IPSR Articles. **International Political Science Review**. Prepublished May, 14, 2018, DOI: 10.1177/0192512118755596
- LUPIA, Arthur; ALTER, G. Data Access and Research Transparency in Quantitative Tradition. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 53-59, 2014.
- LUPIA, Arthur; ELMAN, Colin. Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency: Introduction. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 19-42, 2014.
- LYNCH, Marc. Area Studies and the Cost of Prematurely Implementing DA-RT. **Comparative Politics Newsletter**, v. 26, n. 1, p. 36-39, 2016.
- MADEIRA, Rafael. M.; MARENCO, André. Os Desafios da Internacionalização: Mapeando Dinâmicas e Rotas da Circulação Internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 47-74, 2016.
- MAGLIA, Cristiana. **A Construção Acadêmica da Ciência Política no Brasil: Formação, Evolução e Perfil da Disciplina no Rio Grande do Sul**. 2016. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

- MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. Comparative Historical Analysis: Achievements and Agendas. In: James Mahoney; Dietrich Rueschemeyer. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. P. 3-40.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MALINIAK, Daniel; POWERS, Ryan; WALTER, Barbara F. The Gender Citation Gap in International Relations. **International Organization**, v. 67, n. 4, p. 889-922, 2013.
- MANIFIESTO DE POPAYÁN. Los Estudios sobre Historia y Desarrollo de la Ciencia Política en América Latina: Necesidades y Perspectivas. **Anuario Latinoamericano – Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v. 5, p. 231-233, 2017.
- MANSBRIDGE, Jane. What Is Political Science For? **Perspectives on Politics**, v. 12, n. 1, p. 8-17, 2014.
- MANSBRIDGE, Jane. Explaining the Gender Gap. In: Erik Voeten (ed.), **The Monkey Cage Gender Gap Symposium**, 2013. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/files/2013/10/Gender-Gap-Articles.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan. Elaborating the New Institutionalism. In: Rod A. W. Rhodes; Sarah A. Binder; Bert. A. Rockman (eds.). **Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. P. 3-20.
- MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política. **Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.
- MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man**. Boston: Beacon Press, 1964.
- MARENCO, André. The Three Achilles' Heels of Brazilian Political Science. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 3, p. 3-38, 2014.
- MARENCO, André. When Institutions Matter: CAPES and Political Science in Brazil. **Revista de Ciência Política**, v. 35, n. 1, p. 33-46, 2015.
- MARSH, Dave; SAVIGNY, Heather. Political Science as a Broad Church: The Search for a Pluralist Discipline. **Politics**, v. 24 n. 3, p. 155-168, 2004.
- MARTIN, María Elena. El lugar de los Estudios de Género en la Ciencia Política Argentina. **XI Congreso Nacional de Ciencia Política**, Paraná, Argentina, 2013.
- MARTINEZ-EBERS, Valerie; AVALOS, Manuel; HARDY-FANTA, Carol; LOPEZ, Linda; SEGURA, Gary M.; SCHMIDT, Ronald. An Update on the Status of Latinos y Latinas in Political Science: What the Profession Should Be Doing. **PS: Political Science and Politics**, v. 33, n. 4, p. 899-903, 2000.

- MASTERMAN, M. A Natureza do Paradigma. In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 77-88.
- MCCORMICK, Joseph. Beyond Tactical Withdrawal: An Early History of the National Conference of Black Political Scientists. **National Political Science Review**, v. 13, p. 158-179, 2012.
- MENGES, Robert J. **Faculty in New Jobs**. San Francisco. Jossey-Bass, 1999.
- MERRIAM, Charles. **A History of American Political Theories**. New York: The McMillan Company, 1920.
- MERRIAM, Charles. The Present State of the Study of Politics. **American Political Science Review**, v. 15, n. 2, p. 173-185, 1921.
- MERRIAM, Charles. The Significance of Psychology for the Study of Politics. **American Political Science Review**, v. 18, n. 3, p. 469-488, 1924.
- MERRIAM, Charles; GOSNELL, Harold F. **Non-Voting: Causes and Methods of Control**. Chicago: University of Chicago Press, 1924.
- MERSHON, Carol; WALSH, Denise. Introduction: How Political Science Can Be More Diverse. **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 3, p. 441-444, 2015a.
- MERSHON, Carol; WALSH, Denise. Organizing Women: Diversifying Leadership and Addressing Discrimination in Political Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 3, p. 459-463, 2015b.
- MICELI, Sérgio (ed.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995.
- MILLER, Arthur H.; TIEN, Charles; PEEBLER, Andrew A. The American Political Science Review Hall of Fame: Assessments and Implications for an Evolving Discipline. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, pp. 73–83, 1996.
- MILLER, Gary. The Impact of Economics on Contemporary Political Science, **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 3, p. 1173-1204, 1997.
- MONFORTI, Jessica Lavariega; MCGLYNN, Adam. Aquí Estamos? A Survey of Latino Portrayal in Introductory U.S. Government and Politics Textbooks. **PS: Political Science and Politics**, v. 43, n. 2, p. 309-316, 2010.
- MONROE, Kristen R. Cracking the Glass Ceiling – Keeping it Broken. **Political Science and Politics**, v. 35, n. 2, p. 237-242, 2002.
- MONROE, Kristen R. **Perestroika! The Raucous Rebellion in Political Science**. Yale University Press: New Haven, 2005.

- MONROE, Kristen R.; OZYURT, Saba; WRIGLEY, Ted; ALEXANDER, Amy. Gender Equality in Academia: Bad News from the Trenches, and Some Possible Solutions. **Perspectives on Politics**, v. 6, n. 2, p. 215-33, 2008.
- MONROE, Kristen R. Tougher Standards for Female Scholars? The Psychology Behind Them and Policies to Eliminate Them. **International Studies Perspectives**, v. 14, n. 4, p. 476-484, 2013.
- MONROE, Kristen R.; CHIU, William F. Gender Equality in the Academy: The Pipeline Problem. **PS: Political Science and Politics**, v. 43, n. 2, p. 303-308, 2010.
- MORAVCSIK, Andrew. Transparency: The Revolution in Qualitative Research. Openness in Political Science: Data Access and Research Transparency: Introduction. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 1, p. 48-53, 2014.
- MORTON, Rebecca B.; TUCKER, Joshua A. Welcome to JEPS! **Journal of Experimental Political Science**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2014.
- MR. PERESTROIKA. On the Irrelevance of APSA and APSR. In: Kristen R. Monroe. **Perestroika! The Raucous Rebellion in Political Science**. Yale University Press: New Haven, 2005. P. 9-11.
- MUNCK, Geraldo L. Cannons of Research Design in Qualitative Analysis. **Studies in Comparative International Development**, v. 33, n. 3, p. 18-45, 1998.
- MUNCK, Geraldo L.; SNYDER, Richard. What has Comparative Politics Accomplished? APSA-CP. **Newsletter of the APSA Organized Section in Comparative Politics**, v. 15, n. 2, p. 26-31, 2004.
- MUNCK, Geraldo L.; SNYDER, Richard. Who Publishes in Comparative Politics? Studying the World from the United States. **PS: Political Science and Politics**, v. 40, n. 2, 339-346, 2007.
- MUNRO, William B. Physics and Politics – An Old Analogy Revised. **American Political Science Review**, v. 22, n. 1, p. 1-11, 1928.
- NOVKOV, Julie; GOSSETT, Charles. Survey of Textbooks for Teaching Introduction to US Politics: (How) Do They See Us? **PS: Political Science and Politics**, v. 40, n. 2, p. 393-98, 2007.
- NORGAARD, Asbjorn Sonne. Rediscovering Reasonable Rationality in Institutional Analysis, **European Journal of Political Research**, v. 29, n. 1, p. 31-57, 1996.
- NORRIS, Pippa. Towards a More Cosmopolitan Political Science? **European Journal of Political Research**, v. 31, n. 1, p. 17-34, 1997.
- NORRIS, Pippa; CREWE, Ivor. The Reputation of Political Science Journals: Pluralist and Consensus Views. **Political Studies**, v. 41, n. 1, p. 5-23, 1993.

- OAKESHOTT, Michael. **Rationalism in Politics and Other Essays**. London: Methuen, 1962.
- ODEGARD, Peter H. Variations on a Familiar Theme. Presidential Address, **American Political Science Review**, v. 45, n. 4, p. 961-973, 1951.
- OGG, Frederic A. American Democracy After War. Presidential Address, **American Political Science Review**, v. 36, n. 1, p. 1-15, 1942.
- OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- PERES, Paulo S. Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 53-72, 2008a.
- PERES, Paulo S. As Abordagens Neoinstitucionais da Política: Uma Proposta Alternativa de Análise Classificatória. **Revista Versões**, v. 3, n. 4, p. 145-178, 2008b.
- PERES, Paulo S.; MÖRSCHBÄCHER, Melina; LIMA, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira. Ambiguidade como Estratégia? Pluralismo, Dogmatismo e Coesão Comunitária na APSA, **Anais Sétimo Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. Bogotá, 2013.
- PÉREZ RANSANZ, Ana Rosa. **Kuhn y el Cambio Científico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- PETERS, B. Guy. **Institutional Theory in Political Science: The New Institutionalism**. London: Pinter, 1999.
- PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. **American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000.
- PIERSON, Paul. Big, Slow-moving and Invisible. In: James Mahoney; Dietrich Rueschemeyer. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PIERSON, P. **Politics in time: Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PINDERHUGHES, Dianne M. **Race and Ethnicity in Chicago Politics: A Reexamination of Pluralist Theory**. Urbana: University of Illinois Press, 1987.
- PINDERHUGHES, Dianne. NCOBPS: Observations on the Stat of the Organization. **National Political Science Review**, v. 2, p. 213-221, 1990.
- PINDERHUGHES, Dianne. The Challenge of Democracy: Explorations in American Racial Politics. Presidential Address, American Political Science Association, 2008. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 1, p. 3-11, 2009.

- PINDERHUGHES, Dianne M.; SHAW, Todd; DESIPIO, Louis; TRAVIS, Toni-Michelle. **Uneven Roads: An Introduction to US Racial and Ethnic Politics**. Washington, DC: Sage CQ Press, 2014
- PINDERHUGHES, Dianne; KWAKWA, Maryann. **A Virtual Review: Gender, Race, Ethnicity, and Diversity in American Political Science Association Publications**, 2017. Disponível em: < <https://www.cambridge.org/core/societies/american-political-science-association/a-virtual-review-gender-race-ethnicity-and-diversity-in-american-political-science-association-publications>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- POLSBY, Nelson W. Social Science and Scientific Change: A Note on Thomas Kuhn's Contribution, **Annual Review of Political Science**, v. 1, p. 199-210, 1998.
- POPPER, Karl. A Ciência Normal e Seus Perigos. In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 115-141.
- POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Editora Cultrix: São Paulo, 1993.
- POPPER, Karl. **The Poverty of Historicism**. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.
- POWELL, G. Bingham. Notes from the Managing Editor. **American Political Science Review**, v. 86, n. 2, p. 487-488, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação de Brasil Contemporâneo: Colônia**. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- PUTNAM, Robert D. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.
- PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: Civil Engagement in America**. Nova York, Simon and Schuster, 2000.
- PUTNAM, Robert D. APSA Presidential Address: The Public Role of Political Science. **Perspectives on Politics**, v. 1, n. 2, p. 249-55, 2003.
- QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 32, p. 337-348, 1994.
- RAVECCA, Paulo. La Política de la Ciencia Política: Ensayo de Introspección Disciplinar desde América Latina Hoy. **Revista América Latina**, v. 9, p. 173-210, 2010.
- RAVECCA, Paulo. La Política de la Ciencia Política en Chile y Uruguay: Ciencia, Poder, Contexto. Primeros Hallazgos de una Agenda de Investigación. **Documento de Trabajo** (Instituto de Ciencia Política de la Universidad de la República) v. 1, p. 1-30, 2014.
- RAVECCA, Paulo. The Comparative Politics of Political Science: Chile and Uruguay in Authoritarian Times. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. 6, n. 1, p. 4-17, 2016a.

- RAVECCA, Paulo. **The Politics of Political Science: Rewriting Latin American Experiences**. 2016. 380 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – York University, Toronto, 2016b.
- RAVECCA, Paulo. **The Politics of Political Science: Rewriting Latin American Experiences**. London: Routledge. Forthcoming, 2018.
- REDFORD, Emmette S. Reflections on a Discipline. **American Political Science Review**, v. 55, n. 4, p. 755-762, 1961.
- REIS, Elisa P. **A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais Brasileiras: A Experiência do Iuperj**. In: Sérgio Miceli (ed.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Convergências e Controvérsias sobre a Mudança Institucional: Modelos Tradicionais em Perspectiva Comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 37-51, 2012.
- RHODES, Rod A. W. Old Institutionalisms. In: Rod A. W. Rhodes; Sarah A. Binder; Bert. A. Rockman (eds.). **Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. P. 90-108.
- RICH, Wilbur C. African American Political Scientists in Academic Wonderland in Wilbur C. Rich (ed.) **African American Perspectives on Political Science**. Philadelphia, Temple University Press, 2007.
- RIKER, William H. **The Theory of Political Coalitions**. New Haven: Yale University Press, 1962
- RIKER, William H. The Ferment of the 1950s and the Development of Rational Choice Theory. In: Kristen Monroe (ed.), **Contemporary Empirical Political Theory**. Berkeley: University of California, 1997. P. 191-201.
- RIKER, William H. Implications from the Disequilibrium of Majority Rule for the Study of Institutions, **American Political Science Review**, v. 74, n. 2, p. 432-446, 1980.
- RIKER, William H. Political Science and Rational Choice. In: James E. Alt; Kenneth. Shepsle (eds.), **Perspectives on Positive Political Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ROCHA CARPIUC, Cecilia. La Ciencia Política en Uruguay (1989- 2009): Temas, Teorías y Metodologías. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 21, n. 1, p. 97-127, 2012.
- ROCHA CARPIUC, Cecilia. ¿Hacia una Hegemonía del “Modelo Mainstream Norteamericano?” Enfoques de la Ciencia Política en América Latina (2000-2012). **Revista Latino-Americana de Investigación Crítica**, v. 1, n. 1, p. 133-60, 2014.
- ROCHA CARPIUC, Cecilia. Women and Diversity in Latin American Political Science. **European Political Science**, v. 15, n. 4, 457-475, 2016.

- ROGOWSKI, Ronald. Notes from the Editors. **American Political Science Review**, v. 106, n. 3, p. iii-x, 2012.
- ROSS, Dorothy. **The Origins of American Social Science**. New York: Cambridge University Press, 1991.
- ROTHSTEIN, Bo. Political Institutions: An Overview. In: Robert E. Gooding; Hans-Dieter Klingemann (eds.), **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996. P. 133-166.
- RUDOLPH, Susanne Hoerber. The Imperialism of Categories: Situating Knowledge in a Globalizing World. Presidential Address. **Perspectives on Politics**, v. 3, n. 1, p. 5-14, 2005.
- SANDERS, Elizabeth. Historical Institutionalism. In: Rod A. W. Rhodes; Sarah A. Binder; Bert. A. Rockman (eds.). **Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. P. 39-55.
- SAWER, Marian; CURTIN, Jennifer. Organizing for a More Diverse Political Science: Australia and New Zealand, **European Political Science**, v. 15, n. 4, p. 441-456, 2016.
- SARTORI, Giovanni. Dove va la Scienza Politica? In: Luiz Graziano (ed.), **La Scienza Política in Italia**. Bilancio e Prospettive. Milán: Franco Angeli, 1984. P. 98-114.
- SARTORI, Giovanni. ¿Hacia Dónde va la Ciencia Política? **Política y Gobierno**, v. 11, n. 2, p. 349-354, 2004.
- SCHRAM, Sanford. Return to Politics: Perestroika, Phronesis, and Post-Paradigmatic Political Science. In: Sanford Schram; Brian Caterino (eds.), **Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method**. New York: New York University Press, 2006. P. 17-32.
- SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. Is This the Curriculum We Want? Doctoral Requirements and offerings in Methods and Methodology. **PS: Political Science and Politics**, v. 36, n. 3, p. 379-386, 2003.
- SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. Conundrums in the Practice of Pluralism. In: Sanford Schram; Brian Caterino (eds.). **Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method**. New York: New York University Press, 2006. P. 209-221.
- SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW, Dvora. The Methods Café: An Innovative Idea for Methods Teaching at Conference Meetings. **PS: Political Science and Politics**, v. 40, n. 2, p. 383-386, 2007.
- SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; YANOW. Legitimizing Political Science or Splitting the Discipline? Reflections on DA-RT and the Policy-Making Role of Professional Association. **Politics and Gender**, v. 12, n. 11, p. 1-19, 2016.

- SHAMES, Shauna. The Status of Women in Leadership in Political Science. In: K. O'Connor (ed.) **Gender and Women's Leadership: A Reference Handbook**. Washington, DC: Sage Press, 2010. P. 669-678.
- SHAMES, Shauna; WISE, Tess. Gender, Diversity, and Methods in Political Science: A Theory of Selection and Survival Biases. **PS: Political Science and Politics**, v. 50, n. 3, p. 811-832, 2017.
- SHAPIRO, Ian. Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or What's Wrong with Political Science and What to Do about It. **Political Theory**, v. 3, n. 4, p. 596-619, 2002.
- SHAPIRO, Ian. Problems, Methods, and Theories in the Study of Politics, or: What's Wrong with Political Science and What to do about it. In: Ian Shapiro; Rogers M. Smith; Tarek E. Masoud (eds.), **Problems and Methods in the Study of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 19-41.
- SHAPIRO, Ian; SMITH, Rogers; MASOUD, Tarek. Introduction: Problems and Methods in the Study of Politics. In: Ian Shapiro; Rogers Smith; Tarek Masoud (eds.), **Problems and Methods in the Study of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 1-18.
- SHEPSLE, Kenneth A. Rational Choice Institutionalism. In: Rod A. W. Rhodes; Sarah A. Binder; Bert. A. Rockman (eds.). **Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. P. 23-38.
- SHKLAR, Judith. **Legalism**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1964.
- SHKLAR, Judith N. Redeeming American Political Theory. Presidential Address. **American Political Science Review**, v. 85, n. 1, p. 3-15, 1991.
- SIBLEY, Mulford Q. The Limitations of Behavioralism. In: James C. Charlesworth (ed.), **The Limits of Behavioralism in Political Science**. Philadelphia, The American Academy of Political and Social Science, 1962. P. 51-71.
- SIGELMAN, Lee. Notes from the (New) Editor. **American Political Science Review**, v. 96, n. 1, p. viii-xvi, 2002a.
- SIGELMAN, Lee. Notes from the editor. **American Political Science Review**, v. 96, n. 3, p. 480-480, 2002b.
- SIGELMAN, Lee. Notes from the Editor. **American Political Science Review**, v. 98, n. 1, p. iii-ix., 2004.
- SIGELMAN, Lee. The Coevolution of American Political Science and the American Political Science Review. **American Political Science Review**, v. 100, no. 4, p. 463-478, 2006.

- SIL, Rudra. The Questionable Status of Boundaries: The Need for Integration. In: Rudra Sil; Eileen M. Doherty (eds.). **Beyond Boundaries?** Disciplines, Paradigms, and Theoretical Integration of International Studies. Albany: State University of New York Press, 2000. P. 1-27.
- SIL, Rudra. Problems Chasing Methods or Methods Chasing Problems? Research Communities, Constrained Pluralism, and the Role of Eclecticism. In: Ian Shapiro; Rogers Smith; Tarek Masoud (eds.), **Problems and Methods in the Study of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SIL, Rudra; CASTRO, Guzmán; CALASANTI, Anna. Avant-Garde or Dogmatic? DA-RT in the Mirror of the Social Science. **Comparative Politics Newsletter**, v. 26, n. 1, p. 40-43, 2016.
- SIMPSON, Andrea; SCHMIDT, Ron. Making History and Forging a Future: The Story of the Race and Ethnicity Politics Section. **REP Newsletter**, v. 2, n. 1, p. 1-2. 2002.
- SINCLAIR-CHAPMAN, Valeria. Leveraging Diversity in Political Science for Institutional and Disciplinary Change. **PS: Political Science and Politics**, v. 48, n. 3, p. 454-458, 2015.
- SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Bringing the State Back**. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SMITH, Daryl G. **Diversity's Promise for Higher Education**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.
- SMITH, Michael; GRAHAM, Bob. Teaching Active Citizenship: A Companion to the Traditional Political Science Curriculum. **PS: Political Science and Politics**, v. 47, n. 3, p. 703-710, 2014.
- SMITH, Rogers M. The Puzzling Place of Race in American Political Science. **PS: Political Science and Politics**, v. 37, n. 1, p. 41-55, 2004.
- SNIDAL, Duncan. Rational Choice and International Relations. In: Walter Carlsnaes; Thomas Risse; Beth A. Simmons (eds.). **Handbook of International Relations**. London: SAGE, 2006.
- SOARES, Glaucio. O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 27-52, 2005.
- SOMIT, Albert; TANENHAUS, Joseph. **The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism**. Boston, Allyn and Bacon, 1967.
- SPELLMAN, William M. **A Short History of Western Political Thought**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011.
- STEGMAIER, Mary; PALMER, Barbara; VAN ASSENDELFT, Laura. Getting on the Board: The Presence of Women in Political Science Journal Editorial Positions. **PS: Political Science and Politics**, v. 44, n. 4, p. 799-804, 2011.

- STIMSON, James A. Editorial Note. **Political Analysis**, v. 1, n. 1, ix-xiv, 1989.
- STRAUSS, Leo. **Natural Right and History**. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- TAKEDA, Okiyoshi. Why Political Scientists Don't Study Asian American Politics, but Historians and Sociologists Do? A Reality Check on the Discipline and Search for Remedies. **Paper presented at the annual meeting of the Midwest Political Science Association**, Chicago, p. 15-17, 1999.
- TAKEDA, Okiyoshi. A Forgotten Minority? A Content Analysis of Asian Pacific Americans in Introductory American Government Textbooks. **PS: Political Science and Politics**, v. 3, p. 430-439, 2015.
- TEELE, Dawn Lagan; THELEN, Kathleen. Gender in the Journals: Publication Patterns in Political Science. **Political Science and Politics**, v. 50, n. 2, p. 433-447, 2017.
- THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics. **Annual Review of Political Science**, v. 2, p. 369-404, 1999.
- THELEN, Kathleen. How Institutions Evolve. In: James Mahoney; Dietrich Rueschemeyer. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. P. 208-240.
- THELEN, Kathleen; STREECK, Wolfgang. Introduction: Institutional Change in Advanced Political Economies. In: Kathleen Thelen; Wolfgang Streeck (eds.), **Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies**, Oxford: Oxford University Press, 2005. P. 1-39.
- THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical Institutionalism in Comparative Politics. In: Sven Steinmo; Kathleen Thelen; Frank Longstreth (eds.), **Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. P. 1-32.
- TOLLESON-RINEHART, Sue; CARROLL, Susan J. Far From Ideal: The Gender Politics of Political Science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 507-513, 2006.
- TOULMIN, Stephen. E. É Adequada a Distinção entre Ciência Normal e Ciência Revolucionária? in Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 49-59.
- TRENT, John E. Political Science beyond Political Boundaries: the International Institutional Development. In: Stein Rokkan (ed). **A Quarter Century of International Political Science**. New Dehli: Concept Publishing, 1979. P. 180-199.
- TORRES-RUIZ, Antonio; RAVECCA, Paulo. 2014. The Politics of Political Science and Toxic Democracies: A Hemispheric Perspective. **Revista de Teoría Política**, v. 4, p. 107-136, 2014.

- TRINDADE, Héglio H. C. Ciências Sociais no Brasil em Perspectiva: Fundação, Consolidação e Expansão. In: Héglio Trindade (ed.) **As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- TRINDADE, Héglio H. C. **Ciências Sociais no Brasil: Diálogos com Mestres e Discípulos**. Brasília: Lieber Livro Editora, 2012.
- TRUMAN, David. Disillusion and Regeneration: The Quest for a Discipline. **American Political Science Review**, v. 58, n. 4, p. 865-873, 1965.
- UTTER, Glenn H.; LOCKHART, Charles (eds.) **American Political Scientists: A Dictionary**, 2a edition. Westport CT: Greenwood Press, 2002.
- VALDIVIESO, Patricio; VILLENA-ROLDÁN, Benjamín. Opening the Black Box of Social Capital Formation. **American Political Science Review**, v. 108, n. 1, p. 121-143, 2014.
- VASQUEZ, John. Kuhn vs. Lakatos? The Case for Multiple Frames in Appraising International Relations Theory. In: Colin Elman; Miriam Elman (eds.). **Progress in International Relations Theory: Appraising the Field**, Cambridge, MA: MIT Press, 2003. P. 419-454.
- WAHLKE, John C. Pre-Behavioralism in Political Science, **American Political Science Review**, v. 73, n. 1, p. 9-31, 1979.
- WALKER, Thomas C. 2010. The Perils of Paradigm Mentalities: Revisiting Kuhn, Lakatos, and Popper. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 2, p. 433-451, 2010.
- WALLACE, Sherri L.; ALLEN, Marcus D. Survey of African American Portrayal in Introductory Textbooks in American Government/Politics: A Report of the APSA Standing Committee on the Status of Blacks in the Profession. **PS: Political Science and Politics**, v. 41, n. 1, p. 153-160, 2008.
- WALTON, Hanes, Jr.; MILLER, Cheryl; MCCORMICK, Joseph. Race and Political Science: The Dual Traditions of Race Relations Politics and African American Politics. In: John Dryzek et al. (ed.) **Political Science and its History: Research Programs and Political Traditions**. New York: Cambridge University Press, 1994. P. 144-174.
- WALTON, Hanes, Jr.; MCCORMICK, Joseph P. The study of African-American Politics as Social Danger: Clues from the Disciplinary Journals. Race and Representation, **The National Political Science Review**, v. 6, p. 229-244, 1997.
- WALTZ, Kenneth. Thoughts about Assaying Theories. In: Colin Elman; Miriam Elman (eds.). **Progress in International Relations Theory**. Cambridge: MIT Press, p. vii-xii, 2003.
- WARREN, Dorian T. Will the Real Perestroikniks Please Stand Up? Race and Methodological Reform in the Study of Politics. In: Kristen Renwick Monroe (ed.) **Perestroika! The Raucous Rebellion in Political Science**. New Haven, CT: Yale University Press, 2005. P. 218-229.

- WATKINS, John. Contra a "Ciência Normal". In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 33-48.
- WATSON, John B. Psychology as the Behaviorist Views it. **Psychological Review**, v. 20, n. 2, p. 158-177, 1913.
- WHITE, Ismail K.; LAIRD, Chryl N.; ALLEN, Troy D. Selling Out?: The Politics of Navigating Conflicts between Racial Group Interest and Self-Interest. **American Political Science Review**, v. 108, n. 4, p. 783-800, 2014.
- WILLIAMS, Leslie Pearce. Ciência Normal, Revoluções Científicas e a História da Ciência. In: Imre Lakatos; Alan Musgrave (eds.), **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979. P. 60-62.
- WILMER, Franke; MELODY, Michael E.; MURDOCK, Margaret M. Including Native American Perspectives in the Political Science Curriculum. **PS: Political Science and Politics**, v. 27, n. 2, p. 269-276, 1994.
- WILSON, Ernest J. Why Political Scientists Don't Study Black Politics, But Historians and Sociologists Do. **PS: Political Science and Politics**, v. 18, n. 3, p. 600-607, 1985.
- WILSON, Ernest J.; FRASURE, Lorrie A. Still at the Margins: The Persistence of Neglect of African American Issues in Political Science, 1986-2003. In: Wilbur C. Rich (ed.), **African American Perspectives on Political Science**. Philadelphia, Temple University Press, 2007. P. 7-23.
- WOLFINGER, Nicholas H.; MASON, Mary Ann; GOULDEN, Marc. Problems in the Pipeline: Gender, Marriage, and Fertility in the Ivory Tower. **The Journal of Higher Education**, v. 79, n. 4, p. 388-405, 2008.
- WOLIN, Sheldon. **Politics and Vision**. Boston: Little, Brown, 1960.
- WOODARD, Maurice (ed.). **Blacks and Political Science**. Washington, DC: American Political Science Association, 1977.
- YOUNG, Cheryl D. An Assessment of Articles Published by Women in 15 Top Political Science Journals. **PS: Political Science and Politics**, v. 28, n. 3, p. 525-33, 1995.

Fontes eletrônicas

ABCP, 2018 – **PROJETO “CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: HISTÓRIA, CONCEITOS E MÉTODOS** Disponível em: <<http://memoria.cienciapolitica.org.br/sobre/objetivos/>> Acesso em: 10 jan. 2018.

APSA, 2011a – **Task Force on Political Science in the 21 st Century**. Political Science in the 21st Century. Washington, DC: American Political Science Association, 2011. Disponível em: <http://www.apsanet.org/portals/54/Files/Task%20Force%20Reports/TF_21st%20Century_AllPgs_webres90.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

APSA, 2005 – **Women’s Advancement in Political Science**, Washington D.C.: American Political Science Association, 2005. Disponível em: <http://www.apsanet.org/portals/54/Files/Task%20Force%20Reports/Womens_Advancement_in_Political_Science_2005.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

APSA, 2011b – **THE CONSTITUTION OF AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION**. Disponível em: <<https://www.apsanet.org/portals/54/Files/APASConstitution2011.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

APSA, 2016 – **TASK FORCE ON RACIAL AND CLASS INEQUALITIES IN THE AMERICAS**. In: Juliet Hooker e Alvin B. Tillery Jr. (eds.) The Double Bind: The Politics of Racial and Class Inequalities in the Americas. Washington, DC: American Political Science Association, 2016. Disponível em: <http://www.apsanet.org/Portals/54/files/Task%20Force%20Reports/Hero%20Report%202016_The%20Double%20Bind/The%20Double%20Bind_2016L.pdf?ver=2016-10-17-144708-303>. Acesso em: 10 jan. 2018.

APSA, 2017 – **APSA STRATEGIC PLAN 2017-2019**. Disponível em: <http://www.apsanet.org/Portals/54/goverance/2017-19_Strategic_Plan.pdf?ver=2017-11-02-160130-890> Acesso em: 10 jan. 2018.

APSA, 2018 – **AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION**. Disponível em: <<http://www.apsanet.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DA-RT, 2015 – **PETITION TO DELAY DA-RT**. Disponível em: <<http://dialogueondart.org/2015/11/13/delay-petition-signed-by-1173-sent-to-jets-editors/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DA-RT, 2018 – **DIALOGUE ON DA-RT**. Disponível em: <<http://dialogueondart.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JCR, 2016 – **JOURNAL CITATION REPORTS, THOMSON REUTERS**. Disponível em: <<https://jcr.incites.thomsonreuters.com>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JEPS, 2018 – **JOURNAL OF EXPERIMENTAL POLITICAL SCIENCE**. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-experimental-political-science>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JETS, 2014 – **JOURNAL EDITORS’ TRANSPARENCY STATEMENT**. Disponível em: <<https://www.dartstatement.org/2014-journal-editors-statement-jets>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MR. PERESTROIKA, 2018 – **E-MAIL MR. PERESTROIKA**. Disponível em: <<https://archive.org/details/OnTheIrrelevanceOfApsaAndApsrToTheStudyOfPoliticalScience>>. Acesso em: 10 jan. 2018

NCOBPS, 2018 – **National Conference on Black Political Scientists**. Disponível em: <<http://www.ncobps.org/>> Acesso em: 10 jan., 2018.

PA, 2018 – **Political Analysis**. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PETITION, 2015 – **PETITION TO DELAY DA-RT IMPLEMENTATION**. Disponível em <<http://dialogueondart.org/2015/11/13/delay-petition-signed-by-1173-sent-to-jets-editors/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

QMMR Newsletter, 2018 – **Qualitative and Multi-Method Research Newsletter**. Disponível em: <<https://www.maxwell.syr.edu/moynihan/cqrm/qmmr/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SPM, 2018 – **THE SOCIETY FOR POLITICAL METHODOLOGY**. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/membership/spm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

USBC, 2010 – **U.S. BUREAU OF THE CENSUS**. Disponível em: <<https://www.census.gov>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

WCPS, 2018 – **WOMEN’S CAUCUS FOR POLITICAL SCIENCE**. Disponível em: <<https://womenscaucusforpoliticalscience.org/>> Acesso em: 10 jan. 2018.

ANEXO 1 – Transcripción do Manifesto de Popayán

MANIFIESTO DE POPAYÁN

Los estudios sobre historia y desarrollo de la ciencia política en América Latina:
necesidades y perspectivas

Reunidos en la ciudad colombiana de Popayán, en ocasión de la realización del III Congreso de Ciencia Política organizado por la Asociación Colombiana de Ciencia Política (ACCPOL), queremos manifestar nuestro interés en los estudios sobre historia, desarrollo y enseñanza de la ciencia política en América Latina. La ciencia política en la región ha tenido un crecimiento sostenido, aunque desigual, en todos los países. Esto ha permitido un incremento de las carreras de pregrado y posgrado, aumentado el número de profesores e investigadores y de los sistemas de becas; la investigación científica reconocida y la publicación de numerosos libros junto a una serie de revistas especializadas alcanzando algunas de ellas niveles de calidad internacional. También se han desarrollado las asociaciones nacionales con la realización de eventos y congresos específicos en donde paulatinamente se fue intensificando la participación de colegas provenientes de diferentes países. Junto a esto, durante la última década, se incrementaron los trabajos que tienen como objeto de estudio a la propia disciplina y sus características. Esto ha llevado a la creación, entre otras cosas, del Grupo de Investigación en Historia de la Ciencia Política en América Latina (GIHCPOLAL) de la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP) en la ciudad de Quito en el año 2012 y a la realización de una serie de actividades y coloquios específicos para tratar esta temática junto a paneles de ponencias y mesas especiales en los propios congresos nacionales de la disciplina.

Estos estudios, que comenzaron con simples reflexiones y una serie de trabajos de tipo exploratorio, se fueron consolidando, permitiendo un mayor conocimiento de la historia disciplinar. Se realizaron trabajos de corte bibliométrico que demuestran el desarrollo de la producción editorial en revistas científicas especializadas junto a indicadores de la actividad institucional de varias universidades y centros de investigación. También comenzaron a realizarse algunas investigaciones de corte comparativo junto a trabajos tendientes a rescatar biografías de politólogos importantes.

Es necesario también reconocer los aspectos “políticos” que conforman y estructuran el campo de la ciencia política y sus consecuencias en la selección de temas, su problematización y la adopción de las propias teorías y estrategias metodológicas de la disciplina. Estos aspectos necesitan ser abordados para comprender a la ciencia política reconociendo que la actividad científica y académica es un aspecto más de un proceso más amplio de construcción social donde se conjugan aspectos políticos, ideológicos, cosmovisiones e intereses, a los que no somos ajenos los politólogos.

Por lo antes mencionado algunos politólogos nos proponemos promocionar y fomentar este tipo de trabajos invitando a los colegas de la región a sumarse a esta iniciativa incorporando sus comentarios y sugerencias. Expresamos a continuación algunos elementos que consideramos importantes para continuar y profundizar este tipo de investigaciones y su divulgación dentro del campo de la ciencia política en América Latina:

- 1) Promover la investigación científica dentro del campo de los estudios sobre historia, desarrollo y enseñanza de la ciencia política.
- 2) Incrementar el intercambio de trabajos, información y experiencias dentro de este tipo de estudios.

- 3) Continuar y profundizar los estudios de tipo bibliométrico incorporando nuevas modalidades y ampliando las bases de datos existentes.
- 4) Fomentar la realización de eventos, jornadas, coloquios, seminarios y talleres específicos sobre la especialidad.
- 5) Promover la incorporación de cursos de pregrado y posgrado sobre la temática.
- 6) Fomentar el trabajo interdisciplinario sobre la temática incorporando aspectos tanto teóricos como metodológicos provenientes de la epistemología, la sociología del conocimiento y la ciencia y la historia de la ciencia en este tipo de investigaciones.
- 7) Promover los estudios que permitan contextualizar históricamente los trabajos sobre el desarrollo de la ciencia política, analizando la interacción con los factores de corte cultural, político, económico y social.
- 8) Dotar a este tipo de estudios de los conocimientos historiográficos necesarios para permitir una mayor y mejor contextualización de los trabajos en su dimensión histórica.
- 9) Superar cierto carácter “parroquial” y “endogámico” que han tenido gran parte de estos trabajos durante los primeros años, abriendo camino a estudios más integrales e interdisciplinarios, incorporando los aportes de los otros campos ya mencionados.
- 10) Promover los estudios sobre la enseñanza de la ciencia política y sus diseños curriculares.
- 11) Incorporar los aportes de la sociología de la educación, las ciencias de la educación, la teoría del currículum y la psicología de la educación en este tipo de investigaciones.
- 12) Promover los estudios comparativos dentro de la especialidad.
- 13) Profundizar los estudios sobre el desarrollo de las diferentes áreas de la ciencia política, las historias institucionales y las biografías de los principales referentes de la disciplina en la región.

Fonte: Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, v. 5, p. 231-233, 2017.

ANEXO 2 – Transcrição do *e-mail* anônimo de “Mr. Perestroika”

From: "Perestroika Glasnost"

To: ps@a. . . , apsa@a. . .

Subject: On the irrelevance of APSA and APSR to the study of Political Science !

Date: Tue, 17 Oct 2000 21:50:47 GMT

*****Please Spread this Letter as widely as Possible*****

*****Let them know we Exist*****

To,

The Editor, October 15, 2000

PS and APSR

On Globalization of the APSA and APSR: A Political Science Manifesto

Questions to ponder over:

1) Why do people like Benedict Anderson and James C. Scott find APSA and APSR irrelevant? These are probably the most famous political scientists in the world. They are equally famous abroad and in other disciplines compared to the "stars" of Political Science: Hey, Hey, Vee (look at their classic book on literary methodologies).

2) Related to above is the question: Why do a majority of political scientists who do comparative politics ignore APSA and APSR and go to their regional meetings and read regional association journals--such as those associated with East Asia, Latin America, Hispanic Studies etc?

3) Why does a "coterie" of faculty dominate and control APSA and the editorial board of APSR--i scratch your back, you scratch mine. I give award to your student from Harvard and you give mine from Duke or Columbia. In short why do the "East Coast Brahmins" control APSA?

4) Why are a few men who make poor game-theorists and who cannot for the life-of-me compete with a third grade Economics graduate student---WHY are these men allowed to represent the diversity of methodologies and areas of the world that APSA "purports" to represent?

5) Why are FAILED Africanists and Economists allowed to dominate a discipline which has a rich history of intellectual contributions from the likes of: James Scott, Charles Tilly, Aristide Zolberg, Leonard Binder, Benedict Anderson, R. Bendix, Susanne Rudolph, Theda Skocpol etc.

6) Have we learned any lesson from the thousands of pages of research that was funded by APSA in the name of political science to examine the former Soviet Union and make "predictive" models? What happened to those models and why did they fail? How is it that those esteemed colleagues failed to predict the collapse of the Soviet Empire while Sovietologists from Korea, Japan, India and even one from Tanzania could predict the fall of the empire. Are we making the same mistake by ignoring diverse knowledges and methodologies present in the study of Politics?

7) Why isn't APSR subscription made separate from the APSA membership so that APSR becomes truly representative of a "coterie" that rules APSA while the rest of the true political scientists can devote their money to buying the more important regional journals. Either reform the APSR board and have more political historians, area specialists, political-sociologists and constructivists on the board or let the market decide--you will find a sharp drop in APSR's subscription as soon as APSR is delinked from the membership of APSA.

8) Why are the overwhelming majority of Presidents of APSA or editorial board members of APSR WHITE and MALE? Where are the African-Americans, Hispanics, Women, Gays, Asians---in short, where is the diversity of United States and the world that APSA "pretends" to study--is somebody afraid that APSA will slip out of their hands???

9) Why are all the articles of APSR from the same methodology--statistics or game theory--with a "symbolic" article in Political Theory that is often a piece that has been rejected by the journal "Political Theory. " Where is political history, International history, political sociology, interpretive methodology, constructivists, area studies, critical theory and last but not the least---post modernism. Why can't you have 5 per cent of the articles in APSR allocated under the category:incomprehensible. Then just go ahead and publish game theory, statistics and post-modernism under the category.

10) At a time when the free market models of economics are being challenged in IMF and World Bank, discredited in much of Asia, and protested by numerous groups; why are simple, baby-stuff models of political science being propogated in our discipline. If these psuedo-economists know their Maths so well--let them present at the University of Chicago's Economics Workshop--I assure you every single political science article will be trashed and thrown into the dustbin. Then why are these people allowed to throw their weight around based on undergrad maths and stats--an Econ 101. We are in the business of Political Science and not failed Economics.

Lastly,

11)When are you going to offer the APSA presidentship to Benedict Anderson or Charles Tilly or Richard Falk or Susanne Rudolph or Ari Zolberg or James C. Scott or Theda Skocpol who are more representative of our discipline then the "coterie" that runs APSA.

I hope this anonymous letter leads to a dismantling of the Orwellian system that we have in APSA and that we will see a true Prestroika in the discipline.

Mr. Perestroika

Fonte: MONROE, Kristen R. (Org.). Perestroika: the raucous rebellion in political science. New Haven: Yale University Press, p. 9-11, 2005.

ANEXO 3 – Transcrição da petição para adiar a implementação da DA-RT

Petition to Delay DA-RT Implementation

Dear Colleagues [to be sent to the editors who signed the DA-RT statement],

We write as concerned members of the American Political Science Association to urge an important amendment to the statement, “Data Access and Research Transparency (DA-RT): A Joint Statement by Political Science Journal Editors.” In the joint statement, dated October 6, 2014, journal editors committed their respective journals to a set of principles, to be implemented by January 15, 2016.

DA-RT organizers have made many efforts over the past five years to reach out to members of the profession through various symposia and meetings. However, these issues began to gain widespread attention only when the journal editors signed the statement of October 6, 2014 and panels at the 2015 annual meeting of the American Political Science Association brought the issue to the attention of many scholars who had not realized the possible implications of that statement for their own research, despite the previous outreach activities. Conversations at the panels, roundtables, section business meetings, and other venues at the recent annual meeting demonstrated that members of the Association have only just begun to grapple with the implications of DA-RT. Profession-wide conversations about the meaning, practicalities, and costs and benefits of data access and research transparency are now beginning, for example, in research communities such as Women and Politics Research and History and Politics.

At this point, many key questions remain unresolved. Some of the issues raised at the Annual Meeting and in other venues include:

- Achieving transparency in analytic procedures may be relatively straightforward for quantitative methods executed via software code. It is far from clear, however, what analytic explicitness entails for the vast range of qualitative empirical approaches, from process tracing and comparative-historical analysis to interpretive ethnography and hermeneutics. What norms, principles, or considerations should guide authors and reviewers in pursuing and judging analytic transparency for non-statistical forms of inquiry?
- The costs involved with preparing data for archiving vary widely depending on the nature of the evidence. For research that does not involve machine-readable datasets, rendering the original sources or “raw data” in digital form for archiving can impose substantial financial and logistical burdens on researchers. What is the right balance between the costs and the benefits of rendering these types of data accessible? How can a balance be struck that does not systematically favor some modes of political analysis over others? Who should decide how to strike that balance in individual cases?
- Different modes of evidence-based research in our discipline are premised on fundamentally differing understandings of the knowledge-generating process. Some approaches view political inquiry as the analysis of data extracted from the social world. Others understand social research as an inherently relational and intersubjective activity in which observation and interpretation are inseparable. How can the principle of data access be fairly and meaningfully applied to forms of political inquiry that are premised on diverse understandings of empirical engagement itself?
- Scholars working on a range of vital issues in political science confront deep dilemmas in balancing the principles of data access and research transparency against their legal and ethical obligations to human subjects. In field studies of political violence, inquiry in

authoritarian contexts, and research involving vulnerable populations, for example, subjects' safety or welfare may be put at risk if their identities and/or their locations are revealed. Field notes or interview transcripts sometimes cannot be sufficiently "sanitized" without rendering their content un-interpretable. How can principles of data access be respected, and research transparency be achieved, while guaranteeing the protection of human subjects? Will scholars conducting research on sensitive topics of central concern to our discipline be able to publish their work in journals that have endorsed DA-RT?

- Finally, many scholars have expressed the view that the decision about whether or not to make research materials publicly available should belong to scholars and not journal editors or reviewers. The researcher conducting the study, this perspective maintains, is in the best position to judge whether any harm might come to human subjects by making data available to other researchers, authorities, or political opponents; whether a government might subpoena the materials (as has happened with past repositories in the U.S.); whether a data repository can provide graded access (such as access only to researchers who gain the permission of the original researcher and access, for historical purposes, only after 100 years from deposit); and whether the repository is sufficiently protected against potential hacking. What is more, the deposit of materials such as field-notes or interviews, out of the context that only the original researcher could fully understand, might lead to misinterpretation of the research.

The qualitative and multi-method research communities, among others, are now poised to conduct far-reaching discussions on principles of data access and research transparency appropriate to their communities. In more than one field, committees have been appointed and methods of consultation are being decided upon. For instance, at its 2015 annual business meeting, the APSA's Organized Section for Qualitative and Multi-Method Research adopted a motion to initiate a process of consultation and deliberation within qualitative research communities about the meaning and practicalities of transparency for different forms of qualitative empirical research. This deliberative process is expected to unfold over the coming year.

Since these issues are still very much under discussion, it is supremely important not to begin to enforce any particular policies until the relevant research communities have been able to discuss the issues fully and either come to consensus or clarify the issues on which their members disagree.

We therefore request that you delay implementing DA-RT until more widespread consultation can be accomplished at, for instance, the regional meetings this year, and the organized section meetings and panels and workshops at the 2016 annual meeting. Postponing the date of implementation will allow a discipline-wide consideration of the principles of data access and research transparency and how they should be put into practice.

The signatories below may or may not support any particular formulation of the issues among the examples we give, but all join in hoping that you will agree to this delay.

Sincerely,

[The list of names includes the approximately 1,173 people who signed as of November 12, 4:15 pm EST.]

Fonte: *Site* criado como um fórum sobre a DA-RT. Disponível em: <<http://dialogueondart.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

APÊNDICE 1 – Presidentes da APSA [1903-2016]

MANDATO	PRESIDENTE	UNIVERSIDADE
1903-1904	Frank Johnson Goodnow	Universidade de Columbia
1904-1905	Frank Johnson Goodnow	Universidade de Columbia
1905-1906	Albert Shaw	Nova Iorque
1906-1907	Frederick Newton Judson	St. Louis
1907-1908	James Bryce	Embaixador britânico nos EUA
1908-1909	Abbott Lawrence Lowell	Universidade de Harvard
1909-1910	Thomas Woodrow Wilson	Universidade de Princeton
1910-1911	Simeon Eben Baldwin	Universidade de Yale
1911-1912	Albert Bushnell Hart	Universidade de Harvard
1912-1913	Westel Woodbury Willoughby	Universidade Johns Hopkins
1913-1914	John Bassett Moore	Universidade de Columbia
1914-1915	Ernst Freund	Universidade de Chicago
1915-1916	Jesse Macy	Grinnell College
1916-1918	Edmund Munroe Smith	Universidade de Columbia
1918-1919	Henry Jones Ford	Universidade de Princeton
1919-1920	Paul Samuel Reinsch	Ministro na China
1920-1921	Leo Stanton Rowe	Diretor-geral da União Pan Americana
1921-1922	William Archibald Dunning	Universidade de Columbia
1922-1923	Harry Augustus Garfield	Universidade em Williamstown
1923-1924	James Wilford Garner	Universidade de Illinois
1924-1925	Charles Edward Merriam	Universidade de Chicago
1925-1926	Charles Austin Beard	Training School Public Service
1926-1927	William Bennett Munro	Universidade de Harvard
1927-1928	Jesse Siddall Reeves	Universidade de Michigan
1928-1929	John Archibald Fairlie	Universidade de Illinois
1929-1930	Benjamin Franklin Shambaugh	Universidade de Iowa
1930-1931	Edward S. Corwin	Universidade de Princeton
1931-1932	William Franklin Willoughby	Brookings Institution
1932-1933	Isidor Loeb	Universidade de Washington
1933-1934	Walter J. Shepard	Universidade Estadual de Ohio
1934-1935	Francis William Coker	Universidade de Yale
1935-1936	Arthur Norman Holcombe	Universidade de Harvard
1936-1937	Thomas Reed Powell	Universidade de Harvard
1937-1938	Clarence Addison Dyskstra	Universidade de Wisconsin
1938-1939	Charles Grove Haines	Universidade da Califórnia – Los Angeles

1939-1940	Robert C. Brooks	Swarthmore College
1940-1941	Frederic Austin Ogg	Universidade de Wisconsin
1941-1942	William Anderson	Universidade de Minnesota
1942-1943	Robert Eugene Cushman	Universidade Cornell
1943-1944	Leonard Dupee White	Universidade de Chicago
1944-1945	John Merriman Gaus	Universidade de Wisconsin
1945-1946	Walter Fairleigh Dood	Chicago
1946-1947	Arthur Whittier Macmahon	Universidade de Columbia
1947-1948	Henry R. Spencer	Universidade Estadual de Ohio
1948-1949	Quincy Wright	Universidade de Chicago
1949-1950	James Kerr Pollock	Universidade de Michigan
1950-1951	Peter H. Odegard	Universidade da Califórnia – Berkeley
1951-1952	Luther Halsey Gulick	Instituto Nacional de Administração Pública
1952-1953	Edward Pendleton Herring	Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais
1953-1954	Ralph Johnson Bunche	Nações Unidas
1954-1955	Charles Mckinley	Reed College
1955-1956	Harold Dwight Lasswell	Universidade de Yale
1956-1957	Elmer Eric Schattschneider	Universidade de Wesleyan
1957-1958	Valdimer Orlando Key Jr.	Universidade de Harvard
1958-1959	Robert Taylor Cole	Universidade Duke
1959-1960	Carl Brent Swisher	Universidade Johns Hopkins
1960-1961	Emmette Shelburn Redford	Universidade do Texas
1961-1962	Charles S. Hyneman	Universidade de Indiana
1962-1963	Carl Joachim Friedrich	Universidade de Harvard
1963-1964	Charles Herman Pritchett	Universidade de Chicago
1964-1965	David Bicknell Truman	Universidade de Columbia
1965-1966	Gabriel Abraham Almond	Universidade de Stanford
1966-1967	Robert Alan Dahl	Universidade de Yale
1967-1968	Merle Fainsod	Universidade de Harvard
1968-1969	David Easton	Universidade de Chicago
1969-1970	Karl Wolfgang Deutsch	Universidade de Harvard
1970-1971	Robert E. Lane	Universidade de Yale
1971-1972	Heinz Eulau	Universidade de Stanford
1972-1973	Robert E. Ward	Universidade de Michigan
1973-1974	Avery Leiserson	Universidade Vanderbilt
1974-1975	Joseph Austin Ranney	Universidade de Wisconsin
1975-1976	James MacGregor Burns	Williams College
1976-1977	Samuel Hutchison Beer	Universidade de Harvard
1977-1978	John Charles Wahlke	Universidade de Iowa

1978-1979	Leon David Epstein	Universidade de Wisconsin – Madison
1979-1980	Warren Edward Miller	Universidade de Michigan
1980-1981	Charles Edward Lindblom	Universidade de Yale
1981-1982	Seymour Martin Lipset	Universidade de Stanford
1982-1983	William Harrison Riker	Universidade de Rochester
1983-1984	Philip Ernest Converse	Universidade de Michigan
1984-1985	Richard F. Fenno Jr.	Universidade de Rochester
1985-1986	Aaron B. Wildavsky	Universidade da Califórnia – Berkeley
1986-1987	Samuel Phillips Huntington	Universidade de Harvard
1987-1988	Kenneth Neal Waltz	Universidade da Califórnia – Berkeley
1988-1989	Lucian W. Pye	Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)
1989-1990	Judith Nisse Shklar	Universidade de Harvard
1990-1991	Theodore J. Lowi	Universidade Cornell
1991-1992	James Quinn Wilson	Universidade da Califórnia – Los Angeles
1992-1993	Lucius Jefferson Barker	Universidade Stanford
1993-1994	Charles O. Jones	Universidade de Wisconsin
1994-1995	Sidney Verba	Universidade de Harvard
1995-1996	Arend Lijphart	Universidade da Califórnia – San Diego
1996-1997	Elinor Ostrom	Universidade de Indiana
1997-1998	Myron Kent Jennings	Universidade da Califórnia – Santa Barbara
1998-1999	Matthew Holden Jr.	Projeto de Estudos Isaiah T. Montgomery
1999-2000	Robert Owen Keohane	Universidade Duke
2000-2001	Robert Jervis	Universidade de Columbia
2001-2002	Robert David Putnam	Universidade de Harvard
2002-2003	Theda Skocpol	Universidade de Harvard
2003-2004	Susanne Hoerber Rudolph	Universidade de Chicago
2004-2005	Margaret Levi	Universidade de Washington – Seattle
2005-2006	Ira Katznelson	Universidade de Columbia
2006-2007	Robert Axelrod	Universidade de Michigan
2007-2008	Dianne Pinderhughes	Universidade de Notre Dame
2008-2009	Peter Katzenstein	Universidade Cornell
2009-2010	Henry Brady	Universidade da Califórnia – Berkeley
2010-2011	Carole Pateman	Universidade da Califórnia – Los Angeles
2011-2012	G. Bingham Powell Jr.	Universidade de Rochester
2012-2013	Jane Mansbridge	Universidade de Harvard
2013-2014	John Aldrich	Universidade Duke
2014-2015	Rodney E. Hero	Universidade da Califórnia – Berkeley
2015-2016	Jennifer Hochschild	Universidade de Harvard
2016-2017	David Lake	Universidade da Califórnia – San Diego

2017

Kathleen Thelen

MIT

Elaboração própria a partir de informações divulgadas pelo *site* institucional da APSA (2018).

APÊNDICE 2 – Editores das revistas da APSA [1990-2016]

REVISTA	EDITORES	UNIVERSIDADE	MANDATO
APSR	Samuel C. Patterson	Universidade Ohio	1990-1991
	G. Bingham Powell, Jr.	Universidade de Rochester	1992-1995
	Ada W. Finifter	Universidade Estadual de Michigan	1995- 2000
	Lee Sigelman	Universidade George Washington	2001-2007
	Ronald Rogowski	Universidade da California	2008-2012
	John Ishiyama	Universidade do Norte do Texas	2013-2016
PS	Robert J-P. Hauck	Universidade Vanderbilt	1990-2014
	Phillip Ardoin; Paul Gronke	Universidade Estadual Appalachian	2015-atual
POP	Jeniffer Hochschild	Universidade de Harvard	2003-2005
	James Johnson	Universidade de Rochester	2006-2009
	Jeffrey Isaac	Universidade de Indiana	2009-2017
JPSE	John Ishiyama	Universidade do Norte do Texas	2005- 2012
	Kerstin Hamann	Universidade de Washington	2012-2016
	Victor Asal	Universidade do Estado de Nova Iorque	2016-atual

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 3 – Artigos sobre gênero publicados na APSR [1990-2016]

ANO	TÍTULO	AUTORES
1993	<i>Women's Associations and the Enactment of Mothers' Pensions in the US</i>	Skocpol, Abend-Wein, Howard, Lehmann
1994	<i>Power and Influence in State Legislative Policymaking: The Interaction of Gender and Position in Committee Hearing Debates</i>	Kathlene
1996	<i>Family Matters: Aristotle's Appreciation of Women and the Plural Structure of Society</i>	Dobbs
1997	<i>The Public Consequences of Private Inequality: Family Life and Citizen Participation</i>	Burns; Schlozman; Verba
1997	<i>Gender and Justice in Plato</i>	Forde
2002	<i>Preferable Descriptive Representatives: Will Just Any Woman, Black, or Latino Do?</i>	Dovi
2002	<i>Lipstick and Logarithms: Gender, Institutional Context, and Representative Bureaucracy</i>	Keiser; Wilkins; Meier; Holland
2002	<i>Political Citizenship and Democratization: The Gender Paradox</i>	Mcdonagh
2003	<i>Congressional Enactments of Race-Gender: Toward a Theory of Raced-Gendered Institutions</i>	Hawkesworth
2004	<i>The Dynamics of the Partisan Gender Gap</i>	Box-Steffensmeier, De Boef; Lin
2005	<i>Majority Norms, Multiculturalism, and Gender Equality</i>	Song
2006	<i>"Drawing the Line of Equality": Hannah Mather Crocker on Women's Rights</i>	Botting; Houser
2006	<i>Fantasy, Irony, and Economic Justice in Aristophanes' Assemblywomen and Wealth</i>	Zumbrunnen
2007	<i>The Genders of Citizenship</i>	Leonard; Tronto
2008	<i>Oil, Islam, and Women</i>	Ross
2008	<i>Mill, Political Economy, and Women's Work</i>	Hirschmann
2009	<i>Gay Rights in the States: Public Opinion and Policy Responsiveness</i>	Lax; Phillips
2009	<i>Do Electoral Quotas Work after They Are Withdrawn? Evidence from a Natural Experiment in India</i>	Bhavnani
2011	<i>Intersectionality, Quotas, and Minority Women's Political Representation Worldwide</i>	Hughes
2012	<i>The Civic Origins of Progressive Policy Change: Combating Violence against Women in Global Perspective, 1975–2005</i>	Htun; Weldon
2012	<i>Gender Inequality in Deliberative Participation</i>	Karpowitz; Mendelberg; Shaker
2013	<i>Latin American Attitudes toward Women in Politics: The Influence of Elite Cues, Female Advancement, and Individual</i>	Morgan; Buice

<i>Characteristics</i>		
2013	<i>Empowering Women through Development Aid: Evidence from a Field Experiment in Afghanistan</i>	Beath; Christia; Enikolopov
2013	<i>Representation and Rights: The Impact of LGBT Legislators in Comparative Perspective</i>	Reynolds
2014	<i>Uncovering the Origins of the Gender Gap in Political Ambition</i>	Fox; Lawless
2014	<i>When Canvassers Became Activists: Antislavery Petitioning and the Political Mobilization of American Women</i>	Carpenter; Moore
2014	<i>Quotas for Men: Reframing Gender Quotas as a Means of Improving Representation for All</i>	Murray
2014	<i>Rethinking Care Ethics: On the Promise and Potential of an Intersectional Analysis</i>	Hankivsky
2015	<i>Women's Participation in Violent Political Organizations</i>	Thomas; Bond
2015	<i>Clan Governance and State Stability: The Relationship between Female Subordination and Political Order</i>	Hudson; Bowen; Nielsen
2015	<i>Feminisms, Women's Rights, and the UN: Would Achieving Gender Equality Empower Women?</i>	Arat
2016	<i>Gender Quotas and Women's Political Leadership</i>	O'brien; Rickne

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 4 – Artigos sobre gênero publicados na POP [1990-2016]

ANO	TÍTULO	AUTORES
2004	<i>Is Gender like Ethnicity? The Political Representation of Identity Groups</i>	Htun
2005	<i>Citizenship, Same-Sex Marriage, and Feminist Critiques of Marriage</i>	Josephson
2006	<i>Inclusion, Solidarity, and Social Movements: The Global Movement against Gender Violence</i>	Weldon
2007	<i>When Multiplication Doesn't Equal Quick Addition: Examining Intersectionality as a Research Paradigm</i>	Hancock
2007	<i>Sheer Numbers: Critical Representation Thresholds and Women's Political Representation</i>	Beckwith; Cowell-Meyers
2008	<i>Gender Equality in Academia: Bad News from the Trenches, and Some Possible Solutions</i>	Monroe; Ozyurt; Wrigley; Alexander
2009	<i>Looking for Sex in All the Wrong Places: Press Coverage and the Electoral Fortunes of Gubernatorial Candidates</i>	Fowler; Lawless
2010	<i>Organizing Women as Women : Hybridity and Grassroots Collective Action in the 21 st Century</i>	Goss; Heaney
2010	<i>Gender, Diversity, and Organizational Change: The Boy Scouts vs. Girl Scouts of America</i>	Arneil
2010	<i>It Takes a State: A Policy Feedback Model of Women's Political Representation</i>	McDonagh
2010	<i>What do Women Really Know? A Gendered Analysis of Varieties of Political Knowledge</i>	Stolle; Gidengil
2010	<i>In Search of Judicial Activism in the Same-Sex Marriage Cases: Sorting the Evidence from Courts, Legislatures, Initiatives and Amendments</i>	Barclay
2011	<i>Serving Sex Workers and Promoting Democratic Engagement: Rethinking Nonprofits' Role in American Civic and Political Life</i>	Majic
2013	<i>God, Gays, and Progressive Politics: Reconceptualizing Intersectionality as a Normatively Malleable Analytical Framework</i>	Lindsay
2014	<i>Gender Inequality in Deliberation: Unpacking the Black Box of Interaction</i>	Mendelberg; Karpowitz; Oliphant
2014	<i>The Social Movement as Political Party: The Northern Ireland Women's Coalition and the Campaign for Inclusion</i>	Cowell-Meyers
2014	<i>Constructing Freedom: Institutional Pathways to Changing the Gender Division of Labor</i>	Markovits; Bickford
2014	<i>Sex-Classification Policies as Transgender Discrimination: An Intersectional Critique</i>	Davis
2015	<i>Is It Gender, Religiosity or Both? A Role Congruity Theory of Candidate Electability in Transitional Tunisia</i>	Benstead; Jamal; Lust
2015	<i>A Non-Gendered Lens? Media, Voters, and Female</i>	Hayes; Lawless

<i>Candidates in Contemporary Congressional Elections</i>		
2015	<i>Developmental Perspectives on Lesbian and Gay Politics: Fragmented Citizenship in a Fragmented State</i>	Engel
2015	<i>Ida B. Wells and “Color Line Justice”: Rethinking Reparations in Feminist Terms</i>	Balfour
2016	<i>Talk “Like a Man”: The Linguistic Styles of Hillary Clinton, 1992–2013</i>	Jones
2016	<i>Fast-Tracked or Boxed In? Informal Politics, Gender, and Women’s Representation in Putin’s Russia</i>	Johnson

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 5 – Artigos sobre raça e etnia publicados na APSR [1990-2016]

ANO	TÍTULO	AUTORES
1990	<i>Race, Sociopolitical Participation, and Black Empowerment</i>	Bobo; Gilliam
1991	<i>Black Political Participation in the 1984 and 1988 Presidential Elections</i>	Tate
1991	<i>Nationalism Versus Ethnic Identity in Sub-Saharan Africa</i>	Miles; Rochefort
1992	<i>Ethnic Democracy and the Legal Construction of Citizenship: Arab Citizens of the Jewish State</i>	Peled
1993	<i>Neighborhood Poverty and African American Politics</i>	Cohen; Dawson
1994	<i>Multiculturalism and the Problem of Particularism</i>	Parens
1994	<i>Racial Threat and Partisan Identification</i>	Giles; Hertz
1996	<i>Do Majority-Minority Districts Maximize Substantive Black Representation in Congress?</i>	Cameron; Epstein; O'Halloran
1997	<i>Citizenship and Ethnicity: An Examination of Two Transition Moments in Kenyan Politics</i>	Ndegwa
1998	<i>Minority Representation in Multimember Districts</i>	Gerber; Morton; Rietz
1999	<i>Minority Voting Rights Can Maximize Majority Welfare</i>	Chwe
1999	<i>Truth and Reconciliation in South Africa: Attributions of Blame and the Struggle over Apartheid</i>	Gibson; Gouws
2001	<i>Attitudes toward Highly Skilled and Low-skilled Immigration: Evidence from a Survey Experiment</i>	Hainmueller; Hiscox
2001	<i>The Effect of Black Congressional Representation on Political Participation</i>	Gay
2001	<i>The Political Response to Black Insurgency: A Critical Test of Competing Theories of the State</i>	Fording
2001	<i>White Residents, Black Incumbents, and a Declining Racial Divide</i>	Hajnal
2002	<i>Cues That Matter: How Political Ads Prime Racial Attitudes during Campaigns</i>	Valentino; Hutchings; White
2002	<i>Preferable Descriptive Representatives: Will Just Any Woman, Black, or Latino Do?</i>	Dovi
2003	<i>Black Opinion on the Legitimacy of Racial Redistricting and Minority-Majority Districts</i>	Tate
2003	<i>Congressional Enactments of Race-Gender: Toward a Theory of Raced-Gendered Institutions</i>	Hawkesworth
2003	<i>Ethnicity, Insurgency, and Civil War</i>	Fearon; Laitin
2004	<i>Predisposing Factors and Situational Triggers: Exclusionary Reactions to Immigrant Minorities</i>	Paul M. Sniderman, Louk Hagendoorn and Markus Prior
2004	<i>Putting Race in Context: Identifying the Environmental Determinants of Black Racial Attitudes</i>	Claudine Gay

2004	<i>The Mobilizing Effect of Majority-Minority Districts on Latino Turnout</i>	Matt A. Barreto, Gary M. Segura and Nathan D. Woods
2005	<i>Ethnicity and Trust: Evidence from Russia</i>	Bahry; Kosolapov; Kozyreva; Wilson
2005	<i>Majority Norms, Multiculturalism, and Gender Equality</i>	Song
2005	<i>Racial Orders in American Political Development</i>	Desmond S. King and Rogers M. Smith
2005	<i>Racism Revised: Courts, Labor Law, and the Institutional Construction of Racial Animus</i>	Paul Frymer
2006	<i>The Experiences and Effects of Economic Status among Racial and Ethnic Minorities</i>	Dennis Chong and Dukhong Kim
2006	<i>The Reassociation of Ideas and Purposes: Racism, Liberalism, and the American Political Tradition</i>	Stephen Skowronek
2007	<i>Can Institutions Build Unity in Multiethnic States?</i>	Zachary Elkins and John Sides
2007	<i>iSí Se Puede! Latino Candidates and the Mobilization of Latino Voters</i>	Matt A. Barreto
2007	<i>When Race Matters and When It Doesn't: Racial Group Differences in Response to Racial Cues</i>	Ismail K. White
2007	<i>Why Does Ethnic Diversity Undermine Public Goods Provision?</i>	Habyarimana; Humphreys; Posner; Weinstein
2009	<i>Religious Competition and Ethnic Mobilization in Latin America: Why the Catholic Church Promotes Indigenous Movements in Mexico</i>	Trejo
2009	<i>Who Loses in American Democracy? A Count of Votes Demonstrates the Limited Representation of African Americans</i>	Hajnal
2010	<i>"A Good Work for Our Race To-Day": Interests, Virtues, and the Achievement of Justice in Frederick Douglass's Freedmen's Monument Speech</i>	Myers
2010	<i>A Liberal Defense of Black Nationalism</i>	Valls
2010	<i>Agonistic Homegoing: Frederick Douglass, Joseph Lowery, and the Democratic Value of African American Public Mourning</i>	Stow
2010	<i>Are Coethnics More Effective Counterinsurgents? Evidence from the Second Chechen War</i>	Lyall
2010	<i>Cross-cutting Cleavages and Ethnic Voting: An Experimental Study of Cousinage in Mali</i>	Dunning; Harrison
2010	<i>Economic versus Cultural Differences: Forms of Ethnic Diversity and Public Goods Provision</i>	Baldwin; Huber
2010	<i>Politicized Places: Explaining Where and When Immigrants Provoke Local Opposition</i>	Hopkins
2011	<i>Horizontal Inequalities and Ethnonationalist Civil War: A Global Comparison</i>	Cederman; Weidmann;

		Gleditsch
2012	<i>Does Combat Experience Foster Organizational Skill? Evidence from Ethnic Cleansing during the Partition of South Asia</i>	Jha; Wilkinson
2012	<i>Does the Leader's Ethnicity Matter? Ethnic Favoritism, Education, and Health in Sub-Saharan Africa</i>	Franck; Rainer
2012	<i>The People, Rhetoric, and Affect: On the Political Force of Du Bois's "The Souls of Black Folk"</i>	Rogers
2013	<i>Crossing the Line: Local Ethnic Geography and Voting in Ghana</i>	Ichino; Nathan
2013	<i>Ethnic Quotas and Political Mobilization: Caste, Parties, and Distribution in Indian Village Councils</i>	Dunning; Nilekani
2013	<i>Perils or Promise of Ethnic Integration? Evidence from a Hard Case in Burundi</i>	Samii
2013	<i>Politics in the Mind's Eye: Imagination as a Link between Social and Political Cognition</i>	Petersen; Aarøe
2013	<i>Social Identification and Ethnic Conflict</i>	Sambanis; Shayo
2013	<i>Trade, Institutions, and Ethnic Tolerance: Evidence from South Asia</i>	Jha
2014	<i>Can Descriptive Representation Change Beliefs about a Stigmatized Group? Evidence from Rural India</i>	Chauchard
2014	<i>Partisanship, Structure, and Representation: The Puzzle of African American Education Politics</i>	Meier; Rutherford
2014	<i>Selling Out?: The Politics of Navigating Conflicts between Racial Group Interest and Self-interest</i>	White, Laird; Allen
2014	<i>The Legacy of Historical Conflict: Evidence from Africa</i>	Besley; Reynal-querol
2014	<i>The Political Mobilization of Ethnic and Religious Identities in Africa</i>	Mccauley
2014	<i>When Canvassers Became Activists: Antislavery Petitioning and the Political Mobilization of American Women</i>	Carpenter; Moore
2014	<i>Rethinking Care Ethics: On the Promise and Potential of an Intersectional Analysis</i>	Hankivsky
2015	<i>"A Black Sister to Massachusetts": Latin America and the Fugitive Democratic Ethos of Frederick Douglass</i>	Hooker
2015	<i>Does Electoral Competition Exacerbate Interethnic or Interpartisan Economic Discrimination? Evidence from a Field Experiment in Market Price Bargaining</i>	Michelitch
2015	<i>Poverty and Immigration Policy</i>	Oberman
2015	<i>Race, Paternalism, and Foreign Aid: Evidence from U.S. Public Opinion</i>	Baker
2016	<i>Beyond Black and White: Biracial Attitudes in Contemporary U.S. Politics</i>	Davenport
2016	<i>Ordinary People, Extraordinary Risks: Participation in an Ethnic Rebellion</i>	Tezcür

2016 *Religious Minorities and Resistance to Genocide: The
Collective Rescue of Jews in the Netherlands during the
Holocaust*

Braun

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE 6 – Artigos sobre raça e etnia publicados na POP [1990-2016]

ANO	TÍTULO	AUTORES
2003	<i>Nationalism, Ethnic Conflict, and Rationality</i>	Varshney
2004	<i>Is Gender like Ethnicity? The Political Representation of Identity Groups</i>	Mala Htun
2005	<i>Contextualizing Racial Disparities in American Welfare Reform: Toward a New Poverty Research</i>	Schram
2005	<i>Ethnic Parties and Democratic Stability</i>	Chandra
2005	<i>New Destinations and Immigrant Incorporation</i>	Marrow
2006	<i>Identity as a Variable</i>	Abdelal; Herrera; Johnston; McDermott
2006	<i>Xenophobia and In-Group Solidarity in Iraq: A Natural Experiment on the Impact of Insecurity</i>	Inglehart; Moaddel; Tessler
2007	<i>When Multiplication Doesn't Equal Quick Addition: Examining Intersectionality as a Research Paradigm</i>	Hancock
2007	<i>Testing Huntington: Is Hispanic Immigration a Threat to American Identity?</i>	Citrin; Lerman; Murakami; Pearson
2007	<i>Signals and Spillover: Brown V. Board of Education and Other Social Movements</i>	Meyer; Butcher
2007	<i>The Representational Biases of Federalism: Scope and Bias in the Political Process, Revisited</i>	Miller
2008	<i>Understanding the Limits to Ethnic Change: Lessons from Uganda's "Lost Counties"</i>	Green
2008	<i>Asian American Identity: Shared Racial Status and Political Context</i>	Junn; Masuoka
2008	<i>Where's the Justice? Affirmative Action's Severed Civil Rights Roots in the Age of Diversity</i>	Lipson
2008	<i>Minority Candidates, Alternative Media, and Multiethnic America: Deracialization or Toggling?</i>	Collet
2009	<i>Beyond (The Scope of) Conflict: National Black and Latino Advocacy Group Relations in the Congressional and Legal Arenas</i>	Hero; Preuhs
2009	<i>Imagining Terror in an Era of Globalization: U.S. Foreign Policy and the Construction of Terrorism after 9/11</i>	Scott
2010	<i>"There's No One as Irish as Barack O'Bama": The Policy and Politics of American Multiracialism</i>	Hochschild; Weaver
2011	<i>Ethnic Redistribution in Bipolar Societies: The Crafting of Asymmetric Policy Claims in Two Asia-Pacific States</i>	Shoup
2012	<i>Is There a Trade-off between Multiculturalism and Socio-Political Integration? Policy Regimes and Immigrant Incorporation in Comparative Perspective</i>	Wright; Bloemraad
2012	<i>The Political Science of Genocide: Outlines of an Emerging Research Agenda</i>	Verdeja

2012	<i>Can There Be a Political Science of the Holocaust?</i>	King
2013	<i>“Illegal,” “Undocumented,” or “Unauthorized”: Equivalency Frames, Issue Frames, and Public Opinion on Immigration</i>	Merolla; Ramakrishnan; Haynes
2013	<i>New Deal Liberalism and Racial Liberalism in the Mass Public, 1937–1968</i>	Schickler
2013	<i>God, Gays, and Progressive Politics: Reconceptualizing Intersectionality as a Normatively Malleable Analytical Framework</i>	Lindsay
2014	<i>“A Rush and a Push and the Land Is Ours”: Territorial Expansion, Land Policy, and U.S. State Formation</i>	Frymer
2014	<i>Racial Winners and Losers in American Party Politics</i>	Hajnal; Horowitz
2015	<i>Ida B. Wells and “Color Line Justice”: Rethinking Reparations in Feminist Terms</i>	Balfour
2015	<i>The Rights Revolution in the Age of Obama and Ferguson: Policing, the Rule of Law, and the Elusive Quest for Accountability</i>	Dodd
2016	<i>Select Recruitment by Petition: American Antislavery, French Protestantism, English Suppression</i>	Carpenter
	<i>Recruitment by Petition: American Antislavery, French Protestantism, English Suppression</i>	
2016	<i>Mass Opinion and Immigration Policy in the United States: Re-Assessing Clientelist and Elitist Perspectives</i>	Levy; Wright; Citrin

Fonte: Elaboração própria.